



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

FRANCISCO WLIRIAN NOBRE

**A REDEFINIÇÃO ESPOLIATIVA DOS “CAMINHOS DAS ÁGUAS” E OS
CONFLITOS HIDROTERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE**

JOÃO PESSOA

2021

FRANCISCO WLIRIAN NOBRE

A REDEFINIÇÃO ESPOLIATIVA DOS “CAMINHOS DAS ÁGUAS” E OS CONFLITOS
HIDROTERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira.

JOÃO PESSOA

2021

N754r Nobre, Francisco Wlirian.

A redefinição espoliativa dos caminhos das águas e os conflitos hidroterritoriais no Cariri cearense / Francisco Wlirian Nobre. - João Pessoa, 2022.

0 f. : il.

Orientação: Ivan Targino Moreira.

Tese (Doutorado) - UFPB/Centro de Ciênc.

1. Cariri cearense. Conflito hidroterritorial.
Estado.

I. Moreira, Ivan Targino.
II. Título.

UFPB/BC

**“A REDEFINIÇÃO ESPOLIATIVA DOS “CAMINHOS DAS ÁGUAS” E OS
CONFLITOS HIDROTERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE”**

FRANCISCO WLIRIAN NOBRE

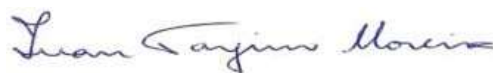
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Território, trabalho e ambiente

Linha de Pesquisa: Cidade e campo: espaço e trabalho

Aprovada por:

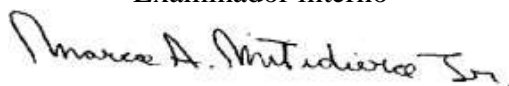
Prof. Dr. Ivan Targino Moreira (UFPB)
Orientador



Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (UFPE)
Examinador externo



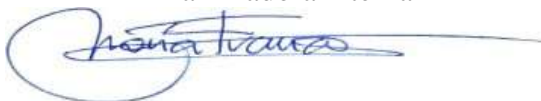
Prof. Dr. Marco Mitidiero Junior (UFPB)
Examinador interno



Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (UNESP)
Examinador externo



Profa. Dr^a. Maria Franco (UFPB)
Examinadora interna



JOÃO PESSOA

2021

AGRADECIMENTOS

É quase impossível nominar todas as pessoas que contribuíram para a realização desta pesquisa. São pessoas que nos inspiram como pesquisadores e lutadores sociais; anônimos que me ajudaram no percurso do campo. Nesses quatro anos de dedicação a este estudo, entre o deslocamento nos dois estados, Ceará e Paraíba, gostaria de agradecer a todos e todas que ofertaram ajuda e apoio e espero que cada um sinta o meu carinho e o meu respeito.

Sabemos que a elaboração de uma Tese de Doutorado é resultado de caminhadas enviesadas que nos deixam inquietos, podendo afetar, inclusive, a convivência familiar. Mas disso eu não posso me queixar: para onde me virava encontrava apoio, a começar por Juvenal, meu querido irmão residente em João Pessoa, e sua esposa Bárbara; eles não apenas abriram seu apartamento para minha estadia, como organizaram um espaço para que eu pudesse estudar, compartilharam o seu alimento e ajudaram no meu deslocamento, especialmente no primeiro ano do doutorado, momento em que passei mais tempo na cidade, boa parte dele sem nenhuma renda.

Agradeço ainda à minha companheira de muitas andanças e lutas, Mikaelly, e aos frutos da nossa união, Gabriel, que hoje tem 9 anos, e Marina, que veio ao mundo em 2020, dividindo as atenções da tese entre choros e madrugadas em claro. À minha querida mãe, Ivonete; ao meu amado pai, Willian, e todos os meus irmãos e irmãs; à minha adorável afilhada Maria Júlia, à minha sogra Neide, que muitas vezes assumiu os cuidados dos netos para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Em João Pessoa encontrei pessoas maravilhosas como Dona Neide e Seu Moacir que carinhosamente abriram o seu lar, compartilharam seu alimento e tiveram todo o cuidado na minha estadia naquela cidade. No Ceará, encontrei pessoas que igualmente me apoiaram: Mariana e Ramon em Missão Velha; Valdir em Brejo Santo; Damião e os irmãos Thiago e Cartaxo em Mauriti – todos me ajudaram na acolhida em suas residências, na partilha do alimento e no deslocamento para as comunidades; mais do que isso, foram fundamentais para as reflexões críticas deste estudo e para a decisão empírica.

Quero registrar também um agradecimento especial aos inúmeros professores, militantes e pesquisadores do Grupo de Estudo de Agrária (GEA/URCA), ao Fórum Popular das Águas, Fórum Araripense e Cáritas Diocesana. Ao longo da tese tive o prazer de conhecer o trabalho dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Brejo Santo e também de Missão Velha,

especialmente as lideranças Cícero, Evanildo e Eduardo que foram fundamentais não apenas nas entrevistas, mas como inspiração de luta em defesa dos povos do campo.

Faço um registro especial ao povo da minha comunidade, Baixio das Palmeiras, lugar de luta e resistência com gente que admiro cotidianamente. Os amigos da geografia que contribuíram com valiosos diálogos, três deles me refiro com atenção especial: Paulim Fuisca, um dos grandes conhecedores do Cariri; Cássio, responsável pela construção dos mapas, e Anderson Camargo, cuja amizade, desde a graduação, foi se fortalecendo à medida que avançávamos nos estudos de mestrado e agora de doutorado. Com Anderson, em diálogos profícuos, tive o prazer de partilhar não apenas as angústias da escrita, mas também os sonhos e as resistências que tecemos nessas geografias do Cariri e do Ceará.

Meu agradecimento especial ao professor Ivan Targino pela paciência, pela compreensão e orientação desta tese. Da mesma forma agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) pela possibilidade de criar condições para o aperfeiçoamento deste meu estudo. Faço um registro especial aos professores Marco Mitidiero, Emília Moreira e, sobretudo, a Maria Franco que dedicou seu valioso tempo indicando pistas imprescindíveis para a construção do texto.

Destaco ainda as contribuições precisas e criteriosas dos membros da banca de qualificação e defesa da tese; aos funcionários do PPGG pelo acolhimento e compromisso nas suas funções; aos colegas da turma de doutorado pelos prazerosos momentos de aprendizagem que me ofereceram durante a nossa convivência.

Não poderia deixar de agradecer aos povos do campo, principalmente camponeses afetados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e pelo Cinturão das Águas do Ceará (CAC); gratidão à Dorinha, Seu Otoniel, Seu Babá, Seu Antônio e Cicim Bilau. A história de cada um deles foi fonte de inspiração para concluir este trabalho, além do mais, a convivência com eles trouxe a certeza de viver permanentemente lutando contra as injustiças do Estado e a violência do capital contra os povos do campo, das florestas e das águas.

Por fim, expresso meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) pelo financiamento e apoio irrestrito à realização da pesquisa, como também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em tempos tão sombrios e de ataques sistemáticos à ciência, reitero a necessidade de lutar em defesa das instituições de fomento à produção científica e da educação pública.

RESUMO

Esta tese elegeu os conflitos hidroterritoriais como uma chave para compreender o processo capitalista de produção e suas contradições no espaço agrário brasileiro. Destaca a importância dos rios do Nordeste desde o processo de formação territorial da região e demonstra que o Estado se constituiu como um agente fundamental nas transformações ensejadas no campo. Nesse percurso teórico-metodológico, problematizam-se as principais mudanças jurídicas promovidas pelo Estado na busca por responder não apenas como se comportam os principais atores estatais, mas também procurando evidenciar a sua “aliança” com o capital que se materializa em diferentes processos e escalas. É evidente que essa relação é complexa e multifacetada, mas necessária para compreender seus rebatimentos em frações dos territórios camponeses. Por isso a necessidade de expandir as ferramentas analíticas entendendo o Estado como uma entidade ampla que reflete as assimetrias de poder e os interesses da ordem capitalista. Abstraindo a discussão do Estado em um exercício prático reflexivo, realiza-se aqui uma interpretação do metabolismo histórico-territorial como uma ferramenta analítica que aproxima e põe em permanente diálogo os sujeitos sociais do campo e os territórios investigados. Esse diálogo se realiza em movimentos de (des)continuidades, rupturas e irrupções que foram delimitadas em quatro processos que se atualizam, se sofisticam e prosseguem como em uma fusão de diferentes tempos e espaços: invasão dos territórios; apropriação e expropriação dos bens comuns; desterritorialização dos povos do campo, das florestas e das águas; mercadorização e privatização da água. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo analisar os conflitos hidroterritoriais a partir da redefinição dos caminhos das águas na região do Cariri cearense. Entende-se como conflitos hidroterritoriais o processo de luta pelo acesso e controle das águas e das terras presente desde o período colonial e que continua com uma moderna e extensa rede artificial que redefine os caminhos e aprisiona as águas. Para poder analisar esse processo pleno de contradições, o método escolhido é o materialismo histórico-dialético, pois ele permite apreender e entender a realidade estudada que se encontra em permanente transformação. As tensões desse processo revelaram a conversão de conflitos em lutas políticas que têm sua gênese nas resistências dos povos originários e foi sendo repassada convergindo para a luta dos camponeses sertanejos que, em sintonia com o seu ambiente, situaram-se no seu lugar social onde os rios e a água são fontes de existência e resistência. Assim, é neste contexto historicamente marcado por violência que os camponeses sentem a necessidade de se insurgir apontando outros caminhos e outras possibilidades de vida e de relação com a natureza.

Palavras-chave: Cariri cearense. Conflito hidroterritorial. Estado. Caminhos das águas. Camponês.

ABSTRACT

This thesis elected hydroterritorial conflicts as a key to understand the capitalist production process and its contradictions in the Brazilian agrarian space. It highlights the importance of the rivers in the Northeast since the region's territorial formation process and demonstrates that the State was constituted as a fundamental agent in the transformations brought about in the field. In this theoretical-methodological path, the main legal changes promoted by the State are problematized in an attempt to answer not only how the main state actors behave, but also seeking to demonstrate their "alliance" with capital that materializes in different processes and scales. It is evident that this relationship is complex and multifaceted, but necessary to understand its impact on fractions of peasant territories. Hence the need to expand the analytical tools understanding the State as a broad entity that reflects the asymmetries of power and the interests of the capitalist order. Abstracting the discussion of the State in a reflective practical exercise, an interpretation of the historical-territorial metabolism is carried out here as an analytical tool that brings together and puts into permanent dialogue the social subjects of the countryside and the territories investigated. This dialogue takes place in movements of (dis)continuities, ruptures and irruptions that were delimited in four processes that update themselves, become more sophisticated and continue as a fusion of different times and spaces: invasion of territories; appropriation and expropriation of common goods; deterritorialization of the people of the countryside, forests and waters; commodification and privatization of water. In this manner, this research aims to analyze the hydroterritorial conflicts from the redefinition of waterways in the Cariri region of Ceará. Hydroterritorial conflicts are understood as the process of struggle for access and control of waters and lands, present since the colonial period, and which continues with a modern and extensive artificial network that redefines the paths and imprisons the waters. In order to analyze this process full of contradictions, the chosen method is historical-dialectical materialism, as it allows us to apprehend and understand the studied reality that is in permanent transformation. The concerns of these processes revealed the conversion of conflicts into political struggles that have their genesis in the resistance of the original folks and were passed on, converging to the struggle of the rural peasants who, in tune with their environment, were situated in their social place where the rivers and water are sources of existence and resistance. Therefore, it is in this context historically marked by violence that peasants feel the need to rise up, pointing out other paths and other possibilities for life and a relationship with nature.

Keywords: Cariri cearense. Hydroterritorial conflict. State. Paths of the waters. Peasant.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Açude Thomaz Osterne, Cariri Cearense.....	138
Figura 2	– Fontes e levadas d'água na Chapada	187
Figura 3	– Feira de agricultura familiar em Mauriti	204
Figura 4	– Canal do CAC no Riacho Seco (Missão Velha)	214
Figura 5	– Vale em frente à Barragem Jati	216
Figura 6	– Agricultura familiar no Distrito de São Miguel	226
Figura 7	– Empresa Sítio Paraíso Verde	230
Figura 8	– Camponeses deslocando-se para o trabalho na empresa	235
Figura 9	– Inundação provocada pelo PISF no distrito de São Miguel	241
Figura 10	– Estudantes retornando da escola a pé, ao lado do CAC.....	243
Figura 11	– Camponês colhendo fava em sua roça próximo ao CAC	243
Figura 12	– VPR Vassouras	247
Figura 13	– Placa indicando rota de fuga	249
Figura 14	– Riacho Seco, Missão Velha.....	250
Figura 15	– Riacho São Miguel, Mauriti.....	251
Figura 16	– Riacho dos Porcos, Brejo Santo.....	251
Figura 17	– Manifestação contra o CAC em Missão Velha	257
Figura 18	– Interdição da BR-16 organizado pelo MAB (Brejo Santo)	267

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	–	Localização do Cariri cearense	35
Mapa 2	–	Principais vias de acesso para o Nordeste no Brasil colonial	52
Mapa 3	–	Os caminhos das águas e as estradas do Ceará colonial	99
Mapa 4	–	Os caminhos das águas para os Cariris Novos	122
Mapa 5	–	Eixos de integração hídrica e polos regionais	162
Mapa 6	–	Distribuição dos conflitos hidroterritoriais e as atividades geradoras	173
Mapa 7	–	Distribuição dos conflitos hidroterritoriais por região.....	174
Mapa 8	–	Localização dos territórios analisados, principais rios e eixos de integração de bacias.....	238
Mapa 9	–	Lagoa e Distrito São Miguel (Mauriti).....	240
Mapa 10	–	Olho d'Água e Pau d'Arco (Missão Velha).....	242
Mapa 11	–	VPR Vassouras (Brejo Santo)	246

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Síntese das principais teorias do Estado e suas repercussões no Brasil	91
Quadro 2	– Mudanças nas formas do Estado e os conflitos por água	118
Quadro 3	– Políticas territoriais hídricas a partir dos “Governos das Mudanças”	147
Quadro 4	– Conflitos hidroterritoriais no Ceará	166
Quadro 5	– Uso das fontes da Chapada do Araripe	185
Quadro 6	– Empresas de água mineral no Cariri	189
Quadro 7	– Mauriti, Brejo Santo, Missão Velha: projeção da população urbana, rural e total (2000, 2010, 2020).....	224
Quadro 8	– Mauriti, Brejo Santo, Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de feijão (1989/1999/2009/2019).....	226
Quadro 9	– Mauriti, Brejo Santo, Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de milho (1989/1999/2009/2019).....	228
Quadro 10	– Mauriti, Brejo Santo, Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de mandioca (1989/1999/2009/2019).....	229
Quadro 11	– Mauriti, Brejo Santo, Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de banana (1989/1999/2009/2019).....	229
Quadro 12	– Área e quantidade produzida das principais lavouras permanentes (1989/1999/2019).....	232
Quadro 13	– Projeção de áreas irrigadas e demanda de água	236
Quadro 14	– Violação de direitos provocados pelas obras de transposições	253
Quadro 15	– Conflitos e resistências	260

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução dos conflitos hidroterritoriais no Ceará	164
Gráfico 2 – Vítimas dos conflitos hidroterritoriais	177
Gráfico 3 – Número de contratados no setor da construção civil	223

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Níveis escalares e formas de organização espacial	31
Organograma 2 – Caminho metodológico da articulação dos conflitos.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CAMINHOS E CAMINHADAS	16
1 AS FORMAS DO ESTADO E O DOMÍNIO TERRITORIAL DOS BENS COMUNS	45
1.1 Estado territorial, propriedade privada e o domínio das águas.....	47
1.2 O Estado em sua etapa desenvolvimentista: água como mecanismo indireto de acumulação de capital.....	63
1.3 O Estado na fase neoliberal: a água como instrumento direto de acumulação de capital ..	77
2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CAMPESINATO CEARENSE E OS CAMINHOS DAS ÁGUAS	93
2.1 A gênese do campesinato cearense: o controle das águas e das terras	95
2.2 A seca e as intervenções estatais	108
2.3 A formação do campesinato no Cariri: dos caminhos naturais das águas às “levadas” da cana-de-açúcar	120
3 A NOVA GESTÃO HÍDRICA SOB OS AJUSTES DO MODELO NEOLIBERAL NO TERRITÓRIO CEARENSE.....	141
3.1 O projeto dos “mudancistas”	143
3.2 Conflitos hidroterritoriais no Ceará.....	160
3.3 Apropriação privada capitalista da água na Sub-bacia do Salgado	179
4 CONFLITOS HIDROTERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE	196
4.1 O cercamento das águas e os seus desdobramentos territoriais.....	198
4.2 Planejamento hidroterritorial no Cariri Leste	220
4.3 Resistências: o campesinato não desapareceu sob as águas	254
CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
REFERÊNCIAS	284

INTRODUÇÃO: CAMINHOS E CAMINHADAS

Com a colonização brasileira, a história dos nossos rios foi marcada por ininterruptas intervenções que alicerçaram relações de poder estruturadoras da vida em sociedade, servindo para a reprodução da vida material e construção do território nacional. No percurso que serpenteia diferentes paisagens, os rios foram palco de uma história reveladora da relação do homem com a natureza e consigo próprio. Dessa maneira, coloca-se esta discussão como ponto de partida para refletir o contexto contemporâneo do desenvolvimento capitalista considerando a construção social e humana em torno dos cursos das águas, incluindo diferentes significações simbólicas que incorporam distintas cosmovisões.

Essas questões iniciais têm a ver com o tipo de instituição jurídica que ordena a sociedade. Neste sentido, a análise do Estado figura como categoria fundamental para entender as dimensões espaciais das transformações ensejadas desde o processo de formação territorial do Brasil até a constituição de projetos de desenvolvimentos da atualidade. Assim, a territorialização do Estado materializou ações em diferentes processos e escalas refletindo a dinâmica reprodutiva do modo de produção capitalista.

Posto isso, discute-se a categoria de conflito trazendo os rios aqui referenciados como caminhos das águas, como lócus das ações territoriais do capital estimuladas pelo Estado. Não foi suficiente pensar as águas dos rios apenas como atributo natural, como fluxo ou recurso essencial à reprodução de diversas formas de vida. Trata-se de pensar a água a partir de um ciclo natural e social que se inicia nos nossos corpos e vai evoluindo de acordo com a sociabilidade econômica dominante, sendo atravessado pelo sistema produtivo até as modernas formas de controle, como ocorre atualmente sob o domínio do capital financeiro.

Dissertar sobre o tema envolve inevitavelmente falar de guerras, lutas e resistências que vão se sobrepondo. A disputa pela água produz desigualdades e crises porque o ciclo social e natural da água está permeado de relações de poder. Mas também essa disputa pode produzir avanços civilizatórios com rupturas de lógicas destrutivas e resgates de outras cosmovisões inspiradas nas lutas dos povos tradicionais e na sabedoria dos povos originários e sua concepção de mundo antagônica à ordem capitalista.

Esses apontamentos iniciais trazem a relação entre conflito e água como importante chave para compreender o processo capitalista de produção no espaço agrário e suas contradições. Desse modo, os primeiros caminhos indicam as escolhas pessoais e teórico-metodológicas. O interesse por essa temática se relaciona com diversas motivações que entrecruzam desejos pessoais e profissionais que envolvem desde a busca para entender as

relações socioeconômicas em que estamos inseridos, até mesmo como interagir e agir diante delas.

Acompanhou-se de perto o drama dos camponeses atingidos por grandes obras hídricas em várias regiões do Ceará e presenciamos profundas transformações nos seus modos de vida e nos seus territórios. Como caminhos que se inter cruzam, o ano de 2012¹ marcaria a nossa caminhada nessa empreitada que assumimos e foi se acumulando até a proposta de construção desta tese. Nesse imbricamento de disputas, tem-se, de um lado, os territórios, os movimentos sociais e os pesquisadores engajados e, do outro, o Estado, sob o domínio do capital, com seu discurso salvacionista e ao mesmo tempo ameaçador.

Entre publicações e participações diretas em diversas intervenções ao lado dos territórios, concluímos uma dissertação no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri (UFCA), em 2017, que trata dos efeitos do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) nas comunidades do distrito de Baixio das Palmeiras. Este trabalho foi uma importante ferramenta de resistência das comunidades e um dos primeiros a discutir as obras de transposições na região do Cariri cearense.

Com a vivência proporcionada no PRODER e com a participação no Grupo de Estudo de Agrária (GEA) da Universidade Regional do Cariri (URCA) e no Fórum Popular das Águas do Cariri, realizou-se uma contribuição para um debate sobre uma nova Geografia das Águas na região, apontando as contradições e conflitos de um modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado nesse território a partir de grandes obras de infraestrutura. Foi com esse acúmulo teórico e prático que entramos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) dando início a uma nova caminhada que culmina com a elaboração desta tese.

As disciplinas do PPGG e os diálogos com os professores do programa foram fundamentais para o fortalecimento do arcabouço teórico para definição e aprimoramento do nosso objeto de estudo. As experiências foram se acumulando através de participação de eventos da Geografia, como o Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), em Curitiba, em 2017, na ocasião em que percebemos a luta dos camponeses da América Latina contra o modelo capitalista; o Encontro Nacional de Geografia (ENG) ocorrido em João Pessoa, em 2018, em que tivemos oportunidade de conhecer o Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio

¹Ano em que a comunidade rural que residimos, Baixio das Palmeiras, descobriu que seria atingida pelo Cinturão das Águas do Ceará, iniciando um processo de resistência que se prolonga até os dias atuais.

São Francisco (PISF); o Encontro de Geografia Agrária Cearense (EGACE), em 2018, evento em que discutimos a ampliação da luta pela água em todo território cearense; entre outros.

Os fragmentos dessa caminhada que estão contidos neste trabalho foram ampliados pela pesquisa realizada para a elaboração desta tese. Trata-se de uma pesquisa sobre conflito e água, uma pesquisa sobre nós, o povo do campo, que se passa na região do Cariri, um lugar de muitas nascentes, de onde se iniciam² os caminhos das águas e se vai percorrendo o vasto território que chamamos de Ceará. São os caminhos dessas águas que inspiram a nossa caminhada e aqui fazemos alusão à sensibilidade do poema “Os rios”, de João Cabral de Melo Neto: “Os rios que eu encontro vão seguindo comigo”.

A arte do poeta inspirada na natureza mostra que a água dos rios regam a nossa existência, mas, para o modo de produção dominante, esse sentido é interditado por outros significados, cujo resultados práticos são revelados no fluxo dos rios que não dependem mais de si próprios para correr. Isto, sim, deveria ser motivo para indignação, pois nós nos construímos socialmente em torno da água e todas as civilizações prosperaram nas margens dos rios. Não há como dissociar o ser humano da água e do planeta – se o planeta é constituído com cerca de 70% de água, o nosso corpo também o é, inclusive, na mesma porcentagem.

Depois de apresentar essa caminhada pessoal, o texto segue com a Introdução desta tese mostrando os caminhos abordados que acompanham a seguinte sequência: contextualização argumentativa e problemática, objetivos, concepções teóricas e justificativas, detalhamento do método e da metodologia, recorte espacial da pesquisa e uma rápida descrição da estrutura dos capítulos que compõem essa investigação.

Outrossim, indica-se como problema central da pesquisa o seguinte questionamento: como o Estado, através das políticas públicas hídricas baseadas especialmente em grandes obras, redefine os caminhos das águas na região do Cariri e quais são as suas repercussões no espaço agrário? Para argumentar sobre essa problematização complexa e multifacetada que envolve as ações do Estado e seus rebatimentos em frações dos territórios camponeses, foi necessário expandir as ferramentas analíticas, entendendo o Estado como entidade ampla e complexa na organização da sociedade. O Estado não é uma organização acima da sociedade ou da natureza. Ele reflete as assimetrias de poder e os interesses da ordem dominante.

Para construir esse argumento, a presente tese enraiza-se no reavivamento da teoria marxista que se apresenta como essencial para interpretar o metabolismo histórico territorial da questão agrária brasileira. Propõem-se algumas reflexões que, em diferentes tempos e espaços,

²Ou termina, depende do ponto de vista.

predominaram na estrutura política e econômica do território brasileiro. Em um movimento de continuidades/descontinuidades, rupturas e irrupções, são delimitados quatro processos que se atualizam, se sofisticam e prosseguem como em uma fusão de tempos e espaços: invasão dos territórios; apropriação e expropriação dos bens comuns; desterritorialização dos povos do campo, das florestas e das águas; mercadorização e privatização da água.

Vale destacar que cada etapa não representa um fim, mas um processo de disputa territorial que gera conflitualidades em diferentes momentos da história. Invadir os territórios dos povos originários foi o primeiro processo analisado, seguido de uma violência brutal perpetrada pelos conquistadores europeus que foram implantando um novo modelo produtivo. Com o avanço desse sistema, novas fronteiras foram se abrindo em escala cada vez mais ampliada e, mesmo depois de cinco séculos, o processo de invasão dos territórios originários continua operando sob outros métodos e estratégias³.

Apropriar (apoderar, assenhorar) e expropriar (retirar a posse) são processos que se seguiram à invasão sendo marcada pela introdução da propriedade privada pelos capitalistas europeus nos territórios das populações originárias que passou a ser chamado de Brasil. No início, esse processo se estruturou como forma de controlar os territórios, sendo orientado para a concentração da propriedade da terra. Hoje, o grande capital global usando como ferramenta as estruturas dos Estados é o principal expropriador dos territórios camponeses.

Desterritorializar no sentido de tomar o território é um processo que ocorre com frequência sob o poder do Estado, especialmente quando se trata de arrancar populações inteiras de seu espaço de vivência para construção de grandes obras de infraestruturas. Harvey (2014), analisando o estágio avançado do capitalismo em sua marcha expansionista desterritorializando outras relações não capitalistas, definiu esse processo de acumulação por espoliação. É uma lógica que vai se recriando sutilmente pelo capital, sobretudo com o avanço da doutrina neoliberal que contou cada vez mais com o aparato estatal e com os organismos multilaterais.

A mercadorização e a privatização da água é um processo que raramente se manifesta sem os processos anteriores de invasão, apropriação/expropriação e desterritorialização. Trata-se de uma forma sofisticada de controle dos territórios e das territorialidades através da introdução daquilo que é essencial ao modo de produção capitalista, a propriedade privada e o lucro como formas exclusivas para o uso e o acesso aos bens naturais. No caso da água, a sua

³A Constituição Federal brasileira de 1988 consagrou os direitos dos povos indígenas através da posse das terras tradicionalmente ocupadas. No entanto, a demarcação desses territórios é uma permanente luta dessas populações que continua sendo negada e agora está gravemente ameaçada com o atual governo, cujo discurso vem incentivando as invasões das terras já demarcadas, como também a inviabilização de novas demarcações.

apropriação privada durante séculos operou como um apêndice do controle e domínio da terra. Somente nas últimas décadas é que ela vem se transformando em um instrumento direto de acumulação de capital.

Longe de ser um processo estanque, esse movimento dinâmico é contínuo e vem se retroalimentando com o avanço do capital. É verdade que a condução dessas manobras vão inferir no processo de formação e organização dos territórios emergindo em diversas formas de resistências que transcendem as relações espaço-temporais. Há lugares que continuam sendo invadidos com estratégias semelhantes ao início da colonização portuguesa, da mesma forma que os povos do campo, das florestas e das águas se rebelam contra a tomada dos seus territórios defendendo as florestas e as águas da apropriação capitalista contemporânea.

A partir dessas argumentações iniciais surgiram inúmeras problematizações para a definição do objeto de estudo desta pesquisa. A propósito, as perguntas norteadoras foram se ajustando de acordo com o avanço da tese. Na verdade, as questões iniciais emergiram *a priori* da vivência do próprio pesquisador e foram aprimoradas a partir do contato com o grupo social estudado e, finalmente, definidas a partir das circunstâncias específicas que a pesquisa exige.

Como se trata de um estudo de natureza dialética, sendo necessário enfatizar os aspectos históricos, as contradições, os conflitos e suas raízes, a tese inicia procurando entender qual é a importância dos rios no processo de formação, organização e evolução do espaço agrário brasileiro. Numa abordagem mais genérica com apontamentos sobre o papel do Estado, questionam-se as suas principais mudanças jurídicas, buscando responder como se comportam os atores estatais fundamentais.

Do controle dos rios desde o processo de invasão até a disputa pelo uso das águas estocadas nos açudes e suas intervenções nas obras de transposições de bacias, é debatido o significado da ideia de caminhos das águas buscando explicar a sua importância no processo de formação e evolução do espaço agrário cearense. Seguindo com a discussão no território cearense, uma problematização surgida foi entender como a chamada moderna gestão de recursos hídricos, fruto dos “Governos das Mudanças”⁴, transformou o espaço agrário cearense.

A partir desse ponto, a tese se aproxima do recorte territorial esclarecendo de modo mais abrangente o objeto de estudo. Mas, para isso, uma questão chave foi compreender quais os

⁴ Período da administração estadual do Ceará, iniciado em 1987 com a eleição de Tasso Jereissati ao governo do Estado. Ao término de seu mandato, conseguiu eleger o seu sucessor (Ciro Gomes: 1991-94). Tasso Jereissati assume novamente o governo do Estado por dois mandatos consecutivos (1995-1999; 1999-2002). Apesar de ser filho do senador Carlos Jereissati, Tasso se apresenta como a nova política, em oposição ao ciclo dos coroneis que governaram o Estado durante o regime militar. Isto é, apresentava-se como uma ruptura com o coronelismo e o assistencialismo, propondo uma gestão pública nos moldes empresariais.

efeitos das políticas hídricas estatais nas frações dos territórios camponeses na região do Cariri cearense e como os sujeitos sociais afetados por grandes infraestruturas hídricas resistem ao processo de invasão, apropriação/expropriação e desterritorialização de seus modos de vida.

Foi trilhando os caminhos dessas questões norteadoras que esta pesquisa teve como objetivo analisar os conflitos hidroterritoriais a partir da redefinição espoliativa dos caminhos das águas na região do Cariri cearense. Esses conflitos emergem como relações de poder que se estabelecem e se modificam cada vez que a política estatal afeta os territórios dos povos do campo em um movimento que os transforma e gera novas territorialidades.

Para atingir esse objetivo central, são necessárias questões específicas que irão explicar detalhadamente os conflitos, relacionando-os com outros elementos que são considerados necessários para o debate. O primeiro deles é discutir o papel do Estado tendo a água como centralidade. Procuram-se relações que demonstrem as transformações do espaço agrário brasileiro, especialmente quando se trata da constituição de arcabouços jurídicos para apropriação privada capitalista da água.

Uma ideia assumida por nós se refere à proposta de “caminhos das águas”. Dessa forma, um objetivo específico necessário é compreender a importância desses caminhos no processo de formação, organização e evolução do espaço agrário cearense. É nesta parte da pesquisa que se evidenciam os camponeses enquanto sujeitos históricos e como eles, sejam como vítimas ou como protagonistas no processo de luta e resistência, atuaram na dinâmica de apropriação privada da água.

Para um trabalho que propõe uma análise histórico-territorial e que traz não apenas a sequência de eventos, mas também um conjunto de intervenções que evoluíram ao longo do tempo, é importante delimitar determinados ciclos políticos e econômicos. Nesse contexto, procurou-se identificar aquilo que ficou conhecido como a nova gestão de recursos hídricos do Ceará como consequência dos “Governos das Mudanças” e sua inserção no campo através da imbricação de novos territórios e territorialidades incorporadas ao processo de acumulação capitalista.

Por fim, a tese buscou analisar os conflitos (hidro)territoriais em frações dos territórios camponeses na região do Cariri cearense observando os seus processos de resistências. A noção teórica-política de conflito hidroterritorial foi elaborada como uma construção que pensa a água e o território de modo articulado compreendendo-os como uma relação histórica e cultural. No caso da região do Cariri, a complexidade dos conflitos analisados, em sua maioria promovidos por grandes obras hídricas, vem desencadeando não apenas disputas pela água, mas também

uma infinidade de conflitos que envolve o direito à terra, ao meio ambiente, ao território, ao trabalho, à saúde, à participação política, entre outros.

Essas questões norteadoras serão tensionadas a partir de algumas concepções teóricas que deram corpo ao objeto pesquisado. Na revisão da literatura, procurou-se aproveitar o pensamento crítico já produzido trazendo questões atuais e novos elementos para o debate. Inicia-se com uma discussão do conceito de Estado visto sob uma acepção sociológica na ótica da dominação de classe e da exploração econômica baseada nas leituras de Marx (1985), Engels (2009), Poulantzas (1981), Mascaró (2013), Gramsci (2007), Carnoy (1988), Miliband (1972), Dalari (2000) e Mészáros (2011).

Para entender a essência de classe do Estado discutimos como a propriedade privada moldou o espaço agrário brasileiro desde o período colonial. O ponto de partida são as ideias de Marx e Engels (2007) que já alertavam para as contradições da constituição da propriedade privada sobre a fragmentação de formas coletivistas de produção. Essa observação reflete-se na contemporaneidade quando se verifica que o Estado, através das políticas públicas, aprofunda a reificação da privatização dos bens naturais como a água, antes considerados bens coletivos.

No Brasil, esse processo foi agravado pelas condições impostas desde a invasão e o saque promovido pelos colonizadores. Para eles, esse espaço não passava de um imenso território fornecedor de matérias-primas para os países da Europa. A partir daí, discutem-se os conflitos analisados por intelectuais brasileiros que trouxeram outros elementos para pensar o país: a destruição de outras sociabilidades, a visão emancipacionista com a internalização de diferentes mecanismos de desenvolvimento, a condição periférica e a subalternidade na economia-mundo capitalista, a perversão do poder estatal e o perspectivismo ameríndio.

Com a constituição dos Estados territoriais modernos⁵, busca-se um olhar geográfico sob determinadas condições históricas submetidas aos padrões hegemônicos do sistema dominante. No caso brasileiro, a historiografia do território, analisada de forma dialética, compreende o Estado a partir de seus aparelhos ideológicos não como uma nação e um território para si, como evidencia Moraes (2005), mas submetido a uma condição periférica, cuja dependência em diversos níveis deixou como legado um território apenas como projeto legitimador de dominação dos países do capitalismo central, primeiro dos europeus, depois dos anglo-saxões.

Colocando esses fatos em evidência, o processo histórico demonstra que a apropriação do espaço brasileiro foi se constituindo em uma nação sob os desígnios externos e não para si

⁵O território moderno é estatal e o Estado moderno é territorial.

próprio. Assim, o Estado brasileiro foi assumindo várias formas e, sob o comando das macroestruturas, o seu caráter capitalista foi repercutindo em diferentes estratégias de intervenções que pudessem não apenas manter, como também ampliar esses processos. Eis aqui a chave de nossa proposta sequencial, refletida na produção do espaço agrário e da sociabilidade camponesa que foi invadida, expropriada e desterritorializada.

O Estado não dissimulava suas reais intenções e muitos autores destacavam isso. Marx (1985), por exemplo, ao contrário dos teóricos liberais, que falavam de neutralidade diante dos antagonismos sociais, apontava a posição do Estado como expressão da dominação de classe. É o Estado moderno que cria as condições ideológicas necessárias para a reprodução das relações de produção capitalista. Através das políticas públicas, o Estado realiza intervenções estruturantes e cria um conjunto de normas e leis que transforma os territórios segundo os interesses da acumulação capitalista. É a partir desses questionamentos que fomos instigados a pensar sobre a categoria de território sob a perspectiva de uma “Geografia camponesa das Águas”.

Considerando que a ação do Estado, através das políticas públicas, materializa-se no território, nos apoiamos nesse conceito para compreender as relações de poder projetadas no espaço. Com as leituras de Raffestin (1993), Souza (2013), Saquet (2015), Haesbaert (2015) e Moraes (2005), ao longo deste estudo, mostra-se que as intervenções do Estado promovem profundas transformações territoriais, mas compreendendo também que as relações do poder não estão localizadas somente no Estado, sendo diluídas em diferentes escalas do espaço.

É verdade que o conceito de território é impregnado de controvérsias devido à sua excessiva utilização, abarcando uma ampla reflexão teórica que remete a realidades bastante diversas. Apesar disso, acredita-se que é um conceito que contribui para dar visibilidade aos fenômenos e aos processos que são analisados nesta tese. É com base no território, em uma abordagem múltipla, que se procura fundir a Geografia e a História em uma interpretação do espaço com ótica nos tempos da natureza e nos tempos da sociedade.

Essa abordagem implica compreender o território não somente como um substrato material, mas como um foco integrador que se revela como um campo de forças dando origem a conflitos e resistências. Pensar o território nesse movimento, onde se conjugam múltiplas dimensões das lutas, implica discutir dialeticamente os territórios da dominação, cuja reprodução econômica são funcionais ao sistema dominante. Esta discussão está amparada em modelos em que o capital determina as políticas territoriais e os territórios da resistência em que se efetivam com a reapropriação de todas as esferas da vida diante da dominação capitalista.

Sendo assim, o território reintroduz a questão das lutas de classe enfatizando os diferentes interesses na gestão, usos e acesso aos bens naturais como a água. É o sentido da luta dos sujeitos que (re)existem com a potência de suas territorialidades que emerge uma série de relações conflituosas contra o Estado e o capital. São as territorialidades dos povos do campo, das florestas e das águas e suas representações imateriais (ideias, conceitos, formas de pensar e agir) que dão a base de sustentação dos territórios.

A Geografia ocupa um papel central nesse debate. É com ela que formamos o nosso pensamento para discutir o território observando a conflitualidade entre o campesinato e o Estado em sua imbricação com o capital. É caminhando com autores desse ramo do conhecimento que, ao longo deste trabalho, demonstra-se a manifestação espacial do poder materializada na luta de classe. Tal perspectiva expressa-se nas contribuições teóricas de David Harvey (2014), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Máximo Quaini (1979), Manuel Correia de Andrade (1980), Thomaz Júnior (2010), Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), Marcelo Lopes de Souza (2013), Ruy Moreira (2014), Carlos Walter Porto Gonçalves (2006a) e Rogério Haesbaert (2015).

O diálogo, preferencialmente com autores da Geografia, especialmente de autores marxistas, não significa interditar o debate com outros campos do conhecimento. À medida que avançamos na escrita, percebemos a necessidade de integração com outras bases teórica-metodológicas, pois é quase impossível desenvolver uma pesquisa prescindindo dessa conexão. Dessa forma, a ecologia política, como campo de discussões teóricas e políticas que analisa os conflitos socioambientais, contribui para a construção deste trabalho.

Nessa senda, a ecologia política corresponde a um campo teórico que se fortaleceu a partir da década de 1980, principalmente devido à crescente articulação entre ambientalistas e movimentos sociais no enfrentamento da crise ambiental. Para a ecologia política, os conflitos socioambientais estão relacionados a padrões econômicos e políticos que limitam o acesso aos bens naturais e aos serviços oferecidos pelo ambiente a determinadas populações. Alier (2007) faz críticas aos fundamentos filosóficos da economia neoclássica incorporando elementos da ecologia para compreensão das dinâmicas econômicas e das relações de poder político que caracterizam as sociedades modernas. A geografia e a antropologia, a partir de estudos de casos em escala local, foram centrais para as formulações da ecologia política na medida em que as questões locais foram repercutindo nos níveis nacional e internacional.

Geografia e ecologia política abrem a discussão teórica que foi aprofundada com as questões do campo embasadas teoricamente na Geografia Agrária, cuja vasta produção teórica

introduz a questão da terra como centralidade, apresentando elementos essenciais para entender a acumulação capitalista que particulariza o campo. Esse caminho trilhado, fruto de um acúmulo de análise que marcou o pensamento crítico brasileiro, vem se revigorando com a produção de uma “Geografia camponesa das águas”. Autores como Marcelo Mendonça (2015), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006b), Thomaz Júnior (2010), Emília Moreira *et al.* (2016) e Mitidiero Junior (2016) já vêm evidenciando como a água, em sua inseparabilidade com a terra, expressa as contradições e os conflitos no espaço agrário brasileiro.

Compreende-se a luta de classe como ponto de partida para explicar os conflitos, as disputas territoriais e a luta por modelos de desenvolvimento que garantam sobrevivência e autonomia dos camponeses. Entende-se que o grande desafio do campesinato é o enfrentamento ao capital na medida em que os problemas da questão agrária fazem parte da estrutura do capitalismo que, através de um desenvolvimento desigual e combinado, destrói a sociabilidade camponesa por meio da territorialização do capital no campo, ao mesmo tempo em que recria tais relações, por mais contraditório que seja.

No campo, a manifestação direta desse processo ocorre com as ações do Estado que, agindo nos territórios de forma autoritária, asseguram as condições necessárias para o controle da terra e da água, garantindo o exercício de poder dos grandes grupos econômicos sobre os camponeses. É por isso que a categoria de conflito se mostra como uma chave de interpretação essencial para esta tese. O conflito é compreendido como processo inerente da questão agrária e faz parte da própria ordem estrutural do desenvolvimento capitalista. A luta contra o capital, necessária para minimizar as desigualdades, gera conflitos permanentes, posto que, onde o capital se territorializa, o campesinato tende a se desterritorializar, resultando em lutas e resistências.

Sendo o conflito nos territórios camponeses um importante elemento da questão agrária, traça-se uma linha histórica para compreender como “os novos territórios da água” são submetidos de forma direta e indireta à violência institucionalizada do Estado. O conflito, nesse sentido, expressa o processo dialético e sua análise é um importante passo teórico-metodológico, dado que apresenta diversas possibilidades teóricas. Os conflitos estão na raiz da luta de classe que, no caso do campo brasileiro, se apresenta na disputa entre os grandes proprietários de terra, transformados também nos “donos das águas”, e os camponeses sem acesso aos meios de produção, expropriados dos seus bens naturais de uso comum e de seus espaços de vida.

O conflito revela relações sociais permeadas de poder e o Estado, à medida que foi se complexificando com o discurso de mediar os conflitos, acabou intensificando essas disputas. O conflito, portanto, é a reação a formas de controle do modo de produção capitalista e surge a partir de lutas e resistências que deveriam ser minimizadas pelo Estado que, muitas vezes, não abre mão da violência como forma de controlar o conflito⁶ (GIRARDI; FERNANDES, 2009).

A abordagem fundada nos conflitos territoriais consiste num fio condutor que é, ao mesmo tempo, teórico e empírico. Embora não se tenha aqui a pretensão de mapear todos os conflitos territoriais hídricos em escala regional ou local, tem-se como exemplos alguns casos indicando a distribuição temporal e territorial deles com o objetivo de fazer uma leitura territorial dos conflitos hídricos no estado do Ceará.

Como os conflitos em análise estão relacionados à questão da água, acrescenta-se o “hidro” ao territorial, em virtude de que tais conflitos têm aumentado numa proporção significativa. Esses conflitos hidroterritoriais majoritariamente envolvem grandes obras hídricas e afetam de forma direta comunidades tradicionais, camponeses, indígenas, ribeirinhos e quilombolas, aprofundando as violações de direitos, gerando desterritorialização e desorganização do modo de vida.

Para chegar à ideia de conflitos hidroterritoriais, foram utilizadas referências tanto da ecologia política, como da geografia crítica, colocando na centralidade a água pensada articuladamente enquanto definidora de território e como uma categoria teórico-política. A proposta dessa construção teórica procura vincular as problemáticas associadas à água com as transformações territoriais, abordando os conflitos por água a partir das leituras sobre o território e os processos de territorialização. Em outras palavras, pretende-se estabelecer uma compreensão do território que possa entender de forma mais complexa as disputas existentes em torno da apropriação privada da água.

O processo que ensejou a constituição do mundo moderno consagrada pela dominação da natureza e exploração do trabalho nas colônias foi se estabelecendo com extrema violência que marcou as relações sociais e de poder nesses territórios. Contudo, a imposição dessa racionalidade, que tinha a guerra de extermínio como tática de epistemicídio, pretendeu encobrir todo o conjunto de saberes locais dos povos originários e tradicionais, mas esse projeto não foi efetivado pela capacidade de (r)existência dessas populações que até hoje provocam outras possibilidades epistêmicas e teóricas em relação à água.

⁶Conflito e violência não são sinônimos: conflito é o choque ou enfrentamento de duas ou mais partes, enquanto violência refere-se ao ato de empregar força física ou intimidação moral contra alguém ou um grupo de pessoas.

Dessa forma, a noção “hidroterritorial” se deve à própria natureza do conflito que ocorre não apenas pela disputa da água, mas pela íntima relação que se estabelece entre água e território. Pelo menos é o que vem ocorrendo com dezenas de territórios camponeses da região do Cariri cearense. Com a chegada de duas grandes obras hídricas, o Projeto de Integração do São Francisco (PISF) e o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), novos conflitos passaram a ocorrer em territórios marcados por velhos conflitos: disputa de terra, luta por território, meio ambiente, avanço da urbanização e relações de trabalho. O que diferencia agora é a sobreposição de conflitos sob um discurso de que essas obras “salvacionistas”, apesar das contradições e dos impactos socioambientais, são necessárias, pois vão levar água para quem tem sede, segundo a narrativa do Estado.

É nessa combinação de novos/velhos conflitos com temporalidades e territorialidades distintas, mas que se inter cruzam, que é direcionada a discussão para a região Nordeste, seguindo para o Ceará e finalizando em frações dos territórios camponeses do Cariri cearense. A análise dos conflitos hidroterritoriais aqui apresentada não focou na questão hídrica a partir da sua escassez, como é realizada com frequência nas pesquisas sobre o semiárido nordestino. Sabe-se da importância de discutir a escassez pela ótica do ambiente e da política e isto foi feito parcialmente neste trabalho, tratando a escassez como discurso ideológico. No entanto, o nosso exercício conceitual pensa a água em termos de conflitos, problematizando as desigualdades no acesso, os problemas na gestão e nos diferentes usos e nas contradições dos diferentes modelos de desenvolvimento.

É óbvio que em regiões com histórico de escassez os conflitos tendem a se potencializar pela disputa da pouca água. Entretanto, os conflitos também podem estar localizados em regiões com grande potencial hídrico. Por exemplo, o estado do Ceará, que possui 92% do seu território sob influência da semiaridez, concentra graves conflitos nas áreas que possuem grandes reservatórios. Nesse sentido, vale destacar que existe uma questão agrária no Ceará que se relaciona com a questão hídrica, não podendo ser vista apenas sob as condições climatológicas.

Com isso, pretende-se verificar, ao longo deste trabalho, os processos de desenvolvimento das forças produtivas no campo, fazendo uma reflexão histórica das inúmeras formas de conflitos que desterritorializaram os camponeses. No Ceará, os conflitos hidroterritoriais serão vistos como resultado das desigualdades historicamente estabelecidas a partir do acesso e da apropriação da água. Observa-se que esses conflitos são um processo indissociável do desenvolvimento capitalista no campo que vem se acirrando com a construção de grandes obras hídricas, marcadas por processos violentos de expropriação camponesa.

Com um conjunto de dados secundários e primários que tratam da temática, foi elaborada uma tabela incluindo os conflitos hidroterritoriais no Ceará de 1995 a 2019. A base de organização da análise dos dados foi inspirada principalmente nas informações obtidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A análise, de um modo geral, indicou uma tendência de aumento dos conflitos nos últimos anos especialmente em regiões que concentram grandes obras hídricas e/ou áreas de atividades econômicas hidrotensivas como o agronegócio, a mineração, a indústria de base e o turismo de massa aliado à especulação imobiliária.

Não há como desvincular a análise desses conflitos sem falar da participação direta do Estado. No caso do Ceará, o final da década de 1980 é um período definidor dessa relação quando o estado iniciou uma nova forma de gestão política que ficou conhecida como os “Governos das Mudanças”. Com profundas perturbações no ordenamento econômico e territorial, “os mudancistas”, dominando a máquina estatal sob o signo do neoliberalismo, desenvolveram uma política de contenção dos gastos públicos com imposição de um conjunto de reformas e ajustes fiscais e financeiros que repercutiram diretamente no debate sobre a questão hídrica.

Com mais de três décadas de domínio, esse grupo político segue alinhado com novos setores da economia que engendram a reprodução do capital no campo em espaços cuidadosamente selecionados e subsidiados pelo Estado. Com um conjunto de programas e empréstimos financeiros aos organismos multilaterais, o Ceará foi se tornando um laboratório do discurso “mudancista” sob uma “nova/velha” forma de governar que, através da chamada gestão moderna de recursos hídricos, transformaria um espaço agrário marcado pelo atraso em uma das regiões mais promissoras para a acumulação capitalista.

Hoje, o resultado econômico desse modelo é “exitoso”: o estado dispõe de 14 perímetros irrigados, oito deles⁷ entre os mais modernos do Brasil com orientação privada produzindo principalmente frutas para exportação. O grande diferencial para essas transformações foi, com certeza, a política hídrica que, priorizando um modelo de gestão de água baseado em megas obras de infraestrutura, dispõe de uma capacidade de armazenamento de aproximadamente 18 bilhões de metros cúbicos, com 153 açudes⁸ e dez transposições de bacias.

Enquanto isso, a marcha expansionista do capital, através de agronegócio, mineração, indústria de base e turismo de massa, segue conduzindo sua lógica irreconciliável com outras formas de vida. Ela suga toda a água possível para transformá-la em mercadoria, gerando

⁷Baixo Acaraú, Curu-Paraipaba, Curu-Pentecoste, Tabuleiro de Russas, Araras Norte, Jaguaribe-Apodi, Morada Nova e Icó Lima Campos (MUNIZ, 2016).

⁸Dos 20 maiores açudes do Nordeste, 12 estão no Ceará.

conflitos que se multiplicam em todas as regiões do Ceará. Por conseguinte, é possível depreender que os conflitos hidroterritoriais expressam uma chave para pensar a Geografia Agrária cearense no século XXI. O que está em jogo é o monopólio da água. Isto impõe a necessidade de refletir criticamente sobre as contradições materializadas em frações dos territórios camponeses.

Outrossim, também se entendem os conflitos hidroterritoriais como um processo de luta permanente nos caminhos das águas do Ceará que começou com os povos indígenas e continua com uma moderna e extensa rede artificial que redefine os caminhos das águas. É nesse sentido que o método escolhido é essencial para o processo de construção da tese, pois é ele que orienta a posição política do pesquisador.

Neste trabalho, o materialismo histórico-dialético é o método que melhor se adequa às nossas reflexões, sendo compreendido como um processo dinâmico e aberto capaz de conduzir uma explicação coerente com a realidade em permanente transformação. Foi seguindo os caminhos desse método que conseguimos mostrar as contradições e conflitos no campo como decorrência da luta por diferentes visões de gestão, usos, apropriação e acesso à água.

Com a escolha desse método, não se pode fugir da intencionalidade, uma vez que ela se revela ao longo do texto e se direciona a defender uma visão de mundo com uma posição definida ao lado dos camponeses atingidos por grandes obras hídricas e desterritorializados de seus modos de vida. Conforme exprime Diniz (2008), é por essa razão que os pesquisadores da Geografia Agrária brasileira utilizam o materialismo dialético como método de interpretação e o materialismo histórico como teoria para entender a nossa relação no território e os conflitos de classe que ocorrem no campo.

Nas formulações de Karl Marx, o materialismo histórico-dialético não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos. O autor desenvolveu uma teoria científica que é usada como instrumento de transformação social, onde a realidade é interpretada e também transformada. Isso resulta em um caráter duplo onde teoria e prática se encontram atravessadas em um movimento constante (LESSA; TONET, 2011).

Mas é preciso cuidado para equilibrar a relação entre o concreto e o abstrato, pois as descrições empíricas precisam caminhar com o discurso teórico para não se correr o risco de substituir o fato concreto pelo conceito abstrato ou alterar o conceito em nome de uma realidade em que não se enquadra. Foi o método escolhido que permitiu estabelecer relações estruturais buscando as contextualizações necessárias numa visão materialista da história. O método reflete

a teoria que sustenta e orienta a investigação que foi se organizando com o auxílio dos procedimentos metodológicos.

Na metodologia, inseriu-se, ao mesmo tempo, o método, a teoria e os instrumentos operacionais do conhecimento que foram organizados para uma melhor apreensão da realidade. Não se tratam, pois, de processos descolados, mas de um esforço teórico metodológico que aproxima e põe em permanente diálogo os sujeitos e os territórios investigados. A metodologia não se resume apenas à transposição de modelos que são replicados com pequenas variações; mais que isso, a metodologia deve estar articulada com todos os elementos que compõem o conjunto da tese (MINAYO, 1994).

Inicialmente, faz-se uso de uma metodologia de natureza exploratória com objetivo de familiarizar-se com o fenômeno a ser investigado, procurando identificar padrões e ideias para o processo de investigação. Essa etapa foi importante para que fosse possível dar sustentação ao processo seguinte da pesquisa, pois não seria possível elaborar questões e estabelecer problemas sem o cumprimento dessa etapa fundamental para ter um diagnóstico geral das condições do ambiente e dos sujeitos sociais que fizeram parte da pesquisa.

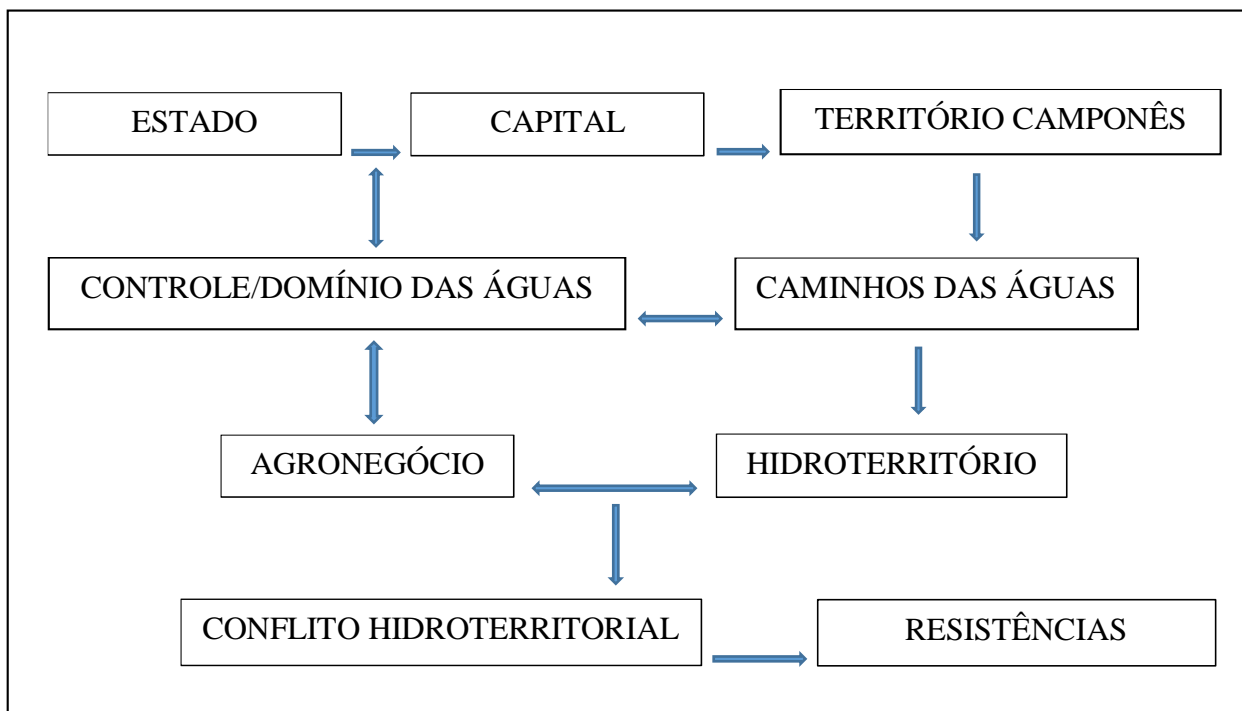
Nessa fase, são descritos fatos importantes e percebidos alguns fenômenos daquela realidade. Com um enfoque crítico, dentro de uma visão histórico-materialista, realizou-se uma análise qualitativa com apoio em dados quantitativos. Reitere-se que os fenômenos estudados foram verificados empiricamente e que muitos deles não puderam ser quantificados objetivamente, necessitando de uma interpretação de forma mais ampla. Isto significa dizer que a abordagem qualitativa prima pelo processo e não simplesmente por resultados em dados concretos.

A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético, não ficou só na compreensão dos significados que surgiam de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simples, superficial, estética. Buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais (TRIVIÑOS, 1987, p. 130).

A citação acima destaca, além do enfoque dialético, a importância de trabalhar sob uma perspectiva fundada na conexão de diferentes fatos com o objeto estudado. Mas isto precisa ser realizado com o substrato empírico, tendo o cuidado na observação da complexidade das formas de organização espacial reconhecendo a sua historicidade. Pensando nessa direção, o Organograma 1 sintetiza o caminho metodológico indicando as escalas trabalhadas na tese, contemplando desde as formas de organização do espaço, o papel dos atores hegemônicos no

processo de dominação e apropriação da água até chegar à escala das frações dos territórios camponeses.

Organograma 1 – Níveis escalares e formas de organização espacial.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A imbricação do Estado em aliança com o capital enredada na produção de conflito permite reconhecer a historicidade da organização territorial e seu alcance no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a ideia do organograma é demonstrar como os diferentes níveis de escala se relacionam e atuam nos conflitos hidroterritoriais. Essa observação permite compreender as diferentes escalas dos conflitos, reconhecendo a sua intensidade desde as frações dos territórios camponeses. Nesta mesma direção, corrobora-se com a visão de Pinto (2018, p. 218):

Estudiar la escala política de estos conflictos tiene que ver con reconocer el grado de intensidad política lograda por dichos conflictos. A partir de la comprensión de la capacidad diferenciada de las acciones de los actores para incidir en diferentes escalas, se abre un prolífico camino para desarrollar una metodología de estudio de los conflictos que permita analizar la capacidad de articulación y organización de sus protagonistas.

As mediações entre as diferentes escalas, indo do local até os processos globais, buscam superar a visão restrita do conflito em um território. No entanto, para fazer essas mediações entre os diferentes níveis de escala é preciso saber operar as categorias e os conceitos usando corretamente a caixa de ferramentas. Dessa maneira, se a teoria marxista, como método,

apresentou-se como necessária para interpretação dos conflitos hidroterritoriais, a metodologia foi o seu complemento e deve ser baseada em uma composição de estratégias e técnicas que possa dar conta da realidade com maior profundidade.

Por conseguinte, a definição dos procedimentos metodológicos para a construção da tese teve um percurso que se iniciou com um levantamento bibliográfico e documental através dos meios digitais, além de pesquisas em bibliotecas. A revisão da literatura foi sendo iluminada pelas atividades de campo que possibilitaram a coleta de dados e informações instrumentalizadas em entrevistas semiestruturadas que foram conduzidas e adaptadas de acordo com o avanço dos diálogos com os sujeitos.

A análise bibliográfica e documental forneceu a possibilidade de reunir grande quantidade de informações sobre os efeitos das políticas hídricas em todo o estado do Ceará. Permitiu, por exemplo, demonstrar os efeitos das grandes obras hídricas nos modos de vida das populações do campo afetadas por esses empreendimentos. Apesar de ter encontrado um conjunto de dados secundários (combinados com dados primários), articulados com informações quantitativas obtidas por diversas fontes, houve uma enorme dificuldade em se obter pesquisas científicas sobre o objeto de estudo nos três municípios pesquisados. Não obstante, foi possível encontrar elementos importantes em veículos de informação local e na historiografia regional.

A revisão bibliográfica e documental, fazendo as devidas conexões com o território pesquisado, permitiu uma familiarização com o tema central do estudo. Ela foi imprescindível para perceber a historicidade das transformações da política hídrica. A análise textual foi realizada com o histórico de leis, relatórios, decretos e documentos fornecidos, especialmente pelos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), Instituto Agropolos do Ceará, Banco Mundial, entre outros.

Com os dados, elaborou-se parte importante dos pressupostos da investigação. Eles foram organizados em gráficos, tabelas, mapas e quadros que estão distribuídos ao longo da tese, funcionando como importante estratégia visual que complementa as análises do texto. Acrescentou-se ainda um importante material (teses, dissertações e artigos) sobre conflitos pela água na América Latina, no Brasil e na região Nordeste, onde destacam-se os estudos no território cearense, a exemplo dos trabalhos de Cavalcante (2019), Campos (2019), Brito

(2016), Cosme (2020), França (2018), Freitas (2018), Muniz (2016), Saboia (2015) e Vasconcelos (2015).

Simultaneamente ao processo de revisão da literatura, as primeiras visitas de campo ocorreram ainda no final do ano de 2017, quando procurou-se localizar territórios em situações de conflitos. Nesse processo inicial, todos os caminhos levavam para os locais situados às margens dos canais do PISF e do CAC – era de lá que vinham todas as informações sobre conflitos. O acesso a esses territórios só foi possível após estabelecer contato com pessoas conhecidas, especialmente ex-colegas de universidades e pessoas indicadas por militantes dos movimentos sociais. Esses contatos possibilitaram a indicação dos nossos informantes.

Antes de detalhar as atividades de campo e da coleta de dados, é preciso destacar o recorte territorial da tese. Como as primeiras incursões indicavam para uma análise sobre territórios no entorno do CAC e do PISF, dado que essas obras estão na centralidade dos conflitos hidroterritoriais da região, a porção leste do Cariri foi selecionada para dar base à formulação do problema apresentado.

Quatro motivos motivaram a escolha dessa área: o primeiro deles foi o local estratégico que tem sido para execução das obras – há municípios que são afetados tanto pelo PISF, como pelo CAC; o segundo diz respeito às disposições das águas subterrâneas ofertadas pelo aquífero Missão Velha, o maior e mais importante do Cariri; o terceiro motivo, intrinsecamente ligado aos anteriores, refere-se à dinâmica produtiva, sobretudo proporcionada pelo papel que a agricultura irrigada vem ganhando na região, especialmente a fruticultura irrigada; por fim, o quarto motivo é a ausência de estudos científicos sobre as imbricações desses recentes fenômenos nessa porção territorial do Cariri.

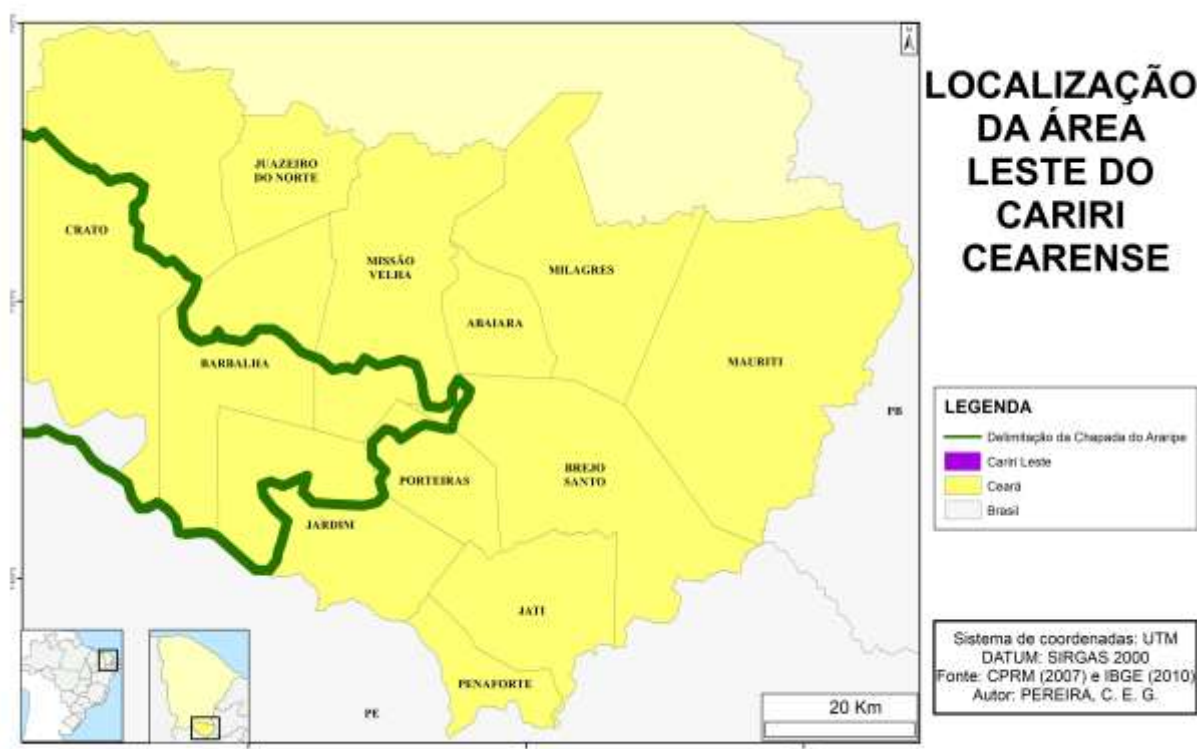
O recorte territorial não foi orientado pelas delimitações oficiais do Estado na medida em que se poderia incorrer em incoerências com as categorias geográficas analisadas neste estudo. Embora se reconheçam as diversas regionalizações propostas pelos órgãos estatais, tais como a proposta do Ipece, a do IBGE e, mais recentemente, da Região Metropolitana do Cariri (RMC), sabe-se que cada uma possui interesses específicos. Da mesma forma, quando relacionada à questão hídrica, não acatamos a “regionalização” proposta pelo Comitê da Sub-bacia do Salgado por entender que os rios e as águas, em seus fluxos naturais, não podem ser divididos conforme o desejo daqueles que controlam as estruturas do Estado.

Nesse sentido, o Mapa 1 apresenta nove municípios da porção leste do Cariri (Missão Velha, Milagres, Abaiara, Brejo Santo, Jati, Porteiras, Jardim, Penaforte e Mauriti), que possuem um perfil socioeconômico semelhante com destaque para a agricultura familiar, além

de importantes transformações motivadas pela chegada de relevantes obras de infraestruturas hídricas e de transportes. Em alguns deles já é possível verificar a territorialização do capital através do agronegócio e novas formas de apropriação privada capitalista da água.

Incluiu-se nesse recorte territorial o triângulo Crajubar formado pelos três principais municípios do Cariri: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Embora a nossa reflexão empírica tenha priorizado Brejo Santo, Mauriti e Missão Velha, não podemos desconsiderar os elementos históricos concretos no processo de organização e ocupação do território. São municípios que tiveram papel marcante na viabilização das políticas estatais, além de serem lócus importante no processo de resistência que vem se desencadeando em relação aos conflitos hidroterritoriais no Cariri cearense.

Mapa 1 – Localização do Cariri cearense.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Ainda que crítico às delimitações estabelecidas pelo Estado, conforme a visão da classe dominante representada por um Cariri que desconsidera a cartografia dos povos originários que viviam neste território, o Mapa 1 retrata os 12 municípios que foram percorridos para a construção desta tese. Seguindo o trajeto dos caminhos das águas, foram visitados dezenas de territórios e, na procura de conflitos, observou-se a potência camponesa do Cariri. Foram identificadas várias transformações territoriais, fazendo registros dos principais rios, riachos e suas nascentes. Foram percorridos muitos quilômetros até definir três territórios para aprofundamento da pesquisa dispostos nos municípios de Missão Velha, Brejo Santo e Mauriti.

Os três municípios fazem parte da Sub-bacia do Salgado⁹ e dispõem de uma diversidade de rios e riachos que brotam da Chapada do Araripe, deixando em seus caminhos camadas de matéria orgânica conformando condições propícias para a atividade agrícola. A singularidade do elemento água na área deste estudo e toda sua repercussão no ciclo hidrológico tem relação

⁹Dos 23 municípios que compõem a Sub-bacia do Salgado (Abaiara, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Cedro, Crato, Granjeiro, Icó, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Milagres, Penaforte, Porteiras, Umari e Várzea Alegre), Mauriti é o primeiro no ranking e Missão Velha o quinto.

direta com a Chapada do Araripe que, além da presença marcante da água, apresenta uma enorme diversidade paisagística com perfis de vegetação que variam da Mata Atlântica, Cerrado, Cerradão e Caatinga.

A Chapada do Araripe é um platô com altitude média de 800 metros. Sua estrutura geológica e geomorfológica, além de determinar a formação dos caminhos das águas, se constitui como um divisor de águas entre três estados nordestinos a partir das bacias hidrográficas dos rios Jaguaribe ao norte, no Ceará; São Francisco ao sul, em Pernambuco; e Parnaíba a oeste, no Piauí. Essa expressiva formação geológica cobre, no sentido leste-oeste, uma superfície de aproximadamente 180 quilômetros de comprimento com largura variável entre 30 e 80 quilômetros (MENEZES, 2007).

As chuvas que caem no topo da Chapada se infiltram em camadas de arenitos permeáveis até chegar em uma formação impermeável com leve inclinação para o lado do Ceará, no Cariri. É nesse rebordo setentrional da chapada que jorram 293 fontes de águas cristalinas. Essa água forma o complexo sistema de aquífero da Bacia Sedimentar do Araripe que é dividido em três porções: o aquífero superior, constituído pelas fontes que ocorrem na encosta da Chapada; o aquífero inferior, que está situado nos limites da Bacia Sedimentar do Araripe¹⁰ com o planalto sertanejo; e o aquífero médio, formado pelos rios e riachos que formam a Sub-bacia do Rio Salgado e drenam a água pelo vale do Cariri.

A maior parte da drenagem superficial da região do Cariri é feita pela Sub-bacia do Rio Salgado¹¹ que possui uma área de 12.216 km². Pertencendo à bacia hidrográfica do Jaguaribe, é formada por um grande número de cursos de água com destaque para o riacho dos Porcos que drena as águas dos municípios de Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Porteiras, Jardim e Jati; e o Rio Salgado que recebe às águas do riacho dos Porcos e de outros rios como o Batateiras, Carás e Granjeiro (Crato), Salgadinho (Juazeiro do Norte), Salamanca e Santana (Barbalha), riacho Seco e rio Missão Velha (Missão Velha) (CPRM, 2012).

No topo da Chapada, parte da água da chuva escorre pelas estradas carroçais formando verdadeiros “caminhos de água” para encher os “barreiros” que abastecem pequenos povoados e dessedentam os animais. Outra parte da água da chuva se infiltra e ressurge nas fontes que vertem para o vale serpenteando em dezenas de rios. Foi esse tesouro ofertado pelo Araripe que os povos pré-históricos que caminhavam pelo Nordeste consideraram como sagrado. Entre um ambiente inóspito como é a Caatinga, os povos em trânsito permanente seguiram os caminhos

¹⁰A Bacia Sedimentar do Araripe cobre uma área de cerca de 11.000 km² englobando parte dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí.

¹¹À oeste, as águas da Chapada formam a Sub-bacia do Alto Jaguaribe.

das águas procurando refúgios em áreas mais úmidas e chegaram ao Araripe. Eram espaços como este, escondidos no interior do continente, que os povos Kariris¹² chamavam de Vapabuçu e os Tupis de Terra sem Males.

Nesses caminhos das águas, os povos originários deixaram marcas de suas passagens em pedreiras, cavernas, margens dos rios, riachos e fontes d'água. A pesquisa de Limaverde (2015) confirma, com prospecções arqueológicas, que essas populações penetraram na região seguindo os leitos dos rios intermitentes. Seguramente, esses caminhos das águas também foram percorridos pelos invasores que ocuparam e povoaram a região. Os documentos oficiais do Estado, especialmente as datas de sesmarias, demonstram que os primeiros colonizadores ocuparam as margens dos rios, riachos, lagoas e fontes de água: o coronel João Mendes Lobato e Bento Correia Lima, no Riacho dos Porcos; Bento Diniz Barbosa e João Corrêa Arnaud, em Missão Velha; Manoel Rodrigues de Ariosa, em Porteiras, antigamente Lagoa de Ariosa; João de Souza Gularde, na Lagoa de Luiz Corrêa; e João de Miranda Medeira, no Miranda; entre outros.

O objetivo dos invasores para ocupar esse rico ambiente seria limpar o território do povo Kariri que vivia em conflito e, ao mesmo tempo, com trocas culturais entre os Tupis e a nação Tapuia¹³. Segundo Oliveira (2017), os tapuias são originários da bacia amazônica e chegaram à região subindo os afluentes do rio São Francisco (riacho da Brígida e do Pajeú) e ocuparam todo o vale do Rio Salgado e Riacho dos Porcos. O Cariri cearense estava inserido no que ficou conhecido como Terra dos Tapuias que representa uma categorização dos povos falantes das línguas Kariri: *Kipeá*, *Kiriri*, *Dzubukuá*, do tronco linguístico *Makro-Jê*. Os Kariris ocupavam uma grande área que abrangia os sertões do nordeste da Bahia, as ribeiras e ilhas do Rio São Francisco; os sertões da Paraíba, a região de Cabrobó, em Pernambuco, até os Cariris Novos.

Os Kariris eram povos das águas. Sua relação com este elemento transcendia os aspectos da materialidade, havendo uma forte dimensão sagrada que foi se transformando e se fundindo com a crença cristã trazida pelos invasores. Há várias versões de mitos e lendas que até hoje permeiam o imaginário da população do Cariri. Uma delas dá conta de que a Chapada do Araripe era um portal para um lago encantado, cuja única entrada estava protegida pela Pedra da Batateira. Se este lugar fosse profanado, a pedra se soltaria, jorrando água suficiente para inundar todo o Vale do Cariri. Limaverde (2015) explica que, neste tipo de narrativa, há

¹²Quando nos referimos ao povo Kariri escrevemos com K para diferenciar do ambiente/território Cariri com C, embora isso não seja regra.

¹³Tapuia se diferenciava de Tupi representando a sua antítese projetada de forma negativa.

elementos indígenas, como as mães d'água, e também elementos das narrativas cristãs como o dilúvio e o apocalipse¹⁴.

É fato que a nação Kariri chegou nesse território pelos caminhos das águas, mas, com a invasão colonial, esses caminhos foram dominados pelos colonizadores que expulsaram os povos originários¹⁵ e estes passaram a vagar à procura de refúgios passando por um intenso processo de deslocamento em busca de novos caminhos das águas, fixaram-se temporariamente em outras áreas úmidas, até serem novamente expulsos ou exterminados pelos colonos. A relação dos povos Kariris com a água e com o ambiente do Araripe originou a diversidade cultural dos territórios camponeses do Cariri da mesma forma que o choque cultural com os invasores resultou nas práticas de resistências e enfrentamentos nos séculos seguintes.

Dessa forma, os remanescentes dos povos Kariris foram se incorporando gradativamente ao processo de apropriação capitalista imposto pelos invasores e, através de um intenso processo de aculturação, transformaram-se em “caboclos”, ocupando parte dos “pés de serra”. Apesar da tentativa de assimilação e de apagamento realizado pelo Estado que documentava a extinção dos povos indígenas no Ceará ainda no século XIX, eles foram repassando as lendas e mitos das águas e do Araripe através da sensibilidade, da intuição, da memória e da diversidade de saberes que os camponeses carregam.

Um importante processo de usurpação e espoliação do território Kariri foram as missões religiosas dirigidas pelos frades capuchinhos, principalmente franceses e italianos. Os aldeamentos religiosos se deram nas proximidades dos caminhos das águas e, entre os mais importantes, destacaram-se a aldeia dos brejos às margens do Rio Grangeiro, onde hoje se encontra a praça central da cidade de Crato, e o aldeamento das missões da Cachoeira, atualmente Missão Velha¹⁶. Esse contato dos missionários e colonos com os povos indígenas provocou um choque de racionalidade. Daí foi estabelecido um regime de propriedade nas águas que se pode considerar como o primeiro grande conflito por água no Cariri.

São esses caminhos naturais das águas percorridos pelos povos originários, seguidos por colonos invasores e missionários religiosos, que se transformaram não apenas em espaços produtivos para criação de gado, cana-de-açúcar e agora agricultura irrigada, mas também em territórios de disputas e conflitos, cujo entorno foi marcado por invasões, expropriações e

¹⁴Essa fusão mítica influenciou importantes movimentos religiosos, como, por exemplo, Antônio Conselheiro que, em sua passagem pelo Cariri, negociando cachaça, escutou dos caboclos do pé de serra a lenda da “Pedra da Batateira”, a qual fundamentaria uma conhecida profecia que pregava pelos sertões da Bahia: “O Sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”.

¹⁵Destaca-se como marco a chamada Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris, que é descrita posteriormente neste trabalho.

¹⁶De acordo com André (2018), os primeiros catequistas chegaram em Missão Velha entre os anos de 1723 e 1724.

apropriações. Assim, defende-se que esses caminhos continuam em disputas e estão sendo redefinidos pelo Estado através das inúmeras obras hidráulicas e instrumentos jurídicos que normatizam a chamada moderna gestão de recursos hídricos do Ceará. São esses processos que instigam os presentes questionamentos sobre os efeitos da artificialização desses caminhos das águas e sua repercussão no debate agrário do Cariri cearense.

Certamente, é em função das condições físico-ambientais e dos fenômenos socioculturais que o Cariri insere-se como um espaço privilegiado para a compreensão dos conflitos que vêm se processando desde a invasão colonizadora¹⁷. É por isso que se parte de um enfoque crítico-participativo com visão histórico-estrutural e dialética para analisar os conflitos hidroterritoriais contemporâneos. A partir da necessidade de conhecer a realidade, buscando transformá-la em processos contextuais e dinâmicos, foram definidos três territórios para aprofundamento da pesquisa: Olho d'Água de Fora e Pau D'Arco, Vila Produtiva Rural (VPR) Vassouras e sede do distrito de São Miguel, localizados, respectivamente, nos municípios de Missão Velha, Brejo Santo e Mauriti.

Os territórios Olho d'Água de Fora e Pau D'Arco possuem 158 famílias e são afetadas pelo CAC; a VPR Vassouras, afetada pelo PISF, possui 145 famílias reassentadas; e, a sede do distrito de São Miguel, impactado também pelo PISF, possui 112 famílias. Esses territórios expressaram empiricamente o conjunto de atributos naturais e sociais do Cariri cearense trabalhados no decorrer deste estudo, desde a luta no processo de formação das comunidades camponesas até os problemas provocados pela inserção de uma nova dinâmica produtiva, impulsionada, sobretudo, por essas infraestruturas hídricas.

Após a definição desses territórios, o trabalho aproxima-se dos interlocutores, a partir daí, foram marcadas as primeiras visitas. Esta etapa foi guiada pelas observações livres fazendo algumas anotações no caderno de campo e descrevendo informações gerais que eram julgadas relevantes. Foi então que se definiram quais questões poderiam ser aprofundadas, elaborando, em seguida, um esquema que serviu de base para construção e aplicação das entrevistas semiestruturadas.

As primeiras visitas para aplicação das entrevistas representaram a teoria em ação e foram consideradas como uma etapa que, tanto o pesquisador, como os integrantes das comunidades, a partir de diálogos individuais ou em pequenos grupos, levantaram problemas que foram discutidos com todos os participantes. Após estabelecer prioridades, captou-se a

¹⁷ Brito (2016), em sua obra, faz uma discussão sobre a sobreposição de conflitos territoriais na região do Cariri cearense.

aparência do fenômeno e, com apoio na base teórico-metodológica, buscou-se a essência, procurando entender as causas, explicar suas origens, suas relações e suas mudanças, ou seja, houve uma preocupação com o processo e não apenas com os resultados.

Concluída esta etapa, o material foi organizado para aplicação das entrevistas semiestruturadas. Acredita-se que essa técnica foi o principal meio para coleta de dados na medida em que oferece todas as possibilidades para que o entrevistado tenha liberdade e espontaneidade, podendo trazer novos elementos para a investigação (TRIVIÑOS, 1987). Partiu-se de questões básicas e outros questionamentos foram surgindo conforme o entrevistado foi ficando mais à vontade. O processo de entrevista foi a todo tempo sendo iluminado com a teoria, isto porque as perguntas das entrevistas não surgiram *a priori*, mas foram se alimentando da teoria e das novas descobertas que os entrevistados revelavam.

As entrevistas foram realizadas nos ambientes domésticos, nas roças e nos quintais dos camponeses, respeitando o tempo e a rotina cotidiana de cada um. Em todas elas foram utilizados gravador de voz e câmera fotográfica. Durante os quatro anos de pesquisa para a construção deste estudo, estivemos presentes nos territórios em 2018 e 2019. As atividades de campo tiveram um sentido de imersão que possibilitou a observação do cotidiano que se evidencia na relação entre os sujeitos e os lugares. Foi uma fase que permitiu perceber o movimento prático reflexivo que possibilitou apreender com maior nitidez os conflitos hidroterritoriais.

As atividades de campo deveriam se aprofundar em 2020 e 2021. No entanto, devido à pandemia do novo Coronavírus, só foi possível estar presente em raras ocasiões, o que obrigou o uso das mídias digitais para complementar a pesquisa, embora esse processo tenha ficado aquém do desejado. De qualquer modo, eventualmente foram feitas visitas rápidas para participar de algumas atividades, como a realização de um ato público organizado pelo MAB na cidade de Brejo Santo, ou registrar o percurso da água chegando no Olho d'Água e Pau d'Arco em Missão Velha.

Felizmente, a boa relação com os interlocutores nos três territórios permitiu antecipar as atividades de campo no decorrer dos primeiros anos do doutorado, garantindo um material em áudio volumoso que, posteriormente, foi usado no processo de transcrição, organização e categorização. Obviamente que este produto final não saiu exatamente como programado e restou uma sensação de que poderia ser melhor. Certamente, a pandemia prejudicou, considerando que é na prática de campo, em contato direto com o ambiente pesquisado, que se tem a fonte direta de dados, onde se pode captar a essência do fenômeno no meio de uma

realidade ampla e complexa. Além do mais, no caso de um pesquisa no âmbito da Geografia Agrária, o contato com o território é fundamental na configuração do sujeito e de sua (re)existência camponesa.

De qualquer modo, o trabalho de campo foi suficiente para articular com a dinâmica da escrita da tese. O processo de coleta e análise de dados não estavam desconectados, as informações foram sendo coletadas e interpretadas ao mesmo tempo que geravam novas buscas. Foi um processo de reformulação constante. No final de cada entrevista, o processo de análise e interpretação gerava novas situações que podiam levar a novas questões, podendo ser aprofundadas nas próximas entrevistas. Isto só foi possível devido ao método marxista, cuja teoria não se limita a si mesma, devendo se adequar à realidade empírica, ou seja, a teoria vai sendo construída com a aproximação do real.

É importante enfatizar que, no contexto das entrevistas semiestruturadas, alguns dos sujeitos da pesquisa, entusiasmados com as questões colocadas, adentraram em suas próprias histórias de vida. Ao final desta tese, percebeu-se a quantidade de material gravado que ficou de fora e talvez possa ser utilizado em trabalhos futuros. Foi ouvindo a história de vida que compreendeu-se como esses sujeitos sociais constituíram a sua identidade cultural e como se territorializaram naquele espaço.

As memórias se apresentavam mais profundas conforme os entrevistados ficavam mais à vontade. Ao que parece, algumas memórias são mais seletivas que outras e, por algumas vezes, é preciso estimular algumas lembranças. Mas parece que o silêncio também faz parte dessa relação entre memórias, lembranças seletivas e o próprio silêncio. O silêncio e/ou o esquecimento deve também ser interpretado como processo importante da conversa, pois alguns minutos dele podem sinalizar muita coisa.

Ao escutar atentamente as gravações, consegue-se captar a importância da narrativa dessas memórias devido à ausência de documentação escrita sobre determinados temas. Nesse sentido, concorda-se com Thompson (2002) quando remete à valorização da história oral frente à história escrita, dominada pela classe política e econômica que modela o seu passado particular de glória e heroísmo como se fosse a história gloriosa de toda a sociedade.

Ao contar suas histórias, os entrevistados relataram suas experiências de vida, revelando o sentido sobre si mesmos, além de demonstrarem como se organizam individual e coletivamente no grupo social ao qual pertencem e na sua relação com o território. As narrativas da história de vida foram um apoio importante na pesquisa. Elas se justificam pela ausência de textos e documentos sobre os conflitos ocorridos no território pesquisado. Foi um momento

em que algumas lacunas foram preenchidas, algumas ausências passaram a ter sentido no processo de entendimento de como a realidade passada se reproduz na contemporaneidade.

Para alguns dos interlocutores, as narrativas foram um momento de muita sensibilidade, especialmente para os idosos, pois, ao acessarem as lembranças, entraram em confronto com a sua subjetividade. Essas lembranças individuais e coletivas funcionam como uma reconstituição processual e histórica que foi conduzida a partir de um diálogo entre a Geografia e a História em uma abordagem interpretativa que buscava a todo momento captar o passado com elementos que pudessem explicar a territorialidade contemporânea.

Uma característica importante da narrativa oral baseada na história de vida é o significado da memória coletiva sobre o território onde vivem. A identidade com o território e a historicidade individual e coletiva possibilitaram um mergulho nos conflitos territoriais dos camponeses, permitindo vivenciar as experiências desses sujeitos. Os relatos orais constituíram elementos importantes para compreender as memórias das lutas e resistências. Essas memórias dos conflitos territoriais dos camponeses do Cariri cearense consistem numa articulação entre o presente e o passado¹⁸, posto que são herdeiros diretos das resistências do Caldeirão do Santa Cruz do Deserto, da Guerra de Canudos e das Ligas Camponesas. São memórias vivas que renasceram e se transformam conforme as dinâmicas de cada tempo.

Essa etapa da pesquisa foi extremamente prazerosa. Em um clima de confiança e harmonia entre pesquisador e entrevistado, teve-se a certeza de que o estudo seria concretizado. Os camponeses, especialmente aqueles envolvidos em conflitos hidroterritoriais que, em sua maioria, foram afetados por grandes obras hídricas ou vivem nas margens dos canais que transportam água, foram os principais sujeitos da pesquisa. Essa opção considerou, além do interesse pela Geografia Agrária, os dados de outros estudos, como os que constam nos Cadernos de Conflitos da CPT, que indicam os camponeses como um dos grupos de maior representação nos conflitos envolvendo a disputa pela água.

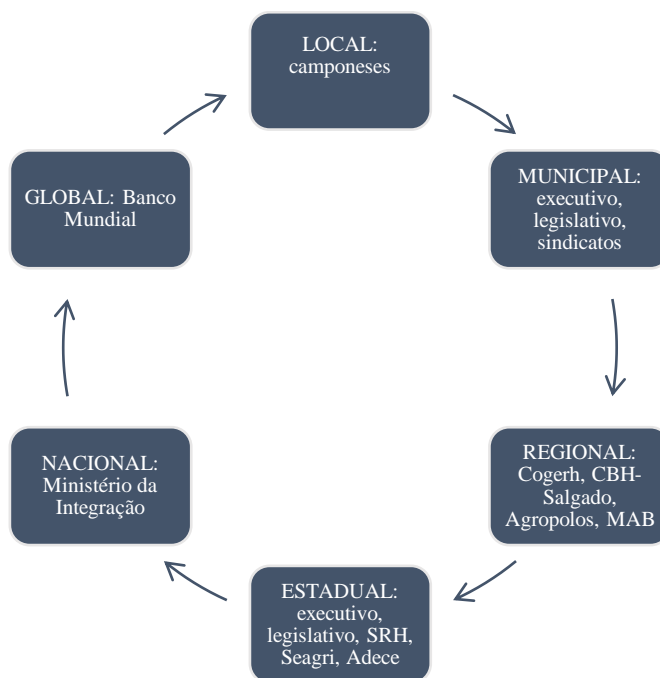
Ainda que os camponeses sejam o grupo com maior representação no estudo, procurou-se realizar uma abordagem metodológica baseada em níveis interescares para que outros sujeitos pudessem enriquecer a pesquisa. Nesse sentido, os interlocutores foram ampliados através dos organismos do Estado¹⁹, lideranças comunitárias, agentes de saúde, representantes dos executivos municipais e estadual e representantes dos sindicatos rurais e movimentos

¹⁸Nos termos de Löwy (2005).

¹⁹Tivemos muita dificuldade de entrevistar alguns agentes do Estado, pois além da impossibilidade física devido à pandemia do novo Coronavírus, não responderam as várias tentativas de contato pelas mídias digitais.

sociais ligados à luta pela terra e pela água. A ideia é que a conexão entre o local e o global seja equilibrada, conforme sintetiza o Organograma 2.

Organograma 2 – Caminho metodológico da articulação dos conflitos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A proposta sintetizada no Organograma 2 permite reconhecer as articulações envolvidas nos conflitos hidroterritoriais, exigindo uma capacidade reflexiva mais ampla que permitisse sair do nível da aparência para a essência. Buscou-se não apenas explicar algumas situações específicas, mas compreender as suas imbricações usando escalas maiores como numa teoria em ação. Foi com o entrecruzamento das informações obtidas através desses sujeitos sociais que, apoiados no método dialético, aprofundaram-se as contradições apresentadas pelos diversos sujeitos que participaram da pesquisa.

A base teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético combinada com os conceitos usados na Geografia Agrária, como é o caso do território, permite perceber o grau de intensidade dos conflitos que são atravessados desde as frações dos territórios camponeses até chegar o nível de dominação e apropriação da água executada por atores hegemônicos do capital em aliança com o Estado. Os processos dessas múltiplas relações entre esses protagonistas que são analisados nesta pesquisa sem desconsiderar o papel importante exercido por outros sujeitos a níveis nacional, estadual, regional e municipal.

A organização desse percurso, levando em consideração os principais elementos descritos nessa introdução, foi estruturada na tese com a seguinte divisão: no primeiro capítulo,

procurou-se problematizar o papel do Estado como um elemento chave na produção de conflitos hidroterritoriais. Recuperando as principais contribuições teóricas, sobretudo as que versam sobre a teoria marxista do Estado, apresenta-se uma reconstituição bibliográfica das principais contribuições da natureza de classe do Estado e suas repercussões no espaço agrário brasileiro.

Fazendo o entrecruzamento entre teoria e prática, o segundo capítulo busca compreender a ideia dos “caminhos das águas”, demonstrando as relações de poder constitutivas do campesinato cearense marcadas pela subordinação de determinadas condições históricas, como o genocídio indígena, o coronelismo, o clientelismo e o banditismo. Tais fenômenos sociais, desde o tempo da colônia até as políticas hídricas modernas, marcadas pelo neoliberalismo privatista, convergem para a chamada “indústria da seca” e sua permanente retroalimentação que se evidencia tanto pela ausência do Estado, como pela sua atuação planejada.

O terceiro capítulo foi construído a partir de uma análise baseada em referências bibliográficas que apresentam o Ceará na era da modernidade a partir de um novo ciclo político que foi chamado de “Governos das Mudanças”. A categoria de território mostrou-se adequada para o debate que problematiza a gestão hídrica internalizada pela reprodução do capital em aliança com o Estado. Combinada com as políticas agrícolas, a “moderna” gestão hídrica transformou o espaço agrário, repercutindo numa série de conflitos territoriais no campo que se expressa com vigor no controle e domínio das águas e de seus caminhos em todo o estado do Ceará.

O quarto capítulo apresenta o recorte territorial da pesquisa e esmiuça os conflitos hidroterritoriais em frações dos territórios camponeses. Apontando os caminhos que o capital persegue até chegar aos novos territórios das águas, demonstra-se que o Cariri vem se concretizando como um possível eixo de desenvolvimento adquirindo interesse funcional para os atores hegemônicos do capital no que se refere ao controle da água. Destacam-se não apenas os conflitos, mas também os processos de resistências dos camponeses remetendo a um passado de luta que vai se atualizando nessa classe social que insiste em se reproduzir, apesar do capitalismo.

1 AS FORMAS DO ESTADO E O DOMÍNIO TERRITORIAL DOS BENS COMUNS

Ao surgir como uma exigência do desenvolvimento capitalista, o Estado Moderno adquiriu uma importância central como mediador dos interesses antagônicos e das contradições de classe. Com o objetivo de acabar com a opressão das monarquias absolutistas que dominaram, por muito tempo, as nações europeias, o Estado Moderno, aqui entendido como Estado capitalista, marcaria o período de maior abundância material na história da humanidade até então. No entanto, tais transformações conformariam uma fase histórica onde a luta entre opressores e oprimidos exarcebaram-se com a expansão territorial e a imposição de um novo modo de produção, onde os bens comuns como a terra e a água foram funcionais para a sua expansão.

Em países que se transformaram em colônias desse novo modo de produção, as ideias liberais, que supostamente assegurariam os direitos dos cidadãos de participar da economia e da política, pareciam não existir. Na prática, o que prevaleceu foi o direito de uma minoria que tinha relação com o Estado metropolitano de acumular riqueza e adquirir vastas propriedades de terra às custas do genocídio dos povos indígenas e da escravidão de populações africanas. A estrutura capitalista colonial foi forjada, portanto, sob a dominação da natureza e a negação dos povos nativos que foram desumanizados.

Uma pergunta chave que norteia este primeiro capítulo é entender como os bens naturais de uso comum foram incorporados ao processo de exploração colonial e quais os principais instrumentos e bases jurídicas usados nesse processo. Especificamente sobre a questão da água e seus usos nos territórios, questiona-se a importância dos rios na formação, organização e evolução do espaço agrário brasileiro. Nessa trajetória de invasão dos territórios e expropriação dos povos do campo, das florestas e das águas, o projeto colonial²⁰ foi consolidando uma casta de latifundiários que foram se adequando às novas estruturas das formas que o Estado assumia no processo de acumulação capitalista.

A permanência do funcionamento dessa máquina que preserva as estruturas econômicas e políticas tem nos instigado a discutir o papel do Estado, colocando a questão da água como elemento central nas contradições do espaço agrário brasileiro. As formas que o Estado foi assumindo, desde o período colonial, quando a base jurídica da água era um apêndice da terra,

²⁰ No decorrer desse estudo usaremos a expressão “projetos coloniais” independentemente do período histórico. Isso se deve pela semelhança dos projetos de desenvolvimento contemporâneo tanto pela destruição da natureza como pela forma como chega nos territórios à revelia dos interesses nativos.

não alterou, *grosso modo*, a estrutura capitalista e a garantia da apropriação privada dos bens naturais de uso comum pela classe dominante.

Somente na fase modernizadora do Estado, a partir das primeiras décadas do século XX, é que a água passou a ter legislação própria motivada pela mudança no bloco dominante com a destituição da burguesia agrária e a formação de uma nova coalizão de poder com o apoio da classe média urbana. Apesar de importantes transformações políticas, o caráter autocrático do Estado, conforme demonstra Fernandes (2006), prevaleceu sob uma aliança com o capital que regulamentou a propriedade privada da água, transformando-a como valor em movimento.

No Nordeste brasileiro, o problema do acesso à água foi basilar para a construção de um discurso ideológico e a elaboração de um conjunto de políticas públicas que deveriam solucionar os problemas da região. Sob o discurso de um planejamento territorial para o semiárido, sub-região “castigada pela seca” (EVANGELISTA, 2011; CARVALHO, 1988), surge a proposta de modernização do campo que foi materializada com inúmeros projetos de irrigação. A continuidade da política de açudagem, sob o pretexto de estocar água e combater a seca, não foi suficiente para atender os interesses das novas estruturas econômicas que, através de órgãos e programas, criaram eixos de desenvolvimento hidroagrícola nos vales dos principais rios da região como ocorreu no São Francisco e no Jaguaribe.

No último quartel do século XX, a política de grandes obras hídricas se sofisticou com as integrações de bacias, as chamadas transposições. Nessa nova fase do Estado, o capital financeiro se impôs numa inexorável vocação para transformar tudo em mercadoria. No campo, o controle da água estava garantido para o processo de *comoditização* da natureza através de novos métodos de espoliação dos territórios que alguns autores, como Thomaz Júnior (2010) e Mendonça (2015), passaram a chamar de agrohidronegócio.

Utilizando-se de recursos ideológicos como crise ambiental e escassez hídrica, esses novos gestores da água, pretendendo intervir em todo o seu ciclo natural, passaram a ditar os rumos da política econômica através de ajustes espaciais em territórios até então pouco atrativos para a ação do capital, como, por exemplo, o semiárido nordestino. Tais intervenções intensificaram o processo de espoliação dos bens naturais e expropriação das populações do campo, gerando conflitos que foram se intensificando à medida que o vínculo entre o Estado e o capital se tornava mais complexo.

Por outro lado, esses processos possibilitaram avançar na compreensão de que a apropriação privada dos bens comuns pelo capital, com a promiscuidade do Estado, estão intrinsecamente relacionados com a luta dos povos do campo, das florestas e das águas. Essa

percepção abriu uma nova agenda de luta que se articula com territórios em conflito, a exemplo das lutas pelo direito humano à água, pela justiça ambiental, pela afirmação da agroecologia como forma de viver, entre tantas outras formas de resistências que floresceram na América Latina.

A violência contra os povos do campo, das florestas e das águas é uma característica que acompanha as contradições do Estado brasileiro, herdadas de um processo histórico baseado na ideia fetichizada de um progresso que nunca chega. Na verdade, a fase contemporânea do capitalismo financeirizado revela-se ainda mais voraz, expropriando cada vez mais os territórios de vida e convertendo os bens comuns em instrumentos de apropriação privada.

Desse modo, ao abstrair os elementos históricos, percebe-se que, em cada etapa de desenvolvimento do Estado, formas de governo foram se forjando, definindo diferentes nuances do poder em âmbito econômico, ideológico e político. Evidencia-se, no seu conjunto, uma complexificação de conflitos hidroterritoriais, onde o Estado, em muitos casos, agindo de formas diversas na gestão, no planejamento, na execução ou no financiamento, atendeu os interesses de frações do capital que transformaram os elementos naturais como a água em um bem econômico que deve ter seu ciclo natural modificado, vigiado e mercantilizado.

1.1 Estado territorial, propriedade privada e o domínio das águas

O estudo da origem do Estado implica diferentes concepções que resultam em conclusões absolutamente diversas. Entre as inúmeras teorias que explicam a sua origem, as ideias contratualistas dominantes no período de formação dos grandes Estados modernos têm se destacado. Novas motivações econômicas e mudanças na divisão social do trabalho criaram novas necessidades sociais, acirrando as contradições de classe. Nesse contexto de transformações, o Estado não foi um poder que se impôs. Foi um produto dessas mudanças e surge a partir da necessidade de mediar os antagonismos, reproduzindo a ordem que se estabelecia.

As determinações políticas e econômicas que forjaram o Estado Moderno²¹, materializadas no ordenamento jurídico, têm, na liberdade da propriedade privada, um de seus

²¹Usaremos a expressão Estado Moderno como um caminho inicial para o desenvolvimento desta tese, avançando para Estado capitalista nos capítulos seguintes. Eventualmente, usamos uma terceira expressão, Estado territorial, talvez a mais apropriada. Para esta discussão recomendamos as reflexões de Antônio Carlos Robert Moraes (2002; 2011).

principais instrumentos discursivos. Não seria exagero afirmar que, ao proteger a propriedade privada, o Estado surgiu como um ente “conciliador” que pudesse garantir a funcionalidade das relações mercantis e o domínio de uma classe sobre a outra, mantendo tudo dentro dos limites da ordem para que as relações não fossem desmanteladas. É óbvio que ordenamentos políticos que antecederam os Estados Modernos já apresentavam ferramentas jurídicas para apropriação privada dos bens naturais. Em relação à água, por exemplo, desde as mais antigas sociedades, sistemas de direito foram criados para estabelecer o seu uso, a exemplo do Código de Manu, na Índia, do Talmud, na tradição hebraica e do Alcorão na religião dos muçulmanos.

Foi do Império Romano que a noção de propriedade foi usada como modelo para a formulação do conceito de propriedade no direito moderno. O direito à propriedade para os romanos era absoluto e pleno em sua natureza, inviolável até mesmo para o Estado. No que se refere à propriedade da água, três categorias eram previstas no direito romano: as águas públicas que tinham o Estado como sujeito de direito ao se apropriar dos cursos perenes, como os canais e lagos artificiais; as particulares que eram aquelas suscetíveis de apropriação individual, como as águas subterrâneas existentes em terrenos particulares; e, por fim, as águas comuns, que não podiam ser apropriadas nem pelo Estado, nem por particulares e eram consideradas essenciais para a vida humana (SANTOS, 2016).

Após o longo período feudal, quando o direito à propriedade foi alterado tendo a figura do rei como detentor absoluto dos cursos de água, o século XVI marcou profundas mudanças sociais ocorridas a partir da reivindicação pela liberdade através da conquista da propriedade privada. Essa nova relação com o mundo, onde o homem se tornou o centro do universo, portador de concepções individualistas, foi consagrada com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. A Revolução Francesa decreta, portanto, a propriedade privada como o direito mais absoluto.

Foram as revoluções burguesas, ocorridas entre os séculos XVII e XIX, que deram condições para um surgimento de uma nova classe dominante (a burguesa) e a possibilidade de desenvolvimento e expansão das relações capitalistas de produção. Esse exercício de dominação passa essencialmente pelo instrumento da propriedade privada. No aspecto ideológico, a propriedade privada só pode ser compreendida a partir dos primeiros preceitos filosóficos do Estado liberal, cuja semente foi lançada no domínio do regime absolutista e na política mercantilista. Entre os principais construtores do pensamento liberal, John Locke, no Segundo Tratado do Governo Civil, escrito em 1690, elaborou uma das mais completas formulações do Estado liberal representando um marco do pensamento político moderno.

Opondo-se à ideia de que a sociedade era produto de uma conjugação do impulso associativo natural, o contratualismo aparece nas obras de Thomas Hobbes, sobretudo em seu *Leviatã*, de 1651. Para Hobbes, vivendo inicialmente em estado de natureza, os homens estavam submetidos a uma situação de desordem com tendência a serem egoístas, luxuriosos e violentos. Ao ter consciência desses atos, a sociedade deveria, de forma racional, realizar um contrato que mantivesse os homens nos limites da ordem através do temor e do castigo das leis. Essa transferência do poder dos homens para um soberano representa uma sugestão ao absolutismo e exerceu grande influência prática (DALLARI, 2000).

Na visão de John Locke, a propriedade privada é um dos fundamentos da existência do Estado e os direitos políticos se confundem com o direito à propriedade. Para ele, é com o trabalho humano que a propriedade teria origem. Através do trabalho, o homem poderia subtrair para seu proveito os recursos comuns, gerando o seu direito à propriedade. Elementos considerados de uso comum poderiam ser apropriados privadamente por alguns homens sem o consentimento de outros. Seria aceitável, inclusive, que essa apropriação fosse feita com o trabalho alheio. Arrastando os elementos da natureza para apropriação tanto pelo Estado, como pelo indivíduo, essa concepção foi inspiração para formulações de inúmeros códigos civis, como o Código Civil francês de 1789.

A água foi utilizada por Locke (2002, p. 39) como demonstração de sua teoria: “[...] embora a água que corre na fonte seja de todos, quem poderia duvidar que a que está na bilha pertence apenas a quem recolheu? Pelo trabalho tirou-a da natureza, onde ela era comum e pertencia igualmente a todos e, de tal forma, dela se apropriou para si mesmo”.

O pensamento de Locke influenciou principalmente os países de tradição anglo-saxônica que defendiam os direitos individuais pensados a partir da propriedade privada e combinados com a noção de liberdade comercial. Essa ideia que, segundo seus formuladores, seria benéfica a todos, pregava, entre outras coisas, a não intervenção do Estado na produção e distribuição das riquezas, a livre concorrência das empresas, o fim dos monopólios e as medidas protecionistas.

Enquanto desenvolveu suas teorias, Locke viveu em uma Europa em que o Estado foi se consolidando como uma organização política centralizada, conduzida por um aparelho burocratizado. Esse período foi marcado por um conjunto de mudanças econômicas, aguçado pela expansão da agricultura e do comércio que foi aos poucos proporcionando a produção de excedentes e lucros que estimulava a procura de mais excedente e mais lucro em novos territórios.

Foi assim que a nascente formação capitalista europeia extrapolou seus limites espaciais, invadindo novos territórios e estabelecendo relações de explorações e hierarquizações. Com a chegada ao “Novo Mundo”, a estrutura capitalista colonial foi sendo montada com o objetivo de deixar os novos territórios, as chamadas colônias, subordinados nos planos jurídico e político aos países da Europa, as metrópoles, que dominaram a expansão comercial.

A América Latina foi, portanto, tomada de assalto por uma cultura material e simbólica cujo dinamismo, embora tenha havido uma grande resistência nativa, resultou na imposição de uma nova forma de organização social tendo o chamado Estado Moderno como núcleo organizador. O empreendimento colonial associado ao capitalismo comercial internacional foi gradativamente drenando volumes de bens naturais cada vez maiores, impossibilitando que o mercado interno das colônias fosse beneficiado, como mostra Ioris (2010, p. 220):

No período colonial, a prática de amealhar a natureza, como de resto as populações nativas, a serviço da produção de riqueza privada, correspondia à postura expansionista e mercantil da civilização renascentista, inspirada em uma ética baconiana e apoiada por avanços científicos em diversas áreas. Em contraste com as paisagens europeias, o Novo Mundo era ilusoriamente descrito como uma terra de farturas e primaveras sem fim.

A constituição do mercado capitalista em sua acumulação primitiva foi um fenômeno marcado pela violência brutal, pela imposição de novas relações de produção e pela apropriação da terra e da água. Esse processo de ocupação colonial foi fundado na destruição dos territórios e territorialidades indígenas que tinham outra relação com os bens naturais. Para a maioria dos povos indígenas, a água fazia parte dos mitos, das crenças e das celebrações. Numa relação praticamente orgânica, a água era considerada um ser vivo, sendo essencial para a harmonia coletiva do grupo.

Na visão do colonizador, essas práticas enraizadas com a água foram negadas e seus costumes culturais foram considerados atrasados porque não vivenciavam o modelo socioeconômico da propriedade privada. A dominação da natureza e a negação do outro são processos de uma mesma racionalidade que se fez hegemônica com a destruição da natureza, a escravização e o genocídio desses povos. São processos iniciais da produção capitalista que se diferenciam dos cercamentos ingleses descritos por Marx (1985) no capítulo sobre a acumulação primitiva, mas que supera o grau de violência e exploração²².

²² Para uma visão do grau de violência e exploração a que os colonizadores submeteram os povos do novo mundo veja os relatos feitos por Frei Bartolomeu de Las CASAS (2011).

No território hoje correspondente ao Brasil, a apropriação dos bens naturais foi uma condição decisiva para o processo de colonização, como é possível perceber nas cartas dos primeiros viajantes europeus que puseram o pé aqui. Segundo relato de Caminha: “Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira [a terra] é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!” (CAMINHA, apud IORIS, 2010, p. 211). Segue Ioris afirmando que foi pelos rios que os colonizadores, usando-os estrategicamente como principal via de acesso, entraram pelo interior do território brasileiro à procura de riquezas minerais e mão de obra escrava. Aos poucos margeando os rios principais e seus afluentes, a fronteira colonial foi se expandindo (IORIS, 2010).

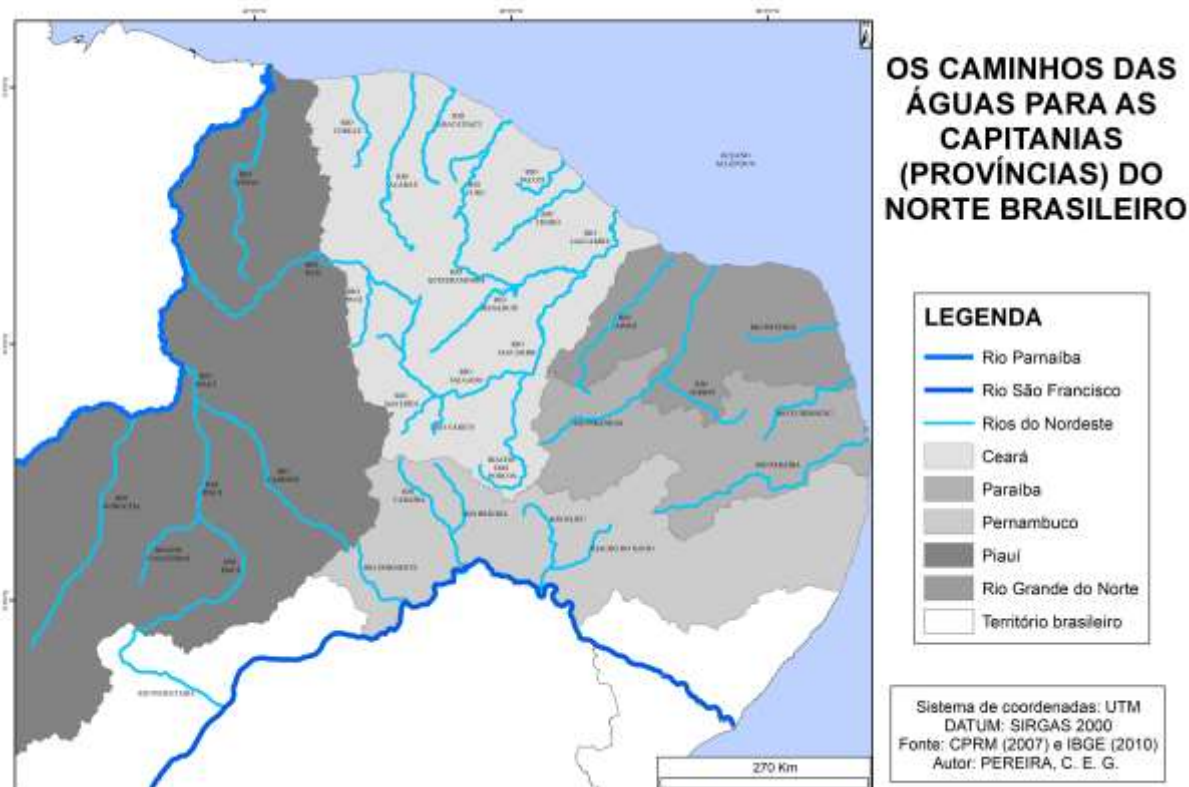
Na obra de Sérgio Buarque de Holanda (1994), as águas dos rios foram o caminho para o povoamento do Brasil, adquirindo um tratamento especial por parte do colonizador que a tinha como um recurso valioso nas suas entradas no interior do território. No sertão nordestino, por exemplo, elas foram consideradas como “Samaritana do sertão” (GNADLINGER, 2011) por serem um alívio para os viajantes. A qualidade desse precioso líquido associada ao clima tropical foi descrita pelos primeiros missionários como um elemento que expressava pureza e fertilidade, sendo indispensável para a criação das primeiras vilas. Poettering (2019) explica que isso foi uma exigência imposta pelo governador geral Tomé de Sousa para a fundação da primeira cidade portuguesa na América, Salvador da Bahia, em 1548.

No movimento dos caminhos coloniais, o entrelaçamento da racionalidade europeia e indígena foi se processando ao longo do tempo. Nessa interação do meio ambiente tropical com a cultura europeia, atravessar um rio desconhecido poderia significar a descoberta de uma nova riqueza ou poderia representar um perigo. Holanda, em “Caminhos e Fronteiras” (1994), afirma que, entre as tensões que ocorriam no movimento dos caminhos, as águas dos rios representavam fronteiras desconhecidas que precisavam ser desbravadas. Além de serem estratégicos, os rios precisavam ser dominados para que a conquista territorial se consolidasse.

Nos mesmos termos, Prado Júnior (1994), ao analisar as vias de comunicação e transporte no Brasil colonial, considera que os rios e os primeiros caminhos em suas margens exerceram uma grande influência para formação e organização territorial. Como as distâncias eram enormes, as relações entre os lugares ocorriam de forma lenta e foram evoluindo progressivamente à medida que os caminhos se desenvolviam. As primeiras vias de comunicação partiam do litoral para o interior. Foi por via aquática, através dos principais rios, que a penetração para o interior foi se aprofundando.

Os rios brasileiros, formando um traçado com variadas extensões, além de formar as correntes penetradoras, foram referência para dirigir a marcha do povoamento. As vias terrestres eram apenas subsidiárias e estavam sempre à procura das águas que levavam os povoadores e as mercadorias de volta para o litoral, passando por diferentes formas de relevo e convergindo para o curso dos rios que os tinham como referência. Baseando-se na pesquisa de Prado Júnior (1994), foi possível identificar, no Mapa 2, as principais vias de acesso para o interior da região que corresponde hoje ao Nordeste.

Mapa 2 – Principais vias de acesso para o Nordeste no Brasil colonial.



Fonte: Nobre (2019).

Percebe-se que uma grande área compreendida entre o rio São Francisco e rio Parnaíba, que vai da Bahia até o Maranhão, é formada por rios subsidiários que faziam a comunicação com todos os estados nordestinos. Os rios São Francisco e Parnaíba representam os nós principais dessa rede de caminhos das águas. Com efeito, todo o processo de penetração para o interior do Nordeste, no sentido sul-norte, comandado pela Casa da Torre, seguiu os caminhos das águas determinados pelo São Francisco e suas conexões com as demais bacias, particularmente a do Parnaíba. A medida que o Piauí tornou-se importante lócus para o comércio do gado, foi a partir do Rio Parnaíba que outros caminhos, margeando os rios ligados

a trilhas e veredas, foram se conectando com outras regiões. Entre os caminhos, o percurso mais ao leste dirigiu-se para o Ceará, passando por Icó e Arneiroz, entrando na Paraíba até alcançar o Rio Piranhas.

Esse caminho se encontrava com outro que partia do litoral em direção ao sertão, no sentido leste-oeste. Acompanhando o percurso dos rios que adentravam para o interior, a penetração foi avançando no sertão devido à facilidade de circulação e a relativa disponibilidade de água nos rios e riachos intermitentes que facilitaram a instalação de currais e fazendas em suas margens. Na Paraíba, uma importante via de penetração foi o Rio Paraíba que, ao longo de suas margens, deu origem a vários núcleos populacionais, como: Pilar, São Miguel de Itaipu, Itabaiana, Mogeiro, etc. (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Da Bahia, um dos principais centros de irradiação da pecuária, o caminho seguia o curso do Rio São Francisco em direção ao norte, atingindo o Pernambuco e, posteriormente, a Paraíba. Esse caminho constituiu a principal corrente de povoamento da zona sertanejo. O caminho que ligou inicialmente a Bahia ao Piauí foi o rio São Francisco até atingir o rio Parnaíba através de diversas variantes: pelo rio Piauí chamada de travessia velha, ou subindo as margens do rio Canindé, a chamada travessia nova.

Esta linha de comunicações, a mais importante do sertão do Nordeste, é particularmente notável na história colonial. Por aí, os primeiros sertanistas e suas fazendas de gado, vindos da Bahia e do São Francisco, penetraram no Piauí no sec. XVII e colonizaram o seu território. Transitaria por ela, em seguida, a maior parte do gado consumido no Recôncavo baiano. Em princípios do século passado, desciam por essa via cerca de 20.000 cabeças que passavam pelo registro de Juazeiro. Estabelecia finalmente uma ligação em linha direta de costa a costa, entre dois dos mais importantes núcleos litorâneos: Bahia e Maranhão (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 242).

Entre o Parnaíba e o São Francisco, os rios/caminhos foram incorporados ao processo de exploração colonial. Serpenteando a Caatinga, os cerrados e as matas subtropicais, esses rios foram o eixo condutor do povoamento nos sertões da América portuguesa. Com o tempo, as fronteiras foram se dilatando e a colônia foi se estruturando numa complexa e dinâmica divisão social e territorial. Enquanto a mobilidade da população gradativamente se reduzia, as fazendas de criar gado foram se fixando nas margens dos rios e os caminhos terrestres se transformaram em estradas.

O aumento de fazendas no São Francisco levou Capistrano de Abreu (1998) a chamá-lo de rio dos currais. Havia cerca de 800 mil cabeças de gado na margem pernambucana e meio milhão no lado baiano. Um dos primeiros colonos a investir na criação de gado nas margens desse grande rio foram os Garcia D'Ávila, parentes do legendário Caramuru. Eles chegaram

por volta de 1550 na foz do Rio Pojuca, na Bahia. Essa família construiu um poderoso império que se espalhou pelo sertão e, no final do século XVII, seus domínios chegavam aos vales dos rios Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe, na Paraíba, e à região do Cariri cearense chegando até o Piauí.

Os primeiros povoados foram se formando e sua localização tinha como elemento de referência os rios. Para Arraes (2013), eles eram a mediação ontológica para os núcleos urbanos, a exemplo de São Luís do Maranhão, às margens do rio Anil; Recife, às margens do rio Capibaribe; e Aracati, nas margens do Rio Jaguaribe. Depois de consolidar os caminhos das águas, as estradas por terra foram se abrindo. Em 1695, por exemplo, um caminho terrestre uniu São Luís do Maranhão com a cidade de Salvador. Mas, de um modo geral, as estradas por terra tinham como referências as margens dos rios, a exemplo da Estrada Real do Gado, construída pelo governo português que percorria o serpentear dos rios Itapicurú, no Maranhão, e Canindé, no Piauí.

Havia preocupação por parte do Estado português com o domínio dos rios navegáveis e perenes. Por seu caráter estratégico para ocupação e controle do território, os rios foram motivos para a publicação de um Alvará, em 1804, que estabelecia concessão de licença para qualquer derivação, canal ou levada de água em rio ou nascente considerado Patrimônio Real ou de uso comum (POMPEU, 2006). A água e outros elementos da natureza como árvores, serras, frutos silvestres e tudo que a natureza disponibilizava passaram a ser patrimônio do rei. Martins (1999, p. 22) observa isso da seguinte maneira: “Não havia uma distinção entre o que hoje poderíamos chamar de bens do Estado e bens do cidadão, de modo que entre eles se estabelecesse uma clara relação contratual”.

Os fins mercantis dos bens naturais da colônia dependiam da expansão da produção que interessasse ao comércio²³ externo. Para Prado Júnior (1994), essa foi a principal razão para que o povoamento do Brasil se estabelecesse. Enquanto nobres portugueses e seus descendentes se tornaram donatários e sesmeiros de vastas glebas de terra, o rei mantinha o monopólio das terras, águas, drogas, especiarias e florestas, enquanto para o povo nativo da colônia ou as populações sequestradas da África e seus descendentes sobravam restritas condições materiais de sobrevivência.

O que interessava ao Estado português era obter lucro com um produto que ganhava popularidade na Europa, o açúcar. Considerado inicialmente como um remédio ou condimento

²³As capitanias hereditárias foram a primeira tentativa de controle territorial e representavam o domínio privado sobre o público, processo que só foi completamente modificado entre 1752 e 1754 quando o marquês de Pombal completou o processo de passagem para o domínio público.

exótico, passou a ser amplamente consumido pela aristocracia europeia no século XVI. Essas mudanças levaram a produção de cana-de-açúcar para as colônias que logo se transformaram em um negócio lucrativo. Aos poucos, o Estado colonial foi se territorializando no Brasil, sobretudo no Nordeste, com uma base econômica pautada na produção de açúcar e no trabalho escravo inserido na lógica de produção de mercadorias (matérias-primas) e alimentos para atender o mercado europeu.

O governo português, apesar das dificuldades decorrentes das hostilidades indígenas, do meio físico e do custo dos transportes, concentrou-se nesse setor. Os engenhos de água, estrategicamente localizados próximos aos cursos dos rios, necessitavam das matas e do gado para a expansão da produção. Entretanto, as matas para retirada da lenha ficaram cada vez mais longe e o gado também foi se distanciando devido aos constantes conflitos entre produtores e criadores. Com a expulsão do gado da faixa litorânea, as boiadas foram empurradas para o interior que, subindo o curso dos principais rios, foi desenvolvendo uma economia subsidiária na região nordestina.

Furtado (2007) defende que a produção açucareira inseria-se na lógica do capitalismo mercantil. Na verdade, o autor, ao examinar as várias fases da história econômica do Brasil, constata que, entre diferenças e semelhanças, o processo geral de formação e desenvolvimento colonial vincula-se ao capitalismo moderno. Os engenhos que fabricavam o açúcar eram engenharias modernas pra época.

Embora as ideias liberais passassem a ter uma maior influência somente nos primeiros anos do século XIX, sobretudo a partir da Independência em 1822, Faoro (1958) acredita que o liberalismo político ligou-se harmoniosamente com a grande propriedade rural. Isto só foi possível porque havia um Estado capaz de proporcionar prosperidade para produtores agrícolas e comerciantes. Essa aristocracia luso-brasileira desenvolveu-se com as ideias liberais sob um manto conservador.

Nessa senda, Faoro (1958) entende que o Estado foi um ente supremo em toda a sociedade brasileira, centrando-se na ideia da onipresença ou onipotência do Estado no Brasil, acrescentando que, desde a colonização, havia um espírito capitalista. A ideia de estamento burocrático insistentemente desenvolvida pelo autor demonstra que a máquina político-administrativa portuguesa teve uma orientação capitalista através de comerciantes e agentes do capital.

Assim, o predomínio da economia primário-exportadora teve, na sua forma capitalista, o suporte de um Estado oligárquico. A classe dominante forjada nesse território, apesar de exibir

traços e atributos pré-capitalistas, apresentava um caráter burguês articulado com o modo de produção capitalista dominante, ainda que sua posição em relação ao centro capitalista fosse essencialmente subordinada.

No final do século XVIII, uma crise de submissão abateu-se sobre a colônia portuguesa na América, dividindo as posições políticas dos grandes latifundiários e influentes comerciantes. Os monarcas europeus viam suas posses ameaçadas por disputas entre as frações das classes dominantes portuguesas e frações das classes dominantes locais, resultando em inúmeros conflitos sociais como a Inconfidência Mineira, em 1789, e a Conspiração dos Alfaiates, na Bahia, em 1798.

Esses movimentos atravessaram o Estado brasileiro resultando em importantes mudanças no século XIX. Quando o Estado absolutista português perdeu sua base territorial migrando para o Brasil, uma série de medidas foi tomada pondo fim ao regime de monopólio, instaurando a liberdade comercial com a abertura dos portos e a revogação do decreto que proibia atividades manufatureiras no Brasil. Foi um período de intensas revoltas populares como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador em 1824.

A declaração formal de Independência, em 1822, não representou efetivamente o encerramento da fase colonial²⁴. Apesar de ser um momento de transição política do ponto de vista econômico, o Brasil desse período não era diferente dos três séculos anteriores. Para Furtado (2007), demoraria ainda algumas décadas para que surgissem elementos de um sistema econômico autônomo capaz de impulsionar um crescimento que encerrasse definitivamente a fase colonial da economia brasileira.

Durante o longo período colonial, o rei deteve o monopólio das águas brasileiras por meio das ordenações²⁵ até o ano de 1824, quando tornaram-se inaplicáveis com a promulgação da Constituição do Império. Embora os direitos e as prerrogativas fossem transferidos para o Estado brasileiro, vários instrumentos jurídicos do período colonial permaneceram, como, por exemplo, o Alvará de 1804 que garantia a livre derivação das águas dos rios por parte de particulares em benefício da indústria e da agricultura. A ausência de normas significava, na prática, que a apropriação da água estava diretamente ligada à posse da terra, uma vez que a

²⁴Há muitas divergências entre os autores brasileiros sobre o momento de inflexão na mudança do Estado brasileiro. Essas divergências dizem respeito à data em que teria ocorrido essa inflexão. Para uns isso teria ocorrido com a chegada da corte portuguesa, em 1808; para outros, a mudança estaria atrelada ao processo de independência, em 1822, ou em 1888/1889 com o fim da escravidão e instauração da República.

²⁵Essa constituição não tratou especificamente da água. Mudanças substantivas em seus aspectos jurídicos só ocorreram no período republicano com o Código das Águas de 1930.

posse ou propriedade do solo era também do subsolo e dos bens que estivessem lá, como as águas.

O processo de independência não representou mudanças significativas na influência europeia sobre os países da periferia. Faoro (1958) admite que o período imperial não eliminou o regime colonial, mas, na verdade, consolidou o estamento burocrático com traços modernizantes. Já para Fernandes (2006), o processo de independência forjou um capitalismo com traços coloniais levando discretas transformações nas formas econômicas e políticas. A passagem da forma colonial para o surgimento do Estado Nacional não proporcionou grandes transformações estruturais, predominando o padrão dominante do mundo ocidental moderno e colonial.

Importante perceber que, na especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tanto na Colônia, quanto no Império, não havia uma racionalidade puramente capitalista nos latifundiários escravistas. Fernandes (2006) considera que o regime colonial obstaculizou as influências do capitalismo comercial resultando numa formação social colonial e escravista que se insere na ordem capitalista de forma subalternizada.

Isso deriva em uma série de implicações que acirram o caráter autocrático do Estado originando uma burguesia com características oligárquicas que se alia com o imperialismo. O senhor de engenho, por exemplo, não era um burguês²⁶ e ocupava uma posição secundária no processo de mercantilização da produção agrária, como também não pode ser considerado como o antecessor do empresário moderno. Na verdade, o processo de “Independência” burocratizou a dominação patrimonialista. Embora com um liberalismo conspurcado, Fernandes (2006) entende que essas ideias melhoraram a posição do senhor rural como sujeito econômico do mercado mundial.

Não é a intenção aqui reivindicar a ausência do estatuto liberal em terras brasileiras. A propósito, ao contrário do que a maioria dos teóricos da economia política aponta, liberalismo e escravidão viviam numa espécie de simbiose. Losurdo (2006) observa que a apropriação privada de seres humanos tornando-os escravos teve seu auge no período que o liberalismo triunfou. É sempre importante lembrar que as revoluções burguesas foram eventos com uso excessivo de repressão e expropriação dos camponeses que foram empurrados para as cidades e transformados em vagabundos vivendo sob uma rigorosa lei do chicote e da punição severa. Nesse sentido, o instrumento da propriedade privada não passa de um eufemismo do processo

²⁶O burguês aqui no Brasil, ao contrário da Europa, que aparece na história como fruto de uma percepção revolucionária de mundo, surge como um produto meramente econômico sem uma abstração para um contexto social maior.

de expropriação inaugurado na Europa com o cercamento das terras comuns e a destruição de vilas.

Considerando suas particularidades, é preciso lembrar que, nesse cenário onde se forjava o Estado brasileiro, a instituição da escravidão merece uma atenção especial. Ela foi o fio condutor da formação social brasileira, com enorme penetração e longevidade, permitindo a unidade do vasto território brasileiro através da articulação de diferentes interesses²⁷. Desde a colonização, a força de trabalho da economia brasileira esteve subordinada ao capital. Tanto as relações de produção baseadas na exploração do trabalho escravo, quanto nas relações assentadas no trabalho assalariado, o capital atuou no sentido de eliminar as relações comunais subsistentes. Nesta trajetória, o capital operou livremente sob um Estado que assumiu o compromisso de atender aos seus interesses.

Os fatores de produção da economia e as mudanças na relação capital e trabalho levaram a questão do direito à propriedade²⁸ para outro patamar, mas, em sua essência, mantiveram-se os mecanismos de apropriação privada, especialmente das terras públicas. Para Benatti (2009), o processo de formação do direito de propriedade passou por diferentes caminhos e várias estratégias jurídicas foram utilizadas para que o direito à propriedade fosse conquistado a partir da apropriação dos bens naturais. O autor desenvolveu três definições sociológicas de propriedade: a propriedade sesmarial, que é confirmada pelo rei; a propriedade senhorial, que se originou pelo apossamento primário da terra; e a propriedade moderna (individual ou liberal), que é demarcada e registrada em cartório e foi utilizada pelo Poder Público para transferir seu patrimônio para o domínio privado.

Para cada região foi utilizada uma estratégia específica para se apossar dos bens naturais, resultando na formação de propriedades com características próprias. Assim, por exemplo, na Amazônia do século XIX, o acesso à terra deu-se pelo aforamento devido à necessidade de exploração extrativista; já na região Sudeste, a posse ou a compra foi predominantemente utilizada para a exploração do café. A análise de cada uma delas²⁹ é importante para compreender como foi concebida a relação conflituosa entre o direito individual da propriedade e os direitos coletivos.

²⁷Souza (2017), em “A elite do atraso”, demonstra como o processo de escravidão deixou marcas profundas na sociedade de classe do Brasil contemporâneo.

²⁸Neste caso, a propriedade é entendida como toda relação jurídica de apropriação de uma coisa. É necessário relativizar o conceito de propriedade na medida em que da forma que foi usado no século XVII não é a mesma forma empregada no século XXI.

²⁹É importante lembrar que as três definições de propriedade (sesmarial, senhorial e moderna), utilizadas para fins didáticos, em determinados períodos coexistiram sem necessariamente conflitarem.

Conforme mostra Benatti (2009), qualquer uso da água ou da terra só era legalmente permitido com a concessão do rei. Os institutos jurídicos portugueses que legitimaram a apropriação do território brasileiro foram as Ordenações. Várias delas foram criadas para instrumentalizar a colonização e facilitar a administração da Coroa Portuguesa em território brasileiro. Após as Ordenações Afonsinas serem substituídas pelas Ordenações Manuelinas, foram implantadas as Ordenações Filipinas, em 1603, que estabeleceram o absolutismo real com a centralização política e administrativa, garantindo a intervenção do Estado na economia (FAORO, 1958).

Um conhecido instrumento de apropriação dos bens naturais na colônia portuguesa foram as sesmarias que eram distribuídas aos homens de “posse” e “qualidade”, atributo que a Coroa Portuguesa justificava com o discurso de que somente esses homens poderiam explorar economicamente as glebas doadas. A dificuldade de saber com exatidão os limites de cada sesmaria doada, assim como a incapacidade de fiscalizar um vasto território, resultaria em uma estrutura de poucos sesmeiros com posse de várias sesmarias. Como as atividades eram extremamente predatórias, a busca por terras virgens era necessária para garantir o controle de novas áreas. Desmatar florestas, destruir fontes e olhos d’água, desviar cursos dos rios era uma forma de legitimar a posse de novas áreas (BENATTI, 2009).

Até o século XIX havia muita confusão nos limites das propriedades de terra que obedecia um padrão de ocupação baseado num modelo extremamente destrutivo em que exauria rapidamente o solo, havendo necessidade de incorporar novas áreas. Quando as florestas eram derrubadas, os rios assoreados e o solo tornava-se improdutivo, bastava solicitar outra sesmaria continuando a corrida destrutiva para novas áreas.

Nessa lógica, que levava ao rápido esgotamento dos recursos florestais, interessava muito mais aos proprietários de terra ter suas propriedades indefinidas e em constante “alargamento”, como também não lhes era conveniente informar às autoridades os limites exatos de suas glebas, para facilitar a incorporação do patrimônio público ao domínio privado (BENATTI, 2009, p. 221).

Nesse contexto, a questão fundiária do Brasil caracterizou-se pela concessão de grandes extensões territoriais através do sistema de sesmarias, resultando em um modelo produtivo extensivo e predatório sob a ideia geral de que, na colônia, a terra e a água eram abundantes e as florestas abertas estavam livres à espera de serem ocupadas. Curiosamente, essa visão produtivista ainda prevalece hoje com formas de apossamento modernas e técnicas predatórias de exploração mais agressivas.

No século XIX, a posse deixou de ser uma simples relação entre o possuidor e a terra, adquirindo condição jurídica de uma relação de direito a partir de 1822, o que perdurou até 1850 com a Lei de Terras. Com o Decreto de 21 de maio de 1821, a Coroa portuguesa assegurou os direitos dos posseiros garantindo a sua posse contra qualquer pretensão do Estado, conforme explana Benatti (2009, p. 228): “[...] garantia-se aos proprietários o direito absoluto sobre suas terras, cabendo ao Estado respeitar seus direitos ou indenizá-los. O decreto, além de assegurar o direito dos proprietários, reconhecia que a aquisição da propriedade ocorria de forma simples e direta”.

Esse entendimento consolidou o costume de que as terras devolutas poderiam ser conquistadas por ocupação e isto prevaleceu mesmo depois da Lei de Terras. Benatti (2009) destaca ainda que a posse não foi um fenômeno restrito aos pequenos proprietários. O apossamento foi um fenômeno generalizado e um dos principais instrumentos de ocupação de grandes extensões de terra, favorecendo muito mais os grandes proprietários. Se o Estado português não conseguiu regularizar a escrituração relativa às concessões de sesmarias, muito menos conhecia as terras que foram apropriadas privadamente.

A apropriação privada da terra e da água fundamentou-se em um arcabouço jurídico que legitimou a sua consolidação através de concepções jurídicas que vigoraram do século XVII ao início do século XX. Essa base jurídica, iniciada em Portugal e transplantada para o Brasil, gerou uma série de conflitos entre Metrópole e Colônia e precisou ser modificada. Faoro (1958) descreve que várias disputas foram travadas entre os discursos jurídicos dos juízes e do corpo administrativo entre Portugal e a colônia brasileira. De um lado, as posições arbitrárias do rei e do governador-geral (vice-rei) que tentavam adaptar as normas portuguesas e, de outro, a desobediência e a violência dos capitães mores e das autoridades municipais que adaptavam as leis de acordo com a realidade da colônia.

É possível compreender essa relação conflituosa a partir dos fundamentos filosóficos de John Locke que acreditava que o contrato social (o Estado) estava no espírito do indivíduo, na sua razão interna³⁰. Confiando na razão de seus semelhantes, a população seria obediente às leis da sociedade civil. Dessa forma, a ordem social seria garantida pelo convencimento, pelo respeito mútuo e não pela coação. Foram, portanto, as ideias contratuais de pensadores como Locke que conduziram a apropriação privada da terra e da água em território brasileiro a partir

³⁰Eis aqui uma importante distinção com o pensamento de Hobbes que acreditava que a razão era externa ao indivíduo.

de concepções filosóficas cristalizadas na concepção individualista do direito à propriedade (BENATTI, 2009).

Da suspensão da legislação sesmarial, em 1822, até a promulgação da Lei de Terras, em 1850, ficou, segundo Oliveira e Faria (2009), uma lacuna jurídica devido à inexistência de leis específicas para tratar a questão. Na verdade, outras leis foram criadas para extinguir as antigas disposições, como a Lei de Obrigatoriedade do Pagamento de Foros das Sesmarias, Lei de 15 de novembro de 1831 e a Lei de Extinção do Morgadio, Lei nº 57, de 6 de outubro de 1835. Mas, foi de fato com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras, que efetivamente constituiu-se a propriedade capitalista da terra no Brasil.

É inegável que o objetivo de pôr fim ao regime de posse das terras brasileiras, a partir da Lei de Terras, funcionava para proibir a aquisição da propriedade pelo apossamento aos ex-escravos e a outros grupos marginalizados, mas, para os grandes proprietários, o método de apossamento de grandes extensões de terras permaneceu mesmo depois da lei. Para Benatti (2009, p. 230), a Lei de Terras assegurou e legitimou as posses dos grandes proprietários, restringindo o acesso aos pequenos sem qualquer medida que objetivasse uma redistribuição justa da propriedade:

Legitimou em proporção muito maior as grandes propriedades e considerou crime o ato possessório dali por diante. Desse modo, os posseiros e lavradores sem-terra ficaram impossibilitados de adquirir a terra pela compra, pois não possuíam meios para tal fim; portanto, essa lei acabou restringindo a única via de acesso dos pequenos produtores rurais à terra.

Com o ordenamento da Lei de Terras³¹ ficou evidente a diferença entre um bem público e um privado. Como a propriedade de terra tornou-se uma propriedade mercantil de valores monetários, os pequenos posseiros, ex-escravos e outros grupos marginalizados não tiveram acesso a ela. Considerando que os interesses econômicos se sobrepunham aos interesses sociais, os conflitos e as tensões sociais multiplicaram-se em todo o país.

Com a Lei de Terras em 1850, foi determinado um prazo de dois anos para que os títulos de sesmarias fossem medidos e registrados nas freguesias. No entanto, esse prazo foi por várias vezes prorrogado conforme a conveniência política. Os únicos documentos legais comprobatórios do direito à propriedade privada das terras anteriores à lei eram os registros paroquiais. Sendo assim, o Brasil chegou à República sem uma definição clara da constituição

³¹A Lei de Terras determinou que terras devolutas seriam aquelas incultas à época da lei, ou seja, a lei preocupou-se em proteger as terras ocupadas independentemente se essa ocupação fosse pelo sistema sesmarial ou pelo apossamento.

da propriedade privada da terra. Os proprietários tiveram participação ativa nessas mudanças, ao passo que as terras devolutas continuavam sendo apossadas. Este processo de privatização das terras públicas continuou a ocorrer e isto foi, em parte, característico do fenômeno sociopolítico do coronelismo, presente na vida rural brasileira, em especial, a nordestina (OLIVEIRA; FARIA, 2009).

Dessa forma, o desenvolvimento capitalista no campo fundamentou-se na permanência da grande propriedade de terra. A concentração da propriedade privada atua como processo de concentração de riqueza e a propriedade da terra esteve associada ao capital moderno e este atraso foi usado como instrumento de poder. O capitalista transformou-se em proprietário de terra constituindo, assim, uma formação social com fortes propensões autoritárias. Nesse sentido, os latifundiários foram acomodados às novas estruturas da acumulação capitalista, mantendo suas concepções de mundo intocáveis.

Contudo, esse grupo dominante não era hegemônico. Com os novos tempos da República, novas forças políticas emergiram no cenário nacional. Poulantzas (1977), estudando o Estado capitalista, considera que a noção de bloco no poder representa uma unidade contraditória entre as classes dominantes. Embora estas classes estejam unidas por interesses políticos em comum, apenas uma delas, ou uma fração delas, é hegemônica. A classe hegemônica é aquela que consegue manter-se sobre as demais frações, além de representar o interesse das classes subalternas. Grisa (2010, p. 99), com base em Poulantzas, entende que o Estado representa um campo de poder que condensaria os conflitos entre frações e classes: “Este campo buscaria os interesses de curto prazo da classe hegemônica, os interesses da burguesia no longo prazo e faria “concessões” para as classes dominadas por meio de sua autonomia”.

Os distintos interesses das classes dominantes foram também estudados por Miliband (1972), para quem a elite econômica e a elite que domina o Estado nem sempre são as mesmas pessoas. Em outras palavras, a elite econômica, em determinados momentos históricos, não tem o controle das decisões políticas. A aliança, nesse caso, pode ser conquistada a partir da partilha do mesmo sistema de valores e das significações culturais da sociedade. Para o autor, é através desse Estado, protetor dos interesses da classe dominante, que o poder é exercido nas demais classes.

No entanto, adverte o autor, os meios de produção não são controlados por uma única elite econômica. Surgem, portanto, discordâncias e diferenças específicas, mas essa pluralidade possui interesses comuns com elevado grau de solidariedade e coesão. De modo semelhante

ocorre com a elite do Estado, que não é formada por um único grupo. Para Grisa (2010, p. 4): “O Estado é constituído pelas instituições expressas no governo, administração, forças militares e política, judiciário e assembleias legislativas, cujas interrelações dão forma ao sistema estatal. São os dirigentes de cada uma destas instituições que conformam a elite estatal”.

O domínio da classe dominante sobre as demais classes é legitimado pela convergência do Estado com a constituição do direito e a instituição da propriedade privada. Na obra “Os despossuídos”, Bensaid e Marx (2017) analisam como essas categorias vão se transformando em correspondência com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A invasão e o saque foram se afirmando frente ao direito consuetudinário dos pobres e aos bens comuns da humanidade, generalizando o processo de privatização até atingir níveis sem precedentes dos tempos atuais.

No Brasil, não resta dúvida de que a classe dos latifundiários teve maioria absoluta na representatividade do comando político do Estado, mas a crise mundial de 1929 ascendeu novas forças políticas no Brasil que defendiam interesses empresariais semelhantes aos padrões burgueses. Se o controle da terra foi garantido no século XIX para o desenvolvimento da economia primário-exportadora, a passagem para a industrialização foi marcada por profundas reformas institucionais em que a questão da água foi colocada como central para os novos rumos que o país tomava. Sem fechar o diálogo dessa relação entre terra e água, o próximo tópico vai abordar as novas legislações hídricas e seus impactos no campo durante a transição da economia agrário-exportadora para a industrialização dependente.

1.2 O Estado em sua etapa desenvolvimentista: água como mecanismo indireto de acumulação de capital

Durante a transição para o século XX, os desafios postos pelo crescimento urbano e pela industrialização impulsionaram as mudanças na gestão de águas no Brasil. Na República Velha, formas primitivas de uso e apropriação da água ainda eram usadas para o abastecimento público, dessedentação animal, irrigação e geração de energia mecânica. Nos centros urbanos e nas periferias, predominavam os monjolos, rodas d'água, chafarizes, cacimbas, pequenos aquedutos e cântaros³². Quando não era possível aproveitar por gravidade, o transporte era

³²Ioris (2010) afirma que apenas os bairros mais aquinhoados das principais cidades do país eram servidos de água. Havia poucas empresas públicas voltadas para o abastecimento e, em sua maioria, eram empresas privadas e de capital inglês.

realizado por animais e a venda era realizada pelos aguadeiros que comercializavam a água nos núcleos urbanos.

Com a crescente demanda agravada com o seu uso insustentável e descontrolado, aliada à pressão exercida pelos interesses do setor urbano-industrial, o Estado foi obrigado a pensar formas de planejamento racional através de novas políticas de gestão. Para regulamentar a propriedade da água, era necessário romper os obstáculos legais que impediam o seu acesso e uma das primeiras iniciativas foi a sua separação da propriedade da terra. Além do mais, o Estado percebia que não poderia ficar alheio à crescente disputa pela água e, quando se viu intranhado na Guerra do Paraguai num conflito pelo controle da navegação na Bacia do Rio da Prata, deveria impor-se em relação à gestão de águas.

Com a chamada fase modernizadora iniciada com a denominada Revolução de 1930, fruto de uma aliança tácita e, ao mesmo tempo, contraditória, entre fazendeiros do café, industriais, comerciantes e banqueiros, o governo central promoveu uma importante reorganização dos órgãos públicos com o objetivo de atender às novas demandas econômicas e sociais. É, portanto, no início da fase industrialista que surge a necessidade de criar um alicerce jurídico em torno da questão da água que seria fundamental para os investimentos públicos e privados nas cinco décadas seguintes.

Foi um momento histórico em que o mundo viveu uma situação excepcional criada principalmente com o chamado *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, com repercussões que modificaram o pensamento econômico e a atuação do Estado. Com um primado do público sobre a concepção liberal do Estado³³, esse período demarcou efeitos profundos nas economias dependentes como o Brasil, atingindo drasticamente o principal setor da sua economia, a cafeicultura. O Estado já não podia manter os subsídios para a produção de café que reduzia o preço no mercado internacional, resultando no desmantelamento do Estado oligárquico e a queda da República Velha (IANNI, 1984).

Era preciso estabelecer uma nova plataforma de desenvolvimento coerente com as formas que o Estado assumia e a exploração de novos insumos, como a água, vista como fator diferencial para o crescimento da industrialização e da urbanização, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. A demanda por energia elétrica aumentou exponencialmente impulsionando a construção de barragens cada vez maiores que permitissem tanto a geração de energia, como os usos múltiplos da água³⁴.

³³Para aprofundamento nessa temática recomendamos Bobbio (2000).

³⁴Ainda no final do século XIX as primeiras hidrelétricas foram instaladas, mas a onda modernizadora ganhou força a partir do chamado Estado Novo com Getúlio Vargas.

Nessa conjuntura política e econômica, a água, assim como outros bens naturais que não possuíam um valor em si mesmo, passaram a depender das necessidades de valorização de capital. Transformado em energia através das barragens, o valioso bem natural foi associado ao processo produtivo mediante trabalho humano, passando da ideia de valor de uso para valor de troca. A partir daí a água não seria mais um bem estocado na natureza, mas um valor em movimento.

Sem possibilidade de recuo, o Estado brasileiro viu-se obrigado a enfrentar o tema, seja pelo seu aspecto dominial, seja pela distribuição de competência legislativa. É nesse contexto que a Constituição de 1934, a segunda constituição republicana, enfocava a água como um elemento essencial para a geração de riquezas. O aproveitamento das águas, principalmente para o setor industrial e para a geração de energia hidráulica em crescente expansão, precisou de autorização ou concessão federal.

No entendimento de Santos (2016), o Código de Águas instituído pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, considerado moderno na época, representou uma nova concepção da água apresentando esse elemento natural como essencial para o desenvolvimento econômico. Cabe acrescentar que o setor de geração de energia até a década de 1980 foi o grande mandatário da política hídrica nacional, regulamentando a apropriação da água como fonte de geração de energia elétrica, gerando futuras disputas em outros setores da economia. Contraditoriamente, o Código de Águas atribui competência ao Ministério da Agricultura para proteção dos recursos hídricos, demonstrando que esse setor estava coeso e politicamente fortalecido.

Nesse arcabouço jurídico, a água foi classificada quanto ao seu domínio em pública, comum e particular: a pública é de uso comum (lagos, fontes, reservatórios públicos, nascentes, etc.) ou dominial; a comum é a corrente não navegável; e a particular é quando não está enquadrada nem na pública e nem na comum (SANTOS, 2016).

Na presente interpretação, a lei deixa lacunas em dois pontos centrais. A primeira é que essa classificação não define com clareza como diferenciar, por exemplo, uma nascente numa propriedade para uso particular, público ou comum. No que se referem às águas subterrâneas, o Código de Águas não deixa dúvidas, determinando que o proprietário do terreno poderá se apropriar através de poços desde que não desvie ou derive o seu curso natural³⁵. A segunda

³⁵No caso de quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica, a propriedade do solo não se estenderia para a água.

ausência na lei diz respeito à questão dos conflitos³⁶ – não há qualquer menção de tentativa de mediação das disputas pela água.

O fato é que o Código de Águas alicerça juridicamente um elemento essencial para os planos de um projeto modernizador que se consolida no Estado Novo. Nas cinco décadas seguintes, o modelo de desenvolvimento, embora alternando períodos de democracia e autoritarismo, leva o Brasil a contínuas taxas de crescimento econômico tendo como pressuposto básico um conjunto de intervenções hídricas. É nesse contexto que a visão moderna inaugurada por Getúlio Vargas tem na construção de grandes obras hídricas para geração de energia um dos aspectos mais visíveis do desenvolvimento capitalista da época.

O Estado Nacional seguiu, nas décadas seguintes, aumentando os investimentos públicos financiados por empréstimos internacionais. O processo de rápido crescimento urbano e industrial, decorrente, em parte, do dinamismo do capital global, estimulou os governos autoritários a executar grandes obras de infraestruturas:

As grandes obras não somente produziram emprego e circulação temporária de capital, mas serviam de instrumentos legitimadores de regime autoritário. Durante a ditadura, os diversos ramos do aparelho estatal responsáveis pelo setor de recursos hídricos foram reorganizados com o propósito de facilitar a implementação de obras e projetos de desenvolvimento (IORIS, 2010, p. 226).

Ao determinar a água como um insumo indispensável para o processo de desenvolvimento econômico, o Estado, através das grandes obras hídricas, sejam os açudes para usos múltiplos, sejam os reservatórios para geração de energia, foi o indutor de novos conflitos territoriais, promovendo diversas disputas em torno dessas obras. Embora a água fosse um insumo indispensável para a expansão do processo produtivo industrial nesse período, foi o setor da irrigação que demandou os maiores volumes.

Na região Nordeste, a intervenção estatal estava relacionada aos fortes impactos provocados pela seca que passaram a ser mais visíveis e trágicas no final do século XIX, a partir de reivindicações dos governos estaduais de um lado e do aumento da população na região semiárida do outro (TARGINO; MOREIRA, 2006). É importante perceber os aspectos da atuação do Governo Federal no tocante à política oficial de “combate à seca” que foi agrupada por Bursztyn (1985) em duas categorias: as que são implantadas durante o fenômeno, com ações emergenciais, e aquelas que objetivam a criação de infraestruturas que possam resistir aos períodos de seca.

³⁶Ao disciplinar as águas mantendo possibilidade do seu domínio em mãos de particulares os conflitos se agudizaram nos anos seguintes.

Foi com a estiagem de 1877/1879 que a seca passou a ser vista como um grave problema pelo governo central. Na época, já havia destinação de verbas para combater os seus efeitos. Essa política teve início com a grande estiagem de 1824/1825. As linhas de ações governamentais, além de recursos financeiros emergenciais para amenizar a tragédia, estabeleceram a necessidade de conhecer melhor as condições edafoclimáticas da região. É nesse contexto que o governo central cria comissões científicas para análise do problema.

As iniciativas científicas para combater o problema também tiveram início nesse período quando o imperador D. Pedro II criou, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, formado por geólogos, botânicos, zoólogos, astrônomos e geógrafos. Este instituto elaborou entre 1856 e 1859 o primeiro trabalho de reconhecimento do Norte e do Nordeste. O chefe da missão, o Barão de Capanema, em suas análises, enfatizou a necessidade de melhorar as estruturas de transporte e armazenamento de água, propondo a construção de 30 açudes, aberturas de fontes artesianas profundas e melhorias dos meios de transporte (BRITO, 2013, p. 124).

Com a elaboração de relatórios técnicos apresentados por outras comissões científicas realizadas sempre que o fenômeno se abatia, teve início o desenvolvimento de projetos para a construção dos primeiros açudes públicos³⁷. Outros projetos bem mais audaciosos já previam a construção de um canal de transposição de águas do Rio São Francisco. A primeira vez que essa ideia foi pensada ocorreu no período da monarquia, quando o Rei D. João VI, em 1818, ordenou a possibilidade de estudar a interligação do Rio São Francisco com o Rio Jaguaribe no Ceará³⁸.

Em 1847, o intendente do município de Crato, na região do Cariri cearense, Marcos Antônio Macêdo, solicitou ao Imperador D. Pedro II a construção de um canal captando água na Ilha da Assunção, em Cabrobó, no Pernambuco, transpondo até o Riacho dos Porcos, na região do Cariri cearense. Por ordem do imperador, nos anos seguintes foram realizados estudos que apontavam a viabilidade do projeto. No entanto, este não progrediu por ter sido julgado muito dispendioso (BRITO, 2013).

Sempre que uma nova seca ocorria, o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco voltava ao debate. Foi assim desde a Monarquia, passando pela República Velha e pelo Estado Novo. Na realidade, existiam limitações técnicas que pudessem bombear a água através da Chapada do Araripe para chegar até o Ceará. Efetivamente, o modelo de gestão hídrica dominante nas primeiras décadas do século XX na região Nordeste foi o represamento

³⁷O Governo Imperial inicia, em 1884, a construção do primeiro açude de grande porte na região, o Açude Cedro, em Quixadá, Ceará, concluído no ano de 1906.

³⁸De acordo com Brito (2013), não há registro de uma proposta efetiva de estudo para a realização do projeto.

de água através da política de açudagem com a criação de Inspetorias e Superintendências. Foi o Estado decididamente entrando na guerra para “combater” a seca.

Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), no governo Nilo Peçanha, pelo Decreto nº 7619, de 21 de outubro de 1909, transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) pelo Decreto nº 13.687, de 9 de julho de 1919. Segundo Evangelista (2011), nesse mesmo ano o presidente Epitácio Pessoa assinou a Lei nº 3.965 que regulamentava a construção de grandes obras de acumulação de água e irrigação com um mecanismo de financiamento através de um caixa especial. Pela lei, o Governo Federal estava autorizado a solicitar empréstimos aos bancos internacionais.

Em 1945, o IFOCS passou a ser chamado de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Com grande capilaridade política no semiárido nordestino, o órgão, além de revelar a presença marcante do poder do Estado como legitimador das estruturas de poder em âmbito regional e local, pode ser considerado como a gênese técnica das atuais políticas de recursos hídricos baseadas nas modernas redes de canais que interligam bacias hidrográficas.

Entre suas inúmeras competências, não há dúvidas de que essa autarquia técnica e administrativa foi fundamental para um planejamento territorial, tendo a apropriação capitalista da água como uma manifestação evidente do Estado em associação com o capital. É necessário lembrar que a água precisa ser aprisionada para que seja transformada em produção de valor. Esse processo reorganiza o metabolismo entre seres humanos e natureza no âmbito das lutas de classe. A escassez de água, os açudes, a seca e o discurso do Estado de combatê-la são processos indissociáveis de uma construção histórico-conceitual cujas implicações reverberam com bastante êxito nos dias atuais.

Nascido com o propósito de combater os efeitos da seca, este modelo de gestão hídrica atuou como instrumento de dominação das oligarquias agrárias do semiárido nordestino. As estruturas de poder não só se mantiveram intocáveis, como também foram fortalecidas. O Governo Federal investia na construção de barragens privadas no interior dos latifúndios, revelando a atuação do Estado brasileiro que estava alicerçado na Teoria do Desenvolvimento e na Teoria da Modernização, teorias estas que surgiram no pós-guerra. Segundo Evangelista (2011, p. 42):

Ambas as abordagens concebiam como plausível que as nações desenvolvidas se incumbissem da missão de guiar os países pobres em direção ao desenvolvimento econômico. Segundo esses paradigmas, as precondições para a modernização da sociedade nos países periféricos não surgiriam endogenamente, mas mediante a introdução de práticas originadas de

sociedade mais “adiantadas”, o que levaria necessariamente à intervenção, ou melhor, à colaboração estatal.

No semiárido nordestino, as grandes obras como os açudes e as hidrelétricas simbolizavam o pensamento nacionalista e a ideologia de um país que estava no rumo do progresso. Enquanto o imaginário social esperava um desenvolvimento que nunca chegava, a ideologia de progresso gerou e intensificou os conflitos sociais no campo e o aumento do êxodo rural. Esses processos são apenas as implicações mais visíveis dos rumos que o país tomava, mas que, de modo algum, se diferenciam do passado. Nesse sentido, o DNOCS pode até ser considerado um divisor de águas no tocante à política hídrica nordestina, mas não há dúvidas de que o órgão foi usado como estratégia da desigual e injusta reprodução social, sendo utilizado como um instrumento de controle social.

A criação de órgãos como o DNOCS ajuda a compreender o papel que as intervenções do Estado controladas pelas elites políticas desempenharam no processo de transformações territoriais no Nordeste. Se antes o papel do Estado manifestava-se de forma limitada, atendendo aos interesses dos coronéis, a partir daí passa a atuar de modo mais amplo com o objetivo de conduzir o processo de desenvolvimento das forças produtivas. Na interpretação de Bursztyn (1985), o Estado, que antes operava com um caráter autoritário por omissão, passou a operar com um caráter autoritário ativo.

À época, ocorria uma notável mudança no setor de geração de energia em razão do crescimento do Estado para construção de usinas hidrelétricas que era definida como uma das prioridades da política desenvolvimentista do Estado brasileiro. A matriz energética se apresentava como central para todo o país, sobretudo para atender o desenvolvimento urbano industrial da região Centro-Sul, superando o atraso do Brasil em relação aos países da Europa, por exemplo.

Para isto acontecer, era necessário promover um planejamento que expandisse a construção de parques geradores em todas as regiões brasileiras. Através de parcerias entre estados e Governo Federal, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco, em 1948, além de empresas estatais federais para atuar no setor da geração de energia elétrica como foi o caso da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela construção, em 1945, da usina de Paulo Afonso, no Rio São Francisco.

De acordo com Corrêa e Paula (2012), o Plano da Comissão do Vale do São Francisco, encaminhado em 1950 ao Congresso Nacional, apresentou um amplo programa de obras relativas à regularização do regime fluvial do Rio São Francisco, construção de usinas hidrelétricas, construção de redes de transmissão, melhoria dos transportes e comunicações,

fomento à agricultura irrigada, saneamento urbano e rural, investimento em saúde pública, reflorestamento, incremento da imigração, colonização e aproveitamento de recursos minerais.

O Rio São Francisco passou a sofrer intervenções sistemáticas motivadas pela narrativa do imperativo político de “rio da integração nacional”. Muito embora tenha prevalecido a preocupação com a geração de energia, havia um objetivo concreto de aproveitamento econômico do rio com foco na agricultura irrigada nas margens do Rio São Francisco e na industrialização do seu entorno como tentativa de conter o fluxo migratório para os grandes centros urbanos nordestinos.

Seguramente, havia à época um clima político favorável e consensual de que o setor hidrelétrico funcionaria como um vetor para a industrialização do Brasil e levaria o país ao sonhado modelo desenvolvimentista. Na avaliação de Corrêa e Paula (2012, p. 5), o caráter nacionalista, embora não tenha realizado uma oposição direta ao capital estrangeiro, criou algumas estratégias para garantir o controle estatal na produção de energia elétrica, especialmente usando o aparato legislativo da gestão de água.

O Código de Águas aprovado pelo governo brasileiro em 1934 determinara a revisão dos antigos contratos dessas empresas concessionárias, sem o que ficariam proibidas quaisquer modificações de instalações, aumentos de tarifas ou a assinatura de novos contratos de fornecimento. Além disso, a Constituição de 1937 proibira a outorga de novas concessões de aproveitamentos hidrelétricos a empresas estrangeiras, reservando-se esse direito apenas a empresas constituídas por acionistas brasileiros. Sem poder modificar e ampliar as instalações, sem aumento de tarifas, as empresas estrangeiras argumentaram não poder garantir a expansão do setor. Como resposta, visando atender à situação de guerra e à demanda de energia, foi criado em maio de 1939 o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), pelo decreto-lei 1.285, órgão vinculado diretamente à Presidência da República, tendo como função principal a elaboração da política de energia elétrica do governo federal.

As empresas controladas pelo Estado brasileiro aos poucos foram desbancando o domínio de grandes empresas estrangeiras, notadamente da *Light* e da *American and Foreign Power Company*. No governo Getúlio Vargas (1930-1945), era um consenso a necessidade de criar condições nacionais para ampliação do parque industrial e modernização dos serviços urbanos e isto passaria essencialmente pelo controle da parque hidroelétrico. No entanto, para evitar confronto, era preciso cuidado na restrição ao capital estrangeiro que também era considerado importante naquele período.

De qualquer modo, a intensificação do intervencionismo interioriza-se e acentua-se ainda mais após a Segunda Guerra Mundial. No Nordeste brasileiro, por exemplo, a presença do poder do Estado, que antes chegava mediatizado pela figura do coronel, começou

paulatinamente a mudar ao longo do século XX. A presença do Estado provocou uma reestruturação dos esquemas de legitimação com o poder central que assumiu papel de patrocinador na estrutura de poder político e econômico no âmbito regional ou local.

Em meio a toda essa euforia do modelo desenvolvimentista, a economia nordestina deveria buscar uma maior integração no mercado nacional e ampliar a sua inserção da Divisão Internacional do Trabalho. Quando surgiu o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), já havia um certo acúmulo de estudos sobre as potencialidades e fragilidades do semiárido nordestino, o que foi determinante para um conjunto de ações governamentais no uso dos recursos hídricos na região.

O desfecho da modernização das atividades agropecuárias redirecionou uma complementação na política de açudagem que passou a ter reservatórios de grande porte com possibilidade de perenizar os rios que pudessem levar água a lugares mais distantes. Obviamente, como explica Evangelista (2011, p. 65), essas mudanças implicaram em novos conflitos hidroterritoriais:

Em substituição à velha estratégia de pulverizar os sertões nordestinos com um número elevado de barragens de pequeno porte, tem início no final da década de 1960 uma nova estratégia de política de recursos hídricos, com a construção de um menor número de barragens, porém com capacidades de acumulação cada vez maiores e, com isso, resultando em maiores impactos nas suas áreas de influência imediata, especialmente sobre os contingentes humanos aí residentes, com o objetivo de difundir a irrigação como estratégia de modernização nos moldes de uma economia de escala.

O discurso oficial do Estado defendia que, além de possibilitar a implantação de grandes projetos de irrigação, esse modelo levaria o processo de industrialização para o interior, contendo, assim, os intensos fluxos migratórios da região do Polígono das Secas³⁹. Com isso, os vales dos principais rios do Nordeste, no âmbito da “modernização excludente”, passaram por profundas metamorfoses territoriais e tornaram-se verdadeiros espaços de transformação de caminhos das águas em caminhos do capital no campo.

Evidentemente que isso não se concretizou, uma vez que a estrutura produtiva pouco se alterou e os camponeses permaneceram sem acesso à água que ficou cada vez mais concentrada em grandes reservatórios. Na verdade, os camponeses foram obrigados a se submeterem aos mesmos esquemas de exploração do latifúndio ou continuar sua migração para outras regiões do Brasil.

³⁹Criado em 1936 pela Lei nº 175/36 como um plano de defesa contra as secas, o Polígono das Secas abrangia uma área de 947.150 km² e atingindo oito dos nove estados nordestinos (com exceção de Maranhão) e uma pequena parte de Minas Gerais.

Essa via de desenvolvimento, realizada numa aliança por cima entre uma burguesia urbana industrial e uma velha oligarquia rural, que excluía os grupos subalternizados, potencializando movimentos de massas que se organizavam contra a ordem estabelecida. A burguesia, sentindo a ameaça da unidade nacional e acreditando que poderia haver um agravamento dos conflitos e expansão do poder dos movimentos sociais do campo, passou a pressionar para que o Estado intervisse. Nesse contexto, surge a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, com apoio da burguesia do Sudeste do país, apresentando-se como instrumento de intervenção estatal para controlar as tensões das populações do campo.

O conflito de classes entre as forças populares do Nordeste e as combalidas forças dominantes locais, burguesia industrial e oligarquia latifundiária, num processo que estava desembocando claramente na perda de hegemonia daquelas classes dominantes, expressa-se bem sob outros aspectos, e nesse sentido é antagônico, também, com a expansão do capitalismo monopolista a partir do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981. p. 112).

Aqui é possível utilizar o conceito de hegemonia de Gramsci por entender-se que as novas configurações sociais abalavam a estrutura ideológica vigente. Embora as forças populares do Nordeste não tivessem ameaçado o poder econômico, caminhavam para uma ameaça concreta ao bloco político. O Estado, percebendo essa movimentação, assumiu-se um papel centralizador para tentar resolver os conflitos de classe no Nordeste brasileiro. A solução seria apostar em investimentos públicos que garantissem a expansão do capital no campo. Com um plano de desenvolvimento que priorizava a questão agrária, a aposta do suposto desenvolvimento viria pela ampliação da oferta de terra e abertura de novas áreas irrigadas, aproveitando a água dos rios e dos açudes construídos pelo DNOCS.

A criação da Sudene representa o coroamento de um conjunto de medidas dos órgãos governamentais diante das frequentes crises sociais que ocorreram no Nordeste durante a fase desenvolvimentista. As intervenções estatais, expressas desde a Constituição de 1934 em seu artigo 177, que estabelecia a defesa contra os efeitos das secas, materializaram-se na criação da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), em 1945; a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948; e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952. Essa parceria entre Estado e órgãos supranacionais fortalecida nos governos autoritários reforçou a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, além de estabelecer as bases para implementação das políticas neoliberais subsequentes.

Em um primeiro momento, a Sudene apareceu como uma estrutura de poder que simbolizava uma nova etapa no processo de planejamento político e econômico do Nordeste.

Com as experiências absorvidas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e tendo à frente Celso Furtado como autor intelectual, a Sudene, segundo Ianni (1984, p. 216), representou um momento de transição de um modelo econômico oligárquico para um modelo propriamente burguês.

[...] A criação da SUDENE representou a chegada da Revolução de 1930 no Nordeste. [...] mudou a própria linguagem dos governantes, técnicos e administradores do Nordeste. Em pouco tempo, passou a predominar nova ideologia, em substituição à que prevalecia anteriormente. Em contraposição à ideologia conservadora e agrarista, por meio da qual se legitimava a dominação oligárquica, surgiu uma ideologia reformista e industrialista, por meio da qual passou a legitimar-se a dominação propriamente burguesa.

No entanto, essa nova ideologia, coerente com as exigências do capitalismo desenvolvimentista do século XX, foi, de certo modo, capturada pela ideologia oligárquica que dominava a região. Os preceitos iniciais da Sudene que polarizavam, entre outras características, um amplo programa de modernização do campo, com a proposta de libertar os pequenos produtores da servidão através da incorporação de novas técnicas, criando cooperativas e inserindo os agricultores ao mercado, não foram efetivamente atingidos. Com o abandono dessas proposições iniciais, o órgão adotou um modelo que concentrou ainda mais a água e a terra, articulando-se ao processo de reprodução do capital.

Se os economistas da Cepal apontavam que o caminho para o desenvolvimento seria a promoção da industrialização e da modernização do campo na sombra dos países centrais, os teóricos da teoria da dependência, em contraposição, argumentavam que esse modelo agravaria o processo de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, ou seja, o único desenvolvimento possível seria o próprio subdesenvolvimento. Com um leque diverso de autores que inclui Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, os teóricos da teoria da dependência argumentavam que dependência significa submissão e que a superação dessa condição só seria possível com a ruptura da lógica de desenvolvimento pela modernização.

Os cinco anos que separam a criação da Sudene do golpe militar revelam uma crise de hegemonia (GRAMSCI, 2007) em que ocorreram mudanças nas formas de dominação e novas estratégias que a classe dominante utilizou para conter os conflitos sociais desse período. A modernização conservadora, promovida no período da ditadura militar, inscreve o Brasil na fase do capitalismo monopolista, resultando em um protagonismo do grande capital nos programas políticos que prevaleceu até o processo de redemocratização.

Em relação aos países centrais, a consolidação do capitalismo, como no caso brasileiro, possuía claramente um caráter dependente semelhante à estrutura colonial. Esse processo resultou em uma estrutura de classe em toda a América Latina, forjando uma burguesia capitalista local com comportamento subalterno. Frank (2016, p. 398) considera que essa fração da sociedade conectada à burguesia das metrópoles capitalistas e suas políticas de modernização excludentes e desiguais inspiram subjetivamente a continuidade da exploração colonial.

A burguesia da metrópole nacional colabora com o imperialismo no contexto da exploração colonial e da exploração de classe de seu próprio povo. E as frações da burguesia que possuem os latifúndios e exercem um controle de tipo monopolista sobre os intercâmbios internos constituem evidentemente uma parte integral desse sistema de classes capitalista e colonial.

O lugar da América Latina no mundo estava determinado por suas burguesias nacionais em consonância com os interesses imperialistas dos países centrais do capitalismo mundial. Fanon (1965) considera o capitalismo periférico possuidor de características herdadas do processo histórico. A burguesia subalterna com caráter retrógrado permitiu um modelo de exploração extremamente predatório em que o processo de acumulação foi muito mais intenso, sendo exercido às custas de opressão e exploração dos trabalhadores com apropriação privada e destruição dos bens naturais.

Seguramente, a burguesia brasileira é bem diferente do processo revolucionário que forjou a burguesia europeia que defendia um projeto de nação direcionado para a democracia, incluindo a ideia de povo para romper com a antiga ordem feudal. Em alusão ao tema, Fernandes (2006) afirma que algumas questões precisaram ser solucionadas, a exemplo do acesso à terra, através da reforma agrária, para os estratos mais pauperizados da sociedade.

No Brasil, continua o autor, esse sujeito histórico não existiu e, portanto, a burguesia brasileira é desprovida de um caráter revolucionário que destituísse uma antiga ordem. Parece paradoxal que o Brasil tenha uma ordem burguesa sem uma burguesia clássica, mas essa figura histórica tem origem na ordem oligárquica, especialmente os grandes cafeicultores, que produziram um processo de modernização urbana e industrial a partir de seus próprios interesses para produção e comércio do café (FERNANDES, 2006).

Esse processo garantiu o controle do Estado pela classe dominante a partir de uma aliança com o antigo regime. Isso derivou em um conjunto de implicações no pensamento e na prática da burguesia brasileira e, obviamente, da classe média, como ficou explícito no caso da inércia na luta contra a escravidão, na manutenção da estrutura agrária, na aceitação e na

parceria com o golpe militar de 1964, no golpe parlamentar-militar-midiático-jurídico contra a presidenta Dilma Roussef e na eleição do presidente Jair Bolsonaro.

Esse caráter do Estado brasileiro é materializado pela condição dependente do capitalismo que se insere nesse sistema sem romper com a ordem colonial e escravista que delimita a burguesia nacional subalterna. O viés oligárquico dessa burguesia alia-se ao imperialismo para espoliar os territórios e sugar todas as formas possíveis a classe trabalhadora. É isso que Fernandes (2006) chama de “o caráter autocrático do Estado brasileiro”. Um Estado cuja democracia é apartada da maior parte da população brasileira, sempre preparado para atacar preventivamente, seja com ditadura, ou abertamente de maneira autoritária e neofascista.

Nesse sentido, o Estado brasileiro opera constantemente para garantir e fortalecer o poder de uma pequena parcela que se aproveita da ordem capitalista subalterna, dissimulando que os seus interesses particulares são, na verdade, um projeto de toda a nação. No campo, por exemplo, a implantação dos perímetros irrigados foram exemplos de instrumentos modernizantes de um capitalismo *sui generis*, moderno por fora e extremamente arcaico por dentro. A construção de um conjunto de infraestrutura de abastecimento hídrico em territórios selecionados estimulava a produção para o mercado, além de criar uma mentalidade empresarial nos agricultores escolhidos. A agricultura irrigada evidenciou o processo de legitimação da presença do Estado sob a máscara de modernização.

Os perímetros irrigados foram implantados durante o governo militar sob o discurso de reforma agrária e colonização como estratégia para conter os conflitos sociais no campo (FREITAS, 2018). Diniz (2008) acrescenta que o projeto dos perímetros de irrigação fundamenta-se juridicamente no Estatuto da Terra (Lei nº 504, de 30 de novembro de 1964) que teve como intuito desmobilizar as crescentes tensões sociais que ocorriam no campo, ao mesmo tempo em que visava aumentar a produtividade do meio rural, integrando-o ao capital nacional, por sua vez, associado ao capital internacional.

Com os perímetros irrigados, o Estado cria condições para que todos insiram suas mercadorias nas relações de trabalho:

Em suma, seu objetivo é criar e preservar as condições sob as quais possa perpetuar-se o processo de troca através do qual todos os valores da sociedade capitalista são reproduzidos. O fato de que certos grupos capitalistas (ou categorias da força de trabalho) sejam mais favorecidos que outros, não é o objetivo, mas o sub-produto necessário de uma política que está voltada, de forma abstrata, para a conservação e a universalização da forma-mercadoria (OFFE; RONGE, 1984, p. 129).

Mas, para Oliveira (1981), essas intervenções ainda não expressavam uma atuação planejada do Estado no sentido de haver um plano de desenvolvimento regional que ousasse transformar as estruturas de produção e de poder dominante no âmbito regional. O autor acredita que esse modelo de intervenção, na verdade, reforçava os mecanismos de exploração e dominação da oligarquia agrária sobre os camponeses.

Sem solucionar os problemas da grande massa de camponeses, os perímetros associados à política de açudagem estiveram separados de uma política agrária que fosse capaz de criar condições materiais de acesso à água e à terra. Eis aqui um aspecto importante que revela as contradições e os conflitos próprios do processo de produção da acumulação capitalista que repercutiu na autonomia relativa do Estado.

Com críticas aos defensores da corrente que defendia a existência do Estado como órgão de classe que existe para administrar os negócios da burguesia, Poulantzas (1977) afirma que o Estado tem uma autonomia relativa em relação às classes sociais podendo adotar medidas a favor dos interesses das classes dominadas mantendo, obviamente, certos limites para essas concessões.

Na verdade, o Estado age para desorganizar o poder político dos dominados frente a uma ameaça, ocultando, assim, o seu caráter de classe para manter a hegemonia da classe dominante. Nas palavras de Poulantzas (1977, p. 182):

[...] o Estado capitalista tem por função desorganizar politicamente as classes dominadas, enquanto organiza politicamente as classes dominantes; de excluir do seu seio a presença, enquanto classes, das classes dominadas, enquanto nele introduz enquanto classes, as classes dominantes; de fixar a sua relação com as classes dominadas como representação da unidade do povo-nação, enquanto fixa a sua relação com as classes dominantes como relação politicamente organizadas; em suma, esse Estado existe como Estado das classes dominantes, ao mesmo tempo que exclui do seu seio a “luta” de classes.

As Ligas Camponesas expressam um fenômeno que elucida o papel do Estado, atuando de forma dialética como instrumento para expansão da classe dirigente, fazendo uso das forças repressivas para manter os governados desorganizados. Ao mesmo tempo, o Estado usou a opinião pública para estabelecer o consenso. É nesse contexto que o conceito de hegemonia de Gramsci (2007) ajuda a entender a complexidade das atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante mantém o domínio dos governados através do consentimento ativo.

A formulação do autor manifesta-se ainda como um conceito atual que sempre se renova, sendo essencial para compreender a conjuntura política internacional do final do século XX, momento em que o liberalismo clássico passa por uma releitura. A supremacia do

capitalismo, vitorioso na Guerra Fria, reflete um grande crescimento da concorrência comercial, atingindo todos os pontos do planeta, impactando diretamente nas formas e organizações do Estado e, conseqüentemente, nas políticas hídricas.

Esse conceito permite compreender a disputa pelo poder envolvendo as classes dirigentes, mas não impediu a construção de um consenso em torno de uma agenda desenvolvimentista que transformou a água em um instrumento indireto de acumulação de capital, consolidando um papel mais direto do Estado para a gestão hídrica. Embora desgastado, o discurso desenvolvimentista finda o século XX cumprindo o seu papel em torno da água, transformando-a em um instrumento direto de acumulação de capital. É este papel assumido pelo Estado que será visto no próximo tópico.

1.3 O Estado na fase neoliberal: a água como instrumento direto de acumulação de capital

Após o processo de redemocratização, a ação empresarial do Estado e seu caráter desenvolvimentista passaram a ser objeto de crítica por um grupo de intelectuais orgânicos que identificavam a intervenção estatal na economia como a principal causa das taxas declinantes de lucro do capital. Na América Latina, a crítica neoliberal ganhou força com as oscilações dos preços de produtos primários e pela dificuldade de financiamento do déficit público, resultando em um declínio da produção industrial e tendo o capital financeiro como um importante protagonista na política externa.

No Brasil, o receituário neoliberal chegou simultaneamente com o discurso de crise do Estado, resultado do fim do governo ditatorial e das incertezas econômicas do processo de redemocratização. As pressões neoliberais levaram o país a um conjunto de reformas que passavam por um processo de estabilização monetária, elevação das taxas de juros, atração de capital financeiro, reforma do mercado de trabalho e redução de investimentos públicos.

Apostando na reprimarização da economia, os governos brasileiros, desde a década de 1990, ampliaram a fronteira agrícola e as áreas mineradoras, ocasionando uma maior pressão sobre os bens naturais. Essa política econômica facilitou o processo de apropriação privada capitalista da terra e da água. Entra em cena um novo modelo agrícola que é moderno na tecnificação, mas extremamente arcaico no que se refere ao uso dos recursos e relações de trabalho⁴⁰.

⁴⁰Basta observar o Nordeste brasileiro onde as antigas estruturas latifundiárias convivem com o moderno agronegócio.

Com a natureza reduzida ao patamar de subordinação ao capital financeiro, o processo de apropriação privada dos bens naturais intensificou-se. Nos termos de Mendonça (2015) e Thomaz Júnior (2010), o conceito de agrohidronegócio evidencia a simbiose do mercado de águas e terras com o grande capital. Grandes empresas territorializam e monopolizam territórios onde há água abundante e terra fértil disponível, inviabilizando modos de vida tradicionais, gerando e aumentando os conflitos territoriais. Esse conceito ajuda a compreender o papel do Estado neoliberal brasileiro que colocou a agricultura em novo patamar mundial como integrante da mundialização do capital, estruturando-se em processos relacionados à produção de *commodities*, formação das empresas monopolistas mundiais integradas às bolsas de mercadorias.

Com um apetite voraz para mercadorização da natureza, amparado no fetiche da técnica, os instrumentos ideológicos e disciplinadores do capital transformaram o comportamento institucional do Estado afetando o gerenciamento das terras e das águas. Um aspecto importante desse processo foi a privatização de áreas públicas, a exemplo dos perímetros irrigados que foram redefinidos, passando a ter um caráter empresarial e competitivo e ampliando as expropriações dos pequenos colonos. O controle territorial do campo posto por empresários do meio urbano, embora não tenha rompido totalmente com o latifúndio tradicional, introduziu novos elementos expropriatórios articulados com os padrões do mercado internacional.

Com os agentes públicos devidamente treinados na cartilha neoliberal, as relações entre o capital no campo e o Estado foram aprimoradas com a gestão territorial da água através da construção de políticas públicas que fortaleceram alguns grupos sociais como os empresários da fruticultura irrigada e os grandes produtores de grãos. A pressão desses grupos pelo controle das águas tem sido um dos principais mecanismos de espoliação dos territórios, gerando cada vez mais conflitos hidroterritoriais.

Enquanto a redução das políticas sociais tornou-se o grande discurso, o Estado-nação, enquanto categoria de análise, perdeu importância com a difusão dos avanços tecnológicos e dos grandes sistemas de comunicação a partir de uma maior conexão entre o mundo (uma aldeia global) e o lugar, o espaço do cidadão⁴¹. A ideia de desenvolvimento rural de base local, nos termos de Gómez (2006), se, por um lado, limita e subordina as funções do Estado em escala nacional, por outro, libera o setor privado, articulado com o próprio Estado, para atuar de forma mais incisiva no campo. É claro que os organismos multilaterais e o mercado financeiro eram

⁴¹Milton Santos (2007) desenvolve o tema com maior profundidade.

os principais agentes dessas transformações e, com uso de diferentes estratégias, os territórios foram se adaptando a essa lógica.

Ainda nos anos de 1990, quando a agricultura familiar foi reconhecida como setor econômico importante para a produção alimentar do país, recebendo maior atenção do poder público, diversos convênios entre o Banco Mundial, a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram assinados. As orientações do Banco, sempre orientadas para o mercado, garantiram que a institucionalidade difundisse com mais vigor as práticas capitalistas na agricultura camponesa. É incontestável como o Estado, sempre subserviente aos desejos do capital, foi abrindo novas frentes de reprodução em áreas que, em tese, poderiam ser antagonicas, como a agricultura familiar, o meio ambiente e a crise hídrica.

A captura de narrativas ocorreu com a disseminação dos discursos de crise e escassez que ficaram patentes na relação entre políticas neoliberais, crise ambiental⁴² e escassez hídrica. Quando emergem como novas raridades, os elementos naturais, antes abundantes e gratuitos, são transformados em recursos escassos com acesso e propriedade regulados pelo mercado. Diante da dificuldade de apriacionar elementos naturais, alguns com características fluídas como a água, os apologistas do capital argumentam que transformar a água em mercadoria é uma solução diante da escassez generalizada (MÉSZARÓS, 2011).

O que é apresentado como solução para essa relação espúria entre a água mercadoria e a escassez hídrica, na verdade, é parte do problema. Prieto (2019), analisando a noção de raridade dos bens naturais, explica que a raridade da água não é necessariamente a completa ausência do abastecimento, mas como sinônimo de precariedade, incompletude, ineficiência, insalubridade e intermitência. Dessa forma, a insuficiência do precioso líquido para determinados grupos sociais é uma escassez socialmente produzida, cujo objetivo é destituir a sua condição de riqueza natural, bem comum e direito social para transformá-la em mercadoria.

Nessa mesma linha argumentativa, Ribeiro (2013) afirma que o maior causador da escassez de água é o padrão de consumo movido pela lógica capitalista e não o esgotamento dos sistemas naturais. Nas palavras de outro pesquisador:

[...] o maior causador da escassez de água não é o seu esgotamento nos sistemas naturais, mas o padrão de consumo deste recurso em vigor nas sociedades capitalistas. Isto significa que a produção de mercadorias em larga escala é o principal responsável pelo consumo excessivo de água. O tempo rápido de reprodução material de nossa sociedade, não leva em consideração

⁴²Pretende-se desenvolver uma discussão que supere o ambientalismo clássico que oculta as assimetrias de poder e os conflitos causados pela desigualdade no uso.

o tempo lento de reposição da água pelos mecanismos naturais. Esta condição tem agravado nos últimos anos o problema da escassez. Sendo assim, a água – ao tornar-se artigo (quase) raro – tem despertado o interesse econômico de grandes corporações [...] (DRUMOND, 2013, p. 209).

O problema da degradação dos bens naturais não pode ser analisado fora das relações capitalistas que tiveram suas bases fundadoras na apropriação privada da natureza. Crises e escassez são manifestações do avanço das forças produtivas que exploram a natureza em demasia e isto foi agravado com a dominação do capital financeiro que usa artifícios para mais exploração, apresentando o mercado, causador do problema, como a solução. Algumas propostas como bolsa verde, mercado de carbono e mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) são mensagens hipócritas de um fictício capitalismo verde operando em um planeta cada vez mais arrasado, cujos bens naturais são atirados no mercado financeiro e negociados nas bolsas de valores.

As limitações naturais dos elementos como a água são desconsideradas pela reprodução material do capital e o tempo de reposição do seu complexo ciclo vem agravando os padrões de acesso para a grande maioria da população. Mesmo as frações dos territórios que ainda não estão totalmente subordinados à lógica do capital, estão com suas fontes de acesso seriamente comprometidas tanto em quantidade, como em qualidade. Devido ao seu mecanismo de circulação, a água dos territórios tradicionalmente ocupados que é retirada diretamente de poços, cacimbas, fontes naturais, rios ou riachos, tornou-se inviável mesmo quando os grandes projetos de desenvolvimento estão a quilômetros de distância. Essa dinâmica leva essas comunidades, que tinham a água como um bem de uso comum, a depender de uma lógica mercadológica de acesso à água.

Esse contexto de guerra permanente contra a natureza foi analisado por Marques (2018) a partir da interferência humana no ciclo hidrológico terrestre, sobretudo na relação entre rios e represas. Os rios são os grandes motores biológicos do planeta, mas, quando são represados, ocorrem perdas irreversíveis em toda a paisagem, afetando ecossistemas inteiros com a eliminação de milhares de espécies da fauna e da flora. Desde 1930 já foram construídas pelo menos 58.266 grandes represas⁴³ no mundo, representando uma média de 1,2 represa por dia. Cerca de 60% dos 227 maiores rios do mundo já foram fragmentados ou tiveram seus fluxos modificados por grandes barragens. O Brasil, com 516 grandes barragens, ocupa a 10ª posição

⁴³Uma grande represa é definida pela Comissão Internacional Sobre Grandes Represas Icold – *World Register of Dams* como uma barragem de mais de 15 metros de altura acima das fundações.

no mundo, mas sobe para o 4º lugar em número de barragens gigantes, com 16, ficando atrás apenas de Estados Unidos, Rússia e Canadá (MARQUES, 2018).

Desde o Estado Novo, os governos brasileiros de diferentes posições ideológicas esforçaram-se para superar em tamanho as barragens existentes. Transformadas em atrações turísticas e símbolo da suntuosidade do poder e fetiche da engenharia contemporânea, as grandes barragens escondem os desastrosos impactos socioambientais, a corrupção envolvida na construção e o processo de conflito e desterritorialização das populações.

Em termos sociais, além de monumentos à corrupção, essas barragens são responsáveis por imensas injustiças. No século XX, 40 a 80 milhões de pessoas no mundo foram obrigadas a abandonar suas terras para a construção das grandes represas, em geral pobres e indígenas. As barragens gigantes são responsáveis também por gigantescos massacres da biosfera, inclusive por causarem terremotos. Mais de 100 terremotos foram atribuídos à construção de grandes represas. A ruptura da represa Banqiao na China em 1975 matou 171 mil pessoas, e o terremoto de Sichuan em 2008, possivelmente desencadeado pela represa de Zipingpu, causou a morte de 80 mil pessoas (MARQUES, 2018, p. 485).

Para a construção de grandes barragens, muitas delas em lugares remotos, vastas áreas de florestas são desmatadas, terras férteis situadas nos vales são alagadas e novas estradas e linhas de transmissão de energia são construídas. Nos caminhos das águas dos rios, existe uma exuberância da vida em todos os sentidos, no entanto, ao ser interrompido por um barramento, o lento processo geológico de erosão e deposição fica retido no fundo dos reservatórios. As terras ribeirinhas são erodidas, os seus deltas são salinizados e, com a diminuição da velocidade do fluxo da água que fica estagnada, reduz-se o oxigênio, aparecendo algas e proliferando doenças como leishmaniose, esquistossomose e malária.

Apesar da grande pressão exercida pelos cientistas, movimentos sociais e ambientalistas sobre o poder destrutivo das grandes represas, o mercado financeiro não está disposto a interromper essa guerra das corporações contra os rios. Enquanto o Banco Mundial⁴⁴ retomou uma linha de financiamento exclusivamente para a construção de grandes barragens, os bancos de financiamento da China já estão envolvidos com cerca de 330 grandes represas⁴⁵ em 74 países. Nos nove países que compreendem a região da bacia Amazônica, existem 412 grandes represas construídas, em construção ou em fase de projeto.

⁴⁴A linha de financiamento foi interrompida depois de muita pressão popular, mas foi retomada no início do século XXI.

⁴⁵Entre barragens construídas, em construção ou projetadas.

No Brasil, os principais investidores no setor elétrico para a construção de grandes barragens são as indústrias eletrointensivas de alumínio, cimento e siderurgia, como a Andrade Gutierrez que também executa a obra da Transposição do Rio São Francisco. Obviamente que o Estado é o maior responsável por esses empreendimentos: somente para a usina hidrelétrica de Belo Monte foi concedida, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a quantia de R\$ 22,5 bilhões para o consórcio de construtoras representando 80% do custo total da obra. Os altos custos financeiros dessas aventuras da engenharia brasileira, pagos por toda a sociedade, estão longe de ser o principal problema. Os seus impactos socioambientais são incalculáveis – só para se ter uma ideia do problema, a represa de Tucuruí libera mais gases de efeito estufa que toda a agitada cidade de São Paulo (MARQUES, 2018).

Essa condição da água dos rios permite reconhecer a disputa de interesses que envolve a transformação do fluxo das águas em seus caminhos naturais, sendo fraturados para a construção das grandes barragens e obras de transposições de bacias. Tais exemplos permitem concluir que existe um profundo processo de exploração, resultado de um modelo de desenvolvimento implantado desde o período colonial e que foi iniciado com a apropriação privada das águas.

É compreensível que esse cenário leve a uma escassez real da água agravada tanto pelo desequilíbrio provocado pelo desmatamento e mudanças climáticas, quanto pelo aumento do consumo *per capita*. Nas últimas décadas a destruição dos mananciais hídricos acelerou-se em ritmo simultâneo ao aumento do consumo de água e da expansão de setores da economia hidrotensivos como a agricultura irrigada. Comparado ao crescimento da população mundial que foi multiplicada por 3,6 durante um século, de 1900 (1,65 bilhão) a 2000 (6 bilhões), o consumo de água no mesmo período foi multiplicado por oito.

Em períodos recentes, esse descompasso é mais grave ainda: de 1990 a 2010, enquanto a população cresceu 20%, o consumo de água, no mesmo período, aumentou 100%. Antes que o discurso malthusiano, através do medo, do pânico e do controle da população seja destacado como se o problema derivasse unicamente do crescimento da população, é necessário esclarecer que esse incremento é marcado por uma acentuada desigualdade no seu consumo. Porto-Gonçalves (2006b) coloca a urbanização como um componente importante nessa disparidade, mostrando que um habitante urbano consome em média três vezes mais água que um habitante rural. A diferença do padrão de consumo entre os países centrais e as nações que ficam na periferia do sistema são gritantes: enquanto nos Estados Unidos o consumo *per capita* por dia é de 575 litros, em Moçambique é de apenas 4, Etiópia 15 e Nigéria 36 (MARQUES, 2018).

Esses fatos colaboram para a complexidade da questão relacionada à escassez hídrica⁴⁶, revelando um confuso debate entre discurso e realidade. Para Swyngedouw (2004, p. 40), a ideia de escassez hídrica forneceu um poderoso instrumento de legitimação das políticas neoliberais. A escassez imaginada estimula a privatização da natureza, maximiza a acumulação e abre novas fronteiras para as empresas lucrarem, deslocando o debate para soluções do problema dentro do mercado capitalista: “[...] por este caminho retira-se a atenção da natureza política da ‘escassez’ como ‘produzida’ social e politicamente e foca-se, ao invés disso, nas soluções tecnológicas disponíveis”.

Enquanto a escassez imaginada explora elementos oriundos do malthusianismo propondo soluções individualistas, a escassez real, fruto de um desequilíbrio hidrológico derivado de diversos fatores, vai se agravando com forte papel dos Estados em parceria com os organismos multilaterais que, através de suas formas de gestão de água, atendem aos interesses do capital.

Percebe-se que os conflitos hidroterritoriais não estão relacionados à escassez de água, mas à sua expropriação. Mesmo assim, prevaleceu, nos grandes debates internacionais, um discurso que produziu orientações no sentido de promover ajustes nas políticas de gestão de água⁴⁷, quase sempre direcionadas pelas corporações internacionais. Em 1994, com a criação do Conselho Mundial da Água, grandes empresas, principalmente da Europa e organismos multilaterais, popularizaram o discurso político e ideológico de que o mercado seria a solução tanto para conter o avanço da devastação, como pela sua eficiência na gestão de recursos hídricos⁴⁸ (SABOIA, 2015).

Esses princípios internacionais que foram incorporados à formulação das políticas de gestão hídrica abriram possibilidades para a participação do capital na gestão pública. A conclusão óbvia aparece na proposta escancaradamente neoliberal da chamada Lei das Águas do Brasil (Lei nº 9.433/1997) que, em seu artigo 1º, inciso II, estabelece a água como um bem dotado de valor econômico. Ora, em um país com enorme desigualdade social, marcado por

⁴⁶O Índice *Falkenmark* (*Falkenmark Water Stress Indicator*) estabelece três níveis de escassez hídrica: estresse de água (*water stress*), quando o suprimento é abaixo de 1.700 m³ per capita por ano; escassez de água (*water scarcity*), quando o nível é inferior a 1.000 m³ per capita; escassez absoluta (*absolute scarcity*), quando é inferior a 500 m³ per capita por ano.

⁴⁷Documentos confidenciais vazados da União Europeia, em 2005, referente às negociações do *General Agreement Trade in Services* (GATS) revelaram que 29 países em desenvolvimento, membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), incluindo o Brasil, estavam sendo pressionados para adaptar suas legislações locais com objetivo de diminuir restrições de acesso a capitais internacionais ao mercado de serviços públicos, especialmente no setor de captação, fornecimento e tratamento de água (TORRES, 2007).

⁴⁸Porto-Gonçalves (2006b) mostra que a *Global Water Partnership* (GWP), Parceria Mundial pela Água, com forte participação do Banco Mundial, teve como objetivo principal aproximar investidores privados aos serviços públicos.

graves contradições de classe e crescentes conflitos pela água, a lei, além de não democratizar o acesso à água, contribuiu para ampliar a sua desigualdade. O acesso à água a todos os cidadãos brasileiros, descrito no mesmo artigo constitucional, confronta-se⁴⁹ com a constituição da água como um bem dotado de valor econômico.

A lógica mercadológica como solução para o problema da escassez hídrica vem sendo difundida desde os grandes encontros internacionais, como no Fórum Mundial da Água⁵⁰, ocorrido no ano de 1997 em Marrakesh, Marrocos, e na Conferência Internacional da Unesco sobre Recursos Hídricos, em 1998. Tais encontros foram importantes por apresentarem um cenário preocupante em relação à água, reconhecendo que existe um acesso desigual no uso da água do planeta e que os conflitos hídricos iriam se agravar em virtude da crise ambiental. Petrella (2002) destaca que, apesar de muita retórica e pouca prática, as convenções internacionais realizadas por autoridades públicas e organizações especializadas na área produziram importantes conceitos para o debate, como, por exemplo, a ideia de direito humano à água.

No Brasil, as legislações hídrica e ambiental avançaram nas últimas décadas como uma resposta às contradições provocadas pelas atividades econômicas. São reformas que evidenciam uma estreita relação entre neoliberalismo e meio ambiente, sobretudo no que diz respeito ao uso e à conservação de recursos hídricos no Brasil. Em 1995, enquanto o governo consolidava o Plano Real, foi inserida na estrutura ministerial do então presidente Fernando Henrique Cardoso a pasta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos com o objetivo de criar uma base jurídica para a questão hídrica⁵¹. Dois anos depois, em 1997, foi promulgada a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433.

Entre os principais instrumentos da nova política, destaca-se a cobrança pelo uso da água. Para Ioris (2010), ao invés de estimular a conservação ambiental, esse instrumento vem operando como ratificador do processo de comodificação da natureza. A cobrança tem sido usada para aumentar a racionalidade ligada ao fetichismo da mercadoria sem nenhuma repercussão na recuperação ambiental dos corpos d'água. Na verdade, esse processo legitima atividades que historicamente têm produzido impactos ambientais.

⁴⁹Segundo o inciso III, em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

⁵⁰A primeira conferência internacional realizada para debater os problemas relacionados aos recursos hídricos foi a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em Mar del Plata, no ano de 1977.

⁵¹Importante destacar que esse processo não se encerrou no ciclo dos governos petistas (2003-2015). No primeiro ano de seu mandato, o então presidente Lula aprovou a Lei nº 10.079 que regulamentava a formação de parceria público-privada (PPP), instrumento que garantiu uma nova etapa de privatizações no Brasil.

O domínio das águas brasileiras foi substancialmente alterado nas últimas décadas tanto com a nova lei das águas, quanto com a Constituição de 1988 que traz em seus dispositivos a extinção das águas particulares transformando-as em um bem público. A propriedade que era distribuída entre União, Estados e Municípios⁵² foi ampliada consideravelmente para o domínio das unidades federadas (SANTOS, 2016). Se antes a água era um bem de livre acesso em que pelo menos as pessoas que viviam nas margens dos rios podiam fazer captações e outros usos sem pagar por isso, com a Lei nº 9.433/97 a água passou a ter um valor econômico.

A água transformada em recurso hídrico passou a ser disputada por poderosos grupos econômicos que buscam o controle das fontes hídricas e mananciais com o objetivo de privatizar os sistemas de abastecimento de água potável, produção e comercialização de água mineral engarrafada e bebidas gaseificadas. O mais interessante desse processo é perceber o papel dos organismos internacionais em relação às novas políticas de gestão das águas. Em um primeiro momento, houve o incentivo às políticas de Estado, legitimando, inclusive, governos ditatoriais desenvolvimentistas. Em seguida, apoiaram políticas que reduzem o papel do Estado, incentivando a iniciativa privada e as organizações não-governamentais (PORTO-GONÇALVES, 2006b).

A água como elemento natural envolve um campo de pesquisa complexo que abrange muito mais questões que H₂O. Envolve sentimentos, emoções e espiritualidade e foi essa a concepção adotada para este estudo. Ao contrário, o termo recurso hídrico está vinculado ao uso e à utilização, é a água compreendida como um bem econômico passível de uso para um determinado fim. É por essa razão que a primeira lei, o Código de Águas, disciplinava o elemento líquido, a água, para uso das necessidades primárias e geração de energia. Já a Política Nacional de Recursos Hídricos é uma lei sobre a gestão que trata a água como bem econômico, por isso um recurso hídrico a ser gerenciado por técnicos especializados.

Substituir a água por recurso, desnaturalizando as suas formas naturais de acesso, tem sido uma tática dos novos gestores da água procurando intervir em todo o ciclo da água com a construção de mais infraestrutura e aplicação de novos regulamentos. O mundo da água privatizado amplamente e dominado por grandes corporações, em muitos casos com apoio estatal, vem ocorrendo com a criação de um novo modelo de regulação em escala global, como explica Porto-Gonçalves (2006b, p. 433):

Vários têm sido as propostas de privatização das águas, todas baseadas numa ampla desregulamentação pela abertura dos mercados e supressão dos

⁵²A Constituição de 1946 ampliou o domínio hídrico dos Estados-membros extinguindo as águas municipais.

monopólios públicos, sob a pressão dos técnicos do Banco Mundial e do FMI, políticas essas que vão desde: (1) privatização em sentido estrito, com a transferência pura e simples para o setor privado com a venda total ou parcial dos ativos; (2) transformação de um organismo público em empresa pública autônoma, como bem é o caso da ANA – Agência Nacional da Água – no Brasil; ao (3) PPP – Parceria Público Privado – modelo preferido do Banco Mundial.

O que vem ocorrendo é uma transnacionalização e concentração de capital no campo dos recursos hídricos e, nessa nova dinâmica de conquista da água, grandes empresas, como a Nestlé, a Danone e a Coca-Cola, estão aumentando o controle sobre o mercado da água. No Brasil, a realização do 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018, e o encontro do presidente Michel Temer com Paul Bulcke, presidente da Nestlé, em Davos, na Suíça, e a aprovação do projeto de lei que estabelece o novo marco regulatório do saneamento básico (PL nº 4.162/2019), em 2020, revela uma agenda que vem sinalizando para a consolidação de acordos entre o governo brasileiro e empresas para a privatização da água.

Segundo matéria jornalística veiculada na Rede Brasil Atual⁵³ (OLIVEIRA, 2018), as grandes empresas obtêm concessão de fontes através de parcerias com as prefeituras para engarrafamento e venda, participação e controle na política de saneamento ou até mesmo para obter uma fatia maior no acesso à água. Em municípios do sul de Minas Gerais, por exemplo, empresas assediam as prefeituras com o objetivo de firmar acordos com a iniciativa privada. A cidade mineira de São Lourenço é uma prova de que os conflitos tendem a aumentar com a lógica de mercado das águas. Lá, a Nestlé secou uma das fontes que abastece a cidade e o caso vem sendo investigado pelo Ministério Público.

Esse processo de privatização, intensificador de conflito, expressa o impacto da lógica neoliberal sobre as águas brasileiras. Harvey (2014) compara esse processo à acumulação primitiva do começo do capitalismo. São medidas que ocorrem em decorrência da crise estrutural do capital que vai avançando para novos territórios com o objetivo da privatização completa dos bens naturais. É nesse contexto que o autor desenvolve a noção de acumulação por espoliação, mostrando que a mobilidade do capital cria e recria situações e ajustes espaciais para a sua reprodução ampliada.

Por seu caráter estratégico no ordenamento territorial, a disputa pelo controle da água tornou-se essencial para a incorporação de novos territórios na acumulação capitalista. O exercício de poder sobre os novos territórios da água é definido por Torres (2007) como

⁵³O título da reportagem é: “Para especialista da UFSC, privatização da água ganha espaço na agenda nacional”.

hidroterritório, conceito que expressa a formação/transformação dos territórios onde grupos econômicos segregam populações nativas, resultando em conflitos eminentemente hídricos. Hidroterritórios são, portanto, novos territórios que estão sendo instituídos com o protagonismo de novos atores que operam em escala global.

Se não fossem os investimentos públicos do Estado, certamente o capital não teria interesse nessas áreas, uma vez que os investimentos públicos em obras de infraestrutura hídrica viabilizam a introdução de um padrão agrícola altamente tecnificado dependente do pacote tecnológico da Revolução Verde. São projetos hegemônicos do capital em que a racionalidade tecnológica desconsidera a formação histórica dos camponeses e escamoteia o processo de degradação ambiental.

Com a capitalização da água ocorreu um acirramento pelas disputas territoriais e pelo acesso à água na medida em que esse novo padrão exigiu do Estado novas estruturas hídricas. É nesse contexto que o Nordeste insere-se na lógica da acumulação capitalista: uma região onde o monopólio das águas e das terras esteve na mão da classe dominante e que atualmente ocorre uma expansão do agrohidronegócio com grandes corporações internacionais.

Obras como a Transposição do Rio São Francisco, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e a nova Transnordestina são empreendimentos que ilustram a nova plataforma de desenvolvimento do Nordeste. Investimentos em setores produtivos com uso de tecnologia de ponta, como, por exemplo, a produção de frutas para exportação, ditam o ritmo do dinamismo econômico da região.

Esse cenário tem acirrado as disputas territoriais uma vez que a busca por água não atende ao crescimento da demanda. Nesse sentido, corrobora-se com Castro et al. (2017) quando falam em comodificação da água, expressando que existe um permanente paradigma da oferta que desconsidera os limites naturais. É certo que essas relações de dominação e exploração da água pelo capital em todo o mundo revelaram inúmeras formas de resistências.

Na América Latina, conflitos e resistências eclodiram a partir da década de 1990 motivados pelo processo de privatização da água: na Argentina, em Tucumán, em 1997, a população realizou um movimento de desobediência civil contra a privatização dos serviços de água e saneamento que, além de deteriorar a qualidade da água, aumentou a tarifa em mais de 100% (PORTO-GONÇALVES, 2006b).

Algo semelhante ocorreu em Cochabamba, na Bolívia, em 2000, na chamada “Guerra da Água”, quando uma ampla mobilização popular⁵⁴ com forte participação camponesa

⁵⁴Os Cochambabinos conquistaram o controle da gestão do abastecimento da água que passou a ser administrado

conseguiu desfazer uma concessão dos serviços de água apesar da ação truculenta do governo (TORRES, 2007). São resistências que vêm se tornando mais frequentes em todo o mundo e muitas delas conseguiram interromper o processo de privatização, devolvendo ao Estado o controle e a gestão da água. São exemplos de enfrentamentos que expressam novas formas de luta contra o capital onde a água como bem comum e direito humano representa uma crítica radical à mercantilização da natureza.

As resistências e os conflitos hidroterritoriais crescem na mesma medida em que o seu acesso vai se configurando de maneira desigual, resultado de um modelo hegemônico de apropriação da natureza cuja reprodução intensifica-se em escala global. Em diferentes realidades, tanto em regiões com escassez, como em regiões com abundância de água, ocorrem situações de graves tensões sociais e os conflitos hidroterritoriais reafirmam novas identidades para os movimentos sociais como, por exemplo, a ideia de direito humano à água.

Esse novo direito, traduzido em um movimento internacional na luta pela justiça socioambiental dos excluídos hídricos, implica enxergar a água como um bem comum onde a compreensão da natureza deve passar por uma ruptura epistêmica em relação à ciência moderna, assim como questionar os paradigmas dominantes da gestão de água, chamada de gestão integrada dos recursos hídricos. Pinto (2018) e Swyngedouw (2004) são autores que apresentam contribuições interessantes para esse debate ao incorporar novos termos como o ciclo hidrossocial em oposição ao conceito tradicional de ciclo hidrológico.

A ideia de ciclo hidrossocial oferece novas possibilidades analíticas de pensar a relação entre água e poder. No entanto, essas orientações ainda não tiveram um amplo alcance, sobretudo nos movimentos sociais. Não é incomum que coletivos e organizações progressistas e do campo mais à esquerda do espectro político se debruçam na defesa na disputa pela água das grandes obras hidráulicas ou procurem soluções dentro da legislação vigente, desconsiderando as diversas possibilidades de lutas e resistências dos territórios. É preciso lembrar que são os fatores técnicos e políticos, tais como as legislações e as obras hidráulicas, que orientam as práticas culturais e os significados simbólicos para a manipulação de um bem de uso comum em propriedade privada.

Novos termos têm contribuído para essa agitação cognitiva. Outros têm ajudado na ampliação do debate, como, por exemplo, a ideia de direito humano à água, que procura superar a inércia do Estado desenvolvendo ações que ampliem o acesso à água a todos, indistintamente. Vilar (2013) convida a refletir sobre as injustiças presentes nos Estados de Direito e em suas

constituições que, embora tenham havido discussões sobre o tema no plano internacional desde meados do século XX, foi somente em 2010 que o direito humano à água foi efetivamente vinculado ao direito fundamental da pessoa humana como necessidade de proteger determinados grupos sociais vulneráveis.

Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 64/292, intitulada o direito humano à água e ao saneamento, que contribuiu para fortalecer o entendimento desse direito como um desdobramento dos direitos previstos na Carta de Direitos Humanos. Esse instrumento além de reconhecer esse direito, convocou os Estados e as Organizações Internacionais a desenvolver formas para garantir a universalização do acesso a toda a população. Por sua vez, a Resolução nº 15/9 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas afirmou que esse direito resulta do direito a um nível de vida adequado e se encontra diretamente associado ao direito à saúde, à vida e à dignidade humana (VILAR, 2013, p. 24).

No Brasil, apesar do contexto de desigualdade social, que contribui para o cerceamento dos direitos, não há referência explícita ao direito humano à água na Constituição Federal. Contudo, tendo em vista que a reprodução da vida depende do acesso à água, pode-se interpretar que este direito está incluso na cláusula pétrea da dignidade humana consagrada no seu artigo 1º, inciso III, que trata do direito fundamental à dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). Esses tímidos avanços são importantes, mas é preciso entender que um instrumento jurídico depende de circunstâncias políticas, econômicas e culturais para que seja efetivamente aplicado e, nesse sentido, a participação da sociedade e dos movimentos sociais é fundamental.

O desafio posto é bem mais complexo do que pode parecer e não podemos desconsiderar que a água congrega uma multiplicidade sociocultural que se revela por meio de percepções antagônicas e formas de uso diferenciadas de como as populações se relacionam com a natureza. Assim, o direito humano à água entra em choque direto com a visão hegemônica que entende a água como insumo do processo produtivo. O aprofundamento do modelo político-econômico que gerencia os interesses do capital é quem atualmente rege a sociedade capitalista e as soluções para esse problema não serão tranquilas.

A experiência de um novo ciclo político na América Latina, no início desse século, é evidência de que alianças e pactuações dentro de uma estratégia institucional é praticamente impossível quando o capital é o grande agenciador da forma política. Apesar dos programas políticos progressistas, em boa parte dos países da América do Sul, houve forte ofensiva do capital sobre os bens naturais através do aprofundamento do chamado consenso de *commodities* (SVAMPA, 2013), acelerando o processo de apropriação privada da água e destituição de direitos sociais.

No Brasil, o ciclo do Partido dos Trabalhadores (PT) intensificou a lógica extrativista, apontando os limites do Estado administrado por novos gestores, grande parte com larga experiência nos movimentos sociais. Intelectuais das classes subalternas migraram para a zona de hegemonia, dotando o bloco dominante de uma nova ala, à esquerda do capital. Apesar dos grandes avanços em vários campos, sobretudo nas políticas sociais, o PT, que foi o mais importante movimento contra-hegemônico na história recente do Brasil, perpetuou a agenda do grande capital dotando a classe dominante de novos elementos à sua hegemonia⁵⁵ (MATTOS, 2017).

Em relação à questão hídrica, o PT, através de macro programas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), executou importantes obras como a Transposição do Rio São Francisco que veio acompanhada de outras obras de infraestrutura energética, de mineração e viária, todas elas no contexto da lógica extrativista do agrohidronegócio. No Nordeste, essas obras não só atraíram grandes empreendimentos do capital, como também deflagraram as assimetrias territoriais entre as comunidades tradicionais e os agentes do capital. O resultado foi uma explosão de conflitos territoriais que se expressou num forte movimento por justiça ambiental⁵⁶ (MAIA *et al.*, 2018).

A conjuntura que sucedeu o fim do ciclo petista com as manifestações de rua em 2013, o golpe parlamentar em 2016 e a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018 aprofundaram o contexto de conflitos hidroterritoriais, escancarando a relação do Estado com as grandes corporações em sua ofensiva pela apropriação privada da natureza, exploração das relações de trabalho e aumento na produção de opressão aos grupos sociais subalternizados. A experiência brasileira do ciclo petista, ilustra o avanço do processo de reprodução do capital, e o papel dos Estados ao promoverem reformas institucionais e ajustamentos territoriais que contribuem para a valorização do capital. Essa tendência atinge todos os países que são cada vez mais submetidos às regras do mercado internacional. Por outro lado, quando se opõem são duramente castigados.

Se atingimos esse estágio avançado de desenvolvimento das formas de governo, onde a relação capital e Estado entra em simbiose, avançando na exploração dos bens naturais, resultando em sérias consequências socioambientais, é porque no desenvolvimento do processo

⁵⁵Blindar o regime democrático-liberal com o controle dos movimentos tradicionais de pressão popular foi um desses elementos.

⁵⁶No Brasil, existe a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, constituída por pesquisadores, representantes de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entidades ambientalistas e comunidades atingidas por grandes projetos de desenvolvimento que criticam as relações sociais e de poder que determinam uma geografia desigual dos proventos e dos rejeitos.

histórico essas formas de governo representam aspectos de continuidades e semelhanças com formas anteriores. Para seguir adiante na pesquisa, o Quadro 1 destaca as principais teorias e autores que forneceram elementos fundamentais para compreender as mudanças nas formas de governos e suas repercussões na questão hídrica.

Quadro 1 – Síntese das principais teorias do Estado e suas repercussões no Brasil.

Organização do Estado	Autores	Principais teorias	Repercussão nas políticas das águas dos Brasil
Estado Colonial (Séculos XVI a XIX)	Locke	Propriedade privada como a gênese do Estado liberal clássico	Invasão/apropriação dos bens naturais pelo Estado português
	Marx/Engels	Estado como expressão da dominação de classe	Estrutura de poder de classe no espaço agrário
Império (Século XIX)	Poulantzas, Gramsci	Bloco no poder como unidade contraditória entre as classes dominantes, hegemonia	Apropriação privada das águas, apossamento das terras e das águas (Lei de Terras)
República Velha (Final do século XIX e começo do século XX)	Faoro, Burzstyn, Oliveira, Andrade	Estado oligárquico, patrimonialismo, os donos do poder e o poder dos donos	Fortalecimento do poder pela elite oligárquica (os donos das terras e das águas)
Estado Novo Desenvolvimentista (Século XX)	Furtado, Fanon, Gramsci	Teoria do Desenvolvimento/ Teoria da Modernização	Base jurídica para os grandes projetos desenvolvimentistas (Código de Águas)
Estado Neoliberalismo (Final do século XX)	Harvey, Mendonça, Thomaz Júnior, Castro	Acumulação por espoliação, agrohidronegócio	Institucionalização da política hídrica, gestão para o mercado, territorialização do capital no campo
(Neo)desenvolvimentismo (Século XXI)	Torres, Rigotto, Porto-Gonçalves	Hidroterritório, injustiça hídrica	Estratégias de comodificação da água, privatização, expansão das parcerias público-privadas

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com ajuda das principais teorias analisadas que imbricam diferentes concepções do Estado e sua repercussão na gestão hídrica, esse quadro cronológico permite concluir que, a cada nova fase do capitalismo, a forma e as práticas assumidas pelo Estado foram se alterando sem, contudo, transformar sua natureza e estrutura. A questão social, política e econômica da história do Brasil permanece, em sua essência, a mesma desde a colônia até o presente. O Estado, como uma força em movimento, foi sofisticando suas práticas conforme o capital⁵⁷ desenvolvia-se e, como em uma continuidade da acumulação primitiva, uma teia de relações violentas foi se reproduzindo até a sociedade contemporânea marcada pelas mazelas geradas pelo neoliberalismo.

⁵⁷Mészáros (2011) entende que o capital foi um pré-requisito do Estado moderno: se o capital necessita do Estado como seu complemento, o Estado moderno é inconcebível sem o capital.

O quadro é apenas ilustrativo e não podemos nos deter em padrões históricos exclusivos na medida em que diferentes formas das ações estatais podem coexistir em diferentes tempos e espaços. O importante é perceber que, desde os seus primórdios, o Estado carrega o mesmo objetivo: se, durante a política colonial, as guerras, a escravidão e o genocídio foram operados para controle das terras e das águas, o que se pode dizer do processo de expropriação produzido pelo agronegócio ou grandes obras hídricas?

Essa problematização será discutida com maior profundidade no terceiro capítulo. Por enquanto, o foco agora será no recorte espacial da pesquisa com as configurações de poder construídas desde o período colonial no Nordeste brasileiro e suas repercussões na questão hídrica cearense. Para fins didáticos e longe de representar linhas demarcatórias, o Quadro 1 será o fio da meada para refletir sobre os antagonismos de classe e o decisivo papel da questão agrária na conformação do território cearense e sua repercussão nos conflitos (hidro)territoriais do Cariri cearense.

Acredita-se que o sentido dessas mudanças ainda se afirma com fortes elementos do período colonial. Eis aqui um questionamento importante para seguir adiante e tentar entender os efeitos das intervenções do Estado no modo de vida camponês. O capítulo seguinte inicia discutindo o “sentido da história”, como sugere Prado Júnior (1994), fazendo uma relação das ações do Estado, a formação do campesinato e o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à questão hídrica.

2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CAMPESINATO CEARENSE E OS CAMINHOS DAS ÁGUAS

A ocupação do território cearense ocorreu tardiamente. Somente no final do século XVII em decorrência da expansão da pecuária, atividade até então marginal à produção canavieira na Zona da Mata nordestina. A expansão dessa atividade, especialmente nas áreas sertanejas, deu-se com um intenso confronto entre os povos nativos que habitavam o território e os recém-chegados colonizadores europeus.

A doação de sesmarias foi, além do principal instrumento de ocupação do território, um elemento centralizador para a administração portuguesa. Os colonos interessados na aquisição de sesmarias viam nela a possibilidade de afidalgamento e distinção social. Mas, para isso, era preciso combater a heroica resistência dos povos indígenas que defendiam seus territórios contra os invasores. Com apoio da Igreja e financiamento do Estado português, além de recursos privados, guerras genocidas foram travadas contra diversas nações indígenas que habitavam no Ceará.

Foi nas margens dos principais rios e seus afluentes que o massacre dos povos indígenas ocorreu com maior intensidade. Era exatamente nessas faixas de terras formadas por solos férteis que os colonos pecuaristas se estabeleceram para criação do gado. Além de essencial para a fixação dos currais e fazendas, os rios se transformaram em caminhos para interiorização do gado e do colono. O domínio das terras passava essencialmente pela vigília constante dos rios e de seus caminhos. Não é exagero dizer que o sangue dos nativos e dos povos africanos escravizados corria com as águas sinuosas dos rios sertanejos.

Foi a partir dessas guerras permanentes que se forjou o campesinato sertanejo tendo a violência como um elemento inerente de sua conformação. Note-se aqui uma questão chave para a discussão do presente capítulo: entender o que significa a ideia de caminhos das águas e qual a sua importância na compreensão da formação e da evolução do espaço agrário cearense. Para alcançar esse entendimento, torna-se necessário apreender os instrumentos de apropriação privada capitalista da terra e da água, assim como as formas de resistência que os camponeses engendraram.

Em meio aos inúmeros instrumentos expropriatórios, o campesinato cearense é marcado pelo desenraizamento e pelo comportamento migrante. As mudanças políticas ocorridas na passagem do Brasil Colônia para o Império, acompanhadas de importantes transformações na “substituição” do trabalho escravo para o trabalho assalariado, não expressaram transformações significativas para esses sujeitos sociais.

Com o controle das formas de uso da terra e da gestão das águas, os grandes pecuaristas tiveram controle do Estado e atuaram diretamente nos órgãos estatais que foram criados durante o século XX. A concentração do poder coronelista foi funcional para que frações do capital se apropriassem dos territórios resultando em diversos conflitos por terra e água. Aprisionar as águas nos açudes e os camponeses nas moradias de favor ou nos “campos de concentração”, por ocasião das secas, são algumas das estratégias utilizadas pelo Estado na produção do espaço agrário cearense. Com efeito, agindo como força motriz em nome da dominação de classe, o Estado operou para expropriar os camponeses, espoliar os territórios e incentivar a apropriação privada das terras e das águas.

Trazendo como exemplo o Cariri cearense, região que será analisada com maior profundidade nos capítulos seguintes, ver-se-á que, desde as entradas coloniais pelo curso dos principais rios, os camponeses tiveram que enfrentar a ordem historicamente constituída do capital que se expandiu permitindo que os donos das águas e das terras fossem transmutando-se de colonizadores, pecuaristas e até aos atuais empresários do agronegócio. Não é por acaso que, nessa região, palco das últimas resistências da “Guerra dos Bárbaros”, as oligarquias regionais tenham estabelecido um mercado de águas nas fontes da Chapada do Araripe ainda em meados do século XIX.

Essas questões que envolvem os antagonismos de classe no campo, combinadas com a questão territorial relacionada ao histórico de escassez hídrica no semiárido, revelam a importante estratégia da governança e da governabilidade da água no semiárido. Em função desses desafios, é possível observar, desde o final do século XIX, tentativas de solucionar os longos períodos de estiagem, seja com a criação de órgãos ou com a instituição de macro programas econômicos.

Ademais, percebe-se esse movimento por meio de períodos, cuja ofensiva ideológica apresentava-se com mais força em cada momento histórico. O surgimento daquilo que ficou conhecido como a indústria da seca marcaria a primeira fase das políticas hídricas para a região Nordeste, sendo caracterizada pela reprodução da injustiça social e drenagem dos recursos públicos para a construção de grandes obras hídricas, especialmente os açudes que favoreciam, na verdade, o grande latifúndio.

A segunda fase ocorre em meio à chamada modernização conservadora, momento em que os ares modernos produziram conjuntamente uma aliança com elementos reacionários da estrutura agrária. De qualquer forma, esse período promoveu algumas reestruturações

motivadas pela crise na produção de produtos tradicionais, como o algodão, e pela introdução de grandes projetos de irrigação combinados com uma agricultura tipicamente capitalista.

A produção de uma nova geografia nos caminhos das águas dos rios cearenses, artificializada por canais, adutoras e integrações de bacias marcaria a terceira fase que é caracterizada por sofisticadas infraestruturas hídricas. É o momento em que o capital financeiro se impõe e se materializa através do agronegócio, da mineração, da indústria de base e do turismo de massa.

De um modo geral, é possível constatar que os novos territórios da água revelam assimetrias estruturais que estão cada vez mais visíveis e expressam-se em uma implosão de conflitos territoriais, especialmente no que se refere aos usos e controle da água. Além de mecanismos permanentes de expropriação, os processos de captura dos territórios e das territorialidades se sofisticaram e passaram a utilizar métodos espoliativos diversos, mas que se alimentam das heranças históricas do passado colonial.

Os conflitos e resistências, embora não representem momentos disruptivos dada a preservação das estruturas políticas e econômicas, vêm acompanhando todo esse processo de evolução do capitalismo no campo. Atualmente, a resistência através do paradigma de convivência com o semiárido compreende um conjunto de saberes relacionados com as tecnologias sociais referentes às novas formas de acesso e uso da água, à prática da agricultura familiar de base ecológica e o manejo adequado da fauna e da flora regional. Esse paradigma apresenta-se como possibilidade de resistência camponesa frente à apropriação privada capitalista da terra e da água.

2.1 A gênese do campesinato cearense: o controle das águas e das terras

O atual território que hoje é conhecido como Ceará passou cerca de um século após o “descobrimento” livre do elemento colonizador. Embora a faixa litorânea do Nordeste tenha iniciado a ocupação do território brasileiro através da exploração do pau-brasil, seguida do cultivo da cana-de-açúcar, principalmente nas capitânicas de Bahia e Pernambuco, a geografia do Ceará⁵⁸ não possibilitou aos portugueses a criação de núcleos fixos e nem mesmo seus concorrentes invasores ou piratas aventureiros tiveram iniciativa colonizadora.

⁵⁸A dificuldade de encontrar água potável e a ausência de grandes rios que facilitasse a construção de portos naturais, além dos fortes ventos foram algumas das dificuldades encontradas para o estabelecimento de pontos de fixação no litoral cearense.

Ainda que não houvesse, em um primeiro momento, uma inserção no processo de colonização e povoamento da colônia, as terras da capitania do Ceará não podiam ser ignoradas por muito tempo. Apesar do isolamento, havia muito interesse nos chamados paus de cores, especialmente a tatajuba e o pau-violeta, abundantes nas matas entre o Rio Ceará e o Mucuripe (GIRÃO, 1971). Os portugueses também se preocupavam com a posição estratégica da capitania e não tardou para que fossem tomadas iniciativas para a defesa do território.

Com a crescente necessidade de animais como força motriz dos engenhos, principalmente nas capitanias de Pernambuco e Bahia, e para o fornecimento de carne e couro para a população das regiões açucareiras, a pecuária⁵⁹ foi sendo empurrada para o interior. Uma vasta região que vai do médio São Francisco até o Rio Parnaíba ofereceu condições geográficas que favoreceram a expansão do gado. A vegetação rala sem necessidade de derrubar a mata oferecia forragem para o gado e ainda os lambedouros, solos salinos muito apreciados pelo gado. Apesar da ausência de água e da aspereza do clima, o gado sertanejo foi se adaptando e ganhando cada vez mais resistência para as longas caminhadas em procura do alimento (PRADO JÚNIOR, 1994).

É fato que a pecuária foi decisiva para a ocupação da capitania do Ceará, mas ainda há muito debate sobre as rotas que o gado, seguido do colono, entrou nesse território. Para Abreu (1998), a ocupação deu-se por dois caminhos principais: pelo sertão de dentro, dominado pelos baianos que, partindo do Rio São Francisco, ocuparam o sul do Ceará até o Piauí; e o sertão de fora, comandado pelos pernambucanos que, pelo litoral, ocuparam o Vale do Jaguaribe.

A partir dessa afirmação, muitos historiadores, como João Brígido (2007), seguido por Padre Antônio Gomes Araújo (1971) e Antônio Bezerra (2009) passaram a travar um debate sobre a origem das rotas de ocupação com divergências entre a sua partida – do litoral para o interior ou do interior para o litoral. Em um ponto todos eles concordam que a ocupação efetiva ocorreu nas primeiras décadas de século XVIII com a distribuição de sesmarias para a criação de gado.

Recorrendo a uma vasta pesquisa documental, Pinheiro (2007, p. 30) demonstra que a pecuária foi a atividade que possibilitou a ocupação da capitania. Das 2.378 datas de sesmarias solicitadas, num período de pouco mais de um século e meio, 91% delas foi concedida exclusivamente para a pecuária:

⁵⁹A criação de gado já era conhecida em território cearense no século XVII. Em 1621, Martin Soares Moreno relatava ao rei que já havia gado *vacum* na Capitania do *Siará Grande* antes mesmo de iniciar o povoamento do interior.

Entre 1679-1699, num período de 20 anos, foram doadas 261 sesmarias o que representa uma média de 13 cartas por ano. No período seguinte, entre 1700 e 1740, num espaço de 40 anos, foram doadas 1.700 sesmarias, representando uma média de 42 sesmarias por ano. Foi nesse período que o conflito entre os povos indígenas e os fazendeiros tornou-se mais agudo. No entanto, há um subperíodo entre 1700-1720, em que o conflito deu-se de forma aberta. Nesses decênios, foram distribuídas 923 cartas, dando um média de 46 por ano.

Nesse trabalho, Pinheiro (2007), analisando a formação do território cearense, afirma que a ocupação das terras teve como elemento constitutivo a violência. O confronto entre os povos indígenas e os conquistadores foi se agudizando à medida que as terras eram ocupadas pela pecuária. O encontro entre os europeus e os povos originários da América foi, na verdade, um confronto entre visões de mundo antagônicas.

Para viabilizar o projeto colonial era necessário “limpar a terra”, ou seja, impedir que as populações originárias tivessem acesso à terra e aos bens naturais. Tal impedimento deu-se através de três mecanismos principais: pelo extermínio através da guerra e da disseminação de doenças, pelos aldeamentos religiosos e pela expulsão de seus territórios. De todas essas estratégias de dominação, não há dúvidas de que as guerras foram o grande trunfo para a expropriação dos territórios indígenas. Foi com esse propósito que a chamada Guerra dos Bárbaros, ou “Guerra Justa”, tingiu de sangue as águas dos principais rios do Ceará.

Reconhecidamente como um grande genocídio da história colonial do Brasil, a Guerra dos Bárbaros foi uma série de batalhas abertas contra os índios da nação Tapuia⁶⁰ iniciada no recôncavo baiano em 1651, espalhando-se pelo médio São Francisco, sertões e vale dos rios Piranhas e Piancó, na Paraíba. Foi no encontro das águas que se deu o confronto dos povos e foi nas margens dos rios que violentas batalhas foram travadas.

Os episódios mais cruéis dessa guerra ocorreram entre o Rio Açu, no Rio Grande do Norte, e o Rio Jaguaribe, no Ceará. As últimas resistências tombaram nos Cariris Novos, na ribeira do Rio Salgado. Os Kariris e os Paiacus foram duas, entre outras nações indígenas, que enfrentaram a ocupação e sofreram as represálias do Estado português que autorizou a sua eliminação do território. Em 1699 houve um grande massacre dos Paiacus que reagiram roubando e matando o gado e pilhando as fazendas. A partir daí os conflitos intensificaram-se no século XVIII, momento em que se enviaram expedições militares para o Rio Salgado e o Riacho dos Porcos, na região do Cariri cearense (OLIVEIRA, 2017).

⁶⁰A nação Tapuia foi uma construção ideológica elaborada pelos colonizadores em contraposição ao povo tupi, “os índios mansos”.

Muito embora o genocídio perpetrado contra as populações indígenas tenha sido um dado constitutivo da ocupação do Ceará colonial, a Coroa precisava justificar ideologicamente a expropriação do território indígena. Foi com essa preocupação que a religião, através de uma aliança explícita entre o Estado e a Igreja Católica, atuou no sentido de convencer os povos indígenas da sua subordinação ao Rei. Essa aliança garantiu e justificou o controle da terra e da água à lógica mercantil.

Apesar do caráter religioso, o aldeamento esteve quase sempre acompanhado do poder militar que foi desbravando o interior, seguindo os caminhos das águas no rastro do gado. A aliança entre a aldeia, a fortaleza e o curral passou a fazer parte da paisagem do sertão e, aos poucos, nos caminhos das águas cada vez mais percorridos pelo gado e por diferentes grupos sociais, foram se estabelecendo pequenas vilas e pontos de apoio para os viajantes.

O controle das pessoas na aldeia, na fortaleza ou no curral seguia a mesma lógica de controle dos rios. Vencer o sertão e estabelecer uma guerra contra a natureza e sua gente era fundamental para a política de dominação territorial do sistema colonial. Ajustar essas naturezas, do corpo hídrico e do corpo tapuia, conforme evidencia Brito (2021), passou essencialmente pela produção de novos caminhos, pelo estabelecimento de fronteiras e pelo confinamento das águas e das pessoas.

Gradualmente, os caminhos das águas foram sendo dominados e os rios intermitentes transformaram-se em estradas e novos caminhos foram se abrindo. À medida que a capitania ganhava importância na economia regional, a necessidade de fazer contato com outras capitanias ou províncias fazia-se cada vez mais necessário. Studart Filho (1937), Sousa (2007), Jucá Neto (2009; 2012), entre outros, foram autores que procuraram decifrar as principais vias de comunicação do Ceará Colonial⁶¹.

No desafio de cruzar esses estudos, procurou-se traçar, no Mapa 3, com base nesses autores, os principais trajetos desses caminhos antigos, destacando a importância dos principais rios como elemento de referência. Acrescente-se ainda que os caminhos das águas dos principais rios do Ceará foram a base para ocupação e povoamento da capitania. Entende-se, nessa senda, a historiografia regional ao destacar a importância dos caminhos do gado ou dos caminhos indígenas para a formação socioeconômica e cultural do Ceará, no entanto, foi a natureza do território entrecortada de centenas de rios e riachos que conduziu os povos indígenas, o gado e depois os colonos.

⁶¹Lembrando que os limites territoriais do período colonial eram bem diferentes do que são atualmente e as diversas nações indígenas que percorriam esse território transitavam livremente de acordo com as condições de clima e tempo, além das guerras interétnicas.

Mapa 3 – Os caminhos das águas e as estradas do Ceará colonial.

OS CAMINHOS DAS ÁGUAS E AS ESTRADAS DO SIARÁ



Fonte: Adaptado por Nobre (2019) a partir de informações de Sousa (2007).

O Mapa 3 mostra que as embocaduras e as margens dos rios eram as principais referências para as estradas coloniais do Ceará. Rios e riachos perenes, no curto período de chuva, tornavam-se estradas no resto do ano, conectando-se com as estradas principais. O rio foi o elemento natural que integrou o território cearense e foi nas suas ribeiras que a mobilidade

de pessoas foi se intensificando; era gente procurando riqueza, uns simplesmente procurando um lugar para subsistência e outros apenas fugindo. A cada rio atravessado, era uma nova fronteira que se abria. Entre os encontros e confrontos, aos poucos os currais e as missões foram se estabelecendo e dominando a paisagem colonial do Ceará.

Entre as principais estradas, destaca-se a Estrada Geral do Jaguaribe que partia de Aracati, na foz do Rio Jaguaribe, e subia as margens desse rio até chegar no Rio Salgado, continuando nas margens pelo Riacho dos Porcos até alcançar o médio São Francisco. A Estrada das Boiadas ou dos Inhamuns tinha como importantes pontos de apoio Sobral, às margens do Rio Acaraú, que de lá chegava até a Chapada da Ibiapaba entrando no Piauí, como também descia o Rio Acaraú até uma pequena vila e porto no litoral. Passava ainda por Icó, às margens do Rio Jaguaribe, uma das vilas mais importantes do período colonial (SOUSA, 2007).

A Estrada Nova das Boiadas fazia a comunicação da capitania do Ceará com Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Passando também por Icó, cruzava o sertão cearense e alcançava as nascentes do Rio Jaguaribe, próximo ao Rio Poti, entrando no Piauí. Como observa-se no Mapa 3, as primeiras e mais importantes vilas do Ceará colonial, cortadas por essas estradas, estão quase sempre às margens de importantes rios.

Esses caminhos precisavam ser vigiados e controlados. Afinal, em um ambiente de luta por poder com grandes rivalidades entre famílias, não era possível conquistar a terra e cercar as águas sem vigiar esses caminhos. Isto era necessário porque as terras eram soltas, ou seja, sem existência de cercas. Sendo assim, as formas de uso dos pastos e das aguadas funcionavam como uma espécie de apropriação comum (PAULA JOCA, 1991). O gado solto no vasto território era identificado apenas com a marca do dono⁶². Os vaqueiros representam uma das figuras mais importantes desse período, tanto pelo seu conhecimento da geografia e da ecologia do semiárido, como pela destreza e pelo cuidado com o gado solto no sertão.

Assim, a pecuária cearense foi se desenvolvendo mantendo relações mercantis através do comércio de peles e carnes secas, as charques. Embora o principal destino do gado cearense fosse a produção açucareira da Zona da Mata nordestina, os criadores foram se especializando e passaram a comercializar o gado abatido para outras regiões do território nacional e para a exportação. Os criadores, principalmente do litoral que competiam com o sertão, para evitar os prejuízos causados pelo transporte do gado vivo, desenvolveram as fábricas de beneficiar carne,

⁶²Durante o período de concessão das sesmarias, era reservada uma légua de terra entre as propriedades para evitar conflitos entre os seus donos.

as chamadas charqueadas, feitorias ou oficinas que foram instaladas nos estuários dos principais rios como no Jaguaribe, Acaraú e Coreaú (GIRÃO, 1994).

Nesse território da pecuária, a vida girava em torno das margens e dos vales férteis dos principais rios do sertão. O processo de ocupação e exploração econômica avançava lentamente seguindo os cursos dos rios e riachos à procura de água abundante e bons pastos. A criação de vilas dependia, além da expansão da pecuária, do poder instituído em controlar a população livre que vagava pelo sertão. Conforme indica Vieira Junior (2004), em um cenário caracterizado pelo constante ir e vir das vidas andarilhas, marcadas por secas e guerras, era comum encontrar vilas em ruínas e casas abandonadas, quadro que dava a tônica do universo rural/urbano do Ceará colonial.

Nesse movimento de redefinição do território cearense, do século XVIII até 1870, ocorre a predominância dos territórios da pecuária (PINHEIRO, 2007) tendo como pontos de convergência os portos, assim como os centros de convergência regional. No ano de 1782, existiam cerca de 970 fazendas espalhadas no território do Ceará⁶³. A maioria dessas fazendas possuía um reduzido número de habitantes. Nessa época, a população do Ceará era de 61.408 habitantes e a maior parte vivia nas principais vilas (Icó, Aracati, Sobral e Crato). As fazendas do sertão, sob os cuidados dos vaqueiros, eram motivo de preocupação dos administradores coloniais⁶⁴ devido a itinerância dos trabalhadores (VIEIRA JUNIOR, 2004).

Na paisagem das fazendas, quase sempre à beira de um rio ou riacho, era comum encontrar, além dos currais, pequenos açudes ou barragens e uma pequena lavoura na vazante do rio que servia apenas para as necessidades básicas. Os donos da fazenda, em sua maioria absenteísta, numa rígida organização patriarcal, viviam em disputas familiares por terra e água⁶⁵. Esse poder passou a ser ameaçado pelas disputas de grupos familiares além das secas periódicas⁶⁶ que passaram a apresentar impactos mais severas no final do século XVIII, em virtude do adensamento populacional.

As charqueadas foram entrando em crise e outros produtos passaram a ser cultivados. Na época, as áreas destinadas à pecuária tiveram um grande aumento populacional e os braços

⁶³A proliferação das fazendas de gado é explicada por Abreu (1998) pelo baixo nível de investimento requerido e pela pouca exigência de mão de obra. Segundo o autor, a instalação de uma fazenda dependia apenas de erguer uma casa de pau à pique e fazer um curral para ocupar cerca de quatro léguas de terra.

⁶⁴Uma estratégia para fixar residência da população que perambulava pelo sertão eram os editais de convocação para a criação de vilas, como Quixeramobim, em 1789.

⁶⁵Como o limite entre as fazendas não era preciso, os acordos verbais, quando existiam, eram o único instrumento que delimitava as fazendas.

⁶⁶A chamada seca dos três setes, uma das maiores do Nordeste (1777-1780), dizimou os rebanhos no sertão matando milhares de pessoas (ALVES, 1982).

disponíveis passaram a diversificar a sua produção, especialmente com o algodão que passou a ser cultivado em larga escala. Isso alterava profundamente o perfil do espaço agrário cearense. À medida que penetrava no sertão, o cultivo do algodão aglutinava a dispersa mão de obra disciplinando os braços desocupados que vagavam por lá. Devido à necessidade de controlar o recolhimento dos tributos e a qualidade do algodão a ser exportado, foram criadas as casas de inspeção e novas vilas foram fundadas, contribuindo para a transformação do espaço urbano da colônia.

Durante a expansão da cotonicultura no século XVIII, que seguiu ainda mais forte no século XIX, sua produção foi aos poucos sendo submetida às determinações do capital internacional. Apesar das intensas flutuações de preço, o algodão garantiu a hegemonia do capital industrial no controle do processo produtivo no momento em que o Nordeste açucareiro semiburguês perdia a hegemonia no mercado internacional. É nesse contexto que o algodão emerge como uma força daquilo que Oliveira (1981) denomina de o “outro Nordeste agrário não-açucareiro”.

Todavia, tanto o Estado português, como o capital internacional⁶⁷, sedentos de lucros, viam a expropriação dos milhares de camponeses livres que se espalhavam por todos os estados do Nordeste como uma etapa necessária para a expansão desse projeto. Não era admissível que seus interesses fossem atrapalhados por centenas de camponeses posseiros que cultivavam algodão livremente no sertão. Inicia-se uma reação anticamponesa com a expulsão dos pequenos produtores nas áreas mais férteis próximas aos locais com água. Palacios (2009, p. 158) considera que o Estado colonial utilizou vários instrumentos expropriatórios para evitar a expansão das comunidades camponesas:

Esses instrumentos foram: primeiro, a proibição terminante de que os pobres livres plantassem algodão, proibição cuja ineficácia motivou que fosse rapidamente seguida de queimas de campos, erradicações “exemplares” de algodoais, prisões sistemáticas de cultivadores insubordinados e, finalmente, para fugir a tudo isso, do êxodo dos grupos e famílias que preferiram resistir às determinações do Estado para as regiões de fronteira da expansão da cana, os chamados “agrestes”, segundo, a “apropriação” formal, por parte da coroa, de todas as serras de mata virgem localizadas entre o sul da então comarca das Alagoas e os arredores da vila de Fortaleza, no Ceará, num movimento de *enclousure* (iniciado em 1799) que abrangeu milhares de quilômetros quadrados das melhores terras ainda disponíveis e nas quais, ao longo dos últimos quarenta anos, tinham se estabelecido inumeráveis núcleos de cultivadores pobres livres, produtores de mandioca [...] Finalmente, o terceiro instrumento foi um violento e intermitente processo de recrutamento militar dirigido preferencialmente contra os distritos camponeses, durante o período 1782-1790, que, de acordo com testemunhas oculares dos seus efeitos,

⁶⁷Na verdade, o capital internacional concentrava seus esforços na circulação e não na produção.

obligou incontáveis famílias e cultivadores pobres, comunidades e povoações inteiras a fugir para longe do alcance do braço do Estado.

Essa política expropriatória do Estado português contra os pequenos produtores de algodão provocou um grande movimento migratório e causou sérias repercussões no abastecimento de gêneros alimentícios no mercado regional. A queda na produção de mandioca, praticada quase que exclusivamente pelos camponeses, teve como consequência uma grave crise alimentar em todo o Nordeste entre os anos de 1780 e 1820. A classe dominante acusou os próprios camponeses pela crise em uma campanha que ficou conhecida como a “ambição do algodão”, segundo a qual os camponeses substituíram a produção de cultivares alimentares pelo cultivo da pluma (PALACIOS, 2009).

Foi nessa conjuntura de formação de uma população de despossuídos que Palacios (2009) definiu como um período constitutivo das comunidades de cultivadores pobres. Milhares de sertanejos que viviam nas terras costeiras e vales férteis foram expropriados de suas terras através da proibição de certos cultivos, como o algodão, mas também havia uma expropriação direta pelo Estado colonial, a exemplo do que ocorreu em 1799, quando os administradores coloniais se apossaram das terras de mata virgem, do sul de Alagoas até a vila de Fortaleza.

No capítulo 24 do livro 1 do *Capital* sobre “acumulação primitiva”, Marx (1985) analisou o avanço do sistema capitalista europeu, descrevendo o violento processo de expropriação contra os camponeses. Guardadas suas devidas particularidades que, por sinal são muitas, a estratégia foi semelhante: limpar as propriedades varrendo os seres humanos e empurrando-os para as cidades, transformando-os numa massa de proletários sem direitos. Eis aqui a gênese da propriedade privada moderna: conquistar o campo para o avanço da agricultura capitalista, incorporar terras ao capital e liberar mão de obra para a indústria. A população camponesa expropriada e jogada nas cidades, se tivesse sorte, seria enquadrada em uma rígida disciplina do trabalho assalariado ou em grande medida, quando não encontrava trabalho, foi transformada em vagabundos submetidos às leis do açoite, do ferro em brasa e da tortura.

No Brasil, com a incipiente industrialização que só começaria efetivamente no século XX, a expulsão dos posseiros e a destruição de suas comunidades os empurraram para uma relação de subordinação e dependência pessoal com os grandes proprietários de terras. A produção camponesa, antes cultivada livremente pelo sertão, passou a ser produzida em parceria com os supostos donos das terras, dando origem a novas relações de trabalho, o camponês/morador-de-condição⁶⁸. O camponês que vagava pelo sertão teve acesso à moradia

⁶⁸Em sua pesquisa, Diniz (2008) aprofunda essa relação.

em uma grande propriedade, tendo a sua força de trabalho subordinada ao fazendeiro que condicionava o uso da terra e o pagamento da produção.

O papel do Estado foi fundamental para a consolidação dessa teia de relação típica do Nordeste semiárido. Em sua ausência, o Estado delegava suas funções ao coronel que, através de seu prestígio e poder, foi enraizando no campesinato, por meio de instrumentos ideológicos, seus valores morais como honestidade, lealdade e respeito. Com a realidade tornada imperceptível pela naturalização das injustiças, o camponês foi dominado pela internalização daqueles valores e os moradores de condição passaram a retribuir com sentimentos de gratidão para com o dono da terra. Nascia, assim, um dos fenômenos mais persistentes do Nordeste brasileiro: o coronelismo.

Na perspectiva de Oliveira (1981), a relação entre proprietário e morador não representava o modo específico capitalista baseado no trabalho assalariado, mas, ao mesmo tempo, a produção do capital estava se processando através de relações não capitalistas, o que revela as contradições desse sistema que recria relações não capitalistas de produção. No caso específico do algodão, o interesse do capital concentrava-se na sua circulação e não na produção. A chamada “ambição do algodão” deu-se, principalmente, pela sua valorização no mercado internacional, fazendo com que os fazendeiros exigissem cada vez mais produção de valores de troca de seus moradores e não apenas os restos da produção para alimentar o gado.

Nesse entendimento, não eram apenas determinados cultivos, como o do algodão, que incomodava o Estado colonial, mas a própria existência do campesinato. Todavia, o campesinato resistiu de todas as formas quando o Estado colonial, em 1789, declarou formalmente que todos os rios que chegassem ao mar e todas as matas atlânticas eram propriedades da Coroa. Negaram-se a suspender os seus cultivos de algodão, negaram-se também a obedecer a proibição de plantar mandioca nas matas virgens e margens dos rios. A desobediência foi a justificativa para o uso da força, pois, para o Estado, era preciso limpar o terreno e garantir exclusividade dos grandes proprietários no controle das terras, das águas, das matas e da produção. Somente a expropriação garantiria a subordinação.

Para Palacios (2009), a repercussão desse processo de expropriação lançou os camponeses em três caminhos possíveis: a migração, a subordinação nas fazendas ou a luta armada. Os camponeses que migraram, principalmente no fim do século XVIII e começo do XIX, deslocaram-se para os locais mais distantes procurando refúgio nos brejos, em serras e agrestes. É nesse período que se constituem grupos de camponeses independentes migrantes que deram origem aos movimentos messiânicos e várias lutas camponesas que se propagaram

pelo Nordeste⁶⁹. Esse grupo passou por um acelerado processo de pauperização devido ao isolamento e à distância dos mercados regionais que os tornariam presas fáceis para o trabalho nas fazendas.

O segundo grupo representa uma fração do campesinato que não teve condições de resistir ao sistema dominante, tendo que aceitar a subordinação aumentando o número de moradores dos engenhos ou das fazendas de gado. O morador tem obrigação de trabalhar exclusivamente na terra do patrão, sobrando dois ou três dias da semana para o seu roçado. O pagamento é definido pela conveniência do patrão que, em troca pelos seus serviços, garante favores como proteção e ajuda em caso de morte dos seus familiares.

O terceiro grupo, segundo Palacios (2009), é aquele que constituiu importantes funções políticas e sociais formando grupos armados, exércitos particulares que sustentaram as revoltas regionais, movimentos separatistas, conspirações republicanas e outras lutas que sacudiram o Nordeste no século XIX. Participar de um grupo armado ou ser “cabra” de um coronel não era um fenômeno ausente do cotidiano camponês entrecortado pela violência⁷⁰. Com uma justiça pública praticamente ausente e uma fragilidade das forças policiais, havia uma naturalização da violência que era usada como instrumento de negociação e resolução dos conflitos. O uso de armas era diário e corriqueiro, os crimes de morte associavam-se a sentimentos de honra e as vilas ficavam infestadas de assassinos e criminosos que agiam livremente (VIEIRA JUNIOR, 2004). A violência também se estendia entre os grandes fazendeiros⁷¹ de terra. Para manter o controle político e administrativo das vilas ou defender suas posses de terras, eles contratavam dezenas e, em muitos casos, centenas de homens armados, conhecidos como os cabras.

Embora essa separação dos caminhos que seguiram os camponeses seja interessante do ponto de vista explicativo, ela não pode ser generalizada. Não é aceitável acreditar em uma divisão rígida onde uma fração dos camponeses permaneceram presos no cativeiro das fazendas, outros buscaram a liberdade ainda que sujeitos à fome, ou ainda que outros tivessem como escolha extrapolar a sua rebeldia no banditismo social. Na nossa compreensão, as resistências coexistiram conforme as particularidades do espaço e do momento histórico; na fazenda, na migração, na busca por justiça através de uma comunidade religiosa, nova posse ou

⁶⁹A exemplo da Guerra de Canudos, Guerra dos Cabanos e o levante contra o Registro de Nascimentos e Óbitos de 1852 (TARGINO, 2002; MEDEIROS, 1989).

⁷⁰A violência foi um dos aspectos que instigou as descrições de viagem de Henry Koster, em 1810, e George Gardner, em 1839.

⁷¹Uma das mais sangrentas guerras entre famílias cearenses ocorreu entre os Feitosas e os Montes pelo domínio das terras e das águas no sertão dos Inhamuns. A batalha entre os dois grupos gerou uma animosidade que atravessou gerações levando, inclusive, à extinção da cidade de Cococi.

no banditismo social. Foram com essas lutas e resistências, individuais ou coletivas, que as condições políticas da organização camponesa se constituiriam no século seguinte.

Nessa toada, o período de transição da Monarquia para o Império trouxe uma inquietação para as populações rurais que viviam difusas no sertão. No imaginário popular, o rei representava uma figura protetora, mas com o nascimento do Estado nacional e todo o poder dado ao Imperador, que foi apoiado pelos grandes proprietários de terra, o processo de independência representou, para essas populações, um retrocesso na medida em que o poder estatal representava uma ameaça. Cada vez que o Estado se aproximava das populações rurais, as tensões aumentavam.

A Lei de Terras expressa esse processo de legitimação do poder do Estado e subordinação do campesinato. O Estado nacional, para Palacios (2009), forma-se sob as ruínas da liberdade camponesa nordestina. Basta perceber que, no mesmo ano da Lei de Terras, é feito um novo Regulamento da Guarda Nacional alistando, de forma autoritária, jovens “desocupados” com imposição de uma rígida disciplina militar aos recrutados. As mudanças visavam controlar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Os trabalhadores rurais viam essas medidas como instrumentos de restrição da liberdade. Foi assim também com a Lei do Registro de Nascimentos e Óbitos de 1852, quando os camponeses iniciaram uma revolta contra a realização do Censo Geral do Império. Os camponeses acreditavam que o censo seria usado pelo Estado para reconduzir ex-escravos ou escravizar homens livres e pobres que fugiam dos grandes proprietários de terra. Os camponeses que nunca recebiam nenhuma atenção do Estado rebelaram-se em várias regiões recebendo o nome de Guerra dos Marimbondos, na província de Pernambuco (ROSSI, 2019), e Ronco das Abelhas e Quebra Quilos, na Paraíba (VIEIRA, 2001; TARGINO, 2002).

Nessa nova configuração do Estado Imperial, o coronelismo ainda permaneceu como um importante instrumento de poder na nova ordem rural que se estabelecia. Esse fenômeno social interpretado por Victor Nunes Leal em “Coronelismo, Enxada e Voto” (2012) é fundamental para a compreensão da manifestação de poder autoritário no Brasil rural do final do século XIX e início do século XX. Essa interpretação sociológica remete à desigual estrutura agrária do país que sustentou a base para manifestações de poder baseadas na troca de favores entre os chefes locais e o poder público. Os trabalhadores rurais do campo, presos no cativeiro da fazenda, excluídos dos direitos à educação, informação e assistência médica tinham, no proprietário da fazenda, um benfeitor.

As mudanças políticas a partir de 1930 e o estabelecimento dos interesses das classes urbanas-industriais implicaram em um abalo do coronelismo. Para isto também concorreu a melhoria dos meios de comunicação e do sistema de transportes. Mais tarde, essas e outras mudanças políticas no Brasil motivaram para que os desdobramentos da análise da obra clássica de Leal derivassem duas concepções sobre esse fenômeno: a primeira delas refere-se ao coronelismo como uma manifestação do poder autoritário, datada na forma histórica marcada pelo mandonismo característico da conjuntura política da República Velha; a outra refere-se à permanência desse fenômeno como uma forma específica da cultura política do Estado brasileiro.

Respaldo o cuidado com anacronismos, não é raro encontrar o emprego do termo como representação contemporânea de manifestação autoritária de poder político. Não faltam referências para essa afirmação e a primeira delas seria a persistência da estrutura agrária do país que fornece base para a sustentação do poder privado sobre o público, fenômeno ainda comum no interior do país. É preciso enfatizar também que as mudanças não apenas políticas e econômicas, mas também culturais, sobretudo com o uso da tecnologia, têm proporcionado adaptações desse fenômeno mediante as novas demandas políticas.

Uma evidência da sobrevivência do coronelismo adaptado aos novos tempos diz respeito aos grandes grupos de comunicação por proprietários políticos e suas redes de influência entre o poder político nacional e os chefes locais e regionais. Outra adaptação ligada, inclusive, aos “coronéis da grande mídia” são os “coronéis da água” que se retroalimentam com a “velha/nova” indústria da seca.

Observando os processos contraditórios da formação do campesinato cearense, identificam-se, ao longo dos três primeiros séculos da história, pequenas mudanças estruturais no espaço agrário. As mudanças nas culturas produzidas demonstram que havia uma estrutura econômica disposta a defender os interesses mercantis da Coroa portuguesa. Com o fim do sistema colonial, herdaram-se os três elementos constitutivos que organizaram o espaço agrário: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo (MOREIRA, 2014).

Permanecia um campo com grande número de trabalhadores na condição de moradores no sistema de parceria e arrendamento com acesso restrito à terra e à água. Sempre que fosse necessário, os donos das terras e das águas, apoiados pelo Estado, lançavam mão da violência para que esse quadro não se alterasse.

Esse modelo impediu grandes transformações no espaço agrário, promovendo apenas desdobramentos na estrutura econômica e nas formas de disputa pela apropriação desse espaço.

Os principais sujeitos dessa disputa envolviam indígenas, coronéis, criadores, ex-escravos e camponeses que só viriam uma atuação mais ativa das atividades estatais no período imperial. É a partir daí que entrava em cena o mais importante protagonista das políticas hídricas que sucederam esse período: o Estado. É o que será analisado no próximo tópico.

2.2 A seca e as intervenções estatais

Desde o período colonial o Nordeste brasileiro foi caracterizado por inúmeras guerras e conflitos que agravaram o quadro de desigualdade, pobreza e miséria no campo. Quando a presença do Estado se fez mais presente com o objetivo de intervir mais diretamente na economia, o problema da seca foi escolhido como justificativa para as mazelas sociais da região. Por essa razão, a narrativa do Estado apostava que a superação do atraso seria possível com o desenvolvimento de políticas regionais e, para tanto, seria necessária a criação de órgãos e ações que pudessem modernizar o campo.

Antes de entrar no debate da relação entre o Estado e o fenômeno das secas, é necessário destacar introdutoriamente que o Nordeste é uma região ambígua e heterogênea com características singulares em cada estado. Como espaço natural, o semiárido domina a paisagem nordestina, definindo uma rica e diversa relação do povo com a geografia desse ambiente que se expressa em diversas manifestações culturais, desde o trato com a terra, até o manejo com a água escassa desse bioma. As condições naturais do semiárido, de um modo geral, marcaram o lugar político do Nordeste.

No final do século XIX, as repercussões das secas chegaram ao governo central. Devido à visibilidade das tragédias sociais, as secas tornaram-se um problema de Estado. A grande seca de 1877/1879, por exemplo, terminou com um saldo nefasto no Ceará que perdeu cerca de um terço da população pela morte ou fuga (THEOPHILO, 1922). Girão (1971) explica que se improvisaram serviços públicos para aproveitar os braços dos indigentes com a construção de açudes, um total de 73, além de pavimentação e abertura de novas estradas e diversas obras públicas.

As imagens fortes, veiculadas de forma sensacionalista em todos os noticiários do país, transformaram a seca em um poderoso inimigo que passou a fazer parte do cotidiano cearense, representando o signo da morte. A seca e a miséria extrema passaram a andar juntas e, nessa companhia, vinham também os desajustes sociais, as crises econômicas, o aumento da criminalidade, as lutas messiânicas e o banditismo social. Os milhares de sertanejos retirantes

que migravam para as maiores cidades do estado em busca de sobrevivência eram recepcionados pelos currais da seca, os campos de concentração, espaços de aprisionamento espalhados nas principais rotas de migração dos “flagelados”.

Com o objetivo de exercer o controle social sobre os camponeses pobres, os campos de concentração e os açudes “públicos/privados” tinham lógicas semelhantes; enquanto as cercas dos açudes proibiam a entrada dos camponeses, os campos de concentração proibiam a sua saída⁷². É sempre bom lembrar que parte da elite política/econômica nordestina via o período de seca como uma possibilidade de aumentar seus lucros com o desvio de recursos públicos emergenciais; aumentar os preços de produtos alimentares que ficavam mais escassos; de explorar a mão de obra; de comprar por preços excessivamente baixos as terras, propriedades e outros bens dos camponeses que eram obrigados a migrar; e de construir obras públicas em suas propriedades.

Aprisionar os camponeses nos campos de concentração e as águas nos açudes traduzia uma articulação no rearranjo ideológico, político e econômico da elite regional cearense. Os campos de concentração atenderam às concepções de civilidade que caracterizaram a virada do século com ideias tidas como modernizadoras e princípios liberais. Era preciso, portanto, disciplinar os retirantes, separá-los dos cidadãos urbanos e exercer poder sobre eles. Por sua vez, os açudes, símbolo das políticas de combate à seca, garantiriam a participação das elites decadentes⁷³ no bloco do poder na medida em que a concentração e o controle de água reproduziriam as relações de dominação clientelista⁷⁴.

A difusão dessa linha discursiva estruturada na seca e “nas cercas” penetrou no âmbito do Estado que passou a formular políticas públicas que compreendiam o ambiente e o fenômeno climático como algo a ser combatido. Num primeiro momento de desenvolvimento de políticas públicas, a chamada fase ou solução hidráulica, após um período de estudos e debates⁷⁵ sobre a região, deu-se com um amplo programa de açudagem em todo o semiárido nordestino. Essas ações estatais foram um dos principais instrumentos das elites agrárias regionais para a consolidação da chamada indústria da seca.

⁷²Tema aprofundado por Brito (2021, no prelo).

⁷³As sucessivas crises na agropecuária, especialmente a do algodão, além do deslocamento da centralidade econômica para o Centro-sul, contribuíram para a decadência da elite agrária cearense.

⁷⁴Não é exagero dizer que água foi usada como um meio para conseguir voto.

⁷⁵No final do século XIX, diversas pesquisas sobre as fragilidades e potencialidades do semiárido foram realizadas. Antes disso, D. Pedro II, em 1859, nomeou uma comissão (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB) constituída por naturalistas, cientistas e engenheiros para explorar o interior das províncias menos conhecidas do Brasil.

O campo de luta privilegiado para que a elite dominante pudesse dar operacionalidade a essa máquina foi o Estado. Era de lá que os recursos públicos eram drenados para seus próprios interesses. A construção dos grandes açudes não apenas transformou a geografia das águas dos rios cearenses, como também aumentou as desigualdades sociais e concentrou ainda mais a água⁷⁶. O discurso da seca por meio das falsas promessas foi a munição para que a elite pudesse perpetuar-se no poder e permitiu que se apropriasse ainda mais dos aparelhos estatais para fortalecer a manutenção da indústria da seca.

Essa condição, cuidadosamente elaborada no plano discursivo, configurou-se concretamente em obras faraônicas, abrindo caminho para a superação de uma fase do Estado baseada exclusivamente em políticas pontuais, sobretudo no âmbito emergencial. Através do planejamento de órgãos estatais, os desdobramentos das políticas de combate à seca colocaram os conflitos hidroterritoriais no interior da luta de classe, ampliando a escala de disputas pela água. Não há dúvidas de que existem limitações hídricas no semiárido, mas as restrições no acesso à água possuem fortes vinculações com a apropriação privada da água e a expansão do capital no campo direcionadas sob o comando do Estado.

As bases para a superação da chamada fase assistencialista do Estado foram lançadas pela Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), em 1909, transformada na Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), em 1919, e no Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945. Esta solução hidráulica efetivou-se com a adoção de políticas emergenciais nos períodos de grandes estiagens e construção de infraestruturas hídricas para o represamento da água. Capturado pelas oligarquias algodoeira-pecuárias, o DNOCS tornou-se um poderoso instrumento para aumentar o poder dos grandes proprietários, tendo relações íntimas com o fenômeno do coronelismo. Eles possuíam suas próprias frentes de trabalho e estavam sempre preparados para recepcionar os recursos públicos.

A institucionalização das políticas de combate à seca não significou a extinção de ações estatais anteriores à criação dos órgãos. Na seca de 1932, por exemplo, as políticas emergenciais foram necessárias para conter as multidões famintas que, em situação de desespero, saquearam e invadiram cidades, cometeram assaltos e depredaram casas comerciais. Com a seca, vem a fome e, com a fome, vem o lucro dos proprietários de terra e negociantes que enriqueceram com a construção de açudes públicos superfaturados em suas propriedades e alistamento

⁷⁶São inegáveis os benefícios dos açudes para o abastecimento de grandes e pequenas cidades, vilas e populações difusas no semiárido. No entanto, o debate sobre obras específicas não pode se sobrepor a uma questão política central no Nordeste brasileiro: a indústria da seca.

irregular para as frentes de trabalhos, além de outras formas de extrair dinheiro público usando as imagens dos flagelados (NEVES, 2001).

Com o aumento da concentração da água e da terra, agravado com as secas, o processo de expropriação intensificou-se devido à apropriação privada desses bens naturais. As cercas, os açudes e os canais de aprisionamento da água, mais que a seca, ditaram o ritmo dos conflitos pela água nas décadas seguintes. Em 1909, por exemplo, no município de Pacoti, na região da serra de Baturité, ocorreu um conflito ao longo do Rio Pacoti devido aos barramentos e barragens vertedouras para desviar suas águas. O rio foi praticamente deixado seco ao longo de toda sua extensão gerando inúmeros conflitos nas suas margens (PINHEIRO, 2002).

As obras de barramento de água combinadas com a expansão de monoculturas agrícolas, dentre as quais o capim cultivado nas margens dos rios para atender os interesses dos pecuaristas, resultaram em inúmeros conflitos em todas as regiões do Ceará. Com o processo de urbanização e o aumento da demanda para os grandes centros, outras formas de conflitos foram surgindo, a exemplo do ocorrido no Açude Acarape do Meio e no vale do Rio Acarape, em 1939, envolvendo pequenos sítiantes do município de Redenção, proprietários agrícolas e o Estado. Grandes produtores agrícolas, que se autointitulavam herdeiros das águas do rio, não aceitavam a retirada da água por parte do Estado para a ampliação do abastecimento da capital, Fortaleza.

Através dos açudes e outras obras hidráulicas, o Estado intervia fortalecendo o processo de subordinação camponesa. Em larga medida, as obras não se apresentaram como soluções aos problemas anteriormente descritos e as tragédias sociais repetiam-se a cada novo período de estiagem: emigração, invasão e saques nas cidades, fome e miséria. Burzstyn (1985) observa que o compromisso coronelista foi mantido. Se, no período imperial, a Guarda Nacional garantiu o poder dos coronéis, agora os órgãos e as políticas de Estado assegurariam as relações de reciprocidade desse grupo hegemônico em escala local e regional.

O combate à seca como argumento político tornou-se um debate quase irrefutável com a monopolização de recursos e benesses pelas elites dominantes. Forja-se uma estrutura cuidadosamente montada no campo ideológico cuja ideia central defendia que a pobreza e a crise provocada pela seca eram determinadas pela natureza. Sobre essa dubiedade, Castro (1994) faz uma interessante observação: a natureza do semiárido permanecia como o sujeito, enquanto a sociedade era um objeto vitimizado pelo meio.

Foi somente a partir da década de 1960 que o padrão produtivo sustentado na pecuária extensiva, na agricultura para auto-consumo, no algodão e no extrativismo vegetal começou a

sofrer algumas rupturas. Um conjunto de fatores contribuiu para o desmantelamento dessa estrutura, marcando uma fase de redefinição do papel do Estado que assumiu uma atuação planejada sem, contudo, abrir mão de seu caráter assistencialista. Convulsões sociais no campo eclodiram especialmente na Zona da Mata nordestina com uma ampla mobilização camponesa motivada pela deterioração das relações trabalhistas (AZEVEDO, 1982; JULIÃO, 2009).

As ligas camponesas foram o movimento camponês de contestação de maior alcance já existente no Nordeste, sendo fundamentais também as ações dos agentes mediadores como os partidos políticos e uma fração da Igreja Católica progressista⁷⁷. Como tentativa de controlar as inconformidades dos movimentos camponeses, o Estado entrou na mesa de negociação para o processo de sindicalização no espaço rural. Outra estratégia foi a promulgação do Estatuto da Terra no mesmo ano do golpe militar em 1964, que além de regulamentar as relações trabalhistas e desenvolver uma nova política de desenvolvimento agrícola.

Com a proposta de desenvolvimento rural através de uso de novas tecnologias, o impacto da “modernização conservadora⁷⁸” realizada pelo Estado através dos governos militares agudizou os conflitos sociais, provocando um enorme êxodo rural com a expulsão de milhares de camponeses de suas terras, além de desestruturar as antigas relações de trabalho. Por outro lado, com a modernização do campo, as classes dominantes rurais tiveram toda a sorte de incentivos fiscais e financeiros.

Com o incentivo ao crédito e à produção agropecuária e agroindustrial, o Estado deixou a agricultura mais dependente da indústria favorecendo os grandes proprietários. Com o crédito subsidiado em até 70%, iniciou-se um processo de pecuarização que, mais uma vez, favoreceu as classes dominantes rurais. Segundo Beserra (2015), o rebanho bovino, já na década de 1980, havia sido praticamente duplicado em pouco mais de uma década.

Com a crise da produção algodoeira provocada principalmente pelo bicudo a partir da década de 1980, o Estado ensaiou estimular a substituição do algodão arbóreo ou mocó pelo algodão herbáceo, abalando ainda mais as relações de trabalho. O algodão arbóreo era uma cultura permanente, caracterizada como um “bem de raiz”, assim como árvores frutíferas, portanto, era considerado benfeitoria, cujo valor podia ser reivindicado a título de indenização em caso de expulsão do morador. O Estado, agindo como porta voz dos grandes proprietários,

⁷⁷No Ceará, o paraibano Dom Antônio Frágoso, bispo de Crateús no período da ditadura militar, foi um dos mais importantes representantes dessa Igreja voltada para os pobres. Sua caminhada foi ao lado dos camponeses contra as injustiças do campo e na defesa dos direitos humanos.

⁷⁸A expressão “modernização conservadora na agricultura” faz alusão à Revolução Verde que modernizou a produção com pacotes agroquímicos, implementos e sementes modificadas, mas manteve a estrutura agrária intocável.

acusou o algodão mocó de baixa produtividade, enquanto o herbáceo necessitava do pacote tecnológico que o morador muitas vezes não tinha acesso⁷⁹.

A crise do algodão interrompeu um breve ciclo de concentração de capital promovido por uma intersecção entre a oligarquia agrária e comerciantes urbanos que monopolizavam a produção e o beneficiamento da pluma. Essa relação assumiu uma dimensão espacial sob o comando de Fortaleza⁸⁰, que passou a concentrar praticamente toda a comercialização do estado. As unidades de beneficiamento também se interiorizaram e, em 1950, existiam 121 unidades nos 69 municípios do estado. A maioria tinha pelo menos uma usina de beneficiamento, comandadas tanto por comerciantes-industriais locais, como por multinacionais como Anderson Clayton e *The Ceará Cotton Company* (LEMENHE, 1995).

O cenário altera-se com as oscilações de preços do algodão, a queda na produção devido as pragas nas lavouras e a organização dos trabalhadores rurais que passaram a reivindicar seus direitos. O dismantelamento das relações entre proprietários e moradores resultou imediatamente na expulsão massiva dos moradores e no aumento dos conflitos sociais em todas as regiões. Os grandes proprietários agiam de forma violenta com despejos truculentos, destruição de lavouras, arrombamentos de açudes e proibição de acesso à água de outras fontes.

Em 1968, por exemplo, na Fazenda Japuara, município de Canindé, no sertão central, ocorreu um grande conflito envolvendo 59 famílias de moradores-posseiros que resistiram à ordem de despejo do novo proprietário da fazenda. Além da ordem judicial para despejar os camponeses, o proprietário contratou capangas, pistoleiros e policiais para confrontar os camponeses, usando como tática de expropriação o arrombamento do açude que abastecia as famílias. Houve confronto direto com mortes do lado dos camponeses e do lado dos capangas, pistoleiros e policiais (BESERRA, 2015).

A resistência camponesa na Fazenda Japuara apenas foi possível pela existência do açude que fornecia água e peixe à comunidade. Sobre o fato, cabe aqui uma reflexão importante: a nossa crítica ao programa de açudagem não se refere à engenharia dessas obras; pelo contrário, os pequenos e médios açudes, quando bem planejados, com elevada profundidade e reduzido espelho d'água, evitando perda por evaporação, são essenciais para o cotidiano do sertanejo. Antes mesmo do DNOCS, a sabedoria camponesa do semiárido já estocava água da chuva em pequenos barreiros, aguadas e açudes construídos em regime de mutirão.

⁷⁹Essa tentativa não foi bem sucedida, pois a produção do algodão praticamente desapareceu do cenário agrícola estadual e o algodão arbóreo não conseguiu substituí-lo em virtude dos altos custos com a aquisição de agrotóxicos necessários para o combate à praga (CAMPOS, 1994).

⁸⁰Em pouco tempo, o parque fabril da capital cearense tornou-se o principal destino da comercialização, resultando em elevadas taxas de urbanização. Antes disso, o algodão era vendido quase todo em Recife e em Campina Grande.

Depois de um mês de conflito na fazenda Japuara, a resistência camponesa e a repercussão na imprensa, o Presidente da República, Humberto Castello Branco, assinou um decreto de desapropriação em benefício das 39 famílias camponesas. Certamente essa atitude do governo militar traduz o receio de que a revolta popular da fazenda Japuara se estendesse para outras propriedades. Apesar da decisão, o Estado não deu nenhuma forma de assistência para que os camponeses pudessem viabilizar o seu projeto camponês de vida e produção na fazenda. Foram largados à própria sorte, sofrendo todos os tipos de pressões dos grandes latifundiários e seus jagunços (BARREIRA, 1992).

Quando se trata de resolver problemas dos camponeses, o Estado não tem a mesma eficiência dada aos grandes proprietários, ficando evidente que a defesa da propriedade é válida somente para um lado da disputa. A luta pelo direito, muitas vezes, tem como resposta retaliações por meios repressivos. Karl Marx (1985), de maneira atual, explica como o Estado age na defesa da propriedade dos capitalistas e, quando necessário, sempre dispõe das forças repressivas para que esse direito seja efetivado:

Quando está em jogo a questão da propriedade torna-se dever sagrado a defesa intransigente da doutrina infantil do abecedário capitalista, como a única legítima para todas as idades e para todos os estágios de desenvolvimento. É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento [...] (MARX, 1985, p. 829).

À medida que as forças capitalistas se interiorizavam e passavam a controlar ainda mais os estoques das águas acumuladas, os direitos eram negados. O uso da força, quando necessário, era empregado e os conflitos se ampliavam. Conflitos pontuais envolvendo um número menor de famílias, sobretudo relacionados à captação de água em pequenos reservatórios e mananciais, espalharam-se em todas as regiões do estado do Ceará, especialmente nos períodos de estiagens. Um exemplo foi o conflito que ocorreu no município de Palmácia, região do maciço do Baturité, durante a estiagem de 1980, a partir da captação da água de uma nascente em uma área particular. A disputa ocorreu entre a retirada da água pelo Estado, através da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e os proprietários da nascente que reivindicavam indenização pela captação da água e infraestrutura hidráulica construída no local.

Em sua pesquisa, Pinheiro (2002) analisou diversos casos de conflitos hídricos envolvendo desde a luta pelo acesso à água em açudes públicos até conflitos relacionados à expropriação por grandes obras hídricas. Essa situação agravava-se nos períodos de seca, uma

vez que esse fenômeno age como um catalisador do processo de expropriação dos camponeses. Como viver sem a possibilidade de migrar em uma terra onde não se tem acesso à água? Como voltar para um lugar onde a seca destruiu tudo? Na maioria dos casos, a solução possível para esse drama é vender o seu pedaço de terra por um preço irrisório e tentar a sorte na cidade, sendo este o único horizonte possível.

O controle das águas dos açudes até as últimas décadas do século XX, mesmo com o esgotamento da solução hidráulica, permanecia constituindo-se como uma base fundamental do poder dos coronéis no sertão. No entanto, a indignação dos camponeses não foi silenciada e, à medida que os conflitos se multiplicavam, o movimento camponês conseguia organizar-se e mobilizar-se em várias frentes e uma delas foi expressa na luta pela terra com o debate da Reforma Agrária que resultou na implementação de 70 assentamentos no território cearense entre os anos de 1979 a 1989 (BESERRA, 2015).

Nesse período, a maior incidência de conflitos ocorreu nas regiões Norte e Centro-oeste do estado, onde predominam as características fisiográficas do semiárido, ou seja, os conflitos ocorriam com maior frequência em regiões com histórico de escassez hídrica. Embora as causas principais dos conflitos tenham sido as transformações nas relações tradicionais de trabalho, gerando a expropriação dos moradores, inúmeros conflitos relacionados à questão hídrica com pequenos irrigantes e luta pelo acesso à água foram registrados.

Aos poucos, técnicos e gestores foram percebendo que a água acumulada nos açudes por si só não resolveria o problema, sendo necessária uma reformulação da política de aproveitamento dos recursos de água. Em 1958, uma nova seca se abate sobre a região, trazendo novamente todos os dramas sociais da fome, aumento da violência e êxodo rural. A essa altura, várias denúncias sobre corrupção e desvio de verbas públicas revelaram uma série de escândalos da indústria das secas no momento em que aumentavam as diferenças entre o Centro-Sul moderno e industrializado e o Nordeste preso a uma estrutura baseada em uma decadente oligarquia agrária.

O resultado dessa percepção foi materializado com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, cujas ações pautavam-se na necessidade de intervenção direta, guiada pelo planejamento, compreendido como o único caminho para o desenvolvimento do Nordeste⁸¹. Para o campo, as

⁸¹O primeiro superintendente foi Celso Furtado que, depois de ter trabalhado na Cepal, exerce forte influência ao órgão com as novas ideias sobre o desenvolvimento. Com o golpe militar de 1964, todo o debate de enfrentamento às questões estruturais como a posse da terra, a concentração da água e o combate às desigualdades foram capturados pela elite dominante nordestina.

diretrizes da Sudene indicavam a necessidade de uma reestruturação da economia rural através do aproveitamento racional dos recursos de terra e água com possibilidades de expansão das áreas de irrigação.

Obviamente que não se pode atribuir exclusividade de um órgão ou política pública para a reestruturação agrária. É claro que cada órgão ou política representou pontos de inflexão no avanço do capitalismo no campo, resultando em contradições e conflitos; no entanto, a observação isolada pode subestimar o papel ideológico do Estado. Na verdade, é possível, através de uma linha do tempo, compreender essa relação, especialmente os programas de irrigação pública e as grandes obras hídricas em três momentos complementares: a solução hidráulica, a modernização conservadora e o agronegócio com obras de integração de bacias e açudes de grande porte.

O primeiro deles, tendo início ainda no século XIX, representado pela política de açudagem e execução de barragens, ficou conhecido como a solução hidráulica que teve à frente as ações da IOCS (depois IFOCS e DNOCS) com intervenções continuadas no decorrer do século XX até a década de 1950. Embora esse processo de intervenção estatal seja o embrião das políticas de recursos hídricos atuais, o modelo não representava uma ação planejada do Estado, posto que não havia um plano de desenvolvimento regional. Tais ações não incluíam um plano de produção; pelo contrário, esse modelo fortaleceu os esquemas de dominação e exploração da oligarquia algodoeira-pecuarista sobre os camponeses.

A solução hidráulica consolidou as políticas clientelistas da Velha República, período em que o coronel manobrava o poder estatal com vistas à acumulação de água através da exploração do trabalho. Tem-se, assim, o aprofundamento dos usos da natureza como instrumento de extração de riqueza e os açudes, construídos a partir do barramento dos rios, como uma ferramenta importante para o confinamento da natureza e das pessoas, tornando-se a imagem do progresso chegando nos rincões mais distantes do Brasil.

Um elemento importante a ser considerado nessa primeira fase de intervenção do Estado foi a quantidade de estudos físico-ambientais que apontavam para as potencialidades e limitações para acúmulo de água na região semiárida nordestina. Essa visão diagnóstica foi decisiva para as discussões da questão agrária regional que definiram as estratégias de um plano de organização econômica que pudesse aproveitar a água estocada amenizando os problemas sociais da região, como os intensos fluxos migratórios do campo.

É nesse contexto que a difusão da agricultura irrigada com objetivo de promover uma integração da economia nordestina ao mercado nacional e uma maior inserção na divisão

internacional do trabalho caracteriza, no presente entendimento, a segunda fase. Com os açudes construídos, o Estado buscou um melhor aproveitamento dessa água estocada. Houve, ainda, uma preocupação em construir barragens de grande porte⁸² com o objetivo de perenizar rios e implantar perímetros irrigados. A modernização criou condições para a introdução de uma agricultura tipicamente capitalista em detrimento de uma agricultura camponesa.

A introdução da agricultura irrigada, sob um discurso modernizador, representou o processo de legitimação da presença do Estado. No entanto, essa mudança no padrão de intervenção não foi suficiente para diminuir as desigualdades sociais, nem tampouco reverter os intensos quadros de fluxos migratórios da região semiárida (EVANGELISTA, 2011). A desapropriação de camponeses que exploravam as terras das grandes barragens e perímetros foi superior aos agricultores beneficiados pela irrigação, os colonos, que foram obrigados a incorporar os padrões de comportamento impostos pelo Estado. Em outras palavras, a estrutura fundiária não se alterou e o acesso à água não foi democratizado.

Nessa segunda fase, iniciada na década de 1950 e com término na eleição dos “Governos das Mudanças”, no caso do Ceará, ocorreu um redirecionamento geográfico na construção dos grandes açudes e outras obras hidráulicas. Isso com o objetivo de atendimento múltiplo em toda a bacia hidrográfica, especialmente o setor de irrigação, como ocorrido no Vale do São Francisco com a criação, em 1974, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Esse momento foi marcado pelas proposições do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da própria Sudene que resultou na formação do Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA), com a criação de programas nacionais como o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), em 1969; do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970; e do Plano Nacional de Irrigação (PNI). Todas essas iniciativas contemplam ações comandadas pelo setor público, mas com estímulos à iniciativa privada através do Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR).

A terceira fase⁸³ da análise, além da continuidade de construção de barragens de grande porte para usos múltiplos, com forte papel dos governos estaduais⁸⁴, destacando-se as modernas obras de integrações de bacias, as transposições. As bases para o desenvolvimento dessas novas relações de poder sobre o território foram lançadas a partir de 1985 com a constituição do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e do Programa Nacional de Irrigação (PRONI).

⁸²O debate sobre a matriz energética hidroelétrica alcançava o seu auge.

⁸³Sobre essa terceira fase, ora em curso, nós iremos tratar com mais detalhes no capítulo seguinte.

⁸⁴Nessa fase, o DNOCS tem um papel coadjuvante.

A partir daí e principalmente na década de 1990, a produção agrícola empresarial foi considerada prioridade na política de irrigação. É nesta etapa da política hídrica que os governos cearenses priorizam a substituição dos colonos nos perímetros públicos irrigados, com produção focada em produtos da agricultura familiar, para empresários que adotam frutas tropicais para produção tendo total apoio do Estado.

Esse esboço de periodização, longe de ser delimitador, demonstra que a redefinição dos caminhos das águas atinge velocidade em razão dos avanços técnicos na área de engenharia, bem como permite entender as novas relações de poder que se estabelecem nos novos territórios das águas, cujo papel do Estado foi, ao longo do tempo, criar condições para o controle do privado sobre o público. De um modo geral, percebe-se que esse processo induziu novos conflitos por água que foram se tornando mais complexos à medida que a demanda por água aumentava. No Quadro 2, são apresentadas algumas breves indicações das principais transformações na organização do Estado e suas repercussões no espaço agrário cearense tendo a água como centralidade.

Quadro 2 – Mudanças nas formas do Estado e os conflitos por água.

Período	Água/Terra	Sujeitos	Conflito
Ceará pré-colonial	As secas provocavam deslocamento de populações indígenas	Povos indígenas	Entre nações indígenas
Ceará Colonial: primeira fase – pecuária	Distribuição de sesmarias nas margens dos principais rios	Povos indígenas, missionários, bandeirantes, colonos e vaqueiros	Guerra dos bárbaros
Ceará Colonial: segunda fase – algodão	Ocupação do sertão: controle dos caminhos das águas	Camponeses, escravos, ex-escravos e brancos empobrecidos	Expropriação das comunidades camponesas
Ceará Imperial	Lei de Terras	Camponeses, retirantes, flagelados e coronéis	A seca como tragédia social – conflitos entre coronéis, fazendeiros e posseiros
Ceará na República Velha	Fase assistencialista	Estado (IOCS), coronéis, retirantes, flagelados, cangaceiros, cabras e jagunços	Expulsão de posseiros, conflitos provocados pela seca
Estado Novo	Programa de açudagem, políticas emergenciais	Estado (DNOCS, Sudene) e camponeses	Desapropriação de camponeses, invasão e saques a cidades devido à seca

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O quadro mostra que o domínio do paradigma de combate à seca atravessou o Estado desde o período imperial e vem, embora sem a mesma força, arrastando-se até hoje atuando de forma mais sutil e sofisticada. Isto não significa dizer que houve uma inexistência de outros paradigmas que pudessem enfrentá-lo. O paradigma de convivência com o semiárido, em

contraponto ao modelo desenvolvimentista⁸⁵, compreende o semiárido como um ecossistema complexo com inúmeras limitações, mas com incríveis potencialidades. Trata-se de um paradigma que concebe um espaço onde as relações de convivência dos seres humanos com a natureza se entrelacem a partir do tripé entre sustentabilidade ambiental, qualidade de vida das famílias sertanejas e incentivo às atividades econômicas adaptadas à sua realidade.

A quebra do monopólio da água e o seu acesso aos sertanejos é, certamente, a gênese das propostas do paradigma de convivência com o semiárido. Através da difusão de novas técnicas de captação de água da chuva associadas às práticas não agressoras ao meio ambiente, as chamadas tecnologias sociais hídricas promovem uma interação entre os novos conhecimentos da ciência com a sabedoria ancestral dos povos do campo⁸⁶. Nesse sentido, a valorização da captação e armazenamento da água de chuva é apenas o começo de uma mudança cultural que envolve um conjunto de concepções e valores que se pretende construir na região semiárida.

Percebe-se que as articulações da sociedade civil na perspectiva da convivência com o semiárido, embora esteja conformando um novo paradigma de desenvolvimento na região, reduzindo, inclusive, os efeitos das secas, ainda não são suficientes para abalar as estruturas dominantes. Sabe-se que mudar algo que está historicamente enraizado leva muito tempo, especialmente quando se trata de forças poderosas que assumiram o controle do Estado. De qualquer maneira, existe um acúmulo de resistências e lutas políticas que entraram na esfera institucional retirando alguns temas da invisibilidade.

De outro modo, o modelo de confinamento da água no açude representa a própria imagem e semelhança do latifúndio – é essa coexistência que consolida a indústria da seca na medida em que a concentração fundiária reduziu a quantidade de brejos e refúgios úmidos para a população sertaneja que se reproduzia em uma dinâmica de circulação. As cercas nos açudes, materiais e simbólicas, ratificam a apropriação privada da água instaurando um novo tempo nos sertões e demarcando a nova forma de presença do Estado Nacional no interior do Nordeste brasileiro.

A análise deste tópico permite concluir que o tratamento dado ao campesinato cearense pelo Estado é semelhante à importância ideológica/política/econômica oferecida à questão da água. Se o lugar social dos camponeses se deu através de lutas históricas, a superação de um

⁸⁵Sobre essa questão paradigmática recomendamos a leitura da tese “Entre o combate à seca e convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento” de Roberto Marinho Alves da Silva, defendida na UNB em 2006.

⁸⁶Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

paradigma que considere a água como recurso necessita também de muita luta, organização e articulação política. O começo desse processo parte sempre das tensões nos territórios, de modo que é a partir da força do lugar que se abrem as possibilidades de resistências. Com base nessa ideia, no próximo tópico serão revisitados fatos históricos de lutas e resistências com um olhar específico para o recorte territorial que é a região do Cariri cearense.

2.3 A formação do campesinato no Cariri: dos caminhos naturais das águas às “levadas” da cana-de-açúcar

Um considerável número de estudos históricos e regionais divergem sobre a penetração colonial no Cariri cearense. A discordância ocorre em relação ao período da ocupação, a origem dos primeiros colonos e, principalmente, em relação aos caminhos trilhados por esses colonos. Brígido (2007) afirma que o Cariri foi “descoberto” entre os anos de 1660 e 1680. Bezerra (2009), em discordância, após consultar 816 cartas de sesmarias no sul da capitania, constatou que a maioria foi concedida a partir de 1700. Conclusão semelhante a de Ferreira (2013), afirmando que sesmeiros que ocupavam décadas antes os sertões de Piranhas e Piancó também requisitaram posses no Cariri nos primeiros anos do século XVIII.

As entradas coloniais para a apropriação das terras e das águas tinham como objetivo a criação de gado nos vales dos rios que tiveram suas margens esquadrihadas por currais e fazendas, mas a abundância das águas perenes e a fertilidade do solo fizeram com que a agricultura sobrepujasse a criação de gado. Documentos sesmariiais indicam que as primeiras terras foram requeridas na área correspondente aos principais rios e riachos da região, como explica Macedo (1985). Entre 1703 e 1710, foram concedidas 48 sesmarias, 19 delas no Riachos dos Porcos, 13 no Rio Salgado e 7 no Riacho Figueiredo.

No que se refere às entradas dos colonizadores⁸⁷, também não há consenso sobre os primeiros caminhos percorridos. Brígido (2007), citando algumas frentes de conquista e povoamento, foi criticado pela defesa do pioneirismo baiano vindo do médio São Francisco, desconsiderando o obstáculo natural, a Chapada do Araripe, e a resistência indígena. Bezerra (2009, p. 93) pondera o seguinte: “Para o Ceará, nesse tempo, só se conheciam três entradas, pelo Jaguaribe, pelo riacho do Figueiredo, no município do Limoeiro, e pelo rio do Peixe (afluente da margem esquerda do rio Piranhas) a sair em Umari, no município de Lavras”.

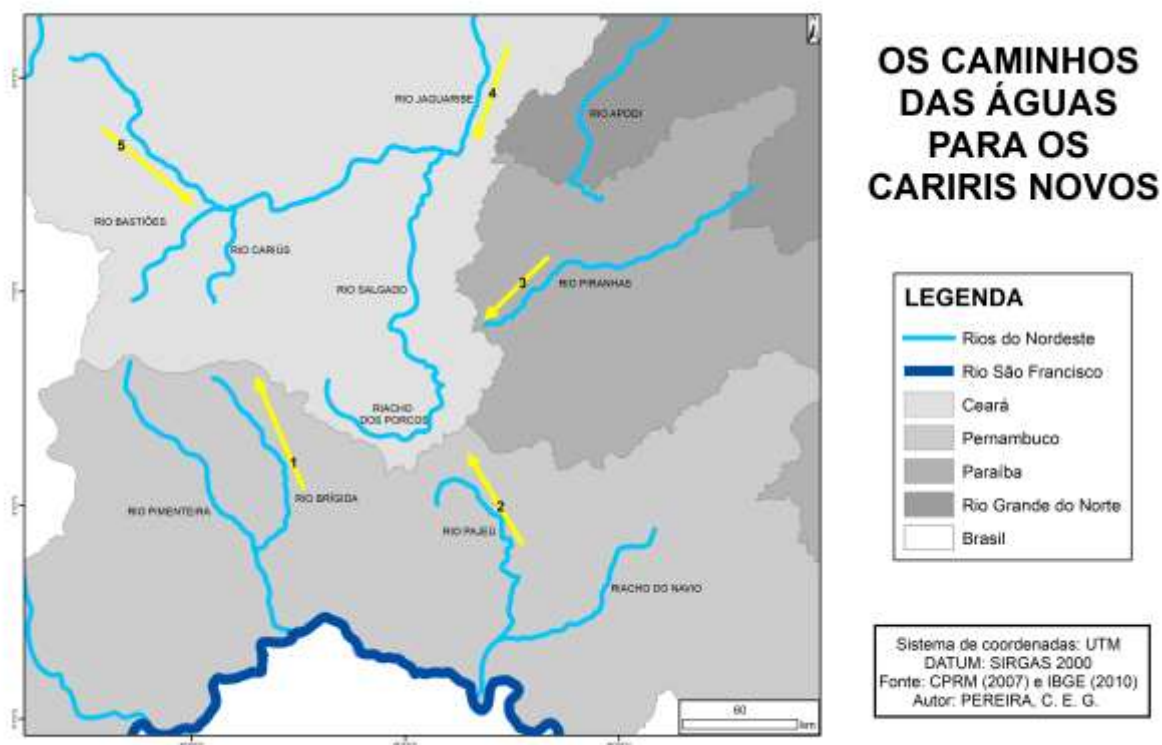
⁸⁷Padre Gomes (1990) e Pinheiro (2010), embora reconheçam o pioneirismo baiano na ocupação, tecem críticas a João Brígido pela exclusividade desses aventureiros, comprovando que colonos de outros estados também estiveram presentes nas frentes pioneiras.

Em recente pesquisa, Oliveira (2017) apresenta uma hipótese em que convergem vários estudos da historiografia regional. Ele afirma a importância do pioneirismo de colonos baianos, que chegaram nos Cariris Novos subindo os afluentes do Rio São Francisco, assim como de colonos pernambucanos e paraibanos que entraram a partir do Alto Sertão da capitania da Paraíba pelo médio curso do Rio Salgado, além de um grupo vindo diretamente do Rio Jaguaribe.

O que se percebe em todos esses estudos é que os cursos dos rios temporários foram os caminhos naturais que levaram os colonos ao Cariri. Além de servir como vias de comunicação, os rios eram o principal meio de orientação e referência geográfica. A existência de um rio ou riacho era a garantia de água durante a viagem, elemento fundamental para viajantes e aventureiros que se embrenhavam nas matas dos Cariris Novos.

A partir dessa diversidade de pesquisas, complementadas com trabalhos de campo, o Mapa 4 mostra a importância dos rios como caminhos naturais para o processo de invasão, ocupação e apropriação das terras e das águas dos Cariris Novos. São apresentados cinco possíveis caminhos que começaram a ser percorridos a partir do final do século XVII e no decorrer do século XVIII, todos concorrendo para o povoamento do Cariri e levando o colonizador a descobrir outros rios e riachos e a se apropriar privadamente de brejos, olhos d'água, lagoas e nascentes. Aos poucos os caminhos das águas estavam controlados pelos conquistadores.

Mapa 4 – Os caminhos das águas para os Cariris Novos.



Fonte: Nobre (2019).

O primeiro caminho parte das pequenas vilas pernambucanas, dentre elas Cabrobó, às margens do Rio São Francisco. De lá, subia-se o Riacho da Brígida passando pelas terras da fazenda Terra Nova, até suas nascentes, no lugar chamado Exu, alcançando as escarpas meridionais da Chapada Araripe. Sobrinho (1956) explica que, embora existam inúmeros vestígios da passagem dos colonizadores em Exu, não há comprovação de que, por lá, eles tenham conseguido transpor a chapada para o lado cearense.

Também partindo da região do médio São Francisco, o segundo caminho subia o Rio Pajeú até a localidade chamada Vila Bela (hoje Serra Talhada). De lá os invasores bifurcavam-se à esquerda para a vila de Salgueiro, nas cabeceiras do Riacho Terra Nova e, pelo vale do Riacho Oitis, chegavam à vila de Macapá, às margens do Riacho dos Porcos. A vila de Macapá, hoje Jati, era um importante centro comercial de ligação entre Ceará e Pernambuco. A partir de lá, os aventureiros subiram o Riacho dos Porcos chegando à Chapada do Araripe ou, descendo esse rio, chegavam aos vales férteis de Brejo Santo, Mauriti e Milagres.

Nessa mesma rota, tendo o Rio Pajeú como referência, bandeirantes seguiram pelo vale do Rio São Cristóvão até a vila de Belmonte (hoje São José de Belmonte) e de lá dirigiam-se para a bacia do Rio Piranhas no alto sertão da Paraíba. Sobrinho (1956) comenta que, entre 1690 e 1695, Domingos Jorge Velho⁸⁸ e seu exército estabeleceram-se no Piancó, vindo provavelmente do Piauí, ao que parece pelo Rio São Francisco. De Piancó, o famoso sertanista obteve informações sobre o vale do Cariri para uma possível investida, fato não comprovado em outros estudos.

Outra possível via de penetração nos Cariris Novos foi pelo litoral e leste da capitania, pelos rios Jaguaribe, Apodi e Piranhas-Açu⁸⁹. Nas margens desses rios, ainda no século XVII, já estavam instalados diversos currais e fazendas em seus vales. Conforme explica Bezerra (2009), as principais entradas ocorreram pelo Rio Jaguaribe, pelo Riacho do Figueiredo, no município de Limoeiro, e pelo Rio do Peixe, afluente da margem esquerda do Rio Piranhas. Por esses caminhos das águas, os colonos alcançaram o curso médio do Rio Salgado, especialmente no lugar chamado Umari, no município de Lavras da Mangabeira.

No final do século XVII, bandeirantes, colonos e aventureiros instalados entre o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba já sabiam da existência de águas perenes, solos férteis e terras desertas, desaproveitadas e sem rendimento ao Estado português nos Cariris Novos. Além da resistência indígena, a Chapada do Araripe, com altitudes elevadas e ladeiras íngremes, representava um obstáculo natural para a ocupação da região. É possível que, nesse percurso entre os dois grandes rios, algumas entradas tenham se efetivado à oeste da capitania, vindo do Piauí, seguindo afluentes do Rio Poti. No entanto, sobre esse caminho não foram encontrados documentos e pesquisas comprobatórias – a única menção foi feita por Bezerra (2009) que sugere uma entrada pelo município de Campos Sales.

Com o controle dos caminhos das águas, o projeto colonial foi aos poucos esquadrihando as margens do Rio Salgado, do Riacho dos Porcos, de seus afluentes e dos brejos férteis do Salamanca, Batateiras e Miranda. Os detentores desses territórios obtiveram suas conquistas através do genocídio dos povos Kariris. Basta observar que os primeiros sesmeiros da região estiveram à frente de forças militares, como, por exemplo, os capitães-mores Manoel Carneiro da Cunha e Manoel Roiz Arioza, que registraram suas posses em 12

⁸⁸Domingos Jorge Velho foi um famoso bandeirante paulista, audaz caçador de índios e de negros fugitivos que liderou as tropas para a destruição do Quilombo dos Palmares e participou do combate à Confederação dos Cariris ou Guerra dos Bárbaros.

⁸⁹Na Paraíba, o rio é chamado de Piranhas com a junção do Rio do Peixe e do Rio Piancó, recebendo o nome de Açu no Rio Grande do Norte.

de janeiro de 1703⁹⁰, com três léguas de terra partindo da cachoeira dos Kariris (hoje Missão Velha) até a Lagoa Kariri (hoje sítio São José, no município de Crato) (PINHEIRO, 2010). Vieira Junior (2004) afirma que é muito provável que eles tenham tomado as terras dos Garcias D'ávila no Cariri e reivindicaram as suas posses diretamente em Portugal.

A expansão das datas de sesmarias, nesse período, ocorria concomitantemente à Guerra dos Bárbaros que atingia um ponto decisivo quando o Estado português apostava na derrota total dos últimos resistentes indígenas que se encontravam na região do Cariri. Foi um momento em que se propagaram expedições militares para o Rio Salgado e o Riacho dos Porcos. O governo da Capitania do Ceará também passou a financiar grandes campanhas para exterminar as populações indígenas. Duas dessas campanhas, ocorridas em 1708 e 1713, foram marcantes pela quantidade de mortes, como explica Oliveira (2017, p. 127) sobre a expedição de 1713:

[...] sob o comando do Coronel João de Barros Braga, com uma cavalaria vestida de couro, como os vaqueiros, muitos deles conhecedores da geografia daqueles espaços e das táticas de guerras indígenas, adentrou pelo Jaguaribe até o Cariri, matando todos os indígenas que encontrou pelo caminho, sem distinção de sexo ou idade.

O genocídio quase sempre vem acompanhado do etnocídio. Neste caso, o projeto colonial precisava dessacralizar os elementos naturais que permeavam o imaginário dos povos que habitavam esse território. Daí surge a negação e a tentativa de apagar as crenças e mitos dessas populações que viam as águas das nascentes e dos rios como o seu maior tesouro, uma divindade. Na percepção dos Tupis, as águas desse ambiente, cercado por uma paisagem “inóspita”, representavam a própria ideia da Terra Sem Males.

Para Limaverde (2015), a simbiose entre os povos Kariris com as águas da região é tão forte que nem mesmo os três séculos de dominação colonial/capitalista apagou essa memória. Por várias gerações, os remanescentes das tribos Kariris, especialmente os camponeses ao sopé da Chapada do Araripe, guardaram codificados na sua sensibilidade e na sua intuição os mitos fundantes do Cariri. Lugares místicos e encantados, lendas e mitos, além das próprias marcas deixadas na paisagem, expressam um momento de dissolução cultural dos povos Kariris remetendo o encontro com o colonizador como o começo da destruição, da morte e do fim do mundo.

Esses lugares místicos dos povos Kariri com o tempo foram se misturando com a religiosidade popular. Uma das versões indica que a Chapada do Araripe era a entrada para um grande lago encantado e seu único acesso estava garantido pela Pedra da Batateira. Se fosse

⁹⁰Nesse mesmo ano, Bento Correia Lima pediu uma data de sesmaria no Riacho dos Porcos (OLIVEIRA, 2017).

profanada, a Pedra se romperia e a água inundaria o Vale do Cariri matando toda a população. Essas narrativas expressam cosmologias de um lugar encantado e/ou uma terra santa, um abrigo ou refúgio onde coexistem elementos indígenas como “serpentes” e “mães de água” e elementos da fé cristã como o Dilúvio e o Apocalipse:

Tendo como principal veio a nascente do Rio Itaytera, que quer dizer “águas rolando entre as pedras”, ou, como popularmente conhecido, Rio da Batateira, a origem do Rio Salgado vem de um manancial mitológico de três pedras que jorram as águas submersas de uma lagoa encantada dentro da Chapada do Araripe, guardada pela mãe das águas, que anuncia de um dia seu ímpeto desaguar no vale e transformar o sertão em mar. O Rio Salgado, ao passar pela terra sem males de Juazeiro do Norte com o nome de “Salgadinho”, o Padre Cícero o denominou de “Rio do Jordão”, e ele se fez sincrético transbordando em religiosidade popular ao sopé do horto e santo sepulcro, revelando-se em milagres. Continuando seu curso, em queda, faz-se Salgado na cachoeira dos Kariri novos, na Missão Velha, onde o ritual do Warakidã fazia cabeças rolares em cultos macabros. Em Lavras da Mangabeira o viajante Salgado lava a pedra dividindo-a em duas, esculpindo o boqueirão, jardim onde a princesa Ma-Ara se banhava em noites de lua cheia, encantando-se em uma serpente e enfeitiçando os índios com seu canto estonteante para os levar até as profundezas das águas escuras. E aí segue o Salgado, rumo ao mar, levando os mitos da terra, sob as barrancas do Jaguaribe como o Rio mitológico do Cariri (QUINDINS, 2013, texto digital).

Vencer os “bárbaros”⁹¹ e dessacralizar a natureza era um projeto necessário para que a expansão colonial avançasse sobre os territórios e as territorialidades dos povos indígenas. A definição de uma nova percepção de natureza, imposta pela nova forma de organização socioespacial, invoca um novo sentido para água baseado na propriedade privada simplesmente como um recurso, um objeto apto para ser dominado e transformado em fonte de lucro e poder.

Nessa visão dicotômica, atravessada por choques de racionalidades, os rios poderiam ter diferentes significados, simbolizando pontes ou passagens para outros mundos ou representando fronteiras que pudessem alargar a dominação. Entre divindade, proteção, fronteira, abrigo, refúgio, recurso ou simplesmente caminho, os rios e seus caminhos das águas foram o palco para as formas de violência mais brutais ocorridas no período colonial – a propósito, não apenas palco de batalhas sangrentas, mas também vítimas do processo de morte e destruição.

A primeira forma de destruir e matar um rio começa com a sua renomeação. No Cariri, os nomes indígenas dos principais rios foram substituídos: Rio Piquiri, renomeado Jaguaribe-

⁹¹Na verdade, os povos indígenas não foram vencidos, pois continuam resistindo em uma guerra permanente, a exemplo do que ocorre nos dias atuais com a pandemia da Covid-19 – o Estado brasileiro não assume seus compromissos de proteção para com esses povos como numa reedição de um projeto que durou todo o período colonial e vem se atualizando sob diferentes facetas.

Mirim, hoje é o Rio Salgado; o Rio Quimami ou Pedomirim, hoje é o Riacho dos Porcos; a Lagoa Quechasi foi renomeada de Lagoa dos Kariris e depois Lagoa do Arioza, em referência a Manoel Roiz Arioza⁹². O próprio colonizador, ao mudar os topônimos dos rios, deu pistas dos sangrentos episódios que ocorreram nesse território – nas margens do Rio Salgado, caminho para o Cariri, há lugares como Batalha, Pendência, Matança, Juiz, Tropas, Emboscadas (OLIVEIRA, 2017).

As missões religiosas também foram importantes para a expansão colonial. Pelo Rio Salgado, os missionários chegaram até à cachoeira e estabeleceram ali o primeiro aldeamento chamado de Missão Velha. Depois foram criados os aldeamentos de Missão Nova, Salamanca (Barbalha), Milagres e Miranda (Crato). Missão Velha foi elevada à categoria de Freguesia sob a denominação de São José dos Cariris Novos. No fim dos anos de 1720 e década de 1730, haviam apenas duas igrejas: a Capela de Santo Antônio dos Cariris Novos, em Missão Nova, e a Capela de Nossa Senhora dos Milagres do Riacho dos Porcos, em Milagres (MACEDO, 1985).

Mesmo com o fim da chamada “Guerra dos Bárbaros”, as resistências indígenas prosseguiram atacando, inclusive, os aldeamentos religiosos. Como muitos religiosos e sesmeiros batiam em retirada, a Coroa cogitou transferir o forte da ribeira do Jaguaribe para o Rio Salgado ainda em 1707. Frustrada esta tentativa, apenas uma pequena casa-forte foi construída, no início do século XVIII, nas imediações da cachoeira para dar apoio ao aldeamento de Missão Velha (OLIVEIRA, 2017).

Lá, outro problema foi as estiagens prolongadas que ocorreram no século XVIII. Figueiredo Filho (2010) destaca a ocorrência de uma grande seca no ano de 1725 que chegou a secar a cachoeira obrigando a transferência do aldeamento para um lugar com maior abundância de água, chamado Missão Nova. Com o fim das missões religiosas pelo rei de Portugal, ainda no século XVIII, as populações indígenas ficaram desprotegidas, passando as missões aos administradores locais. Por isso, já no século XIX, foi construída a ideia de que no Cariri não há mais Kariris⁹³

Aos poucos, o povoamento dos Cariris Novos efetivava-se atraindo cada vez mais pessoas para a região. A mineração, através do projeto chamado de Missão dos Cariris Novos, que tinha o objetivo de explorar ouro nas proximidades da cachoeira de Missão Velha, embora não tenha se apresentado como a principal causa de povoamento, foi importante fator de atração

⁹²Sesmeiro da Casa da Torre, grande fazenda na Bahia, um dos primeiros a ocupar a região do Cariri.

⁹³Os remanescentes dos Kariris continuam no Cariri, como a comunidade do Poço Dantas, em Crato.

de sertanejos – estes, não encontrando os minérios, foram ocupando os vales e as encostas da Chapada do Araripe para se dedicarem à agricultura, como explica Silva (2015a, p. 13):

Durante o século XVIII, entre abril de 1756 e setembro de 1758, funcionou no Cariri a Companhia de Ouro das Minas de São José dos Cariris Novos, em local atualmente pertencente às terras do município de Missão Velha, denominado Morros Dourados – uma experiência econômica que não prosperou. A mineração é considerada no processo de ocupação regional como fator de desencadeamento de uma nova corrente migratória, em busca de jazidas e metais preciosos. Foi com a exploração das minas de ouro no Cariri que se deu a primeira entrada sistemática de escravos no Ceará. Com o fechamento da companhia de exploração do ouro, a farta mão de obra escrava ficou à disposição dos fazendeiros locais, que, em associação com as condições naturais, impulsionaram o desenvolvimento agrícola.

Apesar de frustrada, a tentativa de encontrar ouro na região, foi importante para a formação de um campesinato livre que engrossaria as resistências contra a dominação colonial. Em um ambiente de violência brutal contra os índios, escravos, negros livres e brancos empobrecidos, a formação do Cariri colonial processou-se com um mosaico de pessoas oriundas de várias capitanias nordestinas. O conflito e a disputa por água e terra estão no cerne da origem sociocultural do povo caririense.

Dada a ausência do poder central, foi num cenário de violência, percorrido por soldados, fiscais, contrabandistas, criminosos e missionários que os invasores introduziram novos produtos agrícolas, como, por exemplo, a cana-de-açúcar. Essa lavoura passou a ser cultivada inicialmente nos vales e depois foi subindo a encosta da Chapada do Araripe em direção às fontes. As culturas herdadas dos índios Kariris, como a mandioca, aos poucos começaram a ser substituídas, enquanto a criação de gado, razão das primeiras concessões de sesmarias, foi levada para áreas menos férteis.

Entre os anos de 1710 e 1725, os primeiros engenhos de rapadura e aguardente foram implantados na região⁹⁴. A montagem dos pequenos engenhos à margem dos rios e brejos começou a prosperar atraindo cada vez mais gente⁹⁵. Nesse sistema produtivo rapadureiro, ao contrário do sistema açucareiro da Zona da Mata pernambucana, em que o Cariri se apoiou, o dono do engenho possuía uma influência que se restringia à escala local e o escravo não constituía o elemento essencial do sistema que se concretizou com mão de obra indígena e de forasteiros que eram atraídos pelas condições naturais. Essa mão de obra livre recebia casa e

⁹⁴Há divergências quanto ao início da produção: Campos (2019), por exemplo, identificou registros de fabricação de rapadura em 1633. Os primeiros engenhos instalados eram de madeira e começaram a ser substituídos em 1840 por engenhos de ferro movidos à força hidráulica ou à animal.

⁹⁵Segundo Oliveira (2017), no Riacho dos Porcos, em 1738, o Capitão mor Francisco Pinto da Cruz comprou uma propriedade onde já havia um engenho e uma grande plantação de cana-de-açúcar.

comida em troca do duro trabalho nas lavouras e nos engenhos. A rapadura e a aguardente, principais produtos fabricados, representavam um limitado raio de alcance atendendo ao mercado local e regional (BRITO, 1985).

Os donos dos engenhos dominavam as terras e as águas e decidiam quem usaria as águas das fontes⁹⁶. O direito desses senhores pelo uso das águas das fontes era hereditário e a venda da terra ou do sítio implicava automaticamente a venda da fonte. A água da fonte que chegava ao sítio⁹⁷ através de levadas era operada por um vigia chamado de levadeiro. Ele controlava a relação tempo/vazão da água até chegar ao molhador. O molhador era outro funcionário do engenho responsável por receber a água do levadeiro e distribuir no canavial.

Alguns proprietários construíram levadas de cimento e outros passaram a usar canos diretamente nas fontes, ambos desejando ter menor perda de água por infiltração. Como esse sistema de irrigação era extremamente seletivo, a grande maioria dos agricultores ficava à margem do sistema de irrigação e os mais pobres sem acesso à água para consumo.

Entre os proprietários havia também muitos conflitos. No município de Crato, por exemplo, as disputas pelas águas das fontes da chapada se agudizaram chegando até o presidente da província que foi chamado para tentar resolver a situação – Joaquim Villela de Castro Tavares editou a resolução provincial (Lei nº 645, de 17 de janeiro de 1854) que foi aprovada nos artigos de posturas na Câmara Municipal do Crato e, no ano seguinte, 1855, o juiz de direito da Comarca de Crato procedeu com o Auto de Partilha da Fonte da Batateira (HISSA, 2005).

O sistema de alocação de água foi a telha d'água, um instrumento de vazão portuguesa que consiste em um tubo de 16 cm de diâmetro correspondendo a um volume de 64,8 m³/h (equivalente a 66.800 litros por hora). O Auto de Partilha da Fonte Batateira, em Crato, foi dividido em 14 sítios. O sistema alocava quinze telhas na margem direita da Fonte Batateira, sete telhas na margem esquerda e apenas uma para manter o seu fluxo natural. Esse ordenamento jurídico também foi adotado em outros municípios caririenses.

Como os direitos eram hereditários, ocorreu uma subdivisão das terras fazendo com que os sítios menores retirassem água dos sítios maiores. Em face dessa fragmentação e do aumento da retirada do precioso líquido, os proprietários mais distantes das fontes passaram a não

⁹⁶A maior quantidade de fontes e com maiores vazões estão nos municípios de Crato, Barbalha, Missão Velha e Jardim. A Fonte Batateira é a maior delas. Em 1920, tinha uma vazão de 20 telhas, mas, com a devastação na encosta da chapada, em 1985, a vazão caiu para nove telhas.

⁹⁷No Cariri, os engenhos são chamados de sítios. Eles eram diferentes dos grandes engenhos da Zona da Mata nordestina, tendo em vista que os engenhos caririenses eram pequenos e tinham outra finalidade, qual seja, a produção de rapadura e aguardente.

receber água desencadeando novos conflitos⁹⁸. Para Hissa (2005), essa situação, *sui generis*, estabeleceu um mercado de água controlado pelos supostos donos das águas através de regras empíricas de monitoramento e sanção.

Com a criação de um mercado de águas e o acirramento dos conflitos devido ao controle das fontes pelos grandes proprietários que se estabeleceram na região, a demanda e a degradação desses mananciais foi se intensificando. O advogado e escritor Marcos Antônio de Macêdo (1871, p. 80) chamava a atenção para a ingerência nas fontes da Chapada do Araripe e os problemas relacionados principalmente pelo uso intensivo de irrigação nas atividades agrícolas:

Há uns 30 anos, pouco mais ou menos, tive de assistir como advogado, por parte de 70 agricultores (se bem me recordo) cratenses, que reclamavam medidas a respeito da distribuição das águas das correntes do Itaitera e Grangeiro. A conciliação foi bem sucedida, porém as providências, pouco radicais e o resultado igual a zero. Já nessa época, um tanto afastada, apareciam motivos desta ordem, que causavam graves preocupações, no espírito dos agricultores do Cariri. Presentemente os negócios de água de rega, devem ser mais críticos e se irão piorando a medida do crescimento da população. O caso é que os fazendeiros, estabelecidos nos férteis terrenos afastados 10 a 12 quilômetros, da base do Araripe, vão abandonando suas lavouras, por falta de água de rega, e mesmo entregando as terras à criação de gado sem pasto, o que dá motivos a muitas contestações judiciais, pendências e desordens, ocasionadas pela invasão dos gados nas lavouras, que deixam de ser trancadas por fortes e pesadas cercas. A criação de gados soltos deveria ser severamente proibida no Cariri, principalmente na aproximação das nascentes e chapada do Araripe.

Esse conflito que envolvia os camponeses posseiros da Chapada do Araripe revela que, desde o século XIX, instrumentos jurídicos já eram utilizados pelos camponeses para tentar resolver os conflitos pela água. Ao destacar a dimensão do conflito, como o gado solto nas fontes, o desmatamento da área de encosta e a expulsão dos posseiros, o relato de Macedo (1871) situa a questão ambiental e seus desdobramentos conflituosos para pensar a relação entre sociedade e natureza. Essas situações de conflitos eram agravadas em períodos de estiagem quando a disputa pela água se tornava mais acirrada.

Apesar desse controle territorial da água, no decorrer do século XIX, em plena expansão da cana-de-açúcar, populações marginalizadas de todos os cantos do Nordeste chegavam na região acreditando na possibilidade de adquirir uma pequena posse ou de arranjar trabalho livre.

⁹⁸Em sua pesquisa, Hissa (2005) constatou que os conflitos entre os “donos das águas” se arrastaram até o final do século XX quando as fontes precisaram ser regulamentadas conforme a Lei das Águas. A disputa era formada por dois grupos distintos: os usuários com títulos de propriedade e que usam e fruem o recurso e os que não usam e nem fruem o recurso. Enquanto os primeiros não reconheciam o domínio do Estado, outro grupo tentava buscar diálogo com o Estado através da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh) para resolver a situação.

Em períodos de grandes estiagens, a migração aumentava e a região tornava-se um refúgio de populações marginalizadas.

Construía-se no Cariri uma identidade regional a partir das vantagens naturais da região e da cultura de seus habitantes, fazendo uma distinção com o semiárido. A produção desse discurso político, examinada por Reis Júnior (2014), revela no seu quadro geral algumas características importantes como a vocação para as atividades agrícolas, a busca de uma autonomia da região destacando-se como uma das mais prósperas províncias do Ceará e a construção de uma classe senhorial branda, paternal, alheia ao projeto escravocrata.

Na verdade, a construção dessa identidade do “Cariri Oásis”, difundida pela elite dominante regional, estava relacionada ao momento político que o Brasil passava na segunda metade do século XIX, dominada pelo discurso liberal. Agindo em nome da liberdade, do progresso e do projeto moderno, os liberais não perdoariam os ingratos e rebeldes que não quisessem submeter-se ao trabalho em suas fazendas, sendo punidos com o rigor de suas leis. Foi com esse pensamento que a classe senhorial enfrentou os posseiros que chegavam na região, afinal de contas, era preciso conter qualquer forma de organização social que ameaçasse as pretensões da classe dominante (REIS JÚNIOR, 2014).

Esse período é caracterizado por um crescimento populacional⁹⁹ e econômico no Cariri. Com o aumento da mão de obra, a região passou a produzir mais excedentes agrícolas. As feiras se expandiram, assim como as atividades artesanais. Casas de farinha e máquinas de descaroçar algodão se estabeleceram. As vias de acesso às principais cidades foram reformadas e a ligação com os centros do litoral, especialmente Recife, intensificou-se. Em 1855, foi fundado o primeiro jornal regional, o semanário “*O Araripe*”, cujo editorial tecia críticas aos governos conservadores¹⁰⁰. No ano seguinte, lideranças políticas da região, especialmente na cidade de Crato, começaram uma campanha em defesa da autonomia política do Cariri em relação ao governo imperial com a proposta de criação da província dos Cariris Novos que envolvia, além de porção do sul cearense, áreas vizinhas de Piauí, Paraíba e Pernambuco.

Outros fenômenos sociais contribuíram para a transformação territorial da região, como, por exemplo, o misticismo religioso relacionado à figura carismática de Padre Cícero Romão Batista no pequeno povoado de Juazeiro do Norte. O “Padim Ciço”, como ficaria conhecido, liderou um movimento que intensificou a ocupação do espaço agrícola caririense, o que possibilitou uma mudança considerável na produção de culturas alimentares, como a expansão

⁹⁹De acordo com a Câmara Municipal do Crato, em 1846, pelo menos 20 mil pessoas chegaram na região fugindo da estiagem daqueles anos.

¹⁰⁰A família Alencar era a maior expressão dos liberais, enquanto os Bezerra, seus opositores, eram conservadores.

da mandioca, a introdução da produção de borracha de maniçoba, assim como o incentivo para a instalação de máquinas de descaroçar algodão e diversas atividades artesanais.

Trabalhadores rurais sem terra constituíam o maior contingente populacional que chegava em Juazeiro do Norte. De lá Padre Cícero em virtude de sua influência sobre a elite agrária regional distribuía esses camponeses nas comunidades rurais. Os caminhos das águas dos povos Kariris se transformaram em caminhos da fé, pois os romeiros deixavam cruzeiras esculpidas nos troncos das árvores indicando que todos os caminhos dos sertões convergiam para Juazeiro (CAVA, 1976).

Inspirado nas missões de Padre Ibiapina¹⁰¹ pelos sertões nordestinos, Padre Cícero tornou-se um hábil conhecedor das tradições caririenses, soube como ninguém transformar os mitos e os encantados em espaços sagrados, a exemplo do que o próprio Padre Ibiapina¹⁰² teria feito com a fonte do Caldas. Na “terra santa” de Padre Cícero, o Riacho Salgadinho, que corre à oeste da cidade, foi apelidado pelos romeiros de Rio Jordão. Em ambos os casos, tanto Ibiapina, como Cícero sabiam manejar essa dimensão sagrada da água.

Sem a efetiva participação do Estado no que se refere a políticas relacionadas à questão hídrica, o próprio Padre Cícero foi proponente de soluções¹⁰³ para os sertanejos, especialmente a partir da 1877, quando passou a incentivar, em forma de mutirões, a construção de açudes, pequenos reservatórios e reflorestamento de áreas para evitar a desertificação (SILVA, 2015b). Experiências pontuais, muitas vezes através da religiosidade popular, tornaram-se possibilidades para amenizar momentaneamente o sofrimento causado pela seca e pela expropriação da terra e da água. Um exemplo dessas experiências de curta duração foi a

¹⁰¹Nas décadas de 1860/1870, Padre Ibiapina atravessou os sertões abrindo estradas, construindo açudes, poços, cacimbas, escolas, capelas, hospitais e casas de caridade. Em Barbalha, recomendou que uma mulher doente fosse banhar-se na fonte do Caldas, ao sopé da Chapada do Araripe; três dias depois, a mulher anunciou que estava curada e o Padre foi saudado como milagreiro. Não demorou para que a notícia se espalhasse e o povo aclamou a fonte de águas termais do Caldas como milagrosa, passando a fazer peregrinação ao local em busca de cura.

¹⁰²Sobre a importância de Padre Ibiapina, ver Comblin (2011).

¹⁰³Com os seus preceitos ecológicos, Padre Cícero, em uma linguagem simples e acessível, recomendava os camponeses como deveriam exercer seu trabalho sem agredir o meio ambiente: “1) Não derrube o mato, nem mesmo um só pé de pau; 2) Não toque fogo no roçado e nem na Caatinga; 3) Não cace mais e deixe os bichos viverem; 4) Não crie o boi e nem o bode solto; faça cercados e deixe o pasto descansar para se refazer; 5) Faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar água de chuva; 6) Não plante em serra acima, nem faça roçado em ladeira que seja muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca sua riqueza; 7) Represe os riachos de 100 em 100 metros, ainda que seja com pedra solta; 8) Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o Sertão todo seja uma mata só; 9) Aprenda a tirar proveito das plantas da Caatinga: a maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar a conviver com a seca; 10) Se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado, melhorando, e o povo terá sempre o que comer, mas, se não obedecer, dentro de pouco tempo o Sertão todo vai virar um deserto só” (WALKER, s/d).

comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto formada por camponeses liderados pelo beato José Lourenço¹⁰⁴.

Também chamado de Caldeirão dos Jesuítas, situado no município de Crato, a comunidade de camponeses vivia sob o princípio da igualdade, com divisão justa do trabalho e do alimento, tendo como base a religiosidade popular do seu líder. O termo “Caldeirão” refere-se a uma fenda geológica na encosta da Chapada do Araripe que fica perene o ano todo, mesmo nos períodos de grande seca. Essa estrutura geológica foi fundamental para o modo de vida daquela comunidade que possuía cerca de mil habitantes. Durante a grande seca de 1932, o Caldeirão oferecia sustento e assistência para uma multidão de famintos tangidos pela falta de água. Em 1936, a comunidade foi destruída, os camponeses foram expulsos pelas forças repressivas do Estado que enviou vários destacamentos militares com apoio dos latifundiários e da Igreja¹⁰⁵ (RAMOS, 2007).

Todavia, a religiosidade popular não foi o único caminho trilhado pela massa de trabalhadores rurais que chegava ao Cariri. Numa estrutura de poder extremamente desigual e opressora, pegar em armas e tornar-se bandoleiro parecia ser o caminho mais curto contra as injustiças de um sertão atravessado pela violência. Foi contundente a presença de cabras, jagunços e cangaceiros na região do Cariri que se tornou rota, ponto de fuga e esconderijo de diversos grupos de bandoleiros. Óbvio que esses grupos armados prestavam serviços a coronéis e oligarquias regionais – esta afirmação materializa-se em diversos episódios da região com lutas políticas e armadas¹⁰⁶ que tiveram uma trégua somente em 1911, quando os coronéis de 17 cidades do Cariri, sob a liderança de Padre Cícero, reuniram-se em Juazeiro do Norte para proclamar o chamado Pacto dos Coronéis.

Esse traço marcante da sociedade brasileira, típico do fenômeno do coronelismo nos primeiros anos da República, foi uma longa experiência que se arrastava desde o período colonial, mas que foi perdendo força com a modernização do espaço urbano e a ascensão de novos sujeitos políticos. No campo, a nova tendência da industrialização vai aos poucos

¹⁰⁴Embora a razão principal não tenha sido motivada pela água, consideramos importante destacar o processo de organização comunitária em torno da água e da terra.

¹⁰⁵O motivo da operação bélica está ligado à relação do beato José Lourenço com o Padre Cícero, que faleceu em 1934, deixando a comunidade desprotegida. Como os latifundiários perdiam seus trabalhadores para a comunidade e a Igreja perdia seus fiéis para um beato que emergiu do povo, ambos tramaram com as forças do governo de Getúlio Vargas para a destruição da comunidade sob a justificativa de que eram fanáticos religiosos e comunistas. Um dos episódios marcantes de batalhas desses grupos armados refere-se às Minas de Coxá, no início do século XX, ocasião em que o Padre Cícero adquiriu uma propriedade que, na época, estava com jurisdição de Missão Velha e Milagres. A disputa pela possibilidade de explorar os depósitos de cobre envolveu uma aliança dos coronéis de Barbalha, Missão Velha e Milagres contra os coronéis do Crato, principalmente o Coronel Antônio Luís, o mais poderoso do Vale do Cariri.

processando-se em uma trajetória que demoraria décadas para consolidar-se, mas que teve seu pontapé inicial ainda nos primeiros anos de governo de Getúlio Vargas.

No Cariri, a modernização expressou-se em diversos setores. Em 1921, foi criado um dos primeiros bancos do Nordeste em uma associação de fazendeiros e comerciantes, na cidade de Crato. No mesmo ano, criou-se também a Associação Agrícola do Cariri, que reunia os grandes produtores e pecuaristas da região. Em 1926, instalou-se a linha tronco da Rede de Viação Cearense¹⁰⁷ que ligava Fortaleza, Juazeiro e Crato. O trem, expressão maior do progresso, venciu os rios com pontes metálicas e alterava o cenário econômico do estado (CAVA, 1976). Para o campesinato, a maior integração do sistema político e econômico com a esfera nacional e internacional não representou mudanças nas estruturas do poder.

Nos anos de 1930, sob o discurso de modernização da agricultura, proposta tensionada na fase desenvolvimentista do Estado brasileiro, o Cariri foi alvo de especulações para uma possível implantação de uma destilaria de álcool-combustível, momento em que o governo planejou adotar uma política de incorporação do etanol na matriz energética, embora não tenha se concretizado. Nesse período, já existia na região um órgão voltado para pesquisas que melhorassem a produção¹⁰⁸. Segundo Andrade (1994), em 1932 foi implantada uma usina de açúcar¹⁰⁹, no município de Crato, que funcionou de 1932 a 1936.

Com a criação da Sudene, o Estado atuou de forma mais ativa através de programas de incentivos fiscais, estimulando a agroindústria canavieira, além da modernização dos rebanhos bovinos. O acesso a programas da Sudene proporcionou recursos para a capitalização das atividades agrárias, industriais e financeiras. No Cariri, a família Bezerra¹¹⁰ consolidou o seu poder na região, transitando de proprietários pioneiros para a modernização de diversas atividades empresariais e financeiras, além de cargos no poder executivo e legislativo estadual. Lemenhe (1995) destaca que a família Bezerra, no controle da instância pública para acumulação privada, sintetiza o patrimonialismo na região.

Enquanto a modernização atendia aos interesses da classe dominante, os conflitos envolvendo camponeses aumentavam. No início da década de 1950, ocorreram novos conflitos

¹⁰⁷Mais tarde transformada em Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

¹⁰⁸Com a instalação da Estação Experimental de Barbalha, foi possível combater a doença do mosaico que, na década de 1920, promoveu um ataque generalizado aos canaviais caririenses, colocando a economia canavieira à beira de um colapso.

¹⁰⁹Somente em 1908 foi introduzida a primeira moenda metálica no Cariri.

¹¹⁰Grupo político dominante ao longo das décadas de 1960 a 1980, com influência no poder estadual e nacional, os Bezerra, membros da burguesia cearense, transitaram entre latifundiários, banqueiros e empresários. Foram os maiores compradores e financiadores de algodão da região com duas unidades de beneficiamento em Juazeiro do Norte, uma no Crato e outra em Brejo Santo. Adauto Bezerra, governador de 1975 a 1978, chefe oligarca e modernizador, expressa a personificação do coronelismo na região.

envolvendo posseiros na Chapada do Araripe que passaram a ser expulsos das terras devolutas através do aforamento das terras aos grandes e médios proprietários. Para Beserra (2015), o aforamento das terras devolutas pelo Estado teve dois desdobramentos: a sujeição dos posseiros aos aforadores ou a resistência à sujeição por meio da ocupação de novas áreas. Com a ocorrência do processo de resistência e, conseqüentemente, a expansão da fronteira agrícola, entra em cena a figura do grileiro que, sob o patrocínio do Estado, passou a disputar com os posseiros as terras devolutas da região.

Segundo artigo publicado no Jornal *Voz Operária*, dez mil camponeses estavam ameaçados de expropriação na Chapada do Araripe:

É pela falta d'água que os latifundiários do Ceará querem obrigar os camponeses a sair da Serra do Araripe. Proíbem-lhes de tirar água das nascentes situadas no sopé da serra. Grandes proprietários do Crato foram a ponto de bloquear seis nascentes para que os camponeses não se possam utilizar delas. Deixam-lhes, porém, água poluída, de um poço onde se lava roupa e toma-se banho. Alguns camponeses forçados a se utilizar dessa água, viram-na apodrecer nos potes em dois dias (VOZ OPERÁRIA, 1951 p. 8-11).

Os proprietários usavam os fiscais do Departamento Florestal de Crato para intimidar os camponeses. Alguns deles fortemente armados e acompanhados por policiais agiam como capangas dos coronéis, chegando a destruir as plantações dos camponeses e proibir a retirada da água das fontes. Percebe-se que a água estava na centralidade desse conflito e os camponeses imprimiram uma forte resistência. A luta pelo acesso à água, se exitosa por parte dos camponeses, provocaria mudanças nas relações de trabalho, visto que esses trabalhadores rurais não precisariam se sujeitar aos grandes proprietários.

Por ocasião da resistência, forma-se o Comitê de Defesa dos Camponeses da Serra do Araripe, cujo processo de luta incluía o acesso à água das nascentes e a construção de poços artesianos. Os camponeses decidiram resistir à expulsão exigindo o direito de plantar e retirar a lenha da chapada. Exigiram ainda a expulsão dos fiscais florestais e a entrega da serra aos camponeses organizados em cooperativas e comitês com distribuição de terra e expulsão dos latifundiários (BESERRA, 2015).

A reincidência dos conflitos nas fontes da Chapada do Araripe envolvendo os camponeses gerou uma série de debates e ações do poder público. Intelectuais como Macedo (1871) já alertavam que a não preservação da floresta poderia comprometer o fluxo das fontes. Com a criação do Código Florestal, em 1934, no mesmo ano do Código de Águas, abriu-se um precedente jurídico para a proteção da floresta que reveste as fontes perenes da Chapada do

Araripe e, em 1946, instituiu-se, por meio do Decreto-lei nº 9.226, a criação da Floresta Nacional do Araripe (FLONA) (CAMPOS, 2019).

Nota-se que essa iniciativa pioneira tem sua gênese nos inúmeros conflitos envolvendo comunidades tradicionais e camponesas além, obviamente, do trabalho de cientistas e ambientalistas que tiveram a sensibilidade de compreender a relação entre a água e a vegetação. Decerto, se os conflitos nas fontes abrandaram, em outros locais e por outras razões novos conflitos irromperam. A presente análise constata, nesse período histórico marcado pelo autoritarismo e pelo nacionalismo de um Estado forte e ativo, uma inflexão dos conflitos hidroterritoriais no Cariri cearense. Se o Estado Novo foi importante para estruturar um arcabouço jurídico na mediação dos conflitos, como no caso das fontes, iniciou-se um período de grandes obras hídricas, especialmente com o programa de açudagem, a instauração da política nacional de irrigação e um amplo programa de modernização da agricultura baseado na Revolução Verde.

Em 1971, conflitos foram registrados no Perímetro Irrigado Quixabinha, no distrito de Palestina, Mauriti, motivados pela seleção dos colonos, desapropriação e baixos valores das indenizações. Com suprimento hídrico do Açude Quixabinha, que começou a ser construído em 1967, o perímetro teve seus lotes destinados aos agricultores familiares, mas, aos poucos, foram vendendo ou arrendando seus lotes para empresários gerando uma série de conflitos com os colonos que queriam ficar no perímetro, porém foram praticamente obrigados a sair.

Em sua pesquisa, Pereira (2018), ao analisar o protagonismo da agricultura familiar de Mauriti, constata que, além do processo de desterritorialização dos camponeses que tinham terra na Quixabinha, o perímetro, concluído em 1973, impôs um modelo de produção baseado no paradigma da Revolução Verde com uso intensivo de insumos mecânicos e químicos, uso excessivo de agrotóxicos, implantação de irrigação e imposição de culturas agrícolas que atendessem as demandas do mercado. Na pesquisa de campo desta tese, houve a oportunidade de entrevistar Francisco Evanildo Simão da Silva¹¹¹ sobre os serviços de administração, manutenção da infraestrutura do perímetro, assim como entender os conflitos hidroterritoriais que ocorreram com a sua implantação.

Grande parte das empresas que fabricam os produtos, como a Bayer, a Syngenta, a Monsanto, elas tinham escritórios no próprio perímetro, elas tinham revendedores lá. O DNOCS tinha uma cooperativa mista, essa

¹¹¹Evanildo foi prefeito de Mauriti de 2013 a 2016 e sua trajetória política teve início com a participação na cooperativa de colonos do Perímetro Irrigado da Quixabinha e, posteriormente, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mauriti. Atualmente é coordenador do Agropolos Cariri. Ainda hoje sua família possui um lote no perímetro.

cooperativa vendia cereais e também produtos agrícolas, então assim, você não precisava ir pra rua (centro da cidade) pra comprar o adubo, o NPK, tudo já estava lá. Essa cooperativa você tinha agrônomo, zootecnista, você tinha agrônomo, você tinha toda uma estrutura pra ensinar como é que usava racionalmente o veneno, então o Perímetro Irrigado de Quixabinha, em Mauriti, se tornou um grande laboratório de difusão desse conhecimento, dessa prática para a agricultura. Basta ver que o início do perímetro irrigado é de 1972, então você tem quase 50 anos de uso intensivo naquela região (SILVA, 2020, informação verbal, sic).

Ao se referir à Mauriti como um laboratório, a fala de Evanildo deixa claro que os camponeses da Quixabinha¹¹² foram usados como experiência em diversas culturas, sobretudo na fruticultura irrigada. O Estado, atendendo aos interesses do capital estrangeiro, cumpriu o seu papel de disseminação de técnicas, tecnologias e um conjunto de insumos no meio rural. Para os camponeses ficou a permanente necessidade do uso intensivo de produtos químicos, de investir constantemente em maquinário e insumos e de qualificar-se constantemente.

É uma situação semelhante à analisada por Burzstyn (1985) no Perímetro Irrigado de Sumé, no Cariri paraibano. O Perímetro Irrigado da Quixabinha promoveu uma transformação na estrutura social e no panorama econômico no Distrito de Palestina. Os primeiros sinais das mudanças foram o aumento da população do distrito e a criação de um comércio local relacionado à produção agrícola, implicando na redução do êxodo rural com a possibilidade de emprego o ano inteiro, antes limitado aos períodos de chuvas.

O DNOCS planejou retirar-se gradativamente do projeto à medida que o perímetro demonstrasse a capacidade de prosseguir somente com os colonos. A cooperativa, nesse sentido, responsável pela elaboração dos planos de exploração agrícola, intermediária nas negociações e empréstimos bancários e comercialização da produção, era o instrumento que respaldava os propósitos capitalizantes do Estado em substituição ao DNOCS. No entanto, a cooperativa, apesar de ter sido um importante instrumento implantado para facilitar os laços do Estado com os colonos, entrou em crise na década de 1990. Endividada e sem crédito no banco, sem projeto e sem financiamento, grande parte dos colonos vendeu ou arrendou seus lotes. Ao chegarem na Quixabinha na década de 1990, os empresários do agronegócio já encontraram mão de obra qualificada, infraestrutura hídrica, acesso rodoviário e estudo de mercado.

De qualquer modo, o Perímetro Irrigado da Quixabinha engendrou uma transformação na estrutura produtiva da região do Cariri, direcionando o município de Mauriti para um importante polo de concentração das ações do Estado¹¹³ e tornou-se o maior produtor de grãos

¹¹²Para Silva (2020), o Perímetro Irrigado da Quixabinha representa uma Reforma Agrária ao reverso, visto que desapropriou 150 proprietários, selecionando apenas 24 colonos divididos em lotes de 16 hectares.

¹¹³O tema será tratado com maior profundidade no tópico 5.3.

e destaque na fruticultura irrigada da região do Cariri. Contudo, o principal produto desse laboratório foi, sem dúvidas, o colono – agora com o espírito empreendedor, a prática do colono foi replicada na região abrindo caminho para demonstrar às grandes empresas o potencial da fruticultura irrigada na região.

Esse modelo excludente foi acompanhado pela construção de grandes açudes que desterritorializaram centenas de camponeses sem um plano de reassentamento. Em 1982, durante a construção do Açude Thomaz Osterne (Figura 1), conhecido na região como Açude Umari ou Açude Inxú, 250 famílias de pequenos produtores rurais foram desterritorializadas do local. Inúmeras delas ficaram sem terras e, com os valores irrisórios das indenizações, tiveram que migrar para as cidades, tentando ganhar a vida de outra forma. Outras conseguiram pequenos lotes próximos ao açude e hoje são foreiros, como a comunidade de Poço Dantas, no distrito de Monte Alverne, formado por descendentes diretos dos índios Kariris. Os movimentos sociais da época fizeram forte mobilização para tentar minimizar as violações de direito que sofreram aqueles camponeses. Esses movimentos conseguiram proibir o uso de dinamites na construção do açude e aumentar os valores das indenizações através da visibilidade do conflito.

Ao contrário do Thomaz Osterne, o Açude Atalho, concluído em 1991, entre os municípios de Jati e Brejo Santo, no leito do Riacho dos Porcos, trouxe grande benefício para inúmeras comunidades camponesas que viviam nas margens do Riacho dos Porcos, à jusante do açude. Os camponeses que, após a construção do açude, puderam fazer uso de suas águas, livraram-se das frequentes enchentes dos rios. Para a camponesa Dorinha (2020, informação verbal, sic): “Antes do Atalho dava enchente grande nesse rio, foi no dia 29 de abril de 1979, aquilo não foi enchente não foi um dilúvio”. Seu Antônio (2020, informação verbal, sic) complementa sua vizinha e explica como sobreviveu à tragédia:

Morreu três pessoas, eu escapei numa árvore em cima de um chapadão. Rapaz lá onde eu morava a água foi da altura desse poste aqui, teve vaca que apareceu três léguas depois, a chuva começou seis horas e onze horas chegou a enchente [...] O criatório se acabou a metade, a lavoura acabou, o governo ajudou com uma feirinha, eu tinha a roça nos alto e ainda tirei o legume.

Figura 1 – Açude Thomaz Osterne, Cariri cearense.



Fonte: Foto do autor (2020).

Enquanto novas atividades eram introduzidas a partir dos açudes e projetos de irrigação, a produção tradicional, especialmente a agroindústria canavieira, entrava em crise. A partir da segunda metade do século XX, os velhos engenhos rapadureiros são abandonados. Como resultado tem-se mudanças na organização socioespacial que se estruturava com um grande número de trabalhadores agregados residindo nos domínios do engenho, onde praticavam uma agricultura de subsistência, processo que também resultou em uma forte tendência de fragmentação das propriedades agrícolas do Cariri. Esse processo foi observado por Petrone (1955) em análise sobre a questão rural e confirmado por Silva (2015) em pesquisa sobre a estrutura fundiária caririense.

Essas transformações territoriais foram impulsionadas pelo Estado que projetou o Cariri como uma das microrregiões¹¹⁴ prioritárias para a modernização da indústria canavieira. Com a instalação de uma grande usina de açúcar, a Usina Manoel Costa Filho, inaugurada em 1976 no município de Barbalha, novas contradições se deslocaram para a região. Além de comprar terras, a usina passou a arrendar propriedades menores, expandindo-se territorialmente com forte aceleração no processo de concentração da terra. A nova forma de cultivar assumiu moldes empresariais, refletindo em uma tendência de penetração do capital no campo que acelerou o processo de industrialização do meio rural (BRITO, 1985).

¹¹⁴Deflagrada em 1973, a crise mundial de energia exigiu do governo brasileiro novas estratégias no direcionamento da política energética. Nesse contexto, em 1975 criou-se o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). No Ceará, o governo esforçou-se para promover o desenvolvimento da agroindústria, selecionando, através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), 10 microrregiões prioritárias para o desenvolvimento da política, dentre as quais destaca-se o Cariri.

A expansão da área cultivada ocorreu mesmo nos locais mais distantes da usina, como em Mauriti e Brejo Santo, mas que eram beneficiadas por estarem situados ao longo da BR 116. Para agilizar o transporte da cana que a usina comprava dos produtores, o Estado abriu novas estradas, recuperou trechos vicinais, pavimentou a CE 223 (Barbalha – Jardim), a CE 55 (Crato – Farias Brito), a CE 275 (Crato – Nova Olinda) e duplicou a CE 096 (Crato – Juazeiro do Norte). Além da infraestrutura rodoviária, que facilitava o negócio com os fornecedores, o Estado também garantiu um fortalecimento do setor financeiro com instrumentos de crédito e estímulos fiscais e investimentos em pesquisa.

Com a usina, foi crescente a substituição de culturas alimentares pela cana-de-açúcar, aumentando a inserção dos agricultores familiares com o mercado. Brito (1997, p. 97), referindo-se à inserção dos produtores de cana com o capital comercial, afirma que:

[...] o capital comercial conserva relações e formas de produção não especificamente capitalistas como meio de manter sua dominação, já que não segue a lógica capitalista, que busca na produção extrair e apropriar-se do excedente, a fim de atingir uma constante ampliação do capital.

Ao se beneficiar das especificidades da produção, esse movimento mostra uma contradição que é própria do desenvolvimento capitalista: além de não conseguir resolver suas próprias contradições, aprofunda as já existentes.

Com a redução da produção no fim dos anos de 1980 e uma grave crise na produção na década de 1990, as atividades da usina foram paralisadas em 2003 devido à instabilidade no fornecimento da matéria-prima que já era dependente da produção de terceiros. Dez anos depois, em 2013, o Governo do Estado do Ceará, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará (ADECE), arrematou em leilão as instalações e terreno da usina com o objetivo de fomentar a recuperação do setor.

A tentativa governamental não obteve sucesso porque a cultura de banana, que passou a substituir a cana-de-açúcar desde a década de 1990, lograva êxito especialmente nos municípios que detinham a maior produção de cana-de-açúcar, Missão Velha e Barbalha. Com um processo de modernização, a bananicultura comercial irrigada consolidou-se a partir da bancarrota da agroindústria canavieira. Campos (2019, p. 32) observou esse fenômeno em seu estudo:

O ano de 1996 aparece como um marco para os municípios de Barbalha e Missão Velha, uma vez que, do ano de 1995 para 1996 ambos tiveram aumentos significativos em relação à porção territorial cultivada com bananeira. A primeira saltou de 110 (ha) para 250 (ha), já a segundo de 56 (ha)

para os 147 (ha), as duas juntas tiveram um aumento da ordem de aproximadamente 150% em um ano.

A expansão do setor é favorecida pela quantidade de água subterrânea que vem sendo explorada através de poços profundos. Com a possível finalização de grandes obras hídricas, como a Transposição do Rio São Francisco e o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), o setor pode expandir ainda mais sua área plantada, tendo em vista que os aquíferos já apresentam sinais de exaustão. No próximo capítulo, discute-se um pouco mais sobre a expansão do agronegócio na região do Cariri cearense como resultado do ciclo político e econômico que se instalou no Ceará, o chamado “Governos das Mudanças”.

3 A NOVA GESTÃO HÍDRICA SOB OS AJUSTES DO MODELO NEOLIBERAL NO TERRITÓRIO CEARENSE

A partir deste capítulo será analisada a fase atual do capitalismo sob o signo do neoliberalismo, enfocando o processo que busca formas possíveis de mercadorização e privatização da natureza por grandes corporações sob a mediação do Estado. Como se estivesse em um caminho linear, as forças do capital, como uma herança de um passado que permanece no presente e seguindo um movimento que teve início com a invasão, depois pela expropriação e apropriação, agora concentram suas energias na mercadorização e privatização dos bens comuns sem que os processos anteriores tenham cessado.

O marco temporal para as discussões das próximas páginas é o final dos anos de 1980, tendo como fato importante a eleição de Tasso Jereissati para o cargo de Governador do Estado. A partir disso, o que se viu nos governos subsequentes foi um conjunto de discursos e práticas que incorporou o semiárido cearense em uma posição importante na valorização do capital por meio de uma produção agrícola empresarial em regiões estratégicas do estado, especialmente nas áreas com projetos de irrigação, grandes obras hídricas e outras infraestruturas como transporte e comunicação.

Esse novo momento político, autodenominado “Os Governos das Mudanças”, produziu uma forte carga ideológica que penetrou no imaginário social, não havendo grandes questionamentos sobre os riscos socioambientais dessa nova forma de produção em um ambiente inadequado para atividades altamente demandantes de água. É verdade que “os mudancistas” quebraram parcialmente o domínio da velha oligarquia agrária que controlava o Estado. No entanto, o coroamento desse projeto burguês cearense expressou-se, como sugere Castro (2010), com uma aliança moderna/tradicional protagonizada por novos sujeitos com velhas estratégias políticas pactuadas com velhos sujeitos com novas estratégias.

Nessa perspectiva, a questão norteadora deste capítulo é compreender como a chamada moderna gestão de recursos hídricos do Ceará, fruto desses governos, tenciona o espaço agrário cearense criando espaços seletivos para atender a expansão extrativa do capital. Busca-se entender como o Estado, sob o discurso da segurança hídrica, foi aparelhando a máquina pública com um conjunto de estruturas hídricas que serviram para favorecer determinados setores econômicos como o agronegócio.

Para melhor compreender esse processo, faz-se necessário destacar a forma subordinada com que o Brasil se inseriu no projeto neoliberal consolidado na década de 1990. Para tanto, o Estado direcionou-se cada vez mais para garantir os interesses das grandes corporações que estavam atreladas ao capital financeiro. As transformações das formas políticas estatais, no que se refere à lógica privada de reprodução do capital em detrimento do público, seguiu firme nas primeiras décadas do século seguinte e nem mesmo a onda progressista que governou a América Latina conseguiu desestabilizar essa lógica.

Assim, o papel dos Estados, nos últimos anos, tem sido o de preservar um quadro institucional, estruturando funções jurídicas, políticas e militares para que esse processo seja mantido. Hoje vivencia-se, por assim dizer, a transformação de bens naturais como água em recursos de investimento do capital financeiro que estão cada vez mais sendo convertidos à apropriação privada. No campo, a face mais visível desse processo manifesta-se através do agronegócio, cuja potência se consolida com o controle das terras e das águas por meio de concessões, financiamentos, isenções, criação de leis e normas e construção de grandes infraestruturas.

No caso cearense, esse processo tem beneficiado uma parcela restrita do empresariado que desfruta das benesses do Estado por intermédio de um conjunto de políticas agrícolas associadas à gestão hídrica. Para o Estado neoliberal, a compulsão por números “fictícios” do aumento do PIB depara-se, paradoxalmente, com danos e prejuízos socioambientais incalculáveis. Tais contradições geram um novo ciclo de conflitualidade que se revela na restrição do direito universal de acesso à água e de uma série de violações de direitos territoriais das comunidades camponesas e tradicionais que são sujeitas às determinações desumanizadoras.

Dessa forma, procura-se, ao longo deste capítulo, identificar as estratégias da gestão de recursos hídricos do Ceará e a inserção dos novos territórios nos eixos de desenvolvimento do capital. Mostra-se como a dinâmica dos conflitos hidroterritoriais expande-se em todo o estado indicando os locais de sua territorialização e quais as suas tipologias. Seguem-se ainda os caminhos do capital que persegue os caminhos das águas, deixando uma série de conflitos na medida em que o Estado consolida o seu planejamento hidroterritorial de cercamento e vigília permanente das águas.

Nessa trama complexa do Estado e do capital na espoliação da natureza, faz-se necessário enxergar os sujeitos sociais do campo em sua historicidade territorial, descobrir quem são os agentes geradores dos conflitos, quem são aqueles que regulam e aqueles que

iniciam os conflitos. Reflete-se, além disso, sobre as principais consequências socioambientais da incorporação da natureza na esfera da acumulação capitalista e quais as principais agendas de resistências que os povos do campo, das florestas e das águas vêm construindo contra a apropriação privada da água.

Entre as várias regiões do estado do Ceará, é possível perceber diferentes temporalidades dos conflitos e isto depende da relação de cada território na reprodução do capital. Na região do Vale do Jaguaribe, por exemplo, os conflitos estão em fase de maturação devido à reestruturação territorial promovida desde o período desenvolvimentista para a expansão do agronegócio, especialmente da fruticultura irrigada e da carcinicultura. É uma região para a qual convergem as principais obras hídricas do estado e importantes polos regionais de irrigação.

Já no Cariri, os conflitos são latentes tanto pela construção das duas principais obras hídricas do Estado, o PISF e o CAC, como pela expansão da produção da agricultura irrigada, especialmente com a introdução da bananicultura e a chegada de empresas do agronegócio no ramo. Outros problemas oriundos da indústria do turismo nas águas das fontes da Chapada do Araripe e da consequente degradação no ambiente de encosta da chapada também têm aumentado os conflitos.

Eis o desafio do período histórico que as populações do campo no Cariri cearense se defrontam. Os negócios da água ampliam-se com sofisticadas formas de controle indireto, através de ordenamentos jurídicos ou pelo seu aprisionamento em canais e barragens das águas superficiais ou do sequestro direto das águas subterrâneas. De todo modo, o cenário indica a ampliação do quadro de excluídos hídricos, de um lado, e a construção de uma agenda de lutas e resistências em torno da água como bem comum e direito humano, de outro lado.

3.1 O projeto dos “mudancistas”

Durante muito tempo, o Ceará, localizado na periferia do sistema capitalista, foi concebido como um espaço de reserva para a acumulação capitalista. Os grandes latifundiários/coronéis, que centraram suas atividades no cultivo do algodão e na pecuária extensiva, usaram o artifício da seca como um elemento importante para a sustentação de um discurso que asseguravam uma contínua intervenção do Estado em favor dos seus próprios interesses.

Muito embora, esses discursos e práticas não tenham, ainda hoje, desvinculado-se da imagem do semiárido, a política neoliberal empurrou o Ceará para uma abertura face às fronteiras da globalização. A escassez de água, apesar de ainda ser usada como justificativa para problemas de ordem econômica e social, vem acompanhada de um novo discurso que supostamente levaria desenvolvimento para o estado a partir da escolha de uma nova plataforma de desenvolvimento com o avanço do agronegócio no campo.

O clima propício para a produção de frutas tropicais, agora facilitado com grandes obras de infraestrutura hídrica, tem transformado o semiárido em uma “nova Califórnia”, segundo observação de Castro (2001). Os responsáveis pela construção identitária desse novo semiárido nordestino são os próprios atores regionais formados tanto pela velha elite política, com incrível poder de assimilação e reprodução, como por um restrito grupo do meio empresarial e da administração pública.

Nesse emaranhado confronto/encontro do espaço político e econômico, onde formas tradicionais misturam-se com estratégias modernas da organização produtiva, a água continua sendo utilizada como recurso ideológico, revelando a participação de novos sujeitos com velhas estratégias ou velhos sujeitos com novas estratégias. É a fórmula de pequenas mudanças para manter as coisas como estão. Em outras palavras, como alerta Martins (1999), no seu livro “O poder do atraso”, a força do conservadorismo que se expressa na política não é imobilista, é ativa e transformadora.

Com o colapso das culturas de cana-de-açúcar nas serras e zonas úmidas e algodão no semiárido, a reprodução das lideranças tradicionais foi afetada em toda a sua rede de dependência que se articulava em torno de camponeses, pequenos proprietários, usineiros, parceiros, corretores e agentes. Assim, as mudanças foram operadas com a introdução de novos projetos políticos e econômicos que foram desenvolvidos em favor da modernização e intensificação das relações capitalistas no campo.

Tudo caminhava para o desfecho óbvio de que o fechamento de um ciclo de poder dominado pelos coronéis/latifundiários seria substituído por novos agentes políticos afinados com o discurso da economia neoliberal que ganhava holofotes no final da década de 80. É verdade que a velha oligarquia agrária cearense perdeu sua base de apoio com a quebra parcial da hegemonia de grupos familiares tradicionais, como os Bezerra no Cariri. Entretanto, não seria coerente afirmar que o projeto moderno foi uma exclusividade do novo ciclo político, pois a face urbana e moderna dos antigos coronéis estava presente em suas gestões nas décadas de

1970 e 1980. Paradoxalmente, os comportamentos no novo ciclo não eram diferentes dos antigos proprietários de terra.

De qualquer modo, o predomínio da narrativa afirmava que as forças modernas do novo ciclo político contra as forças do atraso, além de renovar o quadro político, levaria o desenvolvimento para o Ceará. Lemenhe (1995) interpreta que esse processo da renovação do quadro político, operado no campo simbólico, representou o coroamento de um projeto burguês, ou seja, foi a revolução burguesa no Ceará chegando no final do século XX.

O projeto mudancista se consolidou no campo com a chegada de grandes empresas do agronegócio e da mineração em uma conjuntura nacional de reprimarização da economia. Para as populações do campo, a face mais visível do capital no campo imposta pelas políticas neoliberais¹¹⁵ ocorreu com a tendência de aumento do controle das águas e das terras através do fetiche do mercado com a imposição de direitos de propriedade sobre os elementos vitais da natureza que deixaram de ser um bem livre para entrar na esfera da valorização.

Com um papel fundamental do Estado, estruturando territórios cuidadosamente selecionados, especialmente aqueles com grandes obras de infraestruturas e projetos públicos de irrigação em espaços de reprodução e expansão do capital, as políticas foram direcionadas para a territorialização das empresas nacionais e multinacionais que atuam no setor. Embora alguns desses territórios selecionados estejam inseridos na área de semiaridez¹¹⁶, apresentando-se como áreas afetadas pelo problema da desertificação, naquele momento, o projeto dos mudancistas foi forjado sem grandes questionamentos, sobretudo pelos setores tidos como progressistas do meio político e da sociedade civil.

O movimento de territorialização de um novo modelo agrícola evidenciou uma inserção mais intensa entre o público e o privado, rebatendo, entre outras coisas, na abertura do mercado de terras e estrangeirização das riquezas naturais, assim como o debate em torno da privatização da água. Aos poucos, o espaço agrário cearense tornou-se um espaço de intervenção continuada do Estado a partir de ações que reproduziam a racionalidade (neo)desenvolvimentista que dialogava com as tendências mais contemporâneas da expansão do capital.

Com os mudancistas¹¹⁷, ainda na década de 1990, o Ceará já estava preparado, antes de outros estados nordestinos, para fortalecer o seu espaço agrário como um verdadeiro laboratório

¹¹⁵O PSDB foi um dos principais partidos políticos para implementar o projeto neoliberal no Brasil. No Ceará, em 1990, Ciro Gomes foi eleito governador pelo partido em substituição a Tasso Jereissati, o único estado a conseguir esse feito na época, além de eleger membros do legislativo estadual e vários deputados federais. Na mesma época, Tasso Jereissati alçou à presidência do partido.

¹¹⁶92% do território cearense está inserido na zona semiárida.

¹¹⁷Em 1991, Tasso Jereissati entrega o comando do executivo estadual para o seu indicado, Ciro Gomes, retornando ao cargo em 1995, sendo reeleito para o mandato de 1999 - 2002.

das políticas neoliberais, orientadas por agências financeiras globais ou empresas multinacionais (BRITO, 2016). A criação da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, cinco anos antes da lei federal, transformou o Ceará em um modelo em ações estruturais e não estruturais nas políticas de gestão hídrica.

No Quadro 3, é possível identificar a relação entre a política hídrica e as políticas agrícolas implantadas a partir dos “Governos das Mudanças”. É notável que, após a criação de leis e normas nos dois primeiros mandatos dos “mudancistas”, há um conjunto de programas financiados por organismos multilaterais e obras de infraestrutura em todas as regiões do estado. Já no segundo mandato de Tasso Jereissati, de 1995 até 2002, momento em que a ideia de mudança perdia força, foram concluídos seis grandes açudes, incluindo o Castanhão, o maior açude para usos múltiplos da América Latina.

Quadro 3 – Políticas territoriais hídricas a partir dos “Governos das Mudanças”.

GESTÃO	ÓRGÃO CRIADO	OBRA	PROGRAMA
Tasso Jereissati (1987 – 1990)	Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Lei nº 11.306, de 01 de abril de 1987	Primeira etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, 1987	-
	Supeintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA) Lei nº 11.380, de 15 de dezembro de 1987	Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, 1989	-
	Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLANERH) de 1988 a 1991	Açude Edson Queiroz (Serrote): Santa Quitéria, 1987, 254 milhões de m ³	-
Ciro Gomes (1991 – 1994)	Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992	Canal do Trabalhador: Itaiçaba e Pacajús, 1993, 102 km	1993/1994 – 2003: financiamento do Banco Mundial para o Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (PROURB-RH)
	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993	Açude Pacajus: Pacajus, 1993, 240 milhões de m ³	-
	Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNERH) Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992	Açude Atalho: Jati e Brejo Santo, 1991, 108 milhões de m ³	-
	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH Lei nº 11.196 de 24 de junho de 1992	-	-
Tasso Jereissati (1995 – 2002)	-	Açude Castanhão: Alto Santo, 2003, 6,7 bilhões de m ³	1997 – 2002: Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH)
	-	Açude Roberto Costa (Trussu): Iguatu, 1996, 301 milhões de m ³	2000 – 2008: Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH II)
	-	Canal Pirangi – Lagoa do Uruaú: Beberibe, 2001, 12 km	2001 - 2009: Programa de Desenvolvimento Hidroambiental do Ceará (PRODHAM)
	-	Açude Fogareiro (Antônio Ferreira): Quixeramobim, 1996, 118 milhões de m ³	-
	-	Açude Aracoiaba: Aracoiaba, 2002, 170 milhões de m ³	-
	-	Açude Flor do Campo: Novo Oriente, 1999, 111 milhões de m ³	-
	-	Açude Sítio Novos: Caucaia, 1999, 126 milhões de m ³	-
	-	Canal Sítio Novos – Pecém: Caucaia, 2001, 24 km	-
Lúcio Alcântara (2003-2006)	-	Canal Fogareiro – Pirabibu: Quixeramobim, 2005, 10,54km	2005: Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLANERH)
	-	Açude Arneiroz II: Arneiroz, 2005, 197 milhões de m ³	-
	-	Eixão Trecho I: Jaguaribara, Alto Santo e Morada Nova, 2004, 53,6km	-

GESTÃO	ÓRGÃO CRIADO	OBRA	PROGRAMA
Cid Gomes (2007- 2014)	Criação do Comitê Integrado de Combate à Seca – Decreto nº 30.909, de 02 de maio de 2012	Canal Orós – Feiticeiro: Orós e Jaguaribe, 2008, 18,27 km	2007- 2009: Elaboração do Pacto das Águas, conduzido pela Assembleia Legislativa do Ceará
	-	Açude Taquara: Cariré, 2012, 274 milhões de m ³	2009 – 2012: Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH – Adicional)
	-	Eixão Trecho II: Morada Nova e Russas, 2008, 49,19km	-
	-	Eixão Trecho III: Morada Nova, Russas, Ocara e Cascavel, 2009, 66,3km	-
	-	Eixão Trecho IV: Cascavel, Pacajus, Horizonte, Itaitinga e Pacatuba, 2012, 32,81km	-
	-	Eixão Trecho V: Pacatuba, Maracanaú, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, 2013, 57,6km	-
	-	Açude Figueiredo: Iracema, 2013, 519 milhões de m ³	-
Camilo Santana (2015 – em exercício)	-	-	2015 – Plano de Convivência com a Seca
	-	-	2015 – Criação do Grupo de Contingência da Seca, coordenado pelo Secretário de Recursos Hídricos, com representação de Cagece, Cogerh, Sohidra, Funceme, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil

Fonte: Elaborado pelo autor (2019) com dados da Cogerh (CEARÁ, 2019).

Observado no seu conjunto, o Quadro 3 mostra três fases distintas que se complementam: a primeira composta pelos dois primeiros mandatos de Tasso e Ciro, momento em que foi priorizada a estruturação da política hídrica com a criação de órgãos e leis. A segunda fase vai desde o segundo mandato de Tasso, em 1995, ao último de Cid Gomes, em 2014, marcado por construções de grandes obras e importantes programas de financiamento. A terceira fase começa com a eleição de Camilo Santana, em 2015, que foi obrigado a desenvolver ações no paradigma de convivência com o semiárido, embora guardando traços do período anterior.

O projeto dos “mudancistas” transformou-se em um projeto de Estado e, apesar de diferentes espectros políticos, indo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao Partido dos Trabalhadores (PT), a lógica de oferta de água através de grandes obras de

infraestrutura, com capacidade cada vez maior, foi crescente. Foram construídos 10 canais de integração de bacias e 12 açudes com capacidade superior a 100 milhões de metros cúbicos¹¹⁸.

O ciclo petista no comando do Governo Federal coincidiu com o domínio dos Ferreira Gomes no executivo cearense: Cid Gomes eleito governador para o mandato 2007 – 2014 e Ciro Gomes nomeado ministro da integração exercendo forte influência em Brasília. Foi o período do chamado *boom das commodities* com a introdução da nova Política de Irrigação, Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que passou a incorporar lotes empresariais nos projetos de perímetros irrigados. A essa altura, já era hegemônico o discurso do Banco Mundial (2004) que o sucesso dos projetos de irrigação dependia, em grande medida, da participação empresarial devido à sua ligação com o mercado e com toda a cadeia produtiva do agronegócio.

Os relatórios de diagnóstico do Banco Mundial (2004) sugerem abertamente que as intervenções priorizem o agronegócio em detrimento da agricultura de base camponesa. A justificativa do banco para essas intervenções sustenta-se na ideia de que a colonização de agricultores descapitalizados para produzirem nos perímetros públicos irrigados teriam se constituído em grandes fracassos econômicos.

Não é necessário muito esforço para desconfiar das intenções do Banco Mundial, sabendo que o perfil da instituição multilateral, desde a sua origem, teve um papel relevante na expansão do capital internacional, especialmente nos países periféricos. Gómez (2006) e Scantimburgo (2013) fizeram análises minuciosas sobre os relatórios do Banco Mundial¹¹⁹ e sua poderosa influência no enquadramento das políticas públicas de países como o Brasil. Em geral, condicionam-se os Estados em modelos globais que apresentam o mercado como único regulador das políticas públicas.

Com a nova Lei de Irrigação, o Estado brasileiro esforçou-se para ampliar ainda mais a competitividade do agronegócio brasileiro. Concomitante à nova lei, o Governo Federal lançou a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) com meta para o investimento na ordem de R\$ 6,9 bilhões para a expansão de perímetros irrigados já existentes e instalação de mais 200.000 hectares em novas áreas dos perímetros (FREITAS, 2018). Ressalte-se que o período de franca expansão desse modelo foi no comando do chamado ciclo progressista, ou seja, nem mesmo os governos progressistas foram capazes de propor receitas fora da agenda neoliberal.

¹¹⁸No total são 24 açudes com capacidade superior a 100 milhões de metros cúbicos. Metade deles foram construídos após o ciclo mudancista, o que demonstra que a política de açudagem não foi superada associando-se às obras de integração de bacia.

¹¹⁹É claro que ao longo das décadas ocorreram mudanças em suas abordagens, mas a essência é a mesma – a diferença é a captura de alguns temas que ele próprio ocultou ou negou como a justiça social e a questão ambiental.

No Ceará, Camilo Santana, eleito governador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2015, antes de qualquer crítica aos mudancistas, manteve-se à frente do projeto iniciado por seus antecessores. Embora não tenha implantado grandes obras em sua gestão, ele tem o desafio de inaugurar os dois maiores eixos de integração de bacias do estado do Ceará: o PISF e o CAC. Em sua campanha para reeleição, em 2018, com uma ampla coligação, curiosamente sob o slogan “Para o Ceará Seguir Mudando”, Camilo Santana destacou que é prioridade de sua gestão concluir as duas obras.

Enquanto a geopolítica do capital avançava no processo de financeirização dos bens comuns, transformando a água em ativo financeiro, o grupo político hegemônico no Ceará promovia um conjunto de mudanças no espaço agrário, tendo como principal aliado a política de gestão hídrica. Essa agenda administrativa proporcionou largos investimentos em infraestruturas hídricas para diversos setores produtivos alinhados ao capital internacional, fundamentando-se na eficiência técnica e priorizando o armazenamento de água nessas grandes infraestruturas (SABOYA, 2015).

Com mais de três décadas de domínio político em parceria com organismos multilaterais, a agenda neoliberal cearense tem sido um laboratório no que refere à financeirização da água, considerada a última fronteira do processo de privatização. No entanto, a metamorfose do bem comum para recurso hídrico, administração condizente com a receita neoliberal em acordo com os interesses dos detentores de capitais e fundos de investimentos, vem determinando a perda de autonomia dos territórios e dos direitos dos cidadãos, conforme se verá mais adiante.

Importa sublinhar que as bases da política hídrica foram lançadas em 1979 sob o comando do “Coronel” Virgílio Távora, com a realização de um Seminário organizado pela Assessoria de Recursos Hídricos do Governo do Estado. O resultado do evento desdobrou-se com a ideia de criação de um Conselho Estadual de Recursos Hídricos e elaboração de um Plano Estadual de Recursos Hídricos, materializado em 1983 (Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CRH/CE, Lei nº 10.840). No mesmo ano foi criado o Plano Diretor de Recursos Hídricos (Plano Zero de Recursos Hídricos) (PINHEIRO, 2002).

Sem a constituição de um diálogo entre “coronéis/burgueses-mudancistas”, a moderna gestão hídrica estadual dificilmente seria construída nesses moldes e o Ceará provavelmente não seria hoje considerado como um importante fornecedor de *commodities* para o mercado internacional. Sem o papel decisivo do Estado através das obras de infraestrutura, criação e reformulações de leis e normas, o êxito do agronegócio não seria possível.

O estudo de Gómez (2006) é significativo na análise dessa processualidade entre capitalismo financeiro e natureza mediada pelo Estado. O autor lembra o ano de 1994, quando, sob o lema de “mais mercado, menos Estado”, o Banco Mundial publica o relatório nº 11783-BR (*Brasil: the management of agriculture, rural development and natural resources*), cujo objetivo era avaliar os convênios que o Banco vinha mantendo com os governos anteriores àquele ano. O relatório¹²⁰ também fazia um diagnóstico dos projetos executados até então e lançava um conjunto de recomendações que visavam a reformulação da política agrária brasileira.

O enfoque do Banco direcionava o setor empresarial como um elemento dinamizador do campo com orientação para que os pequenos e médios agricultores fossem integrados ao mercado. A criação da categoria “agricultor familiar” teve como objetivo promover essas transformações no campo, aprofundando as relações capitalistas no seio do campesinato. Modernizar as atividades produtivas com uso de tecnologia foram as justificativas discursivas do Banco¹²¹ para combater a desigualdade e a pobreza que vigoravam nos espaços rurais, sobretudo em regiões periféricas como o semiárido.

De uma só vez, eram estimuladas a integração ao mercado capitalista e a desmobilização da luta camponesa, a exemplo do programa Banco da Terra, criado em 1998 e operacionalizado no ano seguinte com a instituição do programa de Reforma Agrária de Mercado. Sua origem foi o projeto Cédula da Terra, com maior expressão no Ceará através da experiência piloto estabelecida pela Lei nº 12.614, de 12 de agosto de 1996, a partir da criação do Fundo Rotativo de Terras destinado a estimular as ações dessa política (OLIVEIRA, 2006).

A apropriação privada capitalista da terra pelo capital financeiro, legitimada pelo Estado, era executada sob o discurso de uma humanização do Banco Mundial, quando, na verdade, consagrava a permanência de um desenvolvimento territorial contraditório e combinado com soluções parciais e focalistas. Como a relação entre terra e água é intrínseca, a subordinação da água ao capital seguiu a mesma lógica da terra com um conjunto de programas que foi desenvolvido com recurso direto do BIRD, como o PROURB, de 1993, que adquiriu empréstimos da ordem de US\$ 140 milhões; o PROGERIRH I e II, entre os anos de 2000 e 2011

¹²⁰Enquanto o relatório de 2004 considerava fracassadas as iniciativas dos agricultores familiares descapitalizados, aqui pretende-se integrá-los ao mercado.

¹²¹Gómez (2006), em análise à categoria de desenvolvimento, mostra que o Banco Mundial foi mudando as proposições políticas conforme a conjuntura se alterava: nos anos de 1940, os projetos giravam em torno da capitalização rápida; nos anos de 1970, predominou a satisfação das necessidades sociais básicas; na década de 1980, era o ajuste estrutural; em 1990, a ênfase do Banco era sobre o tema da pobreza.

com empréstimos de U\$ 136 milhões; e o PROÁGUA, que vigorou entre 1998 e 2009, com aquisição de U\$ 500 milhões junto ao BIRD.

Tasso Jereissati foi um fervoroso defensor das parcerias do Estado com o Banco Mundial como meio estratégico para solucionar a crise hídrica. De acordo com documentos do Banco Mundial (1999, p. 5 *apud* SILVA *et al.*, 2010, p. 13), diversas declarações do então governador evidenciam essa direção de posicionamento:

[...] Atualmente, o preenchimento do espaço entre teoria e prática constitui-se no maior desafio, embora já se possa citar alguns exemplos de como a qualidade de vida de populações melhorou devido ao melhor gerenciamento dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento. [...] O Banco vem ajudando o Brasil nesse processo de transformação através do fornecimento de assistência técnica e diretrizes sobre a experiência internacional em assuntos relacionados ao uso da água, bem como da aprovação de empréstimos para a implantação de infra-estrutura hídrica via projetos que podem ser de fato sustentáveis. [...] As operações do Banco Mundial no Brasil tiveram como base o conhecimento sólido das peculiaridades brasileiras para uma gestão adequada da água como recurso natural e nas dificuldades enfrentadas pelo setor de saneamento. Acredito que a descentralização da Diretoria do Brasil de Washington para Brasília, tem sido de fundamental importância para proporcionar ao Banco um melhor entendimento das realidades socioeconômicas e da heterogeneidade existentes no Brasil, bem como sobre as nuances dos processos políticos. Dadas essas circunstâncias, não é de surpreender que na maioria das iniciativas de recursos hídricos onde há progresso real, como por exemplo na minha terra natal, o Estado do Ceará, o Banco Mundial vem continuamente oferecendo apoio e sendo um grande parceiro na luta contra o subdesenvolvimento na região semi-árida.

O depoimento de Tasso Jereissati destaca o papel da assistência técnica e dos empréstimos concedidos. É contundente a sua insistência quanto à imprescindibilidade das ações do Banco nas questões hídricas nacionais. Não é por acaso a sua defesa do aumento da participação privada na gestão hídrica do Ceará, um dos primeiros estados a introduzir uma política de cobrança pelo uso da água bruta, antecedendo, inclusive, a criação dos comitês de bacias hidrográficas.

Com financiamento de programas, alteração e criação de leis e normas além da infraestrutura hídrica já instalada, o Estado tornou-se o principal agente indutor das atividades produtivas que fossem interessantes para o mercado internacional, como é o caso da fruticultura irrigada que passou a ser um dos principais setores econômicos a usufruir da estrutura estatal para atendimento da elevada demanda hídrica. Cavalcante (2019), analisando as ações do Estado para o agronegócio, conclui que, em diferentes períodos históricos e conjunturas políticas, o Estado atua como construtor, planejador, executor, gestor e financiador.

Foi marcante o papel do Estado, desde o final do século XIX, na construção dos grandes equipamentos para estocar água seguida por ações de planejamento a partir da segunda metade do século XX, especialmente com órgãos como a Sudene. Confunde-se também nesses momentos um Estado gestor conformando práticas, como, por exemplo, a criação, instalação e gestão de perímetros públicos irrigados com o assentamento de pequenos produtores descapitalizados. Via de regra, com o entrelaçamento cada vez mais forte entre o público e o privado, o Estado pode ser tudo isso ao mesmo tempo, muito embora, em determinadas situações, uma ação pode ser priorizada.

De qualquer modo, essas estratégias consolidaram a territorialização do agronegócio que se expandiu no espaço agrário cearense em áreas onde a oferta de água e terra fértil eram favoráveis. Logo, uma concentração de obras hídricas foi construída em espaços seletivos para atender a expansão extrativa do capital. Para dar fluidez às mercadorias produzidas, foram construídas e melhoradas estradas, portos, aeroportos, infovias, fontes de energias e modernas obras de infraestruturas como as transposições de bacias.

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado no Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no município de São Gonçalo do Amarante, é um dos exemplos das infraestruturas criadas para atender a demanda do agronegócio. Entre as principais estruturas do CIPP, o Porto do Pecém é um dos mais modernos de país que passou a exportar as frutas produzidas no Ceará e de outros estados do Nordeste e, por isso, é conhecido como o porto das frutas.

Em relação a normas e leis, com a institucionalização da PERH, logo foi criada a Secretaria de Agricultura Irrigada (Seagri)¹²², em 1999. Com o objetivo de integrar o território cearense ao agronegócio, a Seagri criou o Programa Cearense de Agricultura Irrigada (Proceagri), em 2000, priorizando a localização de áreas com potencial hidroagrícola dotadas de sistemas técnicos que favorecessem a expansão do setor. As ações compartilhadas com o Instituto Agropolos do Ceará, criado em 2002, tiveram como objetivo incentivar o agronegócio a partir da seleção de polos regionais chamados de Agropolos.

O Agropolos criou oito áreas para desenvolver suas ações: Polo Ibiapaba, Polo Baixo Acaraú, Polo Metropolitano, Polo Baixo Jaguaribe, Polo Centro Sul, Polo Cariri – com 21 unidades territoriais distribuídas pelo estado. A estratégia de “desenvolvimento territorial” objetiva fortalecer as cadeias produtivas da agricultura familiar e do agronegócio, promovendo

¹²²A Seagri foi extinta e, em seu lugar, criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) voltada exclusivamente para a agricultura familiar, enquanto a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece) é direcionada para o agronegócio.

assistência técnica para os agricultores e empresários, ações de beneficiamento dos produtos, fortalecimento de políticas públicas de comercialização, entre outras¹²³.

Frutas tropicais como o melão, a banana e a melancia, entre outras, foram escolhidas para impulsionar o agronegócio cearense. Uma das ações estratégicas foi o Programa Caminhos de Israel, criado com o objetivo de modernizar a produção, inserindo os agricultores familiares nos diversos elos da cadeia produtiva. Não demorou para que a cadeia produtiva de frutas, tanto a montante como a jusante, fosse preenchida por inúmeras empresas nacionais e multinacionais na produção de sementes, máquinas, implementos, fertilizantes e “defensivos”.

Existe ainda a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), criada em 2007 com o objetivo de articular o agronegócio com outros setores da economia, incorporando segmentos do comércio, indústria, serviço, energia e mineração e fomentando estratégias para atrair e estimular novos negócios, criando condições para determinados setores da economia. Realiza ainda diagnósticos e planos de intervenção nas áreas comerciais, fiscais e de infraestrutura e atualmente conta com 24 câmaras setoriais, 11 delas voltadas ao agronegócio.

O aparelhamento da máquina estatal para favorecer o agronegócio contou com o engajamento de diversos órgãos, muitos deles sendo capturados para a cadeia produtiva do agronegócio, como é o caso da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri), criada em 2004 e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ceará (Sedet), sendo o órgão responsável pela segurança fitossanitária do agronegócio por meio de monitoramento e controle de potenciais pragas que possam afetar a produção. O órgão foi responsável pela certificação de áreas livres de pragas, garantindo padrões fitossanitários exigidos pelo mercado externo.

A boa aceitação das frutas cearenses no mercado internacional tem levado o Estado a buscar novos mercados, como é o caso da China que vem demonstrando interesse de ampliar a exportação. Esse processo conta com o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) que, por meio da concessão de incentivos fiscais, possibilita a atração de novas empresas do agronegócio para o Ceará. No Plano de Negócios e Estratégico 2019 – 2023, a ADECE mostra o seu empenho em atrair grandes empresas para o Ceará.

Em relação ao número total de empresas beneficiadas pelo Governo do Ceará, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, o Monitoramento de 2017, referente ao Exercício 2016, aponta um total de 275 empresas com registro regular das atividades exigidas no ato da celebração do “Termo de Acordo”. A ADECE participou da viabilização de grandes projetos

¹²³INSTITUTO Agropolos do Ceará. Disponível em: <https://www.institutoagropolos.org.br/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

estruturantes para o Estado do Ceará, como a criação da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, a vinda da Companhia Siderúrgica do Pecém, da empresa Angola Cables, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e do Polo Químico de Guaiúba, que já se encontra em construção. Realiza prospecção de empresas em missões e contabiliza mais de 170 participações nos principais eventos em territórios nacional e internacional. Além dos estados brasileiros, a ADECE esteve presente na Alemanha, Portugal, Cabo Verde, Coreia do Sul, Holanda, China, Mongólia, Itália, Líbano, Espanha, Rússia, Canadá e Israel, apresentando o Ceará e suas principais potencialidades e vantagens (CEARÁ, 2019, p. 6).

São ações estatais que promovem um verdadeiro leilão do território cearense que é oferecido às grandes empresas dos países centrais. A venda do Ceará para o mundo é realizada principalmente através de participação em feiras internacionais e grandes eventos. Logo após a apresentação do Ceará aos grandes empresários, o Estado faz o convite para visita *in loco* pagando estadia, alimentação e deslocamento para que conheçam as belezas naturais e vantagens econômicas do Ceará (CAVALCANTE, 2019).

Nesse conjunto de estratégias para atração das grandes empresas cuidadosamente articuladas, o Estado oferece benefícios fiscais como a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para comercialização de frutas, além da não taxaço dos agrotóxicos, mas a principal garantia do Estado para a atração de novas empresas é, sem dúvidas, a segurança hídrica, posto que nenhum investidor abriria mão desse insumo essencial para a produção.

Sobre o tema, em estudo anterior (NOBRE, 2017), detalhou-se a discrepância da tarifa padrão do consumo de água bruta entre os grandes consumidores e o uso doméstico. O Decreto nº 31, de 16 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 18 de abril 2013, por exemplo, estabelece descontos de até 75% para irrigação agrícola, dependendo da categoria e do tamanho do empreendimento. Além de receber apenas valores simbólicos da água consumida pelo setor, o Estado não dispõe de equipamentos de medição e nem fiscalização suficiente para que possa controlar as possíveis ilegalidades e o desperdício da água bruta retirada dos canais públicos.

O problema é que a gestão da oferta não está alinhada com a demanda real de água estocada no território cearense, fazendo com que a promessa de novas infraestruturas hídricas possa suprir a necessidade do que está sendo ofertado. As condições ecológicas também não são consideradas: a seca continua sendo tratada como uma eventualidade e não como uma condição. A última estiagem, por exemplo, ocorrida entre os anos de 2012 e 2017, reduziu o estoque de água dos grandes reservatórios afetando a produção de frutas e a expansão das áreas irrigadas.

Apesar da extensa rede artificial de transferência de água, barramentos e estruturas para estoque já construídas, a promessa vendida como solução definitiva é o CAC e o PISF. Para o secretário executivo do agronegócio cearense, Sílvio Carlos, em matéria no jornal cearense Diário do Nordeste (MESQUITA, 2020), com essas obras, o principal desafio do agronegócio cearense será superado. O Ceará, que tem hoje pelo menos 70 mil hectares irrigados, pode chegar a 300 mil hectares irrigados.

Com essas águas correndo nos canais, estima-se que nem mesmo as novas estiagens que venham ocorrer no futuro podem atrapalhar a produção. Os empresários da fruticultura também fazem muita pressão para aumentar a outorga do Eixo Norte da transposição que é de 30 m³/s, podendo aumentar dependendo do volume da barragem de Sobradinho. Em sua tese sobre o agronegócio na região do Vale do Jaguaribe, Cavalcante (2019, p. 97) demonstra como o controle da água, que deveria ser público, é apropriado privadamente pelo agronegócio:

Desde 2015, o secretário da SRH é Francisco Teixeira – que coincidentemente ou não é irmão do proprietário da Frutacor, uma das maiores empresas da região jaguaribana –, que já ocupou também o cargo de Ministro da Integração Nacional no governo de Dilma Rousseff. Em resumo, quem decide se haverá ou não água para o agronegócio no Baixo Jaguaribe é a SRH/Cogerh, tratando-se de um órgão crucial para o setor. É essa secretaria quem determina a vazão de água que corre pelo rio Jaguaribe, mediante controle das comportas da barragem do açude Castanhão, a montante das áreas de produção de frutas.

Para os empresários do agronegócio, a conclusão dessas duas grandes obras pode representar uma nova condição hídrica para o Ceará, possibilitando a expansão de novas áreas irrigadas e introdução de novos produtos. As atividades agropecuárias, seguindo o sucesso da fruticultura irrigada, vêm se desenvolvendo rapidamente na região do litoral leste, mas dependem da segurança hídrica para que continuem o seu processo de expansão. Um sinal positivo para a produção de camarão e tilápia¹²⁴, por exemplo, foi dado com o Projeto Malha d'Água que servirá ao abastecimento humano, deixando os grandes reservatórios para os empreendimentos econômicos.

De modo geral, o que se observa desde o primeiro mandato dos “Governos das Mudanças” é uma relação intrínseca entre o Estado e o agronegócio. Com um conjunto de políticas econômicas, os mudancistas repaginaram a história da produção agrícola e agrária no estado do Ceará. O discurso hegemônico foi alicerçado a partir da aliança com os grupos tradicionais de comunicação, principalmente o Sistema Verdes Mares que tem controle do

¹²⁴Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET) (2018), o Ceará lidera a produção de camarão, lagostas e pescados no ranking nacional.

jornal Diário do Nordeste e as emissoras de televisão TV Diário e TV Verdes Mares (afiliada da Rede Globo).

A produção de conhecimento e a formação de mão de obra qualificada são fundamentais nesse processo. O ambiente acadêmico foi altamente favorável para a difusão do agronegócio, seja nos cursos de agronomia, especialmente da Universidade Federal do Ceará (UFC), como nos cursos técnicos oferecidos pelos Institutos Federais e Centros de Ensino Técnico (Centec), de onde saem secretários e técnicos que atuam no setor. Na Educação Básica, o Ceará possui 112 escolas estaduais de Educação Profissional¹²⁵ com cursos de Gestão de Agronegócio, Agropecuária, Fruticultura, Floricultura e Aquicultura, oferecendo estágio curricular remunerado pelo Estado.

Como se vê, o poderoso discurso hegemônico do agronegócio cearense penetrou no imaginário social e, por mais contraditório que fosse produzir frutas tropicais no semiárido, esse projeto de Estado foi colocado em prática sem grandes interdições. Num cenário hídrico extremamente inadequado, o agronegócio expandiu-se com maior vigor nos principais vales e/ou em áreas com grandes infraestruturas para estocar água.

Os rios mais importantes de todas as regiões do Ceará estão esquadrihados por grandes perímetros irrigados com produções homogêneas que desconsideram as aptidões naturais e culturais de cada região: o Rio Curú, na região norte do estado com o P. I. Curú Paraibapa; o Rio Banabuiú, na região leste com P. I. Tabuleiro de Russas; no Rio Jaguaribe com o P. I. Jaguaribe – Apodi, além do Rio Salgado na região do Cariri – Centro-Sul com P. I. Icó – Lima Campos.

Apesar dos conflitos e impactos socioambientais, do ponto de vista econômico, o resultado dessas políticas públicas é tido como exitoso e o agronegócio cearense apresenta números expressivos no Produto Interno Bruto (PIB) em comparação com o PIB do Nordeste e do Brasil. Obviamente que nada disso seria alcançado sem a contribuição de uma política hídrica destinada ao setor que cada vez mais oferece água, com inúmeras vantagens¹²⁶, para a atividade. Há, inclusive, possibilidade de expansão, como apontam os próprios dados da

¹²⁵Mais 28 delas estão projetadas.

¹²⁶Segundo a ADECE (CEARÁ, 2019), as vantagens comparativas (naturais) são: localização estratégica (proximidade ao litoral para exportação ao Hemisfério Norte), disponibilidade de terras a baixos preços, disponibilidade de água de irrigação, áreas com microclimas diferenciados, recursos naturais e clima privilegiado. Já as vantagens competitivas (construídas) são: investimentos em infraestrutura, credibilidade e capacidade de pagamento, incentivos fiscais adequados, tradição em atrair investidores e clima de parceria com iniciativa privada.

ADECE (CEARÁ, 2011), segundo os quais, dos 14 perímetros irrigados no estado, há uma estimativa de que mais 200.000 mil hectares¹²⁷ possam ser aproveitados.

De um modo geral, verifica-se no Ceará um ritmo de crescimento superior ao da economia nacional, mesmo no período da crise do capitalismo em 2008 e no período de estiagem entre 2011 e 2016. Segundo a ADECE (CEARÁ, 2019, p. 19), essa tendência de crescimento está relacionada à atração de diversos empreendimentos do capital global e da continuidade de investimentos estatais:

De fato, a economia cearense conseguiu manter um ritmo de crescimento superior ao registrado pela economia nacional nos últimos anos, permitindo reduzir, embora que lentamente, uma distância histórica com relação ao restante do país. Vale dizer que o PIB do Ceará representa, atualmente, 2,1% do PIB Brasileiro. [...] Particularmente, no período pós-crise de 2008, o Ceará apresentou taxas de crescimento econômico consideravelmente acima das alcançadas pelo Brasil, influenciadas fortemente pela elevada participação dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, como recursos hídricos, energia e transporte, os quais contribuíram, sem dúvida, para elevar a competitividade da economia cearense, estimulando, dessa forma, os investimentos nos diversos setores produtivos do Estado. Com isso, o PIB do Ceará alcançou R\$ 109,6 bilhões, em 2014, sendo a terceira maior economia da região Nordeste do Brasil.

Para os empresários, há inúmeros motivos para investir no Ceará: infraestrutura com logística internacional, infraestrutura energética e garantia de incentivos fiscais. Contudo, a garantia de água é o diferencial. Já existe uma infraestrutura hídrica moderna com a perenização de 81 rios (2.582 km), com um potencial para estocar 18,64 bilhões m³ – são mais de 500 açudes, 153 deles gerenciados pela Cogerh, 528 km de canais, 300 km de adutoras, 30 mil poços e 300 mil cisternas. Com a conclusão do CAC, todas as bacias hidrográficas estarão integradas promovendo o que o Estado chama de sinergia hídrica. Além disso, a gestão hídrica é compartilhada com 12 Comitês de Bacias e 62 comissões gestoras.

Tudo leva a crer que a lógica do agronegócio cearense é determinada por uma troca desigual entre o mercado e o Estado: o primeiro manda e o segundo obedece. Se, por um lado, o PIB cresceu, por outro, os conflitos territoriais explodiram em todo o estado. As mudanças propostas resultaram em transformações econômicas, mas a democratização da água e da terra não ocorreu – ao contrário, a desigualdade de acesso foi agravada. Ao criar um novo modelo

¹²⁷Entre os diversos órgãos do governo, não há concordância sobre o total da área irrigada. A falta de consenso diz respeito à metodologia da pesquisa que cada órgão utiliza para o estudo, como área irrigável, área implantada, área entregue e área cultivada. Os valores variam entre 71.000 e 200.000 hectares.

de reprodução do capital no campo, o Estado induz novas tensões sociais que vêm gerando um conflituoso quadro de desregulação territorial.

É neste cenário de disputa pela água que os países importadores de *commodities* contornam a escassez quantitativa desse bem, deslocando a produção para a periferia do sistema. Assim, transferem também a poluição, a contaminação e o adoecimento dos trabalhadores que manuseiam o pacote tecnológico. É sempre bom lembrar que a exportação de *commodities* agrícolas, especialmente frutas tropicais, é invariavelmente a exportação da água que foi usada para a sua produção¹²⁸.

A água como insumo do processo produtivo ilustra a posição da ciência econômica ortodoxa no que se refere à natureza, vista apenas como fonte provedora de recursos, tratada como uma “externalidade”. É essa lógica dominante da ciência econômica, útil ao processo de acumulação de capital, que comanda a destruição, a devastação, o envenenamento ambiental, a poluição e a contaminação, além da precarização e o adoecimento dos trabalhadores.

Em sua essência, esse sistema metabólico, incontrolável e destrutivo segue seu movimento de acumulação deslocando-se para regiões ainda não totalmente dominadas. Para os países importadores de *commodities*, seus problemas socioambientais em escala menor podem ser parcialmente solucionados enquanto que, sobre os países da periferia do sistema, recaem todos os danos do processo produtivo. Por essa razão, afirma-se que a natureza geopolítica da água pressupõe os conflitos hidroterritoriais através de um processo histórico material seguindo um método de invasão, apropriação, expropriação, desterritorialização, mercadorização e privatização.

Atuando em várias frentes (gestão, construção, financiamento, planejamento e execução), o Estado fica responsável pelo ônus provocado pelos impactos socioambientais do processo produtivo que é repassado para as comunidades e ao meio ambiente, deixando o lucro para as empresas. Nessa nova forma de extrair a riqueza do sertão, elementos novos surgem sob o discurso de desenvolvimento econômico ou sob a máscara de acabar com a seca, quando, na verdade, podem perpetuar mecanismos da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

A artificialização dos caminhos naturais das águas resultou em uma explosão de conflitos hidroterritoriais na medida em que o Estado fica no controle para abrir ou fechar as torneiras, dependendo de conveniência política e econômica. Com essa “moderna gestão hídrica”, o Ceará é exemplo de como gerir seus recursos para atender determinados setores da economia. A prova disso é o polêmico projeto nº 495/2017, de autoria do senador Tasso

¹²⁸Água virtual, assunto tratado mais adiante.

Jereissati (PSDB-CE), o mesmo que deu início aos “Governos das Mudanças”, que agora avança para a consolidação de um “mercado de águas” através de instrumentos que liberam aqueles que detêm outorga de uso da água para negociar a vazão que têm direito¹²⁹.

3.2 Conflitos hidroterritoriais no Ceará

Neste tópico, objetiva-se demonstrar as consequências da expansão do novo modelo agrícola cearense discutido anteriormente. São inegáveis as transformações políticas e econômicas no tocante à reorganização produtiva do campo no transcurso das últimas três décadas. No entanto, o controle privado da água, seguido de sua superexploração para a manutenção desse setor produtivo, abriu caminho para novas tensões territoriais hídricas que se expressam como resultado de novas disputas políticas e relações de poder em torno da água.

A ampliação dos conflitos hidroterritoriais revela o movimento de incorporação da natureza na esfera da acumulação de capital. Esse movimento é fruto de um processo que se inicia com a invasão dos territórios, seguido da apropriação dos bens naturais e desterritorialização dos povos originários, camponeses e comunidades tradicionais. Nessa fase avançada do capitalismo, o processo de mercadorização e privatização da água com a territorialização de corporações sedentas por lucro vem se constituindo como o principal processo gerador de conflito.

No Ceará, tais processos ocorrem sob um discurso que aponta a política de gestão hídrica como modelo de eficiência técnica no controle das águas. Contraditoriamente, essa política hídrica ainda não superou os históricos problemas relacionados à democratização do acesso à água, especialmente em se tratando de sertanejos dispersos no semiárido. Na verdade, a invasão, a expropriação, a desterritorialização, a mercadorização e privatização da água constituem temporalidades que se entrelaçam, gerando conflitos territoriais pela água denominados de conflitos hidroterritoriais.

Em razão da chegada de grandes empresas hidroativas atraídas pelo Estado com seus programas de benefícios e grandes projetos de desenvolvimento, esses conflitos explodiram em todas as regiões do estado. É possível visualizar uma relação entre eles: os principais rios, as grandes estruturas hídricas e os eixos de desenvolvimento econômico especialmente ligados à produção de *commodities* agrícola e mineral. Na tentativa de mostrar a cartografia das áreas de interesse para o capital, o Mapa 5 evidencia o que já é óbvio: a estratégia

¹²⁹Esse mercado das águas já existe em países com vocação agropecuária como os Estados Unidos, a Austrália, Chile e Espanha.

do Estado não é apenas levar água onde há escassez, mas controlar a água que já existe em eixos seletivos de expansão do capital.

Mapa 5 – Eixos de integração hídrica e polos regionais.

EIXOS DE INTEGRAÇÃO HÍDRICA E POLOS REGIONAIS DO CEARÁ



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Entre os principais territórios incorporados à racionalidade do capital, destaca-se o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado entre os municípios de Caucaia

e São Gonçalo do Amarante, a 60 quilômetros de Fortaleza, ocupando uma área de 13.337 hectares. Nele estão instaladas termelétricas, uma companhia siderúrgica, uma refinaria e polo petroquímico, além das atividades de serviços promovidas pelo porto. A segurança hídrica para atender o elevado consumo de água do CIPP depende de dois grandes canais de integração de bacias: o Canal do Trabalhador e o Eixão das Águas.

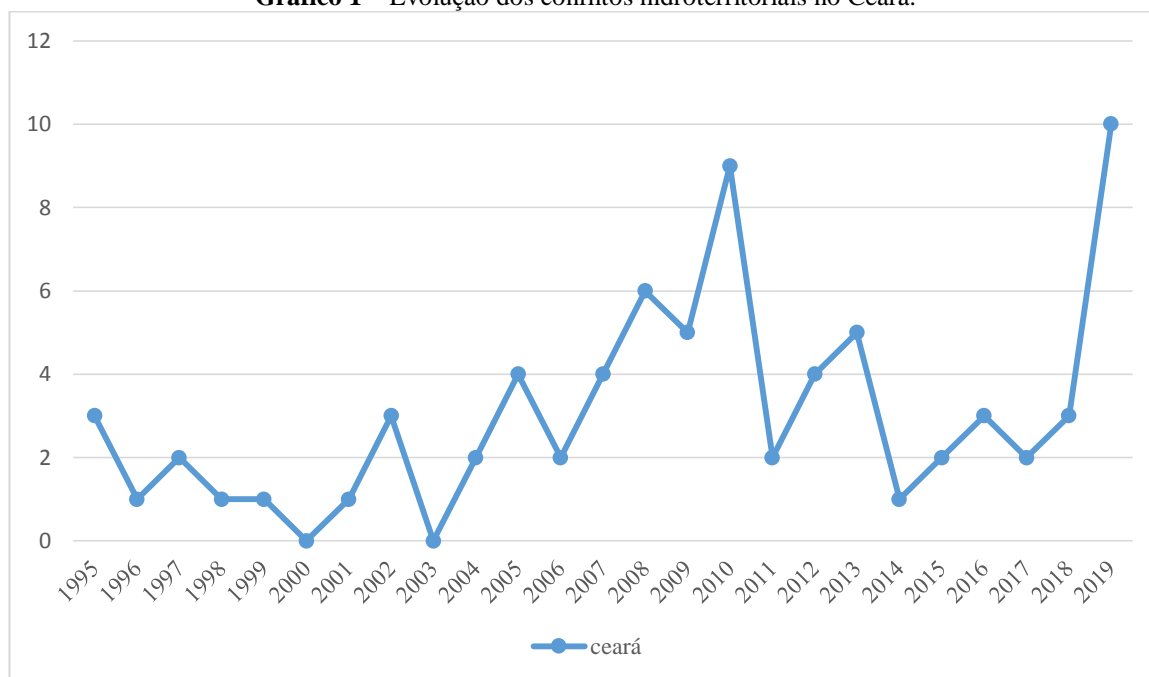
A retirada de água de outras fontes tem sido intensificada para atender a demanda do CIPP gerando inúmeros danos ambientais e conflitos com as comunidades que vivem no entorno. Em 2016, por exemplo, o Açude Sítios Novos, em Caucaia, secou depois de dois meses de retirada de água ininterrupta para as indústrias do CIPP. Para suprir a demanda, o Estado, em 2018, passou a perfurar poços profundos no Lagamar do Cauípe, em Caucaia, e no Aquífero Dunas, em São Gonçalo do Amarante – ambas são áreas de relevantes serviços ambientais onde vivem comunidades tradicionais e indígenas. A repercussão negativa fez o Estado recuar devido à resistência das comunidades em aliança com diversos movimentos sociais.

Outros importantes eixos de desenvolvimento e foco de inúmeros conflitos hidroterritoriais são os chamados polos regionais de irrigação, estruturas que expressam a força do capital no campo que vai se apropriando dos espaços com maior potencial hídrico. Destacam-se os Perímetros Irrigados do Baixo Acaraú, Curú-Paraipaba, Curú-Pentecoste, Jaguaribe-Apodí, Morada Nova, Tabuleiro de Russas e Icó-Lima Campos. Em todos esses locais estratégicos, o controle dos territórios dá-se pelo barramento dos principais rios e pela construção de uma rede artificial de integração de bacias.

São eixos de expansão do capital que alavancam o PIB cearense ao mesmo tempo em que ampliam os conflitos territoriais. Conforme denunciam os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras fontes¹³⁰, os conflitos vêm se desenvolvendo em uma tendência de crescimento desde que foram registrados os primeiros conflitos por água, separadamente dos conflitos por terra: o ano de 2019 teve o maior número de conflitos por água no Ceará (10), envolvendo 1.392 famílias – um crescimento de 77% em relação a 2018. O Gráfico 1 mostra essa evolução no Ceará desde o ano de 1995.

¹³⁰Além dos dados da CPT e do Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, foram utilizadas outras fontes de pesquisas como jornais, reportagens, artigos científicos, teses, dissertações, documentos e atas de órgãos públicos. Como a CPT passou a registrar os conflitos pela água separados dos conflitos pela terra somente a partir de 2002, a pesquisa foi exaustiva no sentido de encontrar conflitos anteriores a esse período, cujo registro inicial tem como marco temporal o ano de 1995.

Gráfico 1 – Evolução dos conflitos hidroterritoriais no Ceará.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com o gráfico, é possível constatar três periodizações distintas ao longo desses 24 anos. De 1995 a 2002, a média de conflitos manteve-se estável: 1,57 conflito por ano. Esse primeiro período é marcado pelo retorno de Tasso Jereissati ao comando do executivo cearense sendo reeleito no mandato de 1999 a 2002. Com Tasso, iniciaram-se as obras do maior açude do Ceará, o Castanhão, em 1995, e concluídos dois grandes açudes, Sítios Novos em 1999 e Trussu em 1996.

De 2003 a 2010, a média de conflitos foi de 4 (quatro) por ano, o que representa um aumento de 80% em relação ao período anterior. Marcado pelo *boom* das *commodities* agrícolas e minerais no mercado externo, esse foi o período de maior expansão do agronegócio cearense. Com Cid Gomes no comando do executivo, foram concluídos os trechos I, II e III do Eixão das Águas, obras fundamentais para a garantia hídrica da fruticultura irrigada que estava em franca expansão, especialmente na região do Baixo Jaguaribe.

O período de 2011 a 2019 foi o de maior oscilação no número de conflitos. Na nossa interpretação, dois motivos principais contribuíram para esse fenômeno: o primeiro deles refere-se à instabilidade política que originou o golpe midiático-parlamentar-judicial contra a Presidente Dilma Rousseff, que emergiu acompanhado da crise econômica, resultando no fim do *boom* das *commodities*. Não menos importante foi o período de estiagem que se abateu no

Nordeste brasileiro entre os anos de 2011 a 2016, reduzindo as águas dos canais públicos que abasteciam setores importantes como o agronegócio.

O projeto ultraliberal foi implementado pelo presidente golpista Michel Temer, que avançou sobre os territórios dos povos originários e comunidades tradicionais, declarando publicamente o desejo de privatizar a água, o que resultou naturalmente em um crescimento dos conflitos. Os interesses do agronegócio, da mineração e da expansão do capital encontraram terreno fértil com a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Sua campanha permanente de disseminação do ódio e do incentivo à violência contra os povos do campo e organizações sociais corrobora para a escalada de violência. No Ceará, as conclusões das obras do CAC e do PISF indicam a possibilidade de crescimento desses conflitos, conforme sugere o Quadro 4, que sintetiza os principais conflitos registrados no Ceará.

Quadro 4 – Conflitos hidroterritoriais no Ceará.

Município(s)	Nome do conflito	Data	Famílias	Tipo de conflito	Situação
Fortim, Aracati	Marisqueiras de Pontal de Maceió e outras Com./Vazamento de óleo	27/11/2019	500	Uso e Preservação	Destruição e/ou poluição
Arneiroz	Pescadores do Açude de Arneiroz	29/11/2019	[s.i] ¹³¹	Transposições, Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Parambu	Pescadores do Açude de Parambu	29/11/2019	[s.i]	Transposições, Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Quiterianópolis	Com. Bandarro/Globest Participações Ltda.	17/02/2019	75	Uso e Preservação	Destruição e ou poluição
Quiterianópolis	Com. Besouro/Globest Participações Ltda.	17/02/2019	[s.i]	Uso e Preservação	Destruição e ou poluição
Quixadá	Comunidade São Francisco/Açude Cedro	31/01/2019	17	Transposições, Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Tamboril	Pescadores do Açude Carão	29/11/2019	50	Transposições, Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Ubajara	Ribeirinhos do rio Jaburu/Açude Granjeiro	16/03/2019	250	Transposições, Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Missão Velha	Comunidade Olho'Água de Fora, Coité e Pau D'Arco - Cinturão das Águas do Ceará	22/03/2019	500	Transposições, Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Brejo Santo	Comunidades Vieira, Deserto, Umbuzeiro e VPR Vassouras – Transposição do Rio SF	19/02/2019	[s.i]	Transposições, Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Crateús	Barragem Fronteira	24/04/18	850	Transposições, Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
São Gonçalo do Amarante	Comunidade da Parada, Queimadas, Jenipapeiro e Taíba (Aquífero Dunas)	21/06/18	[s.i]	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caucaia	Aldeia dos Anacés (Lagamar do Cauípe/ Pecém)	19/01/2018	[s.i]	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Crato	Assentamento 10 de Abril – Cinturão das Águas do Ceará/CAC	09/05/17	50	Transposições, Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Caucaia	27 comunidades: Angico, Coqueiros, Cristalina, Pitombeira...(Lagamar do Cauípe)	24/11/17	[s.i]	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	19/04/2016	135	Uso e preservação	Diminuição do acesso à água
Beberibe	Resex da Prainha do Canto Verde	07/12/2016	225	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
		5/12/2010	225	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água

¹³¹[s.i] Sem informação.

Potiretama Iracema Alto Santo	Barragem do Figueiredo/PAC	15/08/2016	50	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
		18/09/2014	45	Transposições, Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
		22/10/2013	45	Transposições, Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
		05/06/2012	120	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
		070/7/2011	120	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
		20/08/2010	120	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
Trairi	Agrovila Gameleira – Açude Gameleira	16/04/2015	180	Transposições, Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Crato	Cinturão das Águas do Ceará (CAC/Crato/Baixio das Palmeiras)	31/12/2015	64	Transposições, Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Amontada	Com. Caet. de Cima/Assent. Sabiaguaba/Imob./Us. Eólica Icarai/PAC	10/09/2013	300	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
Acaraú	Terra Indígena Tremembé de Queimadas/ Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú/DNOCS	22/04/2013	44	Uso e preservação	Divergência
Limoeiro/ Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/DNOCS	25/09/2013	120	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
		29/11/2009	300	Transposições, Barragens e Açudes	Divergência
		13/03/2008	766	Transposições, Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Novo Oriente	Barragem Águas Flor do Campo	31/07/2013	[s.i]	Transposições, Barragens e Açudes	Divergência
Cascavel	Comunidade Barra Velha	11/12/2012	60	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Jaguaribara	Barragem Castanhão	05/06/2012	283	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
		17/3/2005	1847	Transposições, Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
		10/12/2010	1847	Transposições, Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Limoeiro do Norte Jaguaribe Jaguaribara Alto Santo Quixerê	Projeto de Irrigação Jaguaribe-Apodi/PAC	21/04/2012	61	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
		18/02/2011	61	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
		21/04/2010	61	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição

Acaráú	Comunidade Curral Velho	16/10/2010	250	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Aquiraz	T.I. Jenipapo-Kanindé/Emp. Ypioca	30/11/2010	80	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
		26/07/2007	48	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Santa Quitéria	Mineração de urânio e fosfato - Riacho das Pedras, Queim., Assent., Tat. e Entre Morros.	17/10/2010	[s.i.]	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Icapuí	Praia da Redonda/Barrinha e outras	01/07/2010	550	Uso e preservação	Não cumprimento de proced. legais
		14/11/2009	[s.i.]	Uso e preservação	Pesca predatória
Limoeiro/ Morada	Nova Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/DNOCS	19/08/2010	350	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba	29/10/2009	300	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Itapipoca	P.A. Maceió	06/02/2009	800	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Itarema/ Itapipoca	T.I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	04/04/2009	100	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Jaguaribara	Proj. Curupati Peixe e Irrigação/Castanhão	25/03/2008	143	Transposições, Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Jaguaribara	Projeto Alagamar/Castanhão	25/03/2008	104	Transposições, Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Jaguaribara	Projeto Mandacaru/Castanhão	25/03/2008	170	Transposições, Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Limoeiro do Norte	Com. Cabeça Preta/Proj. Irrig. Jaguaribe	12/06/2008	230	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Meruoca	Barragem de Meruoca/Sítio Sabiá	13/07/2008	20	Transposições, Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Crato	Comunidade do Sítio Guaribas	28/03/2007	100	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Itapipoca	Faz. Qualibrás/Emp. de Carcinicultura	22/01/2007	[s.i.]	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Paraipaba	Fazenda Acqua Clara/Carcinicultura	09/04/2007	1	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Cratéis	Faz. Oiticará/Ecodiesel do Brasil	6/2/2006	9	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Itapipoca	T.I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	10/10/2006	100	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
São João do Jaguaribe	Assentamento Charneca	12/3/2005	80	Transposições, Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Tabuleiro do Norte	Comunidade Cajueiro	12/3/2005	270	Transposições, Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água

Jaguaribara	Barragem Castanhão	17/03/2005	1847	Transposições, Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Acaraú	Comunidade Curral Velho	07/09/2004	240	Apropriação Particular	Destruição e/ou poluição
Jaguaribara	Barragem Castanhão	17/03/2004	1847	Transposições, Barragens e Açudes	Ausência de projeto de reassentamento
Aracoiaba	Açude São Sebastião	16/03/2002	[s.i.]	Uso e preservação	Pesca predatória
Cascavel	Praia de Caponga	10/07/2002	800	Uso e preservação	Pesca predatória
Barbalha	Distrito de Arajara	2002	[s.i.]	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Banabuiú/ Morada Nova	Vale perenizado do Rio Banabuiú/Açude Banabuiú (Arrojado Lisboa)	03/10/2001	[s.i.]	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Jaguaribe	Açude Nova Floresta	30/06/1999	[s.i.]	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Massapê/Santana do Acaraú	Açude Acaraú-Mirim	02/07/1998	[s.i.]	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Aracati	Comunidades de Lagoa dos Porcos e Ferreira/Açude dos Ferreiras	18/06/1997	[s.i.]	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Paracuru	Sítio Lagoa Grande	1997	[s.i.]	Apropriação Particular	Destruição e/ou poluição
Quixeramobim	Açude Santa Catarina	01/11/1996	[s.i.]	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Aquiraz	Lagoa do Tapuio/Associação comunitária de Trairussu	Março de 1995	300	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Crato/Juazeiro Norte/Caririaçu	Thomaz Osterne/Manuel Balbino	22/09/1995	[s.i.]	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Milhã/ Solonópole	Açude Jatobá (antigo Açude Valentim)	31/10/1995	[s.i.]	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água

Fonte: Adaptado pelo autor com dados da CPT (2010 a 2017) e Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2019)

Dos 76 conflitos registrados, de 1995 a 2019, 33 deles (44%) referem-se à tipologia “transposições, barragens e açudes”¹³², 24 (31%), enquadram-se na tipologia “uso e preservação” e 19 (25%) na tipologia “apropriação particular”. Essa tipologia que está atrelada às grandes obras de infraestruturas hídricas lidera com enorme vantagem as estatísticas de conflitos no Ceará. Só a título de comparação, em 2019, dos 9 conflitos registrados, 7 deles foram nessa tipologia, o equivalente a 78%, enquanto em todo o território brasileiro ocorreram apenas 126 conflitos de um total de 489, o que representa somente 25%. Os conflitos enquadrados na tipologia “uso e preservação” lideram o ranking no Brasil com 59% e também no Nordeste com 63% dos conflitos anotados.

O Quadro 4 permite observar um movimento de crescimento dos conflitos nessa tipologia a partir dos primeiros anos do século XXI, momento que foram concluídos o Açude Castanhão e várias obras de integração de bacias como o Eixão das Águas. O Quadro 4 mostra ainda, que as ocorrências nessa tipologia estão relacionadas a sete situações específicas: ausência de projeto de reassentamento (8), reassentamento inadequado (5), não cumprimento dos procedimentos legais (5), ameaça de expropriação (4), impedimento de acesso à água (4), diminuição do acesso à água (4), divergências (2) e destruição e/ou poluição (1).

Sobre a territorialização dos conflitos, sua concentração ocorre em regiões com grande potencial hídrico, servidas por grandes estruturas e espaços de expansão do agronegócio, mineração e indústrias hidroativas do Pecém. Seguindo nos caminhos das águas, chegamos nos caminhos dos conflitos, entretanto, essa amostragem não contempla ainda a realidade da disputa pela água no Ceará. Em sua grande maioria, os conflitos são invisibilizados pelo medo de represália que os povos do campo podem sofrer ou pela simples razão do desconhecimento dos instrumentos legais de luta ou ainda pela ausência de movimentos sociais que possam assessorar as comunidades afetadas.

De qualquer modo, ainda que o aparato autoritário do Estado esteja atuando no sentido de silenciar os territórios afetados, os conflitos não podem ser mais ignorados. Essa tendência de crescimento dos conflitos pela água no Ceará é semelhante ao seu aumento em todo território brasileiro, conforme consta nos registros da CPT no ano de 2019. Foram 489 conflitos em todo o país, um acréscimo de 77% em relação ao ano anterior, que registrou 276 conflitos. Cosme (2020) observa a territorialização dos conflitos pelas regiões brasileiras, destacando a liderança

¹³²A CPT utiliza a tipologia barragens e açudes. Todavia, a presente pesquisa acrescentou transposições nessa tipologia.

do Nordeste com um total de 234 conflitos, seguidos pela região Sudeste com 170, Norte com 64, Centro-oeste com 13 e Sul com 8. Sozinha, a região Nordeste corresponde a quase metade dos conflitos, com 47% do número total e 46% das famílias envolvidas.

Bahia e Sergipe, com 101 e 69 conflitos respectivamente, perdem apenas para Minas Gerais que teve 128 conflitos. As três Unidades da Federação somam juntas 61% (298) do total geral dos conflitos. A maioria dos conflitos no Nordeste estão enquadrados na categoria “Uso e preservação” com 63% (148 conflitos). Bahia e Sergipe são estados com bacias receptoras da transposição do Rio São Francisco, o que, por si só, já aponta um potencial crescimento nessas regiões.

Os dados ratificam o profundo impacto promovido por atividades extrativas e predatórias, como a mineração e o agronegócio. Com exceção dos grandes crimes de proporções maiores, como em Brumadinho, e no caso do derramamento de óleo no litoral nordestino, a grande maioria dos conflitos ocorre no cotidiano dos povos originários, camponeses e comunidades tradicionais, passando despercebidamente para a maior parcela da sociedade brasileira e sem espaço na grande imprensa nacional. Conforme Cosme (2020, p. 141):

Trata-se de conflitos que se inserem na longa e incansável luta da classe camponesa, dos indígenas e quilombolas no campo brasileiro pelo enraizamento no lugar, muitas das vezes um território – assentamento, reserva indígena, comunidade quilombola – conquistado a duras penas no enfrentamento ao latifúndio, à mineradora, à hidrelétrica ou ao próprio Estado. Uma resistência estrutural pela água, para garantir a própria existência social coletiva desses sujeitos.

A postura do atual governo federal, com conivência do parlamento brasileiro, mostra-se totalmente insensível aos crimes ambientais e às perversidades cometidas pela mineração, pelo agronegócio e pelos impactos das grandes obras de infraestrutura, seguindo uma agenda de incentivo ao avanço dos grandes projetos em territórios tradicionalmente ocupados e que ainda estão preservados. Os crimes ambientais se avolumam e a natureza vai sendo espoliada em nome do velho discurso de um progresso que serve a poucas vidas.

Os conflitos demonstram a coexistência de lógicas contraditórias que trazem, nas suas centralidades, a defesa da vida e do lucro do mercado. De um lado, a água é tratada como insumo, sendo usada por quem pode pagar por ela e, de outro, é pensada como relações socioculturais horizontais, assentadas nos valores de solidariedade, comunhão e identidade. Quando observada a territorialização dos conflitos, é fácil perceber quem fica no controle da água e quem são os afetados e excluídos hídricos.

No Ceará, os conflitos estão territorializados predominantemente nos municípios cuja atividade principal é o agronegócio. Dos 76 conflitos registrados, 26 estão na região do Vale do Jaguaribe, território privilegiado com a presença de grandes rios como o Rio Jaguaribe, grandes açudes como o Castanhão, transposições de bacias como o Eixão das Águas e Perímetros Irrigados como o Jaguaribe/Apodi, Morada Nova e Tabuleiro de Russas.

A região litorânea vem, em seguida, como um território em crescente tensão motivada pela disputa da água. Nas 4 regiões analisadas, foram contabilizados 11 conflitos na Grande Fortaleza, 7 no Litoral Leste, 6 no Litoral Oeste/Vale do Curu e 3 no Litoral Norte. Os principais conflitos estão relacionados à construção e à operação do CIPP na Grande Fortaleza, a carcinicultura no Litoral Oeste/Vale do Curu, Litoral Norte e Litoral Leste, além da especulação imobiliária promovida por grandes negócios como o turismo de massa.

Das 14 Regiões de Planejamento do Ceará, conforme o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em apenas duas delas não foram registrados conflitos: Centro-Sul e Sertão do Canindé. O que mais chama atenção nessa territorialização dos conflitos é a sua distribuição nas áreas semiáridas que, apesar de representar 92% de todo o estado, foram registrados apenas 14 conflitos nas quatro regiões: Sertão dos Crateús (5), Sertão dos Inhamuns (4), Sertão Central (3) e Sertão de Sobral (2), além da região do Cariri (7), a Serra da Ibiapaba (1) e o Maciço de Baturité (1).

Mapa 6 – Distribuição dos conflitos hidroterritoriais e as atividades geradoras.

CONFLITOS HIDROTERRITORIAIS E ATIVIDADES GERADORAS



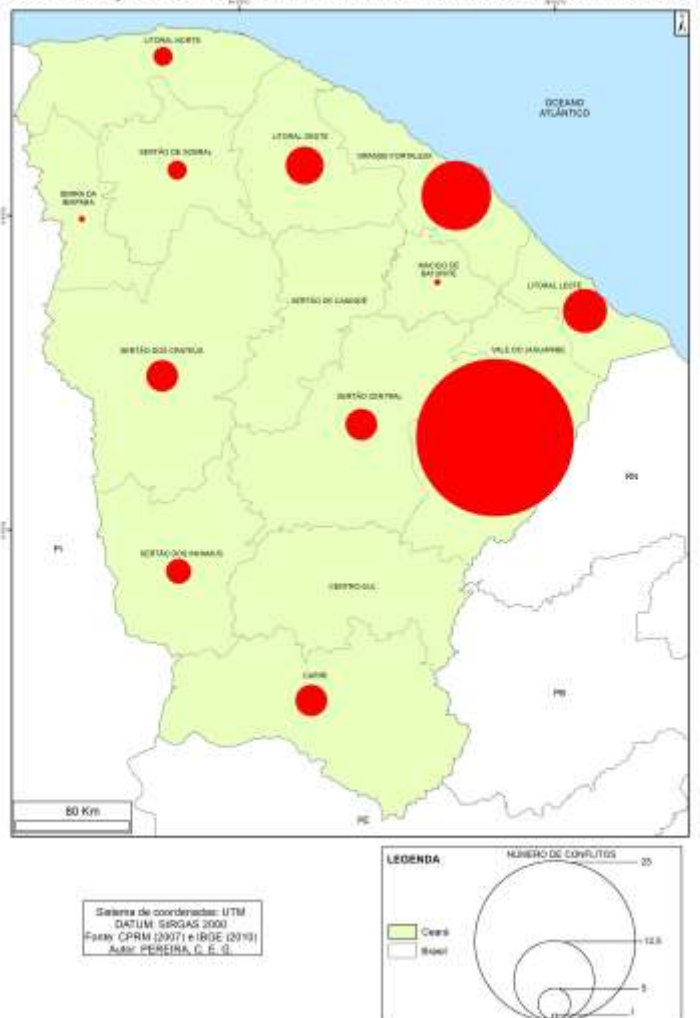
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A região que concentrou o maior número de conflitos, o Vale do Jaguaribe, representando 34% do total, supera sozinha o número nas áreas dos sertões semiáridos – as quatro regiões juntas somam 18% do total, dado que revela que o maior foco de conflito não está concentrado em regiões historicamente marcadas pela escassez hídrica, mas,

contraditoriamente, em regiões com maior potencial hídrico e marcadas historicamente pelos projetos do Estado através do DNOCS e da Sudene, como os perímetros irrigados e grandes infraestruturas hídricas para armazenamento de água. Essa dinâmica no Vale do Jaguaribe, também se verifica na região do Cariri cearense, particularmente nos três municípios objeto desta pesquisa.

Em algumas regiões, um único município pode combinar diversas atividades econômicas geradoras de disputas por água e outros impactos socioambientais, desencadeando uma sobreposição de conflitos, o que ocorre porque, depois de uma grande obra hídrica, a atividade econômica territorializa-se. É o que aconteceu no Vale do Jaguaribe, onde os açudes e canais de transposições antecederam os perímetros irrigados. No litoral, diversos municípios são afetados simultaneamente por várias atividades geradoras, conforme mostra o Mapa 7 que mostra os conflitos por regiões.

Mapa 7: Distribuição dos conflitos hidroterritoriais por região
DISTRIBUIÇÃO DE CONFLITOS HIDROTERRITORIAIS POR REGIÃO



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No Vale do Jaguaribe, o poder do agronegócio é o maior causador desses conflitos. As forças privatistas da água estão materializadas nesse setor com enorme poder de decisão nas mãos das empresas de fruticultura irrigada. De nada adianta para o campesinato estocar água nos açudes públicos e nos canais de transposição se elas estão cercadas e vigiadas. É, portanto, esse planejamento territorial dos caminhos das águas e todo o seu controle que vem radicalizando a disputa, acirrando as assimetrias de poder em torno da água e limitando o seu acesso para os povos que vivem há gerações naqueles territórios.

Cumpram ressaltar as considerações de Cavalcante (2019) que analisou a questão agrária no Baixo Jaguaribe¹³³. Ele constatou a sua reconfiguração territorial com a chegada das empresas do agronegócio da fruticultura que implicou em novas estratégias de apropriação e controle da terra e da água, de modo a acirrar os conflitos já existente e criando outros. Com o controle da terra e o monopólio da água, os pivôs centrais dominam a paisagem da região expandindo um ritmo de destruição sem limites.

Em 2015, a região do Baixo Jaguaribe tinha 94 empresas de fruticultura, o que representava 44% do total do Ceará. Elas cultivavam principalmente banana, melão, manga, melancia e mamão, mas também goiaba, acerola, coco, laranja, caju, abacaxi, limão, cacau e uva. Apenas seis municípios¹³⁴ concentravam, na época, cerca de 99% da produção de melão do estado e 21% da produção no Brasil, totalizando 100% das exportações de melão do Ceará e 54% do Brasil.

Assim, o agronegócio é uma das principais atividades que degrada e polui o mais importante rio do Ceará. No passado, foi o principal caminho das águas para a organização do território cearense, sendo exuberante nos períodos de cheias. Serpenteava a caatinga pelo vasto planalto sertanejo, deixando nas suas margens a fertilidade dos solos aluviais que foram fundamentais para as primeiras atividades econômicas. A degradação do Jaguaribe¹³⁵ expressa uma disputa assimétrica entre o capital e a vida, onde o sucesso de um implica o desmantelamento do outro. Quando a vida pulsava em toda sua diversidade, esse caminho d'água era conhecido como o “rio das onças”¹³⁶. Hoje, possui suas águas controladas e vigiadas

¹³³Vale do Jaguaribe ou Baixo Jaguaribe são expressões com pequenas variações dependendo da regionalização do órgão.

¹³⁴Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Aracati, Icapuí e Jaguaruana.

¹³⁵É um dos maiores rios seco do mundo, nascendo na serra da Joaninha, no município de Tauá, e percorrendo 610 km até chegar ao mar.

¹³⁶Os jaguares que viviam nas suas margens foram extintos por caçadores.

e transformou-se em um mero recurso para o agronegócio e as indústrias hidroativas do CIPP.

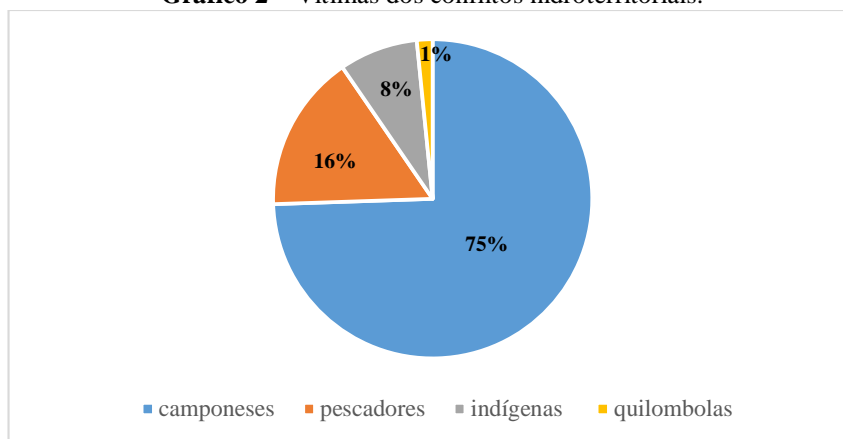
Esses novos processos no campo, sob a máscara da modernidade, não representam rupturas da dominação tradicional desses territórios. Os conflitos são (des)continuidades da luta de classe assentadas em uma estrutura de poder marcada pela espoliação da natureza e pela exploração e opressão dos povos do campo. Conforme explica Barreira (1992), a diferença é que, nos dias de hoje, os conflitos não estão mantidos exclusivamente nos limites privados da fazenda. Agora o Estado é o principal protagonista e os conflitos estão presentes dentro da ordem institucional, no bojo das políticas públicas, e não apenas no âmbito das tensões sociais de classe.

O papel do Estado varia conforme a ocasião, sendo às vezes conivente com os conflitos, outras vezes atuando como mediador. Sobre esse papel dúbio, seguimos as pistas do Observatório Latinoamericano de Conflitos Ambientais no que se refere aos atores dos conflitos: os geradores dos conflitos, os reguladores e os iniciadores. Conforme explica Giuppon (2013), os geradores, de forma direta, são as construtoras, grandes empresas do agronegócio, mineração, indústria de base e energia. Com o objetivo de maximizar os lucros, destroem a natureza, exploram e oprimem as populações. O Estado é um gerador indireto porque é ele, em grande medida, quem patrocina a instalação da empresa, assim como ignora seus impactos negativos.

Em relação aos geradores dos conflitos, suas atividades são classificadas em cinco categorias: construções de obras hídricas; agronegócio (fruticultura, carnicultura); mineração; indústria do turismo e especulação imobiliária; geração de energia e indústria de base. Os dados catalogados evidenciam que as grandes infraestruturas hídricas, planejadas sob o discurso da escassez hídrica, além de não cumprirem esse objetivo, converteram-se em espaços de disputas cada vez mais assimétricos.

Sobre os grupos sociais afetados pelos conflitos, os camponeses figuram entre as principais vítimas (57); pescadores/marisqueiros/ribeirinhos aparecem em segundo lugar (12); seguidos por indígenas (6) e quilombolas (1). Além da ameaça de desterritorialização de seus territórios tradicionalmente ocupados, as vítimas podem ter seu direito de acesso à água prejudicado, podendo ainda sofrer uma série de impactos indiretos.

Gráfico 2 – Vítimas dos conflitos hidroterritoriais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As comunidades afetadas reagem a partir da auto-organização, lançando um debate sobre a água como bem comum e direito humano. Soma-se às comunidades afetadas a construção de uma agenda formada por agentes mediadores, movimentos sociais e grupos de pesquisas que vão abrindo novas formas de resistências na luta pela água, a exemplo do Núcleo Tramas – Trabalho, Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará (UFC), que apresenta uma inserção muito forte no Baixo Jaguaribe e o Fórum Popular das Águas do Cariri e que vem produzindo um rico debate teórico na Geografia Agrária caririense.

O objeto de luta dessa agenda de resistência é a injustiça hídrica que se manifesta pela desigualdade no acesso à água, nas discriminações do racismo ambiental e na distribuição territorial da água. Essa desigual apropriação da água, que favorece grupos econômicos e setores produtivos, altamente demandantes de água, em detrimento dos povos do campo, tem configurado um cenário de progressiva ameaça à natureza interferindo na própria disponibilidade desse precioso líquido.

Atuando para intervir diretamente na territorialização das empresas e tomando decisão sobre os modelos de desenvolvimento, o Estado é também um agente regulador dos conflitos. Os territórios tensionados pelos conflitos são exatamente aqueles espaços selecionados para as chamadas políticas públicas de modernização do campo, além de regiões com grandes obras hídricas. Essa função de regulador do conflito significa que o Estado atua no sentido de acomodar as diferenças através de regras e leis que permitem a sustentação do domínio e do controle da água.

Finalmente, os iniciadores são as comunidades afetadas. Os receptores dos danos são, em sua maioria camponeses, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Ao

longo das últimas décadas, esses grupos sociais conseguiram ampliar os espaços de contestação com a presença de novos mediadores através da utilização de diversas ferramentas desde os mecanismos formais do próprio Estado até outras alternativas como negociação direta com o agente gerador. Diversas formas de intervenções diretas como ocupações, manifestações e atos públicos também têm aumentado nos últimos anos.

O conflito, quando deflagrado, assume formas distintas, podendo ou não ser solucionado, dependendo da causa e da organização do grupo social afetado¹³⁷. É natural que cada conflito tenha o seu próprio tempo de duração, seguindo a sua própria dinâmica, podendo ser solucionado a qualquer momento, suspenso temporariamente ou ainda reativado. No entanto, seguindo sua própria lógica, os conflitos assumem etapas diferentes, podendo estar latentes, em formação ou em processo de maturação.

Para o caso do Ceará, consideram-se latentes os conflitos que estão ocultos e não foram manifestados neste trabalho. Nos territórios tensionados pelo capital, seja pelo agronegócio no Vale do Jaguaribe, pela mineração nos sertões ou pelo mercado imobiliário do turismo e indústrias hidroativas do CIPP, os conflitos têm maior visibilidade. Entretanto, quando não se tratam de grandes projetos de desenvolvimento, os conflitos ficam encobertos no âmbito do domínio privado, como sempre ocorreu com a indústria da seca.

Como cicatrizes que não se fecham, esses conflitos estão na base de sustentação do poder político cearense, seja na disputa pela água do açude, na distribuição de água em carro pipa ou na construção de uma obra de transferência de água. Cabe destacar ainda que, embora o espaço de contestação dos camponeses tenha se ampliado com a contribuição de novos agentes mediadores, isto não se reverbera em todos os territórios. Tomando como referência os dados obtidos da CPT, coletados principalmente pelos agentes pastorais e seus colaboradores, há muitas regiões sem atuação desses agentes e que, portanto, permanecem na invisibilidade.

Dos 76 conflitos registrados, é curioso que não haja nenhum nas regiões Centro-Sul e Sertão de Canindé. Centro-Sul é a região com o segundo maior reservatório do Ceará, o Açude Orós, além do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos¹³⁸, às margens do Rio Salgado. Quanto à região do Sertão de Canindé, vale lembrar que possui um histórico de luta pela terra sendo

¹³⁷Giuppon (2013) considera que existem diversas formas de reparação do conflito e que, na atualidade, é cada vez mais frequente a judicialização dos conflitos.

¹³⁸No dia 11 de junho de 2020, um grupo de agricultores irrigantes do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos arrombou um trecho da parede de uma barragem auxiliar do Açude Orós com o objetivo de reabastecer por gravidade o Açude Lima Campos e, em seguida, irrigar as suas áreas de produção ameaçadas de perda pela falta de água. Essa ação, considerada criminosa pelos órgãos de gestão hídrica, reflete um problema que vem ocorrendo nos últimos anos naquela região. Não registramos esse conflito na pesquisa, pois os dados são até 2019.

protagonista de um dos mais importantes processos de resistência ocorridos no Ceará, o caso da fazenda Japuaara, em 1968, no município de Canindé¹³⁹.

No Vale do Jaguaribe e nas regiões litorâneas, tem-se os conflitos na etapa de maturação. São territórios em que a política hídrica incidiu de forma mais contundente desde meados do século XX com a artificialização dos caminhos das águas e barramento ou perenização de corpos hídricos. Com a infraestrutura hídrica garantida, o capital foi se apropriando desses espaços através de um conjunto de reformas políticas e econômicas, favorecendo atividades como agronegócio, mineração, turismo de massa e indústria de base.

Por sua vez, os conflitos na fase de formação apresentam os processos que estão em processo inicial como os que vêm ocorrendo na região do Cariri cearense, território que vem incorporando seu espaço agrário ao processo de produção capitalista através da fruticultura irrigada – essa etapa dos conflitos será tratada com mais detalhes no próximo capítulo por meio da análise desses processos e da implantação de grandes estruturas hídricas que possam atender as novas demandas do capital no campo.

Sem fechar esse diálogo, o próximo tópico mostra como um novo conjunto de infraestruturas voltadas para o atendimento das demandas do capital vem repercutindo em conflitos hidroterritoriais na região do Cariri cearense. É no caminho das águas do Cariri, lugar onde a vida cotidiana manifesta-se com seus desvios e reentrâncias, tal qual os rios, que se seguirá o rastro da manifestação do poder que envolve a água e sua reprodução política e econômica.

3.3 Apropriação privada capitalista da água na Sub-bacia do Salgado

Neste tópico, procurou-se identificar o processo de mercadorização e privatização da água no seu movimento em direção aos caminhos das águas da Sub-bacia do Salgado. Com inspiração nas reflexões de Marx (1988) sobre o caráter de fetiche que a mercadoria provoca no metabolismo social, buscou-se evidenciar a expansão do processo de incremento da água na lógica capitalista que vai, aos poucos, conforme lembra Pinto (2018), invisibilizando as relações sicionaturais dos territórios e provocando a sua desvinculação como um elemento considerado de bem comum.

Para entender essa geografia do capital a partir das águas na Sub-bacia do Salgado, é necessário trilhar um caminho histórico atravessado por conflitos nos caminhos das águas em

¹³⁹Discutimos esse conflito no tópico 3.2.

um percurso trilhado pelos povos originários, pelo colonizador, pelo gado e, agora, pelos projetos “neocoloniais”. A atual política de cercamento das águas é o desfecho de um longo processo histórico que percorreu várias etapas e, atualmente, materializa-se em obras de transposições que se constituirão em um poderoso mercado de água para oligarquias hídricas que desconsideram outras relações sionaturais.

Antes de aprofundar essas questões, é necessário fazer breves apontamentos sobre os aspectos físicos da Sub-bacia do Salgado para melhor entender as transformações na disponibilidade hídrica que este recorte territorial oferece. Contudo, é preciso ter cuidado para não isentar os aspectos sociopolíticos que afetam o ciclo hidrológico. A propósito, queremos deixar clara a nossa posição no sentido de provocar um debate contra argumentos que desconsideram o movimento da água em seu ciclo natural como se fosse possível trancafiá-la em uma determinada região.

A Sub-bacia do Rio Salgado está posicionada na porção meridional do Ceará, limitando-se a oeste com a Sub-bacia do Alto Jaguaribe, a nordeste com a Sub-bacia do médio Jaguaribe, ao sul com o estado de Pernambuco e ao leste com o estado da Paraíba. O Rio Salgado é o principal rio dessa sub-bacia. Tem suas nascentes na Chapada do Araripe, sendo o principal afluente da margem direita do Rio Jaguaribe. Formado pela confluência dos Riachos dos Porcos com o Rio Batateiras, o Rio Salgado possui uma extensão de 308 km, com o trajeto no sentido sul-norte, drenando uma área de 12.623,89 km² (CEARÁ, 2009).

A Sub-bacia do Salgado possui uma alta densidade demográfica. É a terceira maior do estado, ficando atrás da Bacia do Acaraú e das Bacias Metropolitanas¹⁴⁰. Apresenta uma crescente demanda hídrica para irrigação com média de 72% do total consumido. Entre 1995 e 2009, teve 1.064 outorgas concedidas, sendo a segunda bacia do Ceará com o maior número de concessões. Nesse mesmo período, foram concedidas 266 licenças de obras de interferência hídricas expedidas para novos usuários de água.

A oferta hídrica da Sub-bacia do Salgado apresenta baixa capacidade de acumulação em termos de águas superficiais. Dos 17 maiores açudes, nove foram construídos após os “Governos das Mudanças”, inclusive o maior deles, o Açude Atalho, em Brejo Santo, construído em 1991 com capacidade de acumulação de 108.250.000 m³. Segundo o estudo do Plano Estadual de Recursos Hídricos (Planerh), é necessário construir açudes maiores na região do Cariri para preencher os vazios hídricos. É nesse contexto que as obras de transposições de bacias tornam-se essenciais (CEARÁ, 2009).

¹⁴⁰De um total de 12 bacias hidrográficas.

Embora essas grandes obras sejam consideradas estratégicas, os últimos governos têm procurado diversificar as formas de acesso à água, intercalando as obras estruturantes com enfoque nos projetos produtivos e programas para o uso doméstico das populações difusas do sertão como o Programa Água Doce (PAD). Realizado em parceria com o Governo Federal, ele visa estabelecer uma gestão de sistemas de dessalinização de águas salinas e salobras, conjugando participação social, proteção ambiental e gestão comunitária local.

Tais ações, amparadas sob um poderoso discurso, fizeram com que o Ceará superasse uma imagem cujo cenário indicava uma reduzida capacidade hídrica e atividades econômicas sem grande centralidade no mercado nacional e internacional. As transformações ocorridas após os “Governos das Mudanças” foram possíveis com a seleção de alguns espaços para execução de um conjunto de projetos de interesses das grandes empresas, especialmente para a produção de *commodities* no Vale do Jaguaribe e regiões litorâneas.

Porém, a demanda por água cresce em quantidade cada vez maior, gerando um aumento das disputas e da necessidade de novas formas de acesso. Isso expressa uma necessidade expansionista de reprodução do capital juntamente com as limitações naturais, frutos da espoliação da natureza. Esse processo tem deslocado as contradições desse modelo para outras regiões do Ceará com potencial hídrico favorável. Atualmente, as possibilidades de territorializar um novo território da água, como na região sul do estado do Ceará, são amostras de como funciona o modo capitalista de produção como uma poderosa força em movimento que é legitimada por um Estado sempre subserviente aos seus desejos.

Os investimentos estatais em diversos setores da economia, a territorialização de empresas capitalistas e a ampliação da exploração da natureza não são fenômenos distintos, são processos próprios da existência histórica desse sistema. Na região do Cariri cearense, esses processos, aliados às disputas já existentes, têm ampliado em escala cada vez maior os conflitos hidroterritoriais. São obras estruturantes que desterritorializam camponeses, promovem o sequestro de água dos aquíferos por empresas produtoras de banana, destruição das fontes de água da Chapada do Araripe pelo setor imobiliário e de lazer, entre outras. Processos estes que serão discutidos a partir de agora.

O final do século XX marca o acirramento pela disputa de água e outras formas de conflitos com novos personagens que ressurgiram nas fontes da Chapada do Araripe. Trata-se da indústria do turismo que, de forma velada, se manifestou como um importante agente no processo de apropriação desigual da água. Essa tendência apresentou-se com mais força através de grandes campanhas publicitárias e um poderoso marketing que mostrava um Ceará

paradisiáco com praias brancas, belas paisagens de dunas e coqueirais, águas mornas e sol o ano inteiro. No interior, as serras úmidas com sua flora, fauna e água das nascentes expressavam os aspectos paradisiácos e exóticos que essas paisagens poderiam oferecer ao capital.

Esse fascínio pela paisagem expressa mais um campo que se abre para a lógica de acumulação do capital. O consumo do lugar e da paisagem natural, através da sua exploração pelo turismo capitalista, foi se apropriando desses espaços como uma mercadoria. Os atrativos naturais das fontes de água cristalina, possuindo virtudes terapêuticas e curativas, penetraram no imaginário coletivo como objeto de consumo, seduzindo a população urbana para o consumo desses espaços.

Na encosta da Chapada do Araripe, as águas das fontes viraram um desses objetos de desejo. O turismo se apropriou desse valor de uso, transformando a água em um produto do lazer que se vende e se compra. Foi nesse contexto que se expandiram inúmeros balneários, chácaras, casas de veraneio e clubes campestres, principalmente nos municípios de Crato e Barbalha. A indústria do turismo no Cariri transformou as águas das fontes e a beleza de suas paisagens em mercadorias que são vendidas para as classes de maior poder aquisitivo através das compras de ações que os tornam sócios desses espaços (MENEZES, 2007).

Esse consumo eminentemente seletivo, que exclui a maior parte da população local, desencadeou a formação de bairros para atender os grupos sociais abastados. Seduzidos pelo clima ameno, pelo lazer e pela prática de esporte, esses grupos renovam suas energias gastas na agitada e estressante vida urbana. Essa segregação socioespacial também já é visível com o desenvolvimento do setor hoteleiro que, explorando a beleza paisagística do “pé-de-serra”, foi se apropriando desses espaços tendo a natureza como principal elemento para a territorialização do capital.

Essa indústria do turismo, no entanto, oculta os conflitos hidroterritoriais decorrentes da apropriação capitalista da água. Sem confrontar os velhos conflitos com os latifundiários, esses novos personagens forjam territorialidades próprias do capital que se chocam com as populações tradicionais que vivem e usam esses territórios. Para os camponeses dos pés de serra, os chamados “caboclos”, sobra o trabalho assalariado como caseiros, jardineiros ou garçons nos hotéis, clubes e balneários.

No distrito de Arajara¹⁴¹, no município de Barbalha, foi construído na área de encosta da Chapada do Araripe um parque temático, ecológico e aquático chamado Arajara Park.

¹⁴¹Nesse pequeno povoado que, no auge da produção de rapadura, chegou a ter dez engenhos, passaram mascates, comboieiros e peregrinos vindos do litoral ou da Serra Grande. Subiam a Chapada do Araripe, na ladeira do Farias e desciam no lado pernambucano, no município de Exu. Margeando o Rio Brígida, afluente da margem esquerda

Considerado o maior do Nordeste, ocupando uma área de 73 hectares, totalmente localizado dentro da área da APA¹⁴² Chapada do Araripe, exatamente na altimetria das fontes a 760 metros, o parque idealizado por empresários da região foi inaugurado em 2002, com financiamento do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sob o discurso de que o empreendimento potencializaria o turismo de caráter empresarial como alternativa para o desenvolvimento regional.

Segundo Ribeiro (2002), fortes impactos ambientais e conflitos pelo uso da água ocorreram no distrito de Arajara a partir da construção do empreendimento: desmatamento da vegetação nativa, desterritorialização de camponeses, baixas indenizações, restrição de acesso da comunidade local às principais fontes de água, especulação e aumento do valor da terra, entre outros. Além de responsável por uma pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Geografia da URCA, publicada no mesmo ano de conclusão do empreendimento, Ribeiro é uma importante liderança no distrito de Arajara, o que nos motivou para uma conversa e um trabalho de campo na localidade.

Duas das maiores fontes do distrito de Arajara foram expropriadas privadamente para o empreendimento: a Fonte do Farias (ou nascente Santo Antônio) e a Fonte do Céu. Ambas possuem entrada em uma caverna com aproximadamente 150 metros de extensão. São duas entradas com quatro condutos e algumas ramificações por onde parte da água é escoada superficialmente para o Riacho Água Suja, tributário do Rio Salamanca, um dos principais rios do município de Barbalha. A caverna, chamada pelos habitantes locais de Gruta do Farias ou Gruta Santo Antônio, representava um espaço de convívio social com uma forte relação identitária com a população local. Entrar em seu interior e tomar banho em suas águas cristalinas era uma prática secular para os camponeses do distrito de Arajara (RIBEIRO, 2002).

Sem acesso às principais fontes de água, os camponeses tiveram uma redução drástica do fluxo de água das levadas que irrigavam o cultivo de subsistência. Na época que se iniciou a construção do Arajara Park, as lideranças locais e as associações de produtores rurais acionaram a promotoria pública para obter informações detalhadas sobre o empreendimento, demonstrando insatisfação por não terem sido consultados no processo de elaboração do projeto.

No entanto, ao esboçar essa reação contrária ao empreendimento, os moradores foram manipulados por um poderoso discurso político de desenvolvimento, principalmente

do Rio São Francisco, chegava em Cabrobó, uma das vilas mais importantes do período colonial.

¹⁴²A Área de Preservação Permanente (APA) Chapada do Araripe é delimitada a partir dos 500 metros de altitude.

relacionado à geração de emprego e renda. A construção da rodovia Crato-Arajara-Barbalha (CE 386), iniciada no mesmo período do Arajara Park, foi usada como instrumento de desmobilização dos moradores. O papel do Estado foi decisivo na agilidade para a liberação dos licenciamentos junto aos órgãos ambientais e no direito de outorga de uso das fontes.

Após a construção do Arajara Park, ocorreu uma maior pressão e avanço na área de encosta. A dinâmica indústria do lazer vem transformando significativamente a paisagem do local com a substituição de pequenas áreas de cultivo de hortaliças por pequenos comércios como bodegas, bares, restaurantes com piscinas e bicas. Grande parte desses equipamentos estão localizados nas proximidades do parque e atende principalmente a população de baixa renda que não tem condições financeiras para frequentar o Arajara Park.

No que se refere ao abastecimento de água, essas transformações territoriais mudaram radicalmente o acesso à água que passou a ser realizada com a introdução de canos diretamente nas nascentes. O Arajara é hoje a evidência clara de um paradoxo perverso que ocorre em muitas comunidades dos “pés de serra” do Cariri, como adverte Ribeiro (2020, informação verbal, sic): “Recentemente algumas famílias daqui foram abastecidas com carro-pipa, isso é um absurdo, aqui ainda tem água, mas pra nós (população local) os tempos da água em abundância acabaram, as levadas não existem mais, não há mais levadeiros na Arajara”. Embora o acesso à água, antes do Arajara Park, estivesse atrelado à posse da terra através de escrituras legalizadas junto aos cartórios¹⁴³, os camponeses pelo menos tinham a água de uso doméstico garantida.

O caso do Arajara Park é ilustrativo no que se refere à apropriação privada da água para a indústria do turismo e do lazer na região. O Quadro 5 é apenas uma amostra de como as fontes da Chapada do Araripe são alvos de interesse para esse setor da economia. Percebe-se que a maioria é composta de empreendimentos privados que restringem o acesso da população de baixa renda a esses espaços, em muitos casos, ela própria residente no local. As fontes menores, escondidas no meio da mata e que ainda não se tornaram alvo de especulação do capital, são frequentadas pela população local e de baixa renda, além de aventureiros para práticas de trilhas e outros esportes alternativos.

¹⁴³O modelo de partilha das águas das nascentes era o mesmo da Fonte Batateira, regularizada no período Imperial, conforme discutido no primeiro tópico do segundo capítulo.

Quadro 5 – Uso das fontes da Chapada do Araripe.

Empreendimento	Município	Teor	Características
Clube Recreativo Grangeiro	Crato	Privado	As fontes estão seladas em caixas de concretos e abastecem as piscinas, bicas, chalés e restaurantes. Clube frequentado pela população de maior poder aquisitivo.
Serrano Atlético Clube	Crato	Privado	São cinco fontes que abastecem as piscinas e bicas. Embora frequentado principalmente pela classe média, o Clube promoveu um intenso processo de ocupação desordenada no seu entorno.
Cascata do bairro Lameiro	Crato	Público	Cercado de uma densa vegetação úmida, o local possui quedas d'água de até dez metros de altura. Próximo à nascente do Rio Batateiras, no Parque Estadual do Sítio Fundão.
Balneário da nascente	Crato	Público	Com pouca infraestrutura (tanques, bicas, um restaurante e uma pequena hidroelétrica), atrai um grande contingente populacional de baixa renda.
Pasargada Hotel	Crato	Privado	Na encosta da Chapada; possui hospedagem, piscinas, bar molhado e parque infantil.
Balneário do Caldas	Barbalha	PPP	Com duas grandes fontes naturais, as águas minerais hipotermiais são usadas para a prática da balneoterapia. O complexo turístico Termas do Caldas possui grande estrutura incluindo o Hotel das Fontes.
Balneário Caminho das Águas	Barbalha	Privado	Atrações: chalés, bica e piscinas.
Balneário Recanto da Natureza	Barbalha	Privado	Atrações: restaurante, bica e piscinas.
Arajara Park	Barbalha	Privado	Pesque-pague, campo de futebol, playground, piscinas e tobogãs, arvorismo e tirolesa.
Balneário Aquás do Cariri	Missão Velha	Privado	Piscinas, toboáguas, fontes de água natural, restaurantes, lanchonetes e locais para piqueniques.
Praia Park	Juazeiro do Norte	Privado	Praia artificial, piscinas, toboáguas, restaurantes e lanchonetes .

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As fontes da Chapada do Araripe são usadas para o desenvolvimento do turismo de uma região que já é destaque pelas manifestações da cultura popular, pelo turismo religioso e pelo patrimônio arqueológico e paleontológico que o Cariri oferece. Essa suposta “vocação” para o turismo da região repercute no aumento de clubes recreativos e balneários, inclusive em outras áreas além da encosta da Chapada. É o caso, por exemplo, do Balneário Aquás do Cariri, localizado no município de Missão Velha, ou o Praia Park em Juazeiro do Norte.

Na encosta da Chapada, antes mesmo da indústria do turismo apropriar-se dessas áreas, a população local já utilizava as fontes e nascentes para atividades de lazer e recreação sem praticamente interferir no meio natural, exceto as bicas construídas com o caule da palmeira babaçu, abundante nessa área de encosta. Suas palhas eram usadas para a construção de

palhoças improvisadas para garantir a privacidade dos banhistas (RIBEIRO, 2002). Mas os negócios da água, potencializados pela indústria do turismo e do lazer que eliminaram essas formas sociais de uso da água e os serviços ambientais que ela presta a toda a região, não são as únicas responsáveis pelos conflitos hidroterritoriais na área de encosta.

Os tradicionais donos das terras e das águas ainda estão presentes na área da encosta da Chapada do Araripe. São herdeiros dos primeiros sesmeiros da região que cultivavam cana-de-açúcar para movimentar seus engenhos com o uso dessas águas. No entanto, alguns desses latifundiários que constituíam uma pequena oligarquia das águas das fontes venderam suas propriedades para empresários e industriais da região. Para as comunidades tradicionais que vivem nessas áreas, a substituição dos coronéis por empresários modernos piorou as condições de vida dessas populações.

Se os proprietários tradicionais admitiam algumas concessões às comunidades locais como a coleta de lenha, sementes e plantas em suas propriedades, os novos proprietários restringem até mesmo a passagem dessas populações por “veredas” que dão acesso às matas da chapada. Outras estratégias também são utilizadas para o desmantelamento da vivência cotidiana desses territórios tradicionais, como ocorreu no município de Crato, na comunidade dos Currais. Um grande empresário da região, mediante compra de uma propriedade, exigiu que todos os moradores da propriedade fossem retirados da propriedade resultando num amontoado de casas, formando uma pequena vila fora da propriedade comprada. São novas versões das velhas ideologias colonialistas

É neste ambiente com paisagens belas e um agradável microclima, com fauna e flora exuberante, em uma paisagem natural formada por bicas, grutas, nascentes (FIGURA 2), trilhas e mirantes que a nova face do capital vai se apropriando. Enquanto as comunidades tradicionais ficam cada dia limitadas em suas práticas de uso da água como bem comum, a política de cercamento das águas segue sob o comando do Estado distribuindo concessão de outorgas para acesso e usos inacessíveis para essas populações locais.

Figura 2 – Fontes e levada na Chapada.



Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Não há como discutir o recrudescimento dos conflitos na encosta da Chapada do Araripe sem considerar a relação de classe entre esses sujeitos sociais e o processo de apropriação privada da natureza, além dos seus efeitos diretos na fauna e na flora. O aumento do desmatamento e a degradação desses mananciais podem ser observados, por exemplo, pelo soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*)¹⁴⁴, importante indicador desse processo e que está criticamente ameaçado de extinção pela perda de seu habitat. Ave endêmica e dispersora de sementes florestais, o soldadinho-do-araripe tem como habitat a vegetação formada pela mata úmida das nascentes. A pressão imposta às nascentes e a retirada das plantas ao longo dos mananciais têm sido extremamente prejudiciais ao soldadinho-do-araripe, desequilibrando esse ciclo de troca entre fauna e flora.

A usurpação da natureza que leva ao extermínio da biodiversidade planetária, assim como o desapossamento dos camponeses e comunidades tradicionais, tem suas raízes no sistema econômico capitalista. No caso dos países situados na periferia do sistema, como o Brasil, o processo de dependência e submissão é agravado pelo passado colonial, cuja ordem escravista insere-se na ordem capitalista mundial forjando uma classe de detentores do capital com um caráter oligárquico que se alia às tendências modernas da economia como o neoliberalismo ou neo-desenvolvimentismo.

Essa conjugação de formas, numa aliança por cima, que devasta a natureza e anula outras possibilidades de existências, foi tramada no seio do Estado que foi sofisticando as ferramentas para o controle dos corpos hídricos e dos corpos humanos. O que não mudou foi o grupo de expropriados hídricos que são quase sempre os mesmos, uma massa de camponeses gerada no processo de abolição da escravatura que possui um lugar subalterno na sociedade

¹⁴⁴Disponível em: <http://aquasis.org/soldadinho/>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

brasileira. O papel do Estado, elemento de sustentação do capital, contribui para uma divisão entre os despossuídos e possuidores da água, expressa por Torres (2007) como uma divisão em hidroclasses.

Com a criação e a imposição de um modelo único de gestão que utiliza instrumentos como a licença de uso através da outorga, outras formas de gestão foram anuladas, deixando essa divisão social de hidroclasses muito mais nítida. É esse modelo ditado pelas leis do mercado que vai produzindo narrativas e criando discursos contraditórios entre abundância e escassez, preservação e degradação. Reitere-se que as políticas de gestão hídrica são parte fundamental dessa estrutura de poder, onde os negócios da água, ditados por grandes empresas do capital global, utilizam-se do discurso da segurança hídrica em nome da população para esconder de fato a sua verdadeira preocupação que é a segurança econômica dos seus lucros.

Quando a água corria livremente nos rios e nas fontes, de certo modo, acabava por ser mais democrática, visto que estava ao alcance de todos. Com o aumento da demanda a partir do desenvolvimento econômico, do crescimento da população e das novas técnicas e tecnologias de extração, sugando-as de profundidades cada vez maiores, a água foi se tornando um produto raro cuja racionalidade mercantil vem sendo ditada pelo capital. Tudo indica que a desordem ecológica global, em um contexto de destruir para lucrar, está associada a esse processo dos negócios da água.

Com o problema da água generalizado, a sua comercialização *in natura* por grandes corporações como a Nestlé, a Danone, a Coca-Cola e a Pepsi-Cola não só transformam a água em mercadoria, como também travam uma verdadeira guerra para o domínio e controle de fontes d'água e dos mananciais subterrâneos. Esse processo de controle das fontes e das águas subterrâneas para venda *in natura* vem se manifestando na sociedade sem grandes alardes.

No Cariri, a produção, a comercialização e a distribuição de água mineral engarrafada e bebidas gaseificadas estão em franca expansão. As marcas Cambará, Castelo, São Geraldo, Cristalina dos Alpes e Serra Bela possuem fontes próprias na região e disputam os mercados dos principais centros urbanos. A empresa Cambará, com sede no Crato, utilizando como marketing os aspectos naturais das águas cristalinas do Cariri associados aos aspectos culturais da região, desenvolveu uma garrafa de 500 ml com o formato de Padre Cícero com o objetivo de aumentar suas vendas nos períodos das romarias para Juazeiro do Norte.

Quadro 6 – Empresas de água mineral no Cariri.

MARCA	RAZÃO SOCIAL	MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICA
Cambará	Água subterrânea Mawir águas Ind. e Com. Ltda.	Crato	A fonte Muriti está localizada estrategicamente na divisa entre as cidades de Crato e Juazeiro do Norte, ocupando uma área de 2,553 hectares.
Castelo	Bringel & Carvalho Ind. de Bebidas Ltda.	Barbalha	Fundada em 2006, a empresa está localizada no bairro Lagoa Seca, área de expansão de loteamentos da classe média alta caririense.
São Geraldo	São Geraldo águas minerais Ltda.	Juazeiro do Norte	Empresa tradicional da região que surgiu na década de 1930, fundada por José Geraldo da Cruz, produzindo bebidas alcoólicas e vinhos a partir de frutas (caju, jurubeba e jenipapo). Em 1962, foi criada a famosa Cajuína São Geraldo e, em 1998, o Grupo São Geraldo entrou no segmento de águas minerais.
Cristalina dos Alpes	Rio do Peixe Ind. e Com. de água	Juazeiro do Norte	A empresa faz parte do Grupo Rio do Peixe com sede na cidade de Campina Grande (PB). Instalou-se no Ceará em 1996, comercializando no atacado uma variedade de produtos como alimentos, bebidas, limpeza, higiene pessoal e bazar.
Serra Bela	Serrabella Mineração e abastecimento de água Ltda.	Crato	Localizada numa área de vale às margens do Rio Batateiras, a empresa, além da água mineral, atua no segmento de extração e refino de minerais metálicos não-ferrosos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com o atual estágio de desenvolvimento e a crescente expansão urbana, o mercado das águas passou a ser disputado por empresas de outras regiões. É o caso da empresa cearense Indaiá que já está instalada na região com uma distribuidora na cidade de Crato, considerada a maior indústria de águas minerais do Brasil com 41 fontes em 15 estados. A marca pertence ao Grupo Edson Queiroz, um dos maiores conglomerados empresariais do país que conta ainda com a água mineral Minalba. Em 2018, o Grupo Edson Queiroz juntou-se à Nestlé com o nome de Minalba Brasil e vai reunir produção, comercialização e distribuição com o objetivo de conquistar novos nichos dos mercados de refrigerantes, sucos mistos, bebidas energéticas e águas saborizadas¹⁴⁵.

Com a compra da Nestlé, o Grupo Edson Queiroz chega a 19% de participação no mercado em embalagens de até 15 litros. Obviamente sua meta é ultrapassar outra gigante, a Coca-Cola, detentora da marca Crystal, com quase 20% de participação de mercado, a maior do país¹⁴⁶. Essa guerra por água entre a Coca-Cola e a Nestlé, duas das maiores gigantes entre

¹⁴⁵BERTÃO, Naiara. **A guerra da água:** Nestlé e Minalba se unem para enfrentar Coca-Cola. Revista Exame, 2018 [on-line]. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/a-guerra-da-agua-nestle-e-minalba-se-unem-para-enfrentar-coca-cola/>. Acesso: 09 abr. 2020.

¹⁴⁶Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (ABIR), as águas envasadas tornaram-se uma das categorias que mais cresceram ao redor do mundo. No Brasil, o consumo total de água engarrafada aumentou 70% de 2010 para 2013 e o Ceará está entre os estados em que ocorreram os maiores crescimentos (ASSOCIAÇÃO Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas – ABIR. **Águas envasadas:** crescimento e inovação. [on-line], 2018. Disponível em: <https://abir.org.br/aguas-ensadas->

as corporações do capital global, expressa a relação dos empresários cearenses chamados de modernos e suas oligarquias nacionais corporativistas com fortes vínculos políticos partidários. Através de privilégios e práticas clientelistas seculares, moldadas pelas relações obscuras entre o poder público e o poder privado, esses grupos econômicos ampliam seus patrimônios com ajuda da mão “visível do Estado”. Se há alguma dúvida sobre essa relação, o Grupo Jereissati destrói qualquer argumento.

Tasso Jereissati, atualmente senador pelo PSDB/CE, foi o autor do Projeto de Lei do Saneamento Básico (PL nº 4.162/19) aprovado em dezembro de 2019. O “senador Coca-Cola”, como foi classificado pelos colegas parlamentares, é diretamente interessado na privatização dos serviços de água e saneamento no Brasil. De acordo com reportagem realizada por Cardoso (2019), o seu patrimônio é estimado em R\$ 400 milhões (informações de 2014). O Grupo Jereissati, do qual Tasso é sócio, comanda a Calila Participações, única acionista no Brasil da Solar, empresa que está entre as 20 maiores fabricantes de Coca-Cola do mundo, empregando cerca de 12 mil trabalhadores com 13 fábricas e 36 centros de distribuição.

Com a aprovação da lei do saneamento básico, foi aberta a concessão de serviços de água e esgoto para empresas privadas e grandes corporações, especialmente nos ramos de alimentos e bebidas. As grandes empresas interessadas nesse novo marco regulatório¹⁴⁷ contam com grande apoio do monopólio midiático tradicional, além de ampla mobilização política. Em 2018, ano que foi realizado o Fórum Mundial da Água no Brasil, Paul Bucke, presidente da Nestlé, teve uma longa conversa reservada com o então presidente Michel Temer e, meses depois, foi apresentada a Medida Provisória MP nº 844 (semelhante ao PL de Tasso). Na época, a mobilização social conseguiu barrar a medida, no entanto, as poderosas forças econômicas que controlam a política conseguiram assegurar os interesses do capital.

No governo Bolsonaro, a política de privatização segue avançando com um projeto ultraliberal que prevê entregar o setor de geração de energia para as mãos da iniciativa privada. Desde a campanha presidencial, o presidente Bolsonaro vem anunciando a privatização da Eletrobrás como uma prioridade. Para as grandes corporações imperialistas, se concretizada, a privatização da estatal não garantirá apenas a geração de energia, mas as centenas de barragens que condicionam e regulam o fluxo dos rios brasileiros.

crescimento-e-inovacao/. Acesso em: 09 abr. 2020).

¹⁴⁷Esse processo está na contramão da tendência internacional em que, segundo um relatório publicado em 2017 pelo *Transnational Institute*, 180 cidades de 35 países reverteram o processo de privatização dos serviços de água e saneamento.

Não faltam exemplos que possam ilustrar os interesses privatistas no setor energético. Em novembro de 2020, no Amapá, um apagão atingiu os 14 municípios provocando um caos em todo o estado. A empresa estrangeira *Gemini Energy*, sem equipamentos para resolver o problema, precisou do socorro da estatal Eletrobrás que foi convocada por meio da Eletronorte para solucionar emergencialmente a situação. Entregar um setor estratégico, como o energético, para a iniciativa privada, além de um risco para a soberania nacional, é um péssimo negócio para o consumidor (SAMPAIO, 2020).

Não há, neste caso, preocupação com o bem-estar da população, pois é assim que funciona o modo de produção capitalista, adequando os bens naturais para produção de lucro. A subalternização da natureza, que rebate na privatização da água, promove uma pressão cada vez maior para que novos territórios sejam adaptados a essa lógica, levando milhares de pessoas a serem privadas de um bem vital. Esse cenário, semelhante ao do processo de acumulação primitiva descrita pela teoria marxista, vem sendo cada vez mais aprimorado, constituindo aquilo que Harvey (2014) denominou de acumulação por espoliação¹⁴⁸.

Com o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, as formas de associação entre os Estados e os interesses privados vão se concretizando¹⁴⁹. No Brasil, o processo de privatização da água ocorre de maneira lenta, mas vem crescendo em todo o território nacional. A mercantilização dos serviços é expressa na conversão de uma empresa pública para a iniciativa privada. Esse fenômeno, acentuado nos últimos anos, pode assumir diferentes formas que vão desde as concessões parciais até as concessões plenas, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e os contratos de gestão. Se a privatização parece um bom negócio para as empresas, é péssimo para a vida da população. Em Manaus, a primeira capital brasileira a privatizar suas águas, o precário acesso à água potável nas periferias da cidade revela um incrível paradoxo de existência de crise hídrica num local com dois dos maiores rios do mundo (BARAUSSE, 2019).

Como o lucro é o objetivo central de uma empresa privada, as áreas não lucrativas como periferias, favelas e palafitas ficaram fora dos planos¹⁵⁰. A baixa qualidade dos serviços, o constante rompimento das tubulações, o aumento da tarifa e a cobrança indevida resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), realizada em 2012, que constatou a

¹⁴⁸Os exemplos na América Latina saltam aos olhos: na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Coca-Cola secou as nascentes do Rio das Velhas e do Rio Paraopebas. No México, os moradores da cidade de San Cristóbal de Las Casas, no estado de Chiapas, consomem mais Coca-Cola do que água, pois o acesso ao refrigerante é mais fácil, custando praticamente o mesmo preço que a garrafa de água.

¹⁴⁹Grandes construtoras como a Odebrecht e a Queiroz Galvão investiram pesadamente no setor de saneamento.

¹⁵⁰Reportagem do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) entrevistando Sandoval Alves Rocha sobre sua Tese de Doutorado, publicada em 2019, com o título: “A luta pela água na Amazônia: desafios e contradições do acesso à água em Manaus”.

não realização dos investimentos prometidos. Ao ficar apenas com a operação e o lucro, a concessionária privada obteve ainda a generosidade do Estado que concedeu incentivos fiscais, não cobrou as multas sugeridas pela Agência Reguladora e realizou obras com recursos públicos para melhorar e ampliar o sistema de abastecimento.

No Ceará, a prestação de serviços e abastecimento de água é realizada pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece), empresa de economia mista com capital aberto. Nos últimos anos, o executivo e o legislativo cearense vêm discutindo a possibilidade de privatização da companhia. Em 2018, um estudo técnico e financeiro foi encomendado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o objetivo de escolher um parceiro privado para a universalização do saneamento nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza (RMF) e Região Metropolitana do Cariri (RMC). A proposta em análise estuda se será uma privatização, concessão ou uma Parceria Público-Privada (PPP).

Em maio de 2019, a Assembleia Legislativa do Ceará realizou uma sessão especial para discutir a Medida Provisória (MP nº 868) que altera radicalmente o marco legal do saneamento básico. Houve participação da sociedade civil, do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (Sindiágua), da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e da própria Cagece, que se posicionaram contrários à MP. Em setembro do mesmo ano, uma mensagem do governador Camilo Santana encaminhada à Assembleia Legislativa cearense pedia autorização para promover uma redução da participação acionária do Estado na companhia (SILVA, 2019). A mensagem do governador pretendia retirar do capital social da Cagece todos os recursos oriundos do Governo Federal classificados como recursos não onerosos, sobretudo os vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Decisões importantes como essas, muitas vezes, passam à margem de uma discussão mais aprofundada na sociedade. Entender o sentido dessas medidas e as proposições das políticas públicas é fundamental para compreender as intervenções do capital e como suas orientações estão se realizando. Nesse sentido, compreender o funcionamento das instituições, a gestão e os instrumentos, além dos documentos oficiais do Estado são informações essenciais para entender esse processo.

O avanço das técnicas de sequestro da água em profundidades cada vez maiores e o seu consequente aprisionamento em engenharias modernas como as obras de transposições contribuem para o processo de apropriação privada da água. No Cariri cearense, por exemplo, os processos de mercadorização e privatização foram acentuados com a construção de duas

importantes obras hídricas consideradas como “salvadoras” para a economia do Ceará, o PISF e o CAC. O que fica oculto nos desdobramentos dessas propostas são os conflitos, situação que será tratada em capítulo específico.

Para os gestores, as modernas infraestruturas hídricas equilibrariam a demanda, tendo em vista que as águas subterrâneas são a principal fonte de recursos hídricos da região, onde os poços tubulares e as fontes naturais representam a maior parte das captações. No entanto, mesmo com esses grandes empreendimentos hídricos, a demanda crescente tem alertado os técnicos e gestores da região. Em entrevista concedida para esta pesquisa, tanto o Presidente do Comitê da Sub-Bacia do Salgado, Wildevânio Veira do Silva, como o gerente da Cogeh, Alberto Medeiros, demonstraram preocupação com o aumento no consumo de água na região.

Diante desse cenário, os entrevistados destacam que a cobrança pelo uso da água é um dos mecanismos mais eficientes para induzir um uso racional deste bem e evitar o seu desperdício. Esse marco legal, definido desde o Código de Águas de 1934, foi efetivamente implementado em 1996 com a Política Estadual de Recursos Hídricos. No entanto, é necessária uma discussão mais ampla sobre a política tarifária quando envolve os custos envolvidos com a operação e a manutenção de grandes estruturas hídricas como o CAC e o PISF.

É bastante complexa a discussão acerca da precificação da água devido as suas características essenciais para a vida humana. Entretanto, na sociedade dominada pelo sistema capitalista, os bens naturais como a água são considerados recursos econômicos que podem ser precificados e negociados no mercado. A condição imposta de pagar pela água como uma construção histórica e conceitual, praticamente consensual, oculta o seu processo contraditório e conflituoso invisibilizando a luta de classe e os aspectos da água relacionada à ontologia do ser social. Na interpretação de Flores e Misoczky (2015), a partir dos estudos de Marx, existe uma dimensão invisível e não quantificável que organiza o metabolismo entre a natureza e os seres humanos. Natureza e trabalho, para os autores, são duas categorias fundamentais para compreender tudo o que a espécie humana produziu e produz.

A simples atitude de beber água num rio usando as próprias mãos expressa a apropriação da natureza através do trabalho para satisfazer suas necessidades. Esse processo, iniciado nas sociedades primitivas, foi se sofisticando, resultando no monopólio da água. O valor de uso da água é, portanto, inquestionável. Se o sistema capitalista impõe um preço a se pagar pela água, ele o faz submetendo os trabalhadores e a natureza ao mesmo processo. Nesse sentido, a luta de classe e a luta em defesa da natureza encontram-se na atual fase do capitalismo através das

novas dinâmicas de apropriação capitalista da água que expropria populações e destrói o meio ambiente.

A ideia da água como um recurso, como uma mercadoria, retira o sentido de vida da água. Destitui a sua ancestralidade e sua sacralidade em relação aos povos tradicionais. A sua apropriação capitalista aprisionada nas paredes de concreto gera riqueza e poder a partir dos pivôs centrais com expansão de grandes monoculturas irrigadas, deixando um rastro de devastação que afeta cada vez mais novos territórios e promove conflitos, envenenamento e injustiça hídrica.

De nada adianta extrair água de profundidades inimagináveis ou infraestruturas gigantescas se o problema é político. Neste caso, o estado do Ceará é ilustrativo. Nas últimas três décadas, a política dominante tem apostado alto nessa lógica, propagando as transformações ocorridas na política hídrica do estado do Ceará que saiu de um cenário com reduzida capacidade hídrica, onde se arrastava uma lógica assistencialista e emergencial para um quadro com ampla infraestrutura hídrica e grande capacidade de armazenamento e transferência de água.

No entanto, ao que parece, os ensinamentos dos períodos de grandes estiagens, como ocorreu durante a seca de 2011 a 2016, deveriam servir como uma lição para reavaliação desse modelo. O que se viu foi uma gestão de crise emergencial, como nos velhos tempos da indústria da seca, com enormes dificuldades de se antecipar e agindo quase sempre com ações mitigadoras. Se não fossem as milhares de cisternas espalhadas pelo sertão que foram abastecidas pelos carros pipa, as imagens de flagelados e migrantes se repetiriam.

O próprio Estado reconhece, no seu Plano de Ações Estratégicas de Recursos Hídricos do Ceará (2018), a necessidade de uma gestão mais proativa que possa substituir a gestão de crise emergencial por uma gestão de risco com ações efetivas de monitoramento e planejamento adequado às condições ambientais. Acrescente-se ainda que a política de oferta da água sem controle da demanda é insustentável. Suas implicações territoriais são extremamente danosas ao meio ambiente e às populações, especialmente as do campo e das periferias das grandes cidades.

Nota-se, dessa maneira, que o aprisionamento das águas para atender a lógica mercantil expressa-se em profundas implicações socioambientais. É na breve descrição desse caldo de conflitos hidroterritoriais de apropriação desigual da água que gera impasses e disputas que se introduz o que pode ocorrer com as grandes obras de transposições de bacias na região do Cariri cearense. Foi neste território que se constatou, empiricamente, a ofensiva política e ideológica

do processo de mercadorização e privatização da água a partir do PISF e do CAC que se manifesta em dezenas de conflitos pulverizados em todo o percurso dos seus canais.

4 CONFLITOS HIDROTERRITORIAIS NO CARIRI CEARENSE

No capítulo anterior, foram mostradas as implicações do controle da água no estado do Ceará que centraliza suas ações de gestão territorial priorizando setores da economia altamente demandantes de água. Essa política não apenas deteriora ainda mais as frágeis condições socioambientais já existentes, como também desloca as contradições para outras regiões, o que se reproduz em conflitos territoriais em escala cada vez maior. Obviamente, esse processo não é mero acidente de uma situação histórica. Sabe-se que o modo capitalista de produção tem, na sua essência, uma tendência expansionista, mas o que diferencia o momento atual é a forma da ação do Estado, agindo cada vez mais proativamente para atender os interesses das grandes corporações do capital.

Com isso, a questão norteadora que move este capítulo está centrada nas políticas hídricas estatais em frações dos territórios camponeses e como os sujeitos sociais afetados por essas políticas resistem ao processo de invasão, expropriação, apropriação, desterritorialização, mercadorização e privatização da água. Nosso campo empírico é o Cariri cearense, região em que o agronegócio, especialmente a bananicultura, apresenta-se com bastante expressividade, aproveitando o potencial hídrico que a Sub-bacia do Salgado dispõe.

Objetiva-se, por conseguinte, analisar os conflitos hidroterritoriais em frações dos territórios camponeses e os seus processos de resistências no Cariri cearense. Propõe-se, assim, a noção teórico-política de conflito hidroterritorial como uma construção que pensa a água de forma articulada com o território, de modo a compreender a vinculação histórico-cultural da sociedade com a natureza nos processos de apropriação privada capitalista da água. Isto implica destacar que a maioria dos conflitos analisados, sobretudo os relacionados às grandes obras hídricas, não são motivados na sua fase inicial pela disputa da água em si, mas pela forma de execução desses empreendimentos por parte do Estado.

No nosso entendimento, frações do espaço agrário caririense vêm se constituindo como novos territórios da água, onde os conflitos hidroterritoriais emergem nos vales dos principais rios, nas margens dos canais do PISF e do CAC e nos espaços em que o agronegócio vem se territorializando. A presença de novos personagens representantes do capital e de novos agentes produtores do espaço implica em formas diferenciadas de disputa pela água, comprometendo a disponibilidade hídrica da Sub-bacia do Salgado, gerando conflitos pelo acesso e usos das águas.

Essas contradições do processo capitalista, que avança para o campo se apropriando privadamente da água, já são evidentes nos três municípios da porção leste do Cariri: Missão

Velha, Brejo Santo e Mauriti. As condições naturais como solos férteis e água relativamente rasa dos aquíferos têm promovido mudanças no perfil econômico com a substituição da policultura de base familiar por monocultivos de fruticultura irrigada. O dinamismo da agricultura familiar tem adquirido aspectos empresariais sendo direcionado cada vez mais para o mercado, o que tem chamado a atenção de grandes empresas do agronegócio como vem ocorrendo com a produção de banana.

Uma grande área de vale, que inclui esses três municípios, vem constituindo-se num território repleto de elementos novos para apropriação privada da água com desdobramentos territoriais que têm impulsionado um processo de *comoditização* da natureza. As formas mais visíveis desse planejamento, redefinidor dos caminhos das águas, mantendo-as cercadas e vigiadas, estão na base das profundas transformações nas formas de produzir, especialmente na substituição da agricultura familiar de base camponesa para uma agricultura irrigada, particularmente na fruticultura, que será alimentada pelas águas dos canais públicos que cruzam esses municípios.

Como consequência, ocorrem inúmeras violações dos direitos dos camponeses afetados pelo CAC e pelo PISF, além daqueles indiretamente afetados por outros processos que se vinculam às obras, como as empresas do agronegócio, a partir da disputa pela água que levará ainda mais à segregação desses grupos sociais. Numa conjuntura de sobreposição de conflitos, os exemplos das Vilas Produtivas Rurais (VPRs) construídas para reassentar os camponeses expropriados pelo PISF, são revelações da simultaneidade dos novos e dos velhos conflitos, desde a tradicional luta pela terra até as modernas formas de proletarização do campesinato, utilizadas pelo Estado através do cercamento das águas.

É com esse caráter classista que o Estado produz artificialmente um novo caminho das águas e regula as frações dos territórios camponeses através de políticas estatais que estimulam as práticas espoliativas contra a natureza. O controle da água continua sendo um poderoso instrumento de dominação como nos velhos tempos da indústria da seca; agora, muito mais sofisticado e de maneira sutil, o Estado vai cumprindo o seu papel no processo de privatização da água à revelia do povo em favor do capital.

Na verdade, as estratégias do Estado adotadas para armazenar e transportar água em grandes infraestruturas produzem efeitos territoriais que, no nosso entendimento, engendram um novo caminho das águas no território cearense. No Cariri, a nossa pesquisa empírica comprova que esse desejo do Estado não apenas compromete a disponibilidade das reservas

existentes, sendo, portanto, incompatível com a natureza da região, como também extrapola todos as disputas e conflitos existentes.

Dito isso, neste capítulo, busca-se mostrar a importância de pensar os conflitos em sua relação com o território, evidenciando a água como produto e produtora dessas relações sociais permeadas de contradições. Esta perspectiva sugere estudar a água não apenas no seu aspecto físico, mas no nível de ciclo hidrosocial, cujo poder social é distribuído desigualmente na sociedade. É pensar a água na centralidade dos conflitos territoriais cuja trama se vincula em uma profunda relação entre sociedade e natureza que se revela objetivamente na vida concreta dos camponeses, assim como nas suas subjetividades.

Discute-se uma agenda de lutas e resistências que os camponeses do Cariri cearense vêm realizando na região. São formas de enfrentamento que constituem a luta pela justiça ambiental e hídrica e que se diversificam na maneira de atuar, sejam organizadas por movimentos sociais já consolidados ou desenvolvidas por processos fragmentados e difusos. De qualquer modo, essas resistências expressam como a luta contra as ações promovidas pelo Estado capitalista está no âmago da existência social do camponês.

4.1 O cercamento das águas e os seus desdobramentos territoriais

No capítulo anterior, os desdobramentos da gestão hídrica no estado do Ceará foram evidenciados, demonstrando como o capital territorializa-se no campo e promove uma série de conflitos territoriais. Questionando quem são os maiores interessados nesse modelo de gestão política da água, este capítulo inicia mostrando a face mais visível de reprodução do capital no campo em frações do território camponês. O agronegócio constitui um dos setores pujantes da economia que vem gerando um quadro conflituoso de desregulação social, territorial e ambiental.

A questão agrária no Cariri cearense vem se reconfigurando com a substituição de uma agricultura familiar de base camponesa para a produção de fruticultura irrigada, que tem atraído também pequenos produtores. A chegada de duas empresas do agronegócio da fruticultura revela as transformações territoriais que podem resultar em novas estratégias de apropriação e controle da terra e da água acirrando os conflitos territoriais. Enquanto o capital aproveita-se de leis e estruturas construídas pelo Estado, sobra para as populações a exploração do trabalho e o esgotamento das riquezas naturais.

Essa problemática anunciada está fortemente consolidada em todo o território nacional através de um grande acordo político econômico que impulsiona o agro brasileiro como o grande vetor do crescimento econômico, mantendo, nos últimos anos, uma média de 20% do PIB nacional. A sua força se expressa com taxas crescentes mesmo em um momento de crise sanitária e de saúde pública provocada pela pandemia do novo Coronavírus (REUTERS, 2020). Com efeito, houve crescimento do setor com um aumento no PIB setorial de 9% durante o ano de 2020.

O aumento das exportações é sempre celebrado orgulhosamente por diferentes espectros políticos e pela grande imprensa nacional¹⁵¹. No entanto, os porta-vozes do capital no campo quase nunca associam o impacto social, econômico e ambiental desse modelo produtivo que subordinou a estrutura produtiva a um modelo agrícola que se fundiu com o capital financeiro. Vivencia-se uma conjuntura cuja irracionalidade do sistema avança de forma desenfreada para os territórios que, por muito tempo, ficaram à margem do sistema. É o totalitarismo dos mercados financeiros nos espaços rurais apropriando-se dos bens naturais de uso comum para atender exclusivamente ao lucro capitalista.

A ofensiva do capital sobre as riquezas naturais é, agora, sem dúvida, a mais violenta e voraz desde a história do capitalismo. Contudo, quando se observa a sua materialidade, como no caso do agronegócio brasileiro, não se trata de um fenômeno recente na história do Brasil, pois a sua gênese está fincada em um grande acordo político desde o tempo da colônia assentada na destruição da natureza, no genocídio indígena, na monocultura para exportação e no sequestro e escravidão do povo africano. Quanto mais o agronegócio expande-se, maior é o número de conflitos por terra e água, especialmente pelo processo de expropriação dos povos do campo, das florestas e das águas.

Nesse contexto, o agronegócio, como manifestação mais evidente da acumulação do capital no campo, vai concentrando cada vez mais renda na mão dos especuladores, aumentando a desigualdade social. Deixa os milionários do *agrobusiness* cada vez mais ricos, mesmo no período de pandemia, enquanto o país retorna ao mapa da fome. Tudo isto é reflexo de um campo extremamente desigual, conforme afirma relatório da Oxfam Brasil (2021), segundo o qual menos de 1% de todas as propriedades rurais concentram quase metade de toda a área

¹⁵¹ Sobre a representação do Agronegócio no PIB brasileiro recomendamos o texto de Marco Antonio Mitidiero Junior e Yamila Goldfarb - O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. Com um conjunto de dados e argumentos consistentes os autores explicam o papel do agronegócio na economia brasileira. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>.

rural brasileira. Em contrapartida, quase 50% das propriedades, com tamanho inferior a 10 hectares, ocupam apenas 2,3% da área rural total.

Não faz sentido, portanto, a narrativa de “moderno”, “pop” ou “motor” da economia nacional quando é fortemente subsidiado pelo Estado e promove uma sangria do dinheiro público através de empréstimos impagáveis nos bancos públicos e dívidas milionárias perdoadas pelo executivo e legislativo. O próprio Plano Safra 2020/2021 evidencia essa discrepância entre agronegócio e agricultura familiar: enquanto o “agro” contará com R\$ 236,3 bilhões, um aumento de 6,1% em relação ao plano anterior, a agricultura familiar teve apenas R\$ 33 bilhões¹⁵² destinados ao seu financiamento.

Não há como contestar o fato de que o lucro do agronegócio brasileiro depende da dilapidação da natureza. Enquanto festejam os lucros e o PIB, o custo ambiental é ignorado e a “boiada” vai literalmente passando. No governo do presidente Jair Bolsonaro, a população assiste atônita o desmonte da política ambiental, cuja pasta do Ministério do Meio Ambiente (MMA), comandada por Ricardo Sales, aplicou, até setembro de 2020, apenas 0,4% dos recursos para ações diretas de proteção ambiental como prevenção de incêndios, desmatamento e invasões de terras protegidas em todos os biomas brasileiros (GREENPEACE BRASIL, 2020). Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2021) revelam que, na Floresta Amazônica, os índices de destruição seguem em ritmo acelerado nos últimos anos. Só no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, o aumento chegou a 50% em relação ao ano anterior¹⁵³.

Além da devastação para se apropriar de áreas até então protegidas, a forma de produção é extremamente onerosa para o Estado brasileiro. Somente em 2019 foram aprovados os registros de 474 agrotóxicos, o maior número desde que passou a ser documentado pelo Ministério da Agricultura, em 2005. Em média, 20% de todo agrotóxico produzido no mundo é direcionado para o Brasil, o que resulta em um consumo médio de 7 litros por ano por cada brasileiro. O Estado, já onerado com os altos subsídios, perde de duas maneiras: sem recebimento de impostos por produção, já que o agrotóxico é isento, e pela pressão exercida no Sistema Único de Saúde (SUS) como um grave problema de saúde pública¹⁵⁴.

¹⁵²Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

¹⁵³O calendário oficial de monitoramento usado pelo INPE refere-se ao período de agosto de 2018 a julho de 2019. O resultado divulgado em 2020 mostra que o desmatamento segue em ritmo acelerado com aumento de 34% em relação ao ano anterior.

¹⁵⁴Para saber mais, recomenda-se: “Dossiê Abrasco: os impactos dos agrotóxicos na saúde”. Disponível em: <https://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/>.

Dessa forma, o avanço do moderno agronegócio brasileiro não teria êxito econômico sem a relação política de controle das terras e de uma política de gestão das águas. O controle da água pelo agronegócio representa, portanto, o domínio de um determinado território e, como o capital é insaciável, novos territórios precisam ser expropriados para que o ciclo da expansão e da acumulação mantenha o seu ritmo. É nesta perspectiva que a partir de agora analisam-se as contradições de um novo território da água, o Cariri cearense, região que atualmente convive com essa dicotomia de “desenvolvimento econômico” e conflitos hidroterritoriais¹⁵⁵.

Importante destacar, inicialmente, que não é mera coincidência que as duas principais obras hídricas do Ceará estejam cruzando uma região onde o agronegócio vai se territorializando. Não há como deixar de discutir a construção de uma agenda econômica que favorece o agronegócio, negligenciando o debate sobre as novas formas de extração e o aumento da disputa pela água. Na região do Cariri, as escolhas políticas podem definir o cenário econômico nas próximas décadas, mas também podem incidir diretamente na ampliação dos conflitos hidroterritoriais.

De qualquer modo, nos últimos anos, a chegada de novos agentes geradores de conflitos, e a possibilidade de extrair água para novas atividades econômicas têm acirrado o debate em torno da questão hídrica em diferentes espaços institucionais. No dia 18 de julho de 2019, por exemplo, o Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Salgado realizou uma mesa redonda para discutir a questão das águas subterrâneas no Cariri cearense. Na ocasião, o Secretário Executivo da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Dedé Teixeira (informação verbal), falou que “[...] o Cariri está em plena expansão econômica [...]” e que as obras estruturantes que partem do Cariri (CAC e PISF), assim como as principais nascentes dos rios são fundamentais para o desenvolvimento do estado do Ceará, portanto, os debates e as decisões tomadas naquele comitê refletiriam em todo o território cearense.

Uma semana depois, entre os dias 22 e 24 de julho, foi realizada a Oficina de Planejamento para a criação do Polo da Fruticultura Cariri Centro-Sul, na cidade de Crato. O objetivo do evento foi discutir estratégias e ações para a estruturação da cadeia produtiva de

¹⁵⁵Convém lembrar a mudança havida no âmago da política neodesenvolvimentista em relação à discussão que se fazia nas décadas de 1960 e 1970. Naqueles períodos, o cerne das políticas de desenvolvimento era o processo de industrialização. De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1967), a solução para o desenvolvimento do Nordeste estava na industrialização sustentada pela política de incentivos fiscais e creditícios. Na atual conjuntura, em pleno processo de desindustrialização e com a economia brasileira em processo de reprimarização, a saída buscada para o processo de pobreza regional dá-se através do fortalecimento do agronegócio.

frutas em uma rota que envolve 28 municípios. Também foi criado um comitê gestor do Polo¹⁵⁶ e elaborada uma carteira de projetos.

Com presença de diversos pesquisadores das universidades cearenses e institutos federais, órgãos do Estado, prefeitos e secretários de agricultura de vários municípios do Cariri, além de produtores, técnicos e extensionistas, a oficina ocorreu com um clima de muita expectativa. O Cariri será estrategicamente a primeira região do Ceará a ser considerada uma Rota da Integração Nacional com os Polos da Fruticultura que atuam de acordo com os critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como parte das ações do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

A oficina foi dividida em Grupos de Trabalho (GTs), onde os participantes puderam debater quais as forças e as fraquezas da região do Cariri para a implantação da cadeia produtiva da fruticultura. No que se refere ao ambiente externo, ou seja, como o Cariri integra-se com as políticas públicas, os grupos apontaram as principais ameaças e oportunidades. Curiosamente, o tema água foi central nesses debates, pois apareceu como uma das principais forças do Cariri e também como fraqueza, especialmente pelos participantes dos municípios do Centro-Sul¹⁵⁷. Ademais, apareceu como uma ameaça, caso as grandes obras hídricas não sejam concluídas; ao mesmo tempo, surgiu como oportunidade de expansão com a possível finalização do CAC e do PISF.

Sem muitos questionamentos e sem apontar as contradições da proposta, ficaram evidentes o desejo político e a determinação de praticamente todos os presentes para a implantação da Rota da Fruticultura no Cariri cearense. Ao contrário da reunião ocorrida na semana anterior, realizada pelo comitê de Sub-bacia do Salgado, não se demonstrou nenhuma preocupação em relação ao crescimento da demanda de água¹⁵⁸. Embora o foco fosse a criação de uma cadeia produtiva para o fortalecimento da agricultura familiar aproveitando o potencial existente, também não houve questionamentos sobre a expansão do agronegócio na região.

¹⁵⁶O nome do Polo foi definido como Polo da Fruticultura do Cariri Centro-Sul e os municípios que o integram são: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Santana do Cariri, Nova Olinda, Cariri, Cariri, Missão Velha, Brejo Santo, Penaforte, Porteiras, Jati, Jardim, Tarrafas, Abaiara, Farias Brito, Araripe, Salitre, Mauriti, Icó, Orós, Quixelô, Iguatu, Milagres, Cariús, Jucás, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira e Exú (PE).

¹⁵⁷Os participantes da região do Centro-Sul formada pelos municípios de Cariús, Jucás e Iguatu reclamaram que o potencial hídrico desses municípios é limitado.

¹⁵⁸Na ocasião, houve a oportunidade de conversar informalmente com representantes do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR). Um deles, que pediu para preservar sua identidade, informou que existe um estudo do mais alto padrão técnico e científico que desnuda o déficit hídrico do Ceará, o maior do Nordeste. Os dados sobre o Cariri, segundo o informante, também são preocupantes. Entretanto, o estudo não foi publicado e não há previsão para tal. O informante explica que há muita pressão do “capital” para ofuscar esses dados.

Todas as palestras e painéis apresentados destacaram o evento como um momento histórico na região. Foi vendida uma imagem do Cariri com enorme potencial para a expansão da fruticultura. De fato, com a criação da Região Metropolitana do Cariri (RMC), em 2009, ocorreram enormes investimentos do governo estadual em infraestruturas, capacitando a região para receber grandes empresas, em especial as ligadas ao setor do agronegócio. A região já conta também com a empresa Sítio Barreiras Fruticultura, com três unidades de produção em Missão Velha e uma unidade de distribuição em Barbalha, dedicando-se à produção de bananas.

Uma das obras mais audaciosas do governo, que tem por objetivo integrar todas as bacias hidrográficas do estado, vem sendo executada cortando 8 municípios do Cariri. Trata-se do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) que, em seu Trecho 1, cruzará com seus 150 km de extensão 8 municípios da região. A maior parte da área afetada corresponde a espaços rurais, matas nativas e áreas agrícolas. Outras importantes obras de infraestrutura estão sendo executadas como, por exemplo, a Ferrovia Transnordestina e o PISF. A Transnordestina teve início em 2006 e pretende ligar o município de Missão Velha à Salgueiro, Pernambuco. A previsão é que os portos de Suape/PE e Pecém/CE sejam interligados em uma malha total de 1.728 km que atravessarão 81 municípios dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, passando no Cerrado nordestino e no polo Petrolina-Juazeiro, áreas de expansão do agronegócio.

Os efeitos dessas transformações no campo implicam em novas relações de trabalho, exigindo ocupações mais qualificadas em áreas técnicas, científicas e administrativas. No que se refere à produção agropecuária, a região vem impulsionando substancialmente a mão de obra qualificada que já vem sendo preparada com os cursos técnicos, em graduação e pós-graduação no Instituto Federal – Campus Crato; no Curso de Bacharelado em Agronomia, da Universidade Federal do Cariri (UFCA), criado em 2006; e, recentemente, com o curso de Medicina Veterinária, também ofertado pela UFCA. A região também já dispõe de uma enorme variedade de lojas e distribuidoras com máquinas, implementos agrícolas, sementes e insumos, além de oferecer assessoria técnica para os produtores da região.

Crescem também os espaços destinados para trocas, intercâmbios e exposições do setor. São inúmeros os eventos realizados anualmente nas principais cidades caririenses, com destaque para o Agripec, cuja última edição ocorreu em outubro de 2019, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Crato e contou com apoio de vários órgãos ligados ao setor do Agronegócio como o Sebrae, Banco do Nordeste e a SEDET/SDA. Com mais de 1.200 participantes, a programação foi dividida em palestras, mesas redondas, *workshops*, visitas técnicas, oficinas e uma visita de campo para o Sítio Barreiras. As atividades foram distribuídas

em segmentos da cadeia produtiva do agronegócio com destaque para a bovinocultura e a fruticultura.

Em Brejo Santo, todo ano é realizada a Expobrejo no Parque de Eventos e Agronegócios Mario Leite Tavares com uma tradicional vaquejada. É um dos maiores eventos de exposição e comércio do agronegócio cariense que reúne os principais produtores, universidades, instituições públicas e privadas de educação, técnicos, bancos, empresas que comercializam insumos, implementos e máquinas. Em Mauriti, em 2019, participamos da III Feira da Agricultura Familiar de Mauriti (FIGURA 3), evento que teve como objetivo promover a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, mas também com presença marcante de empresas do agronegócio e instituições financeiras.

Figura 3 – Feira da agricultura familiar em Mauriti.



Fonte: Foto do autor (2019).

Esse processo de transformação do meio rural atinge diretamente a cidade. A intensificação das atividades urbanas, a busca por novos mercados e a expansão geográfica de uma agricultura com um moderno padrão tecnológico são aspectos que demonstram o papel que o Cariri vem desempenhando como um território estratégico para o processo de acumulação capitalista. Na sua feição atual, essas dinâmicas territoriais constituem o núcleo do sistema metabólico do capital que é composto pelos preceitos da cartilha neoliberal que se estabelecem a partir do tripé trabalho, capital e Estado.

Esse sistema de dominação capitalista vai ocupando todos espaços do campo e sua face mais visível são as mudanças na produção agrícola de base camponesa. Para o coordenador do Instituto Agropolos Cariri, Evanildo Simão (2020, informação verbal, sic)¹⁵⁹, essas mudanças

¹⁵⁹Evanildo Simão foi também presidente da cooperativa de colonos do Perímetro Irrigado da Quixabinha e

deslocam-se com força para a agricultura familiar que vem se processando a partir da atuação do Banco Mundial e sua relação com o programa de extensão rural implementada pelo Estado:

Aqui no Cariri nós finalizamos agora um projeto de Ater, um projeto inovador que o Governo do Estado fez com o Banco Mundial de assistência técnica diferenciada. O Banco Mundial financiou junto com o Governo do Estado na perspectiva de que nós não vamos entregar o produto financeiro, nós vamos com uma equipe multifuncional de técnicos que vai desde um contador passando por assistente social, passando por um agrônomo, veterinário. Essa equipe tem uma missão e qual é a missão? Elevar o poder financeiro dessas comunidades sem projeto financeiro, ou seja, só mudanças de hábitos, só novas perspectivas de educação, formação, conhecimento e acompanhamento. Com essa estratégia a gente consegue melhorar a renda dessas famílias. Se fez um marco zero, como estas famílias estavam e dois anos depois desse processo como é que essas associações estavam né. E aí nós tínhamos diversas associações que eram acompanhadas pelo Agropolos que a gente conseguiu mostrar que mesmo sem entrar um real financeiro, ou seja, sem ter um projeto financeiro, sem ter um plano de negócio, sem ter um financiamento que pudesse mudar a vida dessas comunidades, e essas associações demonstraram que com assistência técnica continuada você tem melhoria financeira, melhoria social, por exemplo, quando você faz com que aquela família faça sua DAP, o seu financiamento no Pronaf, faça o seu CAR, ou comece a vender para o PAA, comece a vender para o Pnae, para o PAA leite, comece a participar de políticas públicas, só em fazer, inserir essa família você já começa a tonificar financeiramente. Não precisa do projeto, é o empoderamento e nós conseguimos mostrar através de números que é possível se fazer assistência técnica e melhorar a renda dessas famílias, então o Agropolos é pioneiro nesse trabalho.

A citação acima demonstra que a fase contemporânea do capital não está restrita apenas aos processos de produção e acumulação, mas, simultaneamente, em estratégias que envolvem mecanismos individuais e coletivos de captura da subjetividade. Tal movimento, agindo como uma poderosa ideologia orgânica do capital, vai influenciando internamente as pessoas através da construção de novas realidades nas mentes antes mesmo de tais realidades serem efetivamente criadas.

Diante disso, uma questão precisa ser levantada: a propagação desse modelo agrícola voltado para o mercado condiz com a realidade da região? Na verdade, existem inúmeras incertezas sobre essa possibilidade e uma delas é mais relevante: será que a água que vem sendo ofertada está realmente disponível? Embora considerada uma das reservas subterrâneas mais importantes do estado do Ceará, as mudanças nas atividades produtivas vêm afetando a dinâmica das águas. A questão central é saber com precisão o volume e a qualidade da água retirada dos aquíferos e sua capacidade de recarga. Técnicos da Cogerh¹⁶⁰ explicam que as

prefeito de Mauriti entre 2013 a 2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁶⁰Reunião do Comitê da Sub-bacia do Rio Salgado sobre as águas subterrâneas no Cariri, realizada no dia 18 de julho de 2019.

poucas análises realizadas apontavam volumes que variavam bastante entre 3 bilhões de metros cúbicos a 30 bilhões de metros cúbicos.

No tocante aos estudos o mais recente da Cogerh verificou atualmente que a recarga do aquífero tá sendo menor que o consumo, é a única coisa que nós já conseguimos de forma mais precisa, a questão do volume do aquífero é o ponto bem controverso, porque é modelagem matemática, então modelagem matemática depende muito de como os dados que foram usados, da pessoa que usou esses dados, então não fica uma coisa muito precisa, nós temos 4 estudos e todos com volumes diferenciados, então não temos como dar uma garantia desse volume está real ou não (BRITO, 2020, informação verbal).

Para o gerente regional da Cogerh, Alberto Medeiros de Brito (2020), os últimos estudos estimam que o potencial hídrico da Bacia Sedimentar do Araripe, que abrange 10 municípios, detém um valor bem abaixo do que apontavam outras pesquisas¹⁶¹. Embora existam essas distorções, o servidor constata problemas na quantidade e qualidade da água no Cariri, visto que o consumo já é superior à sua reposição e vários pontos de contaminação foram identificados nos aquíferos da Bacia Sedimentar do Araripe.

É consenso que intervenções são necessárias para que haja compatibilidade entre o consumo de água por determinados setores da economia e a disponibilidade de demandas futuras. Prioridades precisam ser definidas e algumas áreas devem ser sujeitas à restrição de uso para garantia de proteção desses recursos. Campos (2019) observa que as reservas subterrâneas classificadas como reguladoras podem ser usadas dentro dos limites, uma vez que são renováveis e têm os seus estoques recarregados principalmente por meio da infiltração das chuvas e de outras fontes.

O problema é que essas reservas estão sendo exploradas além do limite, o que pode comprometer a vazão dos mananciais devido ao risco da retirada da água das reservas permanentes. Essa prática pode provocar desequilíbrios irreversíveis no balanço hídrico da bacia hidrográfica, pois as reservas permanentes que estão na zona saturada são estratégicas e só devem ser extraídas em caso de escassez extrema. Depois de aberto o precedente de forma descontrolada para exploração dessas reservas, dificilmente o poder público terá controle da situação.

Em Estudos Qualiquantitativos das Águas Subterrâneas da Bacia do Araripe (2016-2017), a Cogerh dispõe que as maiores reservas reguladoras do sistema Aquífero Médio estão nos municípios de Crato, Barbalha e Missão Velha. Esses municípios já possuem grandes áreas

¹⁶¹O estudo mais recente citado pelos técnicos da Cogerh apresenta o potencial hídrico da Bacia Sedimentar do Araripe com 139 milhões de m³ no aquífero médio e 26 milhões de m³ no aquífero inferior.

urbanizadas com terrenos impermeabilizados e redes de drenagem artificiais, o que modifica o caminho natural das águas e aumenta o escoamento superficial, diminuindo a infiltração e a recarga direta. É explícita também a retirada de extensas áreas florestais que são responsáveis pela infiltração e evapotranspiração.

Na ótica de Campos (2019), o Cariri já enfrenta estresse hídrico. Durante os anos da última seca no Nordeste, vários municípios da região, mesmo situados em localização privilegiada na Bacia Sedimentar do Araripe, como Missão Velha, decretaram estado de calamidade. Um relatório feito pelo *World Resources Institute* (WRI) apontou uma cidade do Cariri com grau de risco extremo de estresse hídrico. O estudo realizado em 189 países indicou cidades que podem ter colapso de água no futuro (COSTA, 2020). As três cidades brasileiras na lista das mais ameaçadas são da região Nordeste: Petrolina, em Pernambuco; Juazeiro, na Bahia¹⁶²; e Juazeiro do Norte, no Ceará. Na avaliação do estudo, as causas apontadas são o consumo excessivo, a crise climática, a degradação ambiental e o desperdício.

Em Juazeiro do Norte, maior cidade da região do Cariri e terceira maior do estado, essa preocupação já era apresentada por Padre Cícero, o fundador da cidade, através dos seus preceitos ecológicos, conforme discutiu-se no tópico 3.3. Na prática, os ensinamentos do Padre, com uma riqueza singular que misturava fé e religiosidade com uma base ecológica, já apontavam a incompatibilidade entre determinadas atividades econômicas com as condições de semiaridez do município¹⁶³. Com uma elevada taxa de urbanização, ampliação da malha viária e expansão do setor imobiliário, Juazeiro do Norte comprova que desenvolvimento econômico sem planejamento compromete os espaços naturais da cidade.

A área urbanizada, expandindo-se na direção das cidades de Crato e Barbalha, contribui para a diminuição da qualidade ambiental e dos recursos hídricos na região do Cariri. A impermeabilização de grandes áreas, o descarte irregular de resíduos sólidos e o lançamento de efluentes comprometem as águas subterrâneas e os corpos hídricos superficiais que abastecem as três principais cidades da região do Cariri cearense.

O processo caótico de urbanização das grandes e médias cidades é expressão evidente do caráter destrutivo do capital no meio ambiente urbano. Deveria, no mínimo, causar indignação o fato de que as grandes cidades são projetadas para a valorização do capital, enquanto as pessoas são expropriadas e áreas de matas ou agrícolas são substituídas para construções que dominam a paisagem com escassas áreas verdes. Não deveria fazer sentido a

¹⁶²Juazeiro da Bahia e Petrolina estão nas margens do Rio São Francisco.

¹⁶³Durante a seca de 1915, por exemplo, ele escreveu cartas para o Governo do Estado solicitando ajuda, afirmando que a população estava morrendo de fome e sede. Na época a cidade estava em pleno aumento populacional.

nossa naturalidade em relação à morte de um rio ou ao desmatamento de uma área verde para o avanço da especulação imobiliária. Quando a natureza é capturada pelo poder econômico de forma privada, todo o sistema natural sofre uma série de disfunções irreversíveis.

É nessa perspectiva que Mészáros (2011) defende que esse sistema, orientado para a expansão e movido pela acumulação, é incontrolável, irreformável e também destrutivo. Através da exploração dos bens naturais, da opressão e da espoliação, o sistema compromete todas as dimensões da vida do planeta, resultando em um processo de crise permanente. Ao avançar para os bens naturais de uso comum, o sistema orgânico do capital não encontra nenhuma saída viável. Nem mesmo as tentativas mal sucedidas do século XX, como o keynesianismo e intervenções ou conflitos militares, parecem ser saídas efetivas para os problemas socioambientais.

É nessa crise estrutural de longo prazo que se intensificam os processos de mercantilização da natureza através da apropriação de novos territórios para que se estabeleça a continuidade da acumulação primitiva, entendida aqui em sua fase contemporânea como acumulação por espoliação. Ao contrário de outros momentos históricos, quando crises foram funcionais ao sistema com imposição de algum tipo de racionalidade (HARVEY, 2004), agora, em uma conjuntura de crise permanente, a possibilidade de racionalização arbitrária com pequenas correções sem dismantelar o sistema pode aprofundar ainda mais o contexto de crise estrutural.

Existem evidências consistentes na obra de Mészáros (2011) de que a racionalidade capitalista e os processos que organizam a sociedade e a natureza são radicalmente incompatíveis. Embora haja um grande esforço para falsear a origem dessas várias formas de crise, as suas manifestações, através dos inúmeros conflitos em todo o planeta, já não mais podem ser ocultadas. São conflitos que resultam do mesmo fenômeno, pois, quando se transforma tudo em mercadoria, o capital não reconhece outro caminho que não seja a acumulação de lucro e a expansão dos negócios.

A acumulação por espoliação fornece um ponto de partida necessário para compreensão da análise do processo permanente que começa com a invasão e termina com a privatização. Ao isolar os povos do campo de seus meios de subsistências, o capital, em seu processo violento e sangrento, gera as precondições necessárias para o seu avanço. É através desse terrorismo brutal que o capital avança sobre outros territórios e recria suas próprias possibilidades de existência através da opressão, da exploração do trabalho, da desapropriação e da destruição da natureza.

Diante da iminência de situações extremas de degradação da natureza, exploração dos territórios e opressão das territorialidades que não lhe aderiram totalmente, os atores hegemônicos do capital procuram mitigar os problemas sem alterar a estrutura do sistema. Problemas relacionados à questão da escassez hídrica, por exemplo, sempre são colocados como questões técnicas, negligenciando os aspectos políticos.

Para ser mais específico, basta observar o que representou para o semiárido nordestino o programa de grandes obras hídricas construídas no âmbito da chamada solução hidráulica. Essa lógica secular de gastos excessivos e desvios do dinheiro público para lucros privados continua se reproduzindo através de obras mais modernas como as transposições de bacias. Ao serem propagandeadas como salvadoras, as grandes obras contribuem para a ampliação de um modelo de desenvolvimento em desacordo com a realidade dos povos e dos seus territórios.

Embora originadas para mitigar o problema, as grandes obras não promoveram as transformações esperadas na estrutura socioeconômica. O mesmo vem se cogitando com os modernos empreendimentos de grande envergadura como as transposições de bacias. Tais empreendimentos representam eixos territoriais em escala nacional que envolvem interesses de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que podem aquecer momentaneamente a economia regional, no entanto, não podem ser taxadas como soluções definitivas.

Seria prudente observar o exemplo de iniciativas que tiveram esse caráter salvacionista e que o tempo mostrou a manipulação desses discursos. No Ceará, em 1993, uma seca ameaçou o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e a solução apresentada às pressas para tentar evitar o colapso foi a construção de um canal a céu aberto, com 113 km, transpondo as águas do Rio Jaguaribe, na altura do município de Itaiçaba, até o Açude Pacajus, município vizinho da capital cearense.

O Canal do Trabalhador, como ficou conhecido, ajudou momentaneamente a capital cearense a superar uma crise de abastecimento. Esta iniciativa projetou nacionalmente o governador Ciro Gomes pela façanha em realizar uma obra dessa envergadura em apenas cinco meses. No entanto, o que ficou conhecido como a “obra do século”, logo apresentou problemas, conforme explica Chacon (2007, p. 147):

Passada a crise, depois de sete meses, com a volta das chuvas, o canal, feito às pressas, sem licitação, ao custo de R\$ 48 milhões, não se mostrou mais útil, nem para a capital nem para o interior. As suas margens não foram irrigadas como prometido, e o canal, pouco mais de uma década depois, além de não levar mais água para a RMF, tem que receber água de quando em quando para não secar.

Na época da construção do Açude Castanhão, a narrativa salvacionista foi a mesma utilizada no Canal do Trabalhador, mas, nos últimos anos, operar com volume morto tem sido uma rotina do Castanhão. Em 2017, período de uma estiagem de cinco anos, o açude chegou a 3,3% de sua capacidade, registrando o menor armazenamento desde quando foi inaugurado, em 2002 (G1, 2017). A seca mostrou que o “gigante” não consegue assegurar água para manter as necessidades hídricas mais básicas, necessitando pedir socorro ao Açude Orós, que fica a montante. Agora, espera a conclusão do CAC e do PISF para atender as demandas para as quais foi construído.

O que os fatos demonstram é que de nada adianta uma política de obras faraônicas em que se priorize uma gestão de oferta desconsiderando a realidade do semiárido. A seca não é um evento estranho, é uma realidade periódica própria desse bioma. Por isso, insiste-se que a solução para o problema da questão hídrica não pode ser concebida apenas como um problema técnico e, sim, como uma questão política. Além de não resolver efetivamente a situação da segurança hídrica, esses empreendimentos podem comprometer ainda mais a escassez que está sendo agravada pelo processo de apropriação privada capitalista da água.

No Cariri cearense, o problema da escassez não deve ser associado às questões físico-naturais, dadas as condições ambientais da região, mas essencialmente ao histórico processo de controle das fontes naturais e do domínio das terras e das águas¹⁶⁴. A região é predominantemente abastecida por água subterrânea, incluindo as fontes, cujas águas atendem a uma população de 600 mil habitantes na porção mais ao Sul do Ceará (CEARÁ, 2020). Nas 293 fontes do lado cearense¹⁶⁵, na área da Bacia Sedimentar do Araripe, a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh) vem fazendo o cadastramento de usuários, medição da vazão média das fontes e análise sobre a qualidade da água. Os resultados preliminares desse estudo já mapearam 496 usuários e 80 fontes outorgadas.

Na Sub-bacia do Rio Salgado, os municípios com maiores quantidades de fontes são: Crato (88), Missão Velha (54), Barbalha (35), Jardim (26), Porteiras (26) e Brejo Santo (11). As de maior vazão são: a Fonte Boca do Mato, que abastece a sede de Jardim; a Fonte Batateira, que contribui no abastecimento da cidade do Crato; a Fonte Pendência, em Missão Velha; as fontes João Coelho e Bom Jesus, que abastecem o Balneário Caldas, em Barbalha, além de

¹⁶⁴Os camponeses que não possuem terra não têm possibilidade de usufruir as águas subterrâneas. Quanto às águas superficiais, o seu acesso torna-se também limitado como discutimos no capítulo anterior, tendo em vista as estratégias de controle social sobre os açudes e barragens.

¹⁶⁵Os dados são da Agência Nacional de Mineração (ANM), de 1996, à época denominada de Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

algumas famílias da região e a Fonte Gruta do Arajara, que abastece o Arajara Park, em Barbalha (CEARÁ, 2009).

As condições ambientais das áreas de recarga, principalmente a cobertura vegetal, possuem um papel essencial nesse volume. Entretanto, o desmatamento acentuado nos últimos anos e a pressão antrópica motivada pela pressão imobiliária na área de encosta, são, sem dúvidas, os principais causadores da redução das fontes. Só para ilustrar em dados: a Fonte da Batateira, em 1854, no início da instalação das telhas d'águas¹⁶⁶, tinha uma vazão de 1490 m³/h – em 1993 caiu para 376 m³/h e, em 2009, a vazão chegou apenas a 352 m³/h (GOMES et al., 2018).

Com a redução das águas das fontes, a pressão para captação das águas subterrâneas vem aumentando. A demanda para perfuração de poços profundos tem se multiplicado nos últimos anos. A boa condição geológica da Bacia Sedimentar do Araripe permite poços entre 30 e 100 metros de profundidade com boa vazão. Nas cidades, a maior demanda é para as indústrias. No campo, além da solicitação para grandes projetos produtivos, a procura em fazendas, chácaras, casas de veraneio e até mesmo pequenas propriedades tem aumentado.

Essa situação do Cariri é reproduzida em todo o território do Ceará. Dados da Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra) relatam que, através do Programa de perfuração de poços, foi registrada, entre os anos de 2015 e 2018, a perfuração de 6.492 poços em todo o estado, número que representa 50% de todos os poços construídos desde o ano de 1987, quando a Sohidra começou a atuar – o que foi perfurado nos últimos 4 anos equivale à mesma quantidade dos 27 anos de atuação do órgão.

No entanto, esses números apresentados pela Sohidra não condizem com a realidade devido à grande quantidade de poços não cadastrados e não outorgados em todo o estado do Ceará. Como a maior parte é perfurada na clandestinidade, os órgãos responsáveis não fazem acompanhamento e fiscalização, ficando sujeitos à contaminação e aos problemas ambientais e sanitários. Em todo o Brasil, dos 2,5 milhões de poços artesianos estimados, apenas 12% são conhecidos e registrados pelos órgãos públicos. Os outros 88% são clandestinos, como aponta um estudo do Instituto Trata Brasil em parceria com o Centro de Pesquisa de Águas Subterrâneas da Universidade de São Paulo (USP) (VELASCO, 2019).

Para o gerente regional da Cogerh na Sub-bacia do Rio Salgado, Alberto Medeiros de Brito, o aumento no número de pedidos de outorgas para perfuração de poços e nascentes, assim como a pressão exercida nas fontes da encosta da Chapada do Araripe, são preocupantes:

¹⁶⁶Assunto tratado no tópico 3.3.

O número de outorgas tem aumentado porque a gente tem incentivado o pessoal das fontes a solicitar outorgas. Aqui na região do Cariri, durante o ano de 2015 até o final do ano passado, ficou restrito a perfuração de poços, somente para abastecimento humano. Agora, a partir desse ano outros usos estão permitidos. O setor que mais demanda água é o setor da agricultura, depois seguido do abastecimento humano. A questão do lazer também tem um consumo alto de água. A indústria tem um consumo relativamente pequeno, pequeno por indústria, mas no total é um volume razoável. Aqui no Cariri, nós temos nas fontes uma disputa relevante que é a questão do turismo, do lazer e do abastecimento humano, como também da irrigação. A gente tem notado muito o pessoal fazendo loteamento no pé de serra, e isso tem levado muita gente pro pé de serra, que demanda água para o consumo humano, o consumo residencial que inclui piscina, bica e a própria casa. E aí tem diminuído a quantidade de água pra irrigação e também pro lazer. Recentemente a gente tá em processo de regularização de água da fonte do Faria que é do Arajara Park. A gente tá fazendo um processo lá junto com a comunidade e o parque para adequar a quantidade de água do parque e que atenda o abastecimento humano e a irrigação também (BRITO, 2020, informação verbal, sic).

O depoimento do gerente regional da Cogerh é semelhante à fala do presidente do Comitê da Sub-bacia do Salgado que reconhece a situação, destacando que os conflitos são latentes especialmente através da expansão da fruticultura irrigada:

A demanda tem aumentado. O comitê de bacias inclusive tem recebido assim, tem sido assim. O comitê de bacias e a Cogerh de uma maneira geral têm sido pressionados pelo grupo de produtores. O pessoal da produção, a fruticultura irrigada, por exemplo, em nossa região cresce bastante. A gente há de convir que é um espaço de produção importante para a região né, emprega muita gente, enfim, a gente tem que tá lidando com esse conflito, tem que mediar esse conflito (VIEIRA DA SILVA, 2020, informação verbal, sic).

Na percepção dos órgãos e de boa parte da sociedade, as grandes obras hídricas em execução no Cariri seriam a solução para o problema. Essa opção de priorizar grandes infraestruturas que possam interligar todo o território cearense tem sido a principal escolha política. São elas que podem, segundo as expectativas dos órgãos governamentais, garantir oferta hídrica para o desenvolvimento de importantes segmentos econômicos como o agronegócio.

Com uma sólida infraestrutura para estocar água através de açudes e barragens, complementada com eixos de integração e adutoras, o Estado, nos últimos anos, vem buscando ampliar a segurança hídrica através de inúmeras obras hídricas como o CAC. Esse projeto foi concebido para viabilizar as vazões do PISF, passando nas cabeceiras dos principais rios do estado (Salgado e Jaguaribe), encontra-se com o seu Trecho 1 em fase de implantação. Os canais abertos, túneis e sifões percorrem 150 km, cruzando 8 municípios da região do Cariri.

O PISF, em fase de conclusão no Eixo Norte, precisará de complementos na Sub-bacia do Salgado, através dos ramais Apodi e do Salgado, para chegar ao Açude Castanhão; possui no eixo norte 260 km de extensão, com 3 estações de bombeamento, 15 reservatórios, 8 aquedutos e 3 túneis. Até o final do ano de 2020, o total de execução física dos canais principais era de cerca de 98%, restando as obras complementares, os sistemas de drenagem e os serviços de operação e controle. De Cabrobó, em Pernambuco, na tomada das águas com o Rio São Francisco, o percurso do canal precisa vencer uma altura de recalque de 169 metros de altura até a barragem de Jati, no Ceará, que precisa ser compensada com as estações de bombeamento.

Para o atendimento da população rural difusa, o CAC e o PISF serão complementados pelo projeto Malha d'Água – uma transferência das vazões diretamente dos mananciais através de adutoras de água tratada para os núcleos urbanos. Serão 35 sistemas adutores planejados com uma Estação de Tratamento de Água (ETA) em cada um deles numa malha de 4.500 km de adutoras. Com um custo total da ordem de R\$ 5,5 bilhões e previsão para atender 6,3 milhões de 179 municípios em um horizonte de 25 anos, o Projeto Malha d'Água está priorizando para os dez primeiros anos as Bacias Hidrográficas do Alto Jaguaribe, Banabuiú e Sertão de Crateús.

Para os gestores da política hídrica, o projeto que conduz água através de adutoras aumenta a garantia quantitativa e qualitativa do abastecimento hídrico, diminuindo as perdas por evaporação e infiltração. O documento Plano de Ações Estratégicas de Recursos Hídricos do Ceará (2018) aponta que, além de deixar o estado mais resiliente aos períodos de seca, haverá uma redução nas disputas pela água, deixando a população com a água da estação, enquanto as águas dos rios ficarão livres para outras atividades econômicas. O estudo também afirma que vai ocorrer uma “[...] redução do conflito entre o uso da água para abastecimento humano e rural, uma vez que o Programa Malha d'Água conduzirá água para abastecimento humano em tubulação, deixando água no leito dos rios para as atividades produtivas” (CEARÁ, 2018, p. 65).

Como se vê nos próprios documentos do Estado, o CAC e o PISF terão prioridade para atividades econômicas, enquanto o projeto Malha d'Água ficará à disposição do abastecimento humano, o que só confirma a possibilidade de que esses grandes eixos territoriais de integração de bacias se transformarão no maior mercado de águas do Brasil. Não há dúvidas de que, até serem concluídos, a sede do sertanejo será usada como argumento para saciar a sede do capital.

Existe uma comissão especial de acompanhamento das obras do PISF formada pela Assembleia Legislativa do Ceará que é presidida pelo parlamentar Guilherme Landim (PDT),

deputado cariense natural de Brejo Santo. Em 2019, a comissão¹⁶⁷, que tem o objetivo de cobrar celeridade na obra, realizou visitas em vários trechos para elaboração de um relatório que foi entregue ao ministro do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Gustavo Canuto, mostrando a real situação da transposição.

Depois de sete anos de atraso, com inúmeros adiamentos, as comportas do Eixo Norte do PISF foram acionadas no dia 26 de junho de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro. Do distrito de Milagres, no município pernambucano de Salgueiro, próximo da divisa com o Ceará, um novo “(des)caminho da água” foi inaugurado, levando além da água uma diversidade de sentimentos desde indignação, esperança, medo, orgulho ou qualquer outro – isto depende de qual contexto se observa o fluxo da água percorrendo os caminhos de concreto.

Com o enchimento gradativo da barragem Jati, no município homônimo, no dia 20 de agosto o fluxo foi liberado para seguir pelo CAC até o município de Missão Velha. Após percorrer 53 km, as águas foram liberadas para o Riacho Seco e de lá seguiram pelos rios Salgado e Jaguaribe até fluir para o Açude Castanhão, seu destino final. No dia 1º de março de 2021, uma solenidade realizada por órgãos da gestão hídrica marcou a abertura das comportas dos canais para o Riacho Seco (FIGURA 4); 10 dias depois, as águas chegaram no Açude Castanhão.

Figura 4 – Canal do CAC no Riacho Seco (Missão Velha).



Fonte: Foto do autor (2020).

De um modo geral, algumas incertezas pairam sobre os serviços operacionais da obra pela dificuldade de fazer o monitoramento da água e a fiscalização dos mais de 300 km do

¹⁶⁷Em diversas ocasiões, os representantes da Federação das Indústrias do Ceará (Fiec) também visitaram as obras juntamente com a comissão.

percurso pelos rios até chega ao Castanhão. Também há dúvidas sobre o volume de água que efetivamente vai chegar no açude devido às perdas no percurso por infiltração, evaporação ou “roubo”/“retomada” pelas propriedades situadas nas margens dos rios. Outra questão que tem gerado muita disputa política entre os estados e o Governo Federal é o alto preço da tarifa cobrada pela Agência Nacional das Águas (ANA), além dos próprios custos de operação das estruturas.

O custo de manutenção e serviços de operação do PISF tem gerado intensos debates entre os estados nordestinos e o Governo Federal. Embora sejam defensores da privatização em se tratando de prestação de serviços para a sociedade brasileira, alguns setores da economia, como o agronegócio, olham com desconfiança a proposta de privatização do PISF, uma vez que dependem do Estado para subsidiar água barata para suas atividades lucrativas. A Câmara Setorial do Agronegócio da ADECE, por exemplo, defende que o Governo Federal possa negociar com os governos estaduais para que as empresas públicas de cada estado possam custear parte da operação do PISF (QUINTELA, 2020).

Já o Governo Federal, através dos ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional, sinaliza que o melhor seria a privatização total dos serviços do PISF. Segundo informação publicada pelo jornal Folha de São Paulo (CARAM, 2020), um plano de concessão prevê que, no final do primeiro semestre de 2021, seja realizado um leilão de concessão da obra. Por razões óbvias e já discutidas neste estudo, o setor privado não parece interessado em embarcar sozinho numa empreitada cujo custo anual do sistema é de cerca de R\$ 280 milhões.

Além disso, os problemas técnicos nas estruturas construídas não são algo incomum ao contrário do que é propalado pelos gestores. Nos últimos anos, cinco graves problemas ocorreram nessas estruturas: em 2016, uma parede do canal em Cabrobó (Pernambuco) cedeu e a água estocada vazou; no ano seguinte, no município pernambucano de Custódia, o rompimento do canal liberou água para o Rio Moxotó; em 2018, outro município pernambucano, Salgueiro, também teve dois danos estruturais com um canal rompido e um vazamento na barragem de Negreiros; em 2020, o rompimento do conduto na barragem Jati, Ceará, obrigou a evacuação imediata de duas mil famílias; em 2021, na Barragem Atalho, em Brejo Santo, no Ceará, três operários foram mortos no momento em que faziam testes operacionais.

No dia 1º de novembro de 2020, foi realizada uma atividade de campo até os municípios de Jati e Brejo Santo com o objetivo de conversar com as famílias que vivem no entorno dessas barragens com risco de vazamento. Em Jati, conversamos com moradores da Vila Produtiva

Rural (VPR) Ipê, formada por 14 famílias que tiveram que ser evacuadas por ocasião do rompimento do conduto na barragem Jati. A Vila (FIGURA 5) está localizada em uma área de risco extremo, em um vale abaixo da barragem. As famílias relataram que até o dia do rompimento não houve orientação, planejamento ou qualquer tipo de simulação de acidente.

Figura 5 – Vale em frente à Barragem Jati.



Fonte: Foto do autor (2020).

Constatou-se, nesse caso, que não houve um Plano de Ações Emergenciais (PAE), documento que orienta os procedimentos para retirada das famílias que vivem em áreas de risco. Quando a sirene tocou, todas as famílias da VPR Ipê, que foram reassentadas em local inadequado, já haviam fugido e procurado abrigo nas partes mais altas do município. Os problemas técnicos na estrutura refletem-se nos custos econômicos da obra: rupturas e vazamentos provocam perda ao longo do percurso da água. No Eixo Leste, por exemplo, há muita dificuldade de bombeamento contínuo das águas, de uma média de 9 m³/s bombeados, apenas 3 m³/s estavam chegando ao reservatório de Campina Grande.

De um modo geral, o PISF é formado por uma estrutura gigante que vai ficar a maior parte do tempo ociosa, posto que a vazão firme será de 26 m³/s, mas a sua estrutura foi projetada para 127 m³/s. Os impactos econômicos precisam considerar os custos dos trechos danificados e inconclusos, além dos gastos permanentes com fiscalização. Autores como Suassuna (2015) e Brito (2013) alertam que condições básicas para a execução de engenharias complexas deveriam ser rigorosamente cumpridas para que a viabilidade técnica e econômica da obra fosse garantida.

Alguns pontos precisam ser destacados: a relação entre a bacia receptora e a bacia doadora poderia ser melhor avaliada, pois a primeira deve caracterizar-se pelo excedente hídrico e a segunda por uma condição de exaustão – em ambas não é o que acontece; a proposta de ampliação de projetos produtivos poderia ser desenvolvida na própria Bacia do São Francisco ao invés de percorrer centenas de quilômetros; a outorga concedida pela ANA para o PISF ultrapassou a vazão estabelecida pelo plano de Bacia do São Francisco; toda a água da obra vai para oito grandes açudes que já possuem um grande volume de água; não há como garantir que as águas do PISF sejam prioritariamente usadas para o consumo humano, conforme prevê o Comitê da Bacia São Francisco, uma vez que as águas caem nos grandes açudes cercados por projetos produtivos.

Assim, a execução de grandes obras envolve forças poderosas do capital, abrindo margem para esquemas de corrupção. Em 2015, a Polícia Federal realizou a operação “Vidas Secas”, revelando um esquema de superfaturamento nas obras do PISF com o uso de empresas de fachada que desviaram cerca de R\$ 200 milhões das verbas públicas. O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou superfaturamento de R\$ 42 milhões em alguns lotes da obra. O órgão ainda afirma em relatório que, para atingir plenamente os objetivos, o PISF pode custar anualmente aos cofres públicos um valor próximo de R\$ 1 bilhão para os serviços de manutenção e fiscalização.

Considerando o custo para a implementação das obras complementares, o valor total da obra pode chegar a pelo menos R\$ 27 bilhões. Em suma, o TCU afirma que ocorreram erros de planejamento estratégico, além de outras opções disponíveis que foram descartadas. Sobre este ponto, Suassuna (2015) reclama a falta de discussão de outras alternativas como a que foi desenvolvida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 2004, publicada no Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água, sob orientação da ANA. Esta alternativa propunha um conjunto de infraestrutura hídrica de baixo impacto socioambiental desde o Nordeste setentrional, com previsão para atender um número maior de pessoas em todos os estados nordestinos e com custo médio inferior ao PISF.

Os elevados custos na construção, na energia para bombear água, na operação e manutenção dos equipamentos, necessitarão de subsídios permanentes do Estado para que a água possa ser usada em projetos produtivos competitivos no mercado. No momento da construção, o PISF possibilitou um aquecimento da economia nos pequenos municípios com geração de empregos temporários e precarizados que tiraram os trabalhadores de suas atividades

no campo. Contudo, quando a obra é concluída, o dinheiro deixa de circular localmente, restando as dívidas e o desemprego.

As incertezas técnicas e econômicas são apenas os primeiros sinais de um conjunto de impactos socioambientais que essas estruturas hídricas podem provocar. Há muitos questionamentos sobre quais os tipos de conflitos que elas ainda podem gerar, assim como não fica claro como será o atendimento e a prioridade de uso de suas águas. Ainda que se esteja vivenciando apenas o início do processo de operação, suas contradições nos territórios camponeses já são evidentes. São robustos os elementos que reforçam o fato de que tais empreendimentos podem aglutinar e potencializar atividades econômicas extremamente demandantes de água, acirrando a injustiça hídrica no Cariri.

É em meio a esse paradoxo que Evanildo Silva (2020, informação verbal, sic), coordenador do Agropolos Cariri, apresenta uma visão crítica e cuidadosa em relação à transposição de bacias:

Eu acho assim, a chegada da transposição e do cinturão das águas traz um impacto muito grande no meio ambiente, já é visível. A chegada das águas não significa a democratização da água. É preciso agora já que a luta inicial, é fazer com que essa água não seja privatizada para os grandes produtores. Porque se esses projetos de fruticultura estão chegando no semiárido que não tem água, porque assim, o agronegócio leva 70% de nossa água. Há um consumo gigantesco de água para o agronegócio, se ele está vindo para o Cariri ele não está vindo numa visão romântica e bondosa, ele está vindo porque sabe que aqui nós temos as melhores terras do que o vale do São Francisco, que são terras lixiviadas. O vale do Apodi e Jaguaribe que estão com problemas de água e também uma terra cansada, lixiviada em processo de desertificação. Então aqui nós ainda temos um oásis, então eles estão chegando dentro dessa perspectiva. Então os movimentos precisam se organizar para que essa água esteja a serviço das populações ribeirinhas, das populações pobres.

Esta argumentação, inscrita em uma dubiedade entre o desenvolvimento de uma agricultura moderna e a preocupação com o meio ambiente ou entre a privatização da água ou a sua democratização, ressalta que esses processos só podem ser assimilados a partir de uma inserção nos territórios afetados. Nos três municípios analisados, os primeiros sinais dos impactos foram do ponto de vista econômico positivo: dinamismo do comércio local, geração de emprego e renda, novas relações entre o rural e o urbano, além de um conjunto de obras complementares, especialmente abertura e reforma de estradas e rodovias.

Na nossa interpretação, o principal impacto desse “exitoso” planejamento hidroterritorial cumpriu seu objetivo, pois as águas desviadas de seus cursos naturais mudam sua natureza de bem comum para um recurso orientado para a apropriação privada. Esse novo

trajeto seria uma redefinição dos caminhos das águas no Cariri cearense, um território em profundo processo de transformação decorrente da conclusão do CAC e do PISF. Além das repercussões econômicas, essa redefinição ocorre mediante a perenização de rios, criação de ramais e construção de barragens que modificam o ciclo natural da água, passando a ser controlada pelo Estado para servir interesses específicos da acumulação capitalista.

Em suma, no tocante à privatização da água, o Estado impõe-se e a política vem cumprindo um papel importante nesse caminho. É a partir dela, com seu exército de gestores apoiados pela grande mídia burguesa e sua incrível capacidade de criar fantasias, que a narrativa da transposição ganhou o imaginário popular como um orgulho nacional. Outrossim, são obras que aceleram o processo de cercamento das águas, privando camponeses e ribeirinhos de acesso a esse bem natural ou, em muitos casos, quando diretamente afetados, as cercas dos canais vão separá-los de seus territórios e de suas territorialidades.

Como Marx observou no cercamento das terras e assim como nós estamos constatando através de um processo atemporal de invasão, expropriação, apropriação, desterritorialização, mercadorização e privatização, o processo de acumulação primitiva continua presente nas formas avançadas do estágio contemporâneo do capitalismo. Quando se fala desses processos como contínuos, não se está se referindo exclusivamente às condições específicas que deram origem ao sistema capitalista, mas aos processos atuais como uma condição inerente da expansão permanente desse sistema metabólico.

Sabe-se que as condições para o processo de expansão do capital são criadas pelo Estado e, se há algum obstáculo que possa ameaçá-las, é ele que vai procurar superá-las através de estratégias que variam entre força e consenso. Para os camponeses afetados por grandes obras hídricas, é o Estado quem desapropria, usando os meios que forem necessários para convencer que o interesse social da obra é maior que qualquer outro interesse. É nessa conflitualidade da água, numa nova fase da acumulação capitalista, que o conceito de hegemonia, nos termos de Gramsci (2007), nos ajuda a compreender como as classes dominadas são convencidas de que os interesses da classe dominante são também os seus.

Tais interesses são cuidadosamente enunciados, pensados e potencializados pelo fetiche da técnica que já está profundamente enraizado no senso comum, tornando difícil contrapor esse discurso hegemônico. Para o público geral, as transposições são o domínio da engenharia sobre a natureza o que representa a suntuosidade da técnica. Somente quando estiver em plena operação é que essas grandes estruturas hídricas comprovarão o seu caráter salvacionista ou

demonstrarão as suas falhas e suas manipulações ideológicas. Até lá, é nosso dever estudar mais e presenciar a realidade vivida especialmente pelas comunidades na beira dos canais.

No próximo tópico, problematizamos quem são os maiores interessados nas obras de transposição. Identificamos as transformações já em curso que se processam principalmente pela substituição da agricultura familiar de base camponesa por uma produção tipicamente capitalista com foco na fruticultura irrigada. Apontamos alguns impactos na dinâmica hidrológica da região provocados pela escolha desse modelo de produção agrícola e propomos a formação de um polígono dos conflitos hidroterritoriais, espaço onde as obras hídricas e expansão da agricultura irrigada se concentram.

4.2 Planejamento hidroterritorial no Cariri Leste

No seu permanente movimento expansivo, o capital promove “ajustes espaciais” com o intuito de integrar novas áreas a favor do lucro e, considerando a relação espaço-tempo, barreiras geográficas ou quaisquer outros obstáculos devem ser superados para que a expansão se concretize com apropriação de novos territórios. São circuitos que repercutem inúmeras contradições que se materializam em um desenvolvimento desigual com uma sobreposição de conflitos territoriais, fato que se confirma no Cariri cearense, território com difusão do agronegócio e territorialização de um conjunto de infraestruturas que vão se adequando a essa produção.

A porção leste da região do Cariri cearense vem, nos últimos anos, demonstrando resultados econômicos promissores em diversos setores da economia, sobretudo no setor de serviços e da agropecuária. Ocupando uma posição estratégica, com equidistância para as principais capitais do Nordeste (aproximadamente 700 km), a região é cortada pela BR-116 e um conjunto de rodovias com seus estados vizinhos: Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Além desses motivos, a chegada de grandes infraestruturas hídricas e de transporte tem promovido profundas transformações territoriais com destaque para os municípios que aglomeram a maior parte das atividades econômicas: Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha.

Todavia, o grande diferencial do Cariri Leste é a água do aquífero Missão Velha e a disponibilidade de terra fértil, além de uma considerável mão de obra que vem se qualificando na própria região. O incremento da agricultura irrigada em detrimento do plantio em sequeiro, especialmente a fruticultura, tem provocado uma reestruturação produtiva na agricultura

familiar de base camponesa. Porém, isto ocorre com os altos custos para extração de água subterrânea através de poços artesianos, além dos indícios de comprometimento no aquífero, de modo que a garantia hídrica para expansão do setor dependerá da conclusão do PISF e do CAC.

Nos três municípios pesquisados, conversamos com lideranças e gestores municipais para entender essa relação entre o crescimento econômico, o potencial da agricultura irrigada e a chegada das grandes infraestruturas hídricas. O município de Missão Velha é cortado pelo CAC no sentido leste-oeste, cruzando os distritos de Jamararu e Missão Nova. Sobre essas transformações, constatadas empiricamente, conversamos com o vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) e líder sindical, Eduardo Honorato de Paulo (2020, informação verbal, sic), que adverte:

Missão Velha é um município muito bem localizado né. É perto dos grandes centros regionais. É perto do Cariri Central com Crato, Juazeiro e Barbalha, com uma distância para as grandes capitais de 500 quilômetros em média, Fortaleza, João Pessoa e Recife. Essas obras do Governo Federal e do Governo Estadual trouxeram uma nova roupagem pra Missão Velha.

O relato da liderança sindical destaca ainda a previsão para a construção de um dos terminais multimodais da Ferrovia Transnordestina, um porto seco nas proximidades da cachoeira de Missão Velha. Com a recente implantação da CE 292, que liga o município de Missão Velha ao Aeroporto de Juazeiro do Norte – Orlando Bezerra de Menezes, e a duplicação da CE 293, que cruza as áreas produtoras de banana interligando-se com a BR-116, o município pode potencializar sua centralidade na região do Cariri principalmente no que concerne à expansão da bananicultura irrigada.

Os impactos na economia de Missão Velha estendem-se para o município de Brejo Santo que é afetado pelo CAC, pelo PISF e pela Transnordestina. O município conta ainda com uma proposta de projeto para a criação de um dos maiores polos de irrigação do Ceará. Além disso, a cidade de Brejo Santo, que é cortada pela BR-116, é um dos maiores centros comerciais da região com um pujante setor terciário. O CAC cruza a porção sudoeste de Brejo Santo, no distrito de São Felipe, em uma região onde começa a subida para a Chapada do Araripe, nos limites do município de Porteiras – próximo dali ficam os trilhos da ferrovia Transnordestina. Já os canais do PISF cruzam o município na direção sul-nordeste, acompanhando o sentido do Riacho dos Porcos, no distrito de Poço do Pau.

Questionado sobre as transformações territoriais provocados por essas obras, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo, Cícero Antônio de Sousa

(2019, informação verbal, sic), assim respondeu: veio muita gente pra cá, muita empresa veio aqui pro Brejo. O comércio bombou, vendeu muito, deu uma guinada grande na economia”. Ao mesmo tempo o sindicalista desconfia dessas mudanças: Ao mesmo tempo o sindicalista desconfia dessas mudanças: “[...] “[...] Será que esse crescimento vai ser bom pro agricultor familiar? Será que essas obras e essas estradas que tão sendo abertas vai servir a nós?”

As dúvidas do sindicalista referem-se, além das grandes obras hídricas, à abertura de inúmeras estradas ligando os distritos e as pequenas comunidades com a sede do município. Em recente visita ao município de Brejo Santo (janeiro de 2020), o Governador Camilo Santana autorizou as obras para restauração e continuidade da CE-397, do distrito de Poço do Pau, passando pela sede de Brejo Santo até o trecho que dá acesso a Mauriti e às divisas com os estados de Pernambuco e Paraíba. Outra rodovia também será construída, indo do distrito de Poço do Pau até o distrito de Palestina, em Mauriti – esta vai margear o canal do PISF.

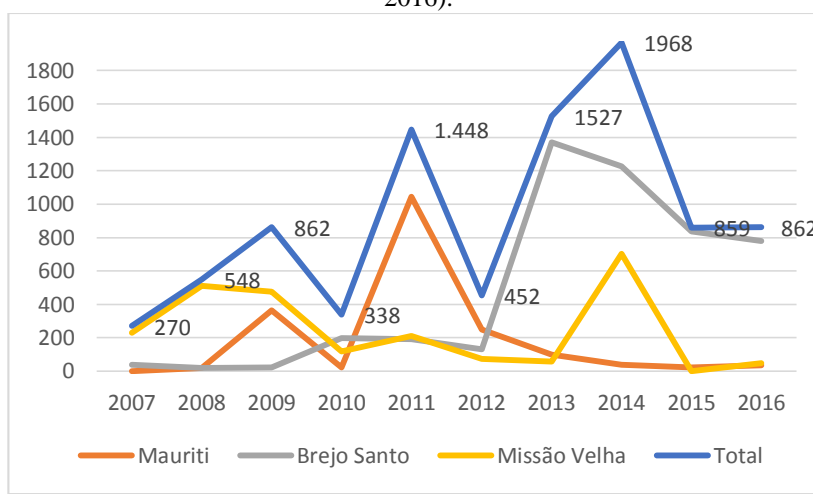
Mauriti, um dos maiores produtores de grãos do estado do Ceará, vem diversificando a sua produção agrícola com o incremento de projetos agrícolas de incentivo à fruticultura irrigada, o que vem impactando positivamente no diversificado comércio do município. O PISF cruza o município no sentido sul-nordeste, seguindo numa extensa faixa com grande produção agrícola e inúmeras comunidades rurais. A obra passa pelos distritos de Palestina do Cariri, Umburanas, Coité, São Miguel e Anauá.

Chama atenção em Mauriti a quantidade de rodovias abertas nos últimos anos. Para Evanildo Silva (2020) praticamente os oito distritos foram asfaltados ou pavimentados nas últimas duas décadas. A rodovia estadual CE-394, que liga o município até a BR-116, construída em 1975, teve um longo trecho construído em 2003 até a divisa com a Paraíba. No mesmo ano, foi inaugurada a rodovia CE-152, que liga a sede do município ao distrito de Palestina. Foi entregue outro trecho que parte da sede até o distrito de Buritizinho, construído em 2008. De lá até o distrito de Olho d'Água, outro trecho foi concluído no ano de 2016.

A CE-397 que liga Mauriti ao distrito de Coité foi construída em 2009 e o trecho de Coité ao distrito de São Miguel, em 2012, com saída para os estados da Paraíba e Pernambuco. Evanildo Silva (2020, informação verbal, sic) é enfático ao afirmar o motivo para as pavimentações e reformas das rodovias e estradas: “O potencial da agricultura tem saída pra todo lado, liga pra Pernambuco, pra Paraíba, sai pro Barro por aqui pelo São Félix que já está ligado, já chega na BR-116 pelo Riachão. Então, os empresários sabem disso, Mauriti tem água, tem solo, e agora vai ter estrada”.

Os impactos dessas transformações nos três municípios já são visíveis em vários aspectos econômicos da região, como a expansão do setor da construção civil e a mudança na produção agrícola de base familiar que vem se reduzindo concomitantemente ao aumento da produção de frutas irrigadas. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (ANO), no setor da construção civil houve uma significativa dinâmica dos empregos formais. Conforme é possível conferir no Gráfico 1, o número de contratados no setor dos três municípios cresceu entre os anos de 2007 e 2016. Com efeito, passou de 270 em 2007 para 862 em 2016. Apesar da forte oscilação, é evidente a tendência de crescimento, como mostra a linha de tendência e sem falar na admissão de empregos formais de outros setores que também se beneficiaram com a chegada de milhares de operários.

Gráfico 3 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: número de contratados no setor da construção civil (2007-2016).



Fonte: Elaborado por Nobre (2019) com dados CAGED/TEM. (2019).

Entre 2007 e 2011, período de início da construção do PISF, o número de contratos em Mauriti elevou-se de 1 para 1044. Em Brejo Santo, com o início da construção do PISF, em 2007, o município teve 38 contratos, chegando ao ano de 2013 com 1.371, representando um aumento de 3.607%. Quando concluídos em alguns trechos ou paralisados temporariamente, os contratos reduziram-se consideravelmente – em Mauriti, a queda foi de 1.044 contratos em 2011 para 36 contratos em 2016. Em Missão Velha, apesar de variações menores no período analisado, devido à regularidade da Transnordestina, foi registrada uma queda nos números de contratos entre 2014 e 2016 – com 702 contratos no período de pico na construção do CAC, passando para apenas 47, momento em que as obras foram paralisadas devido o contingenciamento dos repasses financeiros do Governo Federal.

Essa evolução econômica reflete na dinâmica demográfica da região. Nas últimas décadas, percebe-se um crescimento demográfico significativo (23,5%), sobretudo na área urbana (56,8%) dos três municípios analisados, conforme mostra o Quadro 8. Quanto à população rural, tem-se que ficou praticamente inalterada, com uma taxa de apenas -1,0%, o que destoa da tendência geral da demografia da quase totalidade dos municípios nordestinos que registraram declínio expressivo de sua população rural. Nesta situação em particular, chama atenção o caso de Brejo Santo que registrou um pequeno aumento do seu contingente populacional rural – diferentemente dos outros dois municípios, a população rural mantém-se ainda maior que a urbana.

Quadro 7 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: população urbana, rural e total e projeção da população rural (2000,2010,2020).

Município		Ano		
		2000	2010	Estimativa 2020 ¹⁶⁸
Brejo Santo	Urbana	17.364	28.055	
	Rural	16.357	17.138	
	Total	33.721	45.193	49.842
Mauriti	Urbana	14.270	23.285	
	Rural	22.883	20.955	
	Total	37.153	44.240	48.168
Missão Velha	Urbana	10.944	15.419	
	Rural	18.284	18.855	
	Total	29.228	34.274	35.480

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2021).

A introdução de novas atividades socioeconômicas geradas pelos projetos “coloniais” ou “(neo)desenvolvimentistas” vem ocorrendo simultaneamente às mudanças no campo com a substituição da policultura pela monocultura, o que resulta em profundas mudanças no perfil do trabalhador, a exemplo do aumento do trabalhador agrícola não rural e a intensificação de relações capitalistas de produção no seio do campesinato cariense.

Em sua pesquisa realizada no município de Missão Velha, Castro (2018) identificou 59 produtores autônomos, ou seja, produtores que exercem outras atividades na cidade, mas que estão comprando terras e contratando trabalhadores que aprenderam as técnicas das empresas produtoras de banana, muitos deles, inclusive, são ex-funcionários delas. Esta situação também foi exposta por Paulo (2020, informação verbal, sic), em entrevista, que explica a rápida propagação dessas mudanças nesse território, inclusive alterando a produção da agricultura familiar:

¹⁶⁸O IBGE não disponibilizou os dados da população rural e urbana.

Aqui em Missão Velha o agricultor familiar tinha uma pequena produção e aí esses grandes produtores, evidentemente, viram o grande potencial do município e começaram a se instalar. Depois da instalação desses grandes produtores foi que começou a se expandir de uma forma mais efetiva na agricultura familiar [...] eles (os agricultores) viram e começaram a ver que dá certo. Hoje o que predomina na fruticultura irrigada é a agricultura familiar, mas ao meu ver isso se iniciou com os grandes empresários [...] A produção de banana tá em expansão, até porque quando esses grandes proprietários vieram pra cá, trouxeram tecnologia e o pessoal começou a aprender, tanto é que hoje a produção da banana na agricultura familiar é muito forte. Quase todo agricultor, aquele que teve condição de cavar um poço, plantou 2 ou 3 hectares de banana.

Esse processo de subordinação do campesinato, operando na ordem do sistema capitalista, foi descrito por Marx (1985) que comprovou a tendência histórica desse sistema em destruir e absorver modos não capitalistas de produção, aproveitando-se deles para a acumulação de capital. Ao se impor, o capital vai aos poucos apoderando-se da subjetividade dos camponeses, confirmando aquilo que Meszárós (2011) define como os ajustes da viabilidade produtiva que vão desde as menores unidades do microcosmo, das íntimas relações pessoais, até as grandes empresas transnacionais e os grandes complexos de tomada de decisões dos monopólios industriais.

É notável que, nos municípios do Cariri Leste, esse processo é bastante recente. Em Mauriti, por exemplo, a agropecuária com técnicas modernas era inexpressiva até a década de 1980, quando um conjunto de políticas agrícolas transformou o município. Em pouco mais de duas décadas, Mauriti tornou-se um dos maiores produtores de grãos do Ceará. Com a produção de importantes gêneros alimentícios e uma pecuária extensiva e semi-intensiva, Mauriti detém o maior PIB na agropecuária entre os 23 municípios da Sub-bacia do Rio Salgado (CEARÁ, 2009).

Pereira (2018), em sua pesquisa, analisou esse processo exitoso do protagonismo da agricultura familiar, destacando a vocação agropecuária de Mauriti, constituindo o que a autora chama de mosaico de agriculturas. Hoje o município possui 10 assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 4 condomínios produtivos e 1 assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No entanto, como em qualquer outro território, esse processo não é homogêneo. Ele ocorre em diferentes ritmos, de acordo com as singularidades de cada local, cuja tessitura vai se compondo com mudanças e permanências. É nessa dinâmica territorial que o Estado figura como um agente decisivo através de projetos governamentais, como, por exemplo, a garantia hídrica para projetos de irrigação, infraestrutura de acesso, disponibilidade de energia, linhas

de crédito, incentivos a novas formas de produção, entre outras. A Figura 6 expressa essas contradições do campo em um território marcado predominantemente pela agricultura familiar e que vem passando por metamorfoses mediante o processo de modernização.

Figura 6 – Agricultura familiar no Distrito de São Miguel.



Fonte: Foto do autor (2019).

No bojo dessa modernização agrícola ocorre a substituição de produtos que agregam maior valor econômico em detrimento de gêneros alimentícios produzidos prioritariamente pelos pequenos produtores. Com dados coletados no site do IBGE, referentes à Produção Agrícola Municipal, foi possível constatar nos três municípios analisados a redução de produtos típicos da agricultura familiar, como o feijão (QUADRO 8) e o milho (lavouras temporárias), em favor da produção de frutas (lavouras permanentes)¹⁶⁹.

Quadro 8 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de feijão (1989/1999/2009/2019).

Município	Ano (hectares e toneladas)			
	1989	1999	2009	2019
Brejo Santo	10.100 hectares	6.270 hectares	3.900 hectares	1.105 hectares
	1.664 toneladas	3.810 toneladas	2.484 toneladas	528 toneladas
Mauriti	12.000 hectares	11.080 hectares	11.160 hectares	3.170 hectares
	1.728 toneladas	3.009 toneladas	6.276 toneladas	1.969 toneladas
Missão Velha	4.267 hectares	4.132 hectares	3.720 hectares	1.670 hectares
	776 toneladas	1.589 toneladas	1.836 toneladas	467 toneladas

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do PAM/IBGE (2021).

¹⁶⁹Para o levantamento dos dados de área e rendimento das culturas plantadas e cultivadas, foram utilizados os dados da PAM disponibilizados através do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), onde são disponibilizadas informações de área em hectare e quantidade produzida.

Na produção de feijão, os três municípios apresentaram diminuição da área cultivada. A redução foi mais acentuada em Brejo Santo, que detinha uma área de 10.100 hectares em 1989, caindo para 1.105 hectares em 2019, o que também refletiu na quantidade de grãos produzidos com queda de 1.664 toneladas para 528 toneladas. No mesmo período, em Mauriti, embora a área produzida tenha reduzido nas últimas quatro décadas, a quantidade de grãos teve redução somente no último período, entre 2009 e 2019, de 6.276 toneladas para 1.969 toneladas.

O líder sindical de Brejo Santo, Cícero Antônio de Sousa (2019, informação verbal), revela que ocorre de fato uma substituição gradual da policultura de gêneros alimentícios em favor de uma agricultura comercial. Embora as grandes empresas ainda não tenham chegado em Brejo Santo, a produção para o mercado está em expansão, processo que vai se intensificar com a chegada da transposição:

Aqui não são empresas como a Barreira (Sítio Barreiras de Missão Velha). São agricultores, grande parte agricultores familiares que através do Banco do Nordeste pegam financiamento de uma linha de crédito do Pronaf e têm essa produção, principalmente lá na Mutamba no Baixio do Boi. É uma visão empresarial que trabalha no sentido de exportação, nós temos uma perspectiva aqui nesses municípios de Brejo Santo e Jati onde passa a transposição do rio São Francisco. Nós temos uma tendência muito forte de produção de fruticultura. Isso vai aumentar ainda mais com a transposição, com certeza vai ser um potencial muito grande. A gente vê a questão do Vale do Jaguaribe que investiu muito, mas teve uma queda em função da falta de água e aqui nós vamos ter um investimento a partir de agora por conta da transposição.

A liderança sindical acredita que a tendência de queda de gêneros alimentícios vai acentuar-se com a conclusão de obras como o PISF mediante a nova vocação desses municípios para a produção de fruticultura irrigada. Sousa (2019) também destaca que, mesmo nas culturas alimentares de sequeiro, o uso do pacote tecnológico tem se intensificado nas últimas décadas. Em Mauriti, por exemplo, município com maior nível de uso de insumos e novas técnicas agrícolas, é possível que este fenômeno tenha se fortalecido com um conjunto de políticas agrícolas iniciadas com o Perímetro Irrigado da Quixabinha.

Assim como no caso do feijão, a produção de milho vem caindo nas últimas décadas em Brejo Santo (QUADRO 9), enquanto em Missão Velha ocorreu uma oscilação entre a área cultivada e o total de toneladas produzidos. É possível que essas mudanças sejam reflexos do uso de novas tecnologias e insumos agrícolas, como também da estiagem ocorrida nos últimos anos. Em Mauriti, a queda só foi registrada entre 2009 e 2019 – apesar da redução acentuada, o município se mantém como um dos maiores produtores de grãos do estado do Ceará,

conforme explica Cartaxo (2020, informação verbal, sic)¹⁷⁰, ex-secretário de agricultura do município no período de 2017 a 2020.

Mauriti nos anos 2000 já foi considerado o município com maior produção de grãos do estado, na produção de milho e feijão. Já tivemos este status, ainda estamos entre os maiores produtores de grãos do estado, certo, de milho e feijão, todos de sequeiro, alguns de subsistências, outros pra produção mesmo, grandes produtores, médios produtores, tendo como finalidade vender, consumo interno e excedente pras vender pras granjas, pocilgas e vacarias, etc.

Quadro 9 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de milho (1989/1999/2009/2019).

Município	Ano (hectares e toneladas)			
	1989	1999	2009	2019
Brejo Santo	16.500 hectares	12.600 hectares	9.200 hectares	1.800 hectares
	17.325 toneladas	32.100 toneladas	15.235 toneladas	1.440 toneladas
Mauriti	13.000 hectares	16.600 hectares	26.500 hectares	9.000 hectares
	5.850 toneladas	18.260 toneladas	53.636 toneladas	9.900 toneladas
Missão Velha	4.080 hectares	4.000 hectares	6.100 hectares	2.100 hectares
	1.306 toneladas	10.000 toneladas	11.785 toneladas	1.140 toneladas

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do PAM/IBGE (2021).

A produção de milho em Mauriti, que atingiu seu ápice em 2009 com uma área de 26.500 hectares e produção de 53.636 toneladas, deve-se, em parte, pela tradicional pecuária extensiva que necessita do restolho da cultura para alimentar o rebanho, além do grão para a produção de ração. Segundo Cartaxo (2021), a pecuária de Mauriti vem passando por melhoramentos com a prática semi-intensiva e consolidando-se como uma importante bacia leiteira da região. A empresa Betânia Lácteos S.A., uma das maiores do Nordeste, já está instalada no município com diversos pontos de coleta de leite oferecendo capacitação e suporte técnico para os pequenos produtores.

Em relação à produção da mandioca, uma das principais culturas alimentícias do Nordeste, verificamos uma queda acentuada em Brejo Santo entre 1989 e 2009 (QUADRO 10). Em Missão Velha e Mauriti, apesar da oscilação no ano de 1999, a queda manteve-se no mesmo período. No entanto, nos três casos, ocorreu um aumento na produção e na área cultivada de 2009 para 2019. Cartaxo (2021) explica que os órgãos públicos de extensão rural vêm incentivando o aumento da produtividade na região, inclusive com possibilidades de instalação de uma fábrica da Ambev, em Mauriti, para a produção de cerveja.

¹⁷⁰Atualmente Cartaxo é consultor ambiental.

Quadro 10 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de mandioca (1989/1999/2009/2019).

Município	Ano (hectares e toneladas)			
	1989	1999	2009	2019
Brejo Santo	268 hectares	30 hectares	5 hectares	73 hectares
	4.020 toneladas	450 toneladas	29 toneladas	1.061 toneladas
Mauriti	268 hectares	1.400 hectares	190 hectares	75 hectares
	4.020 toneladas	10.868 toneladas	1.727 toneladas	1.678 toneladas
Missão Velha	120 hectares	150 hectares	30 hectares	100 hectares
	960 toneladas	1.350 toneladas	279 toneladas	1.291 toneladas

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do PAM/IBGE (2021).

No geral, é possível constatar, especialmente no caso do feijão, um ritmo decrescente de produção, sobretudo onde as condições para produção irrigada vão se consolidando. Em Missão Velha, por exemplo, onde a produção de banana vem obtendo patamares elevados, a substituição é facilmente identificada na paisagem rural do município com a expansão da bananicultura (QUADRO 11). Para o camponês Cicim Bilau (2019, informação verbal), a substituição de gêneros alimentícios foi positiva, pois a produção de banana representa uma maior possibilidade de lucro. Entretanto, ele pondera: “[...] nem todos têm condições de entrar e também alguns não conseguem se adaptar a essa produção [...]”.

Quadro 11 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: área cultivada e quantidade produzida de banana (1989/1999/2009/2019).

Município	Ano (hectares e toneladas)			
	1989	1999	2009	2019
Brejo Santo	55 hectares	80 hectares	125 hectares	58 hectares
	55 toneladas	88 toneladas	1.938 toneladas	660 toneladas
Mauriti	31 hectares	200 hectares	335 hectares	203 hectares
	31 toneladas	204 toneladas	5.192 toneladas	3.674 toneladas
Missão Velha	56 hectares	165 hectares	310 hectares	1.777 hectares
	67 toneladas	179 toneladas	11.780 toneladas	51.261 toneladas

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do PAM/IBGE (2021).

Mauriti e Brejo Santo tiveram aumento na área cultivada e na quantidade produzida de banana de 1989 a 2009. A queda no último decênio analisado talvez seja explicada pela centralização na produção nos municípios de Missão Velha e Barbalha, que concentram duas empresas do agronegócio e polarizam a bananicultura irrigada na região. Em Missão Velha, a expansão da área cultivada saltou de 56 hectares em 1889 para 1.777 hectares, um aumento de 3.073%. A quantidade produzida, no mesmo período, foi elevada de 67 toneladas para 51.261 toneladas, representando um incremento de 76.408%.

A expansão da monocultura de banana em Missão Velha¹⁷¹ associa-se à chegada de grandes empresas especializadas na produção da fruta: Sítio Barreiras Fruticultura LTDA e Sítio Paraíso Verde Fruticultura LTDA-ME. Com cinco unidades de produção de banana, a empresa Sítio Barreiras possui 419,03 hectares de terras em Missão Velha. Começou suas atividades no ano de 1997, quando as terras do Sítio Barreiras foram compradas pelo empresário Sebastião Regis. Hoje, as principais redes de supermercados da região do Cariri e Região Metropolitana de Fortaleza são abastecidas com a produção da empresa. Oficialmente, a Sítio Barreiras Fruticultura possui um grupo de sócios com onze empresas em quatro estados da região Norte e Nordeste que se dividem em cultivo, distribuição, comercialização, beneficiamento e aluguel de imóveis e terras (CASTRO, 2018).

Já a empresa Sítio Paraíso Verde iniciou suas atividades em 2009 quando o empresário João Landim comprou terras nos limites municipais de Missão Velha e Barbalha e hoje possui hoje 425,2 hectares com cinco unidades de produção e quatro núcleos de distribuição em quatro capitais nordestinas: Fortaleza, Teresina, Salvador e São Luiz. Visitamos uma das unidades (FIGURA 7) onde trabalham 360 funcionários, a grande maioria deles agricultores da região.

Figura 7 – Empresa Sítio Paraíso Verde.



Fonte: Foto do autor (2019).

¹⁷¹Em 2006, Missão Velha ocupava a 13ª posição no ranking de produção de banana no estado do Ceará; em 2015, passou a ocupar o 1º lugar no ranking do Ceará e o 8º do Brasil. Castro (2018) revela que, considerando o rendimento médio da produção, o município passa a ocupar a primeira posição devido às boas condições naturais que a região oferece.

Em conversa informal com dois técnicos¹⁷² da empresa, fomos informados que ela vem ampliando sua área nos arredores da Usina Manoel Costa Filho, inclusive fazendo experiências com outras culturas, especialmente os cítricos. No total, são 550 hectares com monocultura de banana com uma média semanal de produção que varia entre 180 a 280 toneladas, mas, dependendo da época, pode atingir o pico de 400 toneladas. Por enquanto, informaram os técnicos: “Não pretendemos atender o mercado internacional que é mais exigente, mas estamos trabalhando para expandir ainda mais o setor pelas condições naturais e as vantagens comparativas que o Cariri representa”.

No cômputo geral dos três municípios, percebe-se que a monocultura da banana apresentou crescimento, seja no tocante à área cultivada seja em relação à quantidade produzida. Essa tendência segue a lógica do estado do Ceará que, em 1999, quando passou a investir de forma significativa na produção e exportação de frutas tropicais, saltou de 12º lugar no ranking de exportação do Brasil para o 4º lugar em 2011, ficando atrás apenas de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul.

Embora a banana tenha se destacado na produção da área em estudo, outras espécies de frutas também experimentaram crescimento, como pode ser visto no Quadro 12. Entre as principais frutas cultivadas, tem-se o maracujá, o mamão, a manga, a goiaba, o limão e o coco-da-baía. A produção de maracujá passou a ser registrada somente em 1999 nos três municípios analisados e a de goiaba somente em 2009, enquanto a de mamão cresceu nos três municípios, com destaque para Mauriti que teve seu primeiro registro em 1999 com produção de 45 toneladas subindo para 769 toneladas dez anos depois.

¹⁷²Diálogo realizado em aula de campo ocorrida no mês de julho de 2019.

Quadro 12 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: área e quantidade produzida das principais lavouras permanentes (1989/1999/2009/2019).

Lavouras		Brejo Santo		Mauriti		Missão Velha	
		Área (ha)	Tonelada	Área (ha)	Tonelada	Área (ha)	Tonelada
Maracujá	1989	-	-	-	-	-	-
	1999	3	230	5	450	2	140
	2009	3	36	5	60	2	22
	2019	6	83	20	212	7	91
Mamão	1989	4	28	-	-	-	-
	1999	3	60	-	-	-	-
	2009	11	248	2	45	9	459
	2019	12	600	35	769	14	1.043
Manga	1989	38	1.520	5	200	40	2.120
	1999	40	1.800	250	10.000	30	1.500
	2009	40	360	400	4.000	30	330
	2019	73	1.089	360	6.594	10	87
Goiaba	1989	-	-	-	-	-	-
	1999	-	-	-	-	-	-
	2009	3	35	4	46	1	11
	2019	6	63	30	855	25	359
Limão	1989	4	720	-	-	2	182
	1999	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	2	22	2	42
	2019	4	53	4	36	7	69
Coca da baía	1989	42	210	9	45	15	56
	1999	16	80	122	60	25	111
	2009	25	184	18	135	21	155
	2019	13	139	17	205	16	138

.Fonte: Elaborado pelo autor com dados do PAM/IBGE (2021).

A produção de limão manteve-se elevada apenas em Mauriti e as lavouras mais tradicionais, como coco-da-baía e manga, tiveram maior variação no período analisado. No caso da manga, constatou-se oscilação em Brejo Santo e Mauriti e queda em Missão Velha; já em se tratando do coco-da-baía, o único município que teve ascendência foi Mauriti. Os dados dos quadros, em conjunto, sugerem que as transformações produtivas não são apenas números, visto que, nos três municípios, a pesquisa de campo e as entrevistas com os camponeses, gestores e lideranças apontam para o crescimento do setor. A fala de Cartaxo (2021, informação verbal, sic) sobre Mauriti é representativa, destacando, inclusive, que as obras hídricas potencializarão a fruticultura na região:

Aqui em Mauriti a produção de frutas é crescente. Tivemos aumento na produção de manga da variedade tommy, também foi ampliado a produção de maracujá e goiaba. Agora essa produção são arranjos produtivos ligados ao agronegócio e com utilização demasiada de da água, agrotóxico, máquinas, equipamentos e outros implementos [...] O município de Mauriti é um município que já existe várias experiências do agronegócio desde a implantação dos condomínios rurais na época dos governos Tasso e Lúcio Alcântara que foi o projeto chamado de Caminhos de Israel [...] Recentemente o município foi contemplado por dois investidores, um que é da região sul do

país, é um gaúcho, que comprou uma área grande superior a 300 hectares e disse que vai plantar soja, soja dentre outras culturas, e tá pleiteando recursos junto aos agentes financeiros; e o seu João Landim, que saiu daqui, saiu de Barbalha, Missão Velha ali, acho que é Paraíso Verde, e foi pra lá, comprou uma área de mil e poucas tarefas aqui, em média tá com 600 a 700 hectares para a produção de banana no município [...] Ao meu ver com as obras da transposição o agronegócio vai se fortalecer aqui na região.

Existem outras lavouras permanentes em crescimento nos municípios analisados, como é o caso do algodão, cultura que vem sendo revitalizada, e o capim irrigado, que ocupa especialmente áreas de vales fluviais. O capim ocupou em grande medida algumas áreas do cultivo de arroz que era produzido por inundação nos principais rios da região e passou a ser proibido após resolução do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Salgado.

De um modo geral, a produção de frutas na região do Cariri promove desdobramentos territoriais na agricultura de pequena escala com a formação de pequenas monoculturas no território camponês. A extensão territorial de áreas agrícolas relativamente planas, os fatores físico-climáticos favoráveis, sobretudo a boa disponibilidade de água e solos férteis, e as políticas agrícolas dos últimos governos têm contribuído para o incremento de novas áreas produtivas.

Esse cenário é uma realidade em todo o território brasileiro, que vai incrementando anualmente novas áreas irrigadas. O Brasil já possui uma das maiores áreas irrigadas do mundo com quase 7 milhões de hectares irrigados:

De acordo com dados periódicos dos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE (1960-2006) e da ANA (2014), a irrigação brasileira tem crescido a taxas médias anuais entre 4,4% e 7,3% desde a década de 1960. Partindo de 462 mil hectares equipados para irrigação em 1960, ultrapassando a marca de 1 milhão de hectares na década de 1970 e de 3 milhões de hectares na década de 1990. Estima-se que em 2014 foi superada a marca de 6,1 milhões de hectares sob irrigação (BRASIL, 2016, p. 12).

Um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (ALISKY, 2018), lançado no âmbito do 8º Fórum Mundial da Água, indica que, até 2024, o Brasil tem condições para irrigar mais 4,5 milhões de hectares que podem estar aptos para receber os cultivos irrigados dentro de poucos anos. O estudo contou com as estimativas da Agência Nacional de Águas (ANA) e considerou as áreas localizadas em municípios com infraestrutura adequada e boa disponibilidade de terra e água. Se as estimativas se confirmarem, o Brasil alcançará quase 12 milhões de hectares, o que representa um salto de 65% em pouco mais de meia década.

No documento Estudos Quali-quantitativos das Águas Subterrâneas da Bacia do Araripe (2016-2017), realizou-se um mapeamento pedológico identificando as áreas de terras aptas para irrigação em cada município. O relatório deixa evidente o potencial para o desenvolvimento da agricultura em termos de solos e águas na região com destaque para os municípios de Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha, que possuem 104.464,6 hectares, 65.029,9 hectares e 53.398,2 hectares, respectivamente, de áreas aptas para irrigação¹⁷³ (CEARÁ, 2017).

As áreas irrigadas concentram-se em espaços descontínuos localizados principalmente margeando os principais rios: São Miguel e Umburanas (Mauriti); Riacho dos Porcos (Brejo Santo); e Rio Missão Nova (Missão Velha). Estes territórios, palco de disputas sangrentas desde o período colonial e que foram utilizados pelos camponeses para produção de milho, feijão e arroz, vêm sendo ocupados cada vez mais por áreas irrigadas que bombeiam água do aquífero através de poços profundos. Em nossas práticas de campo, visitamos várias áreas com diferentes sistemas de irrigação como microaspersão, gotejamento, inundação e pivô central.

A possibilidade de expansão da cadeia produtiva da fruticultura também é promissora. Em fevereiro de 2020, em Missão Velha, foi inaugurada uma unidade de beneficiamento de banana equipada com uma câmara fria, 600 caixas para transporte, um caminhão e um kit de irrigação a *packing house*. Segundo a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)¹⁷⁴, 32 produtores da comunidade de Sítio Barreiras (Missão Velha) estão sendo diretamente beneficiados com estimativa para aumentar consideravelmente a produção que gira em torno de 400 toneladas por mês.

As condições para expansão da produção irrigada em larga escala nos três municípios analisados são favoráveis. Na área de expansão da monocultura da banana, já está bem avançado o processo de subordinação da atividade agropecuária camponesa aos setores dominantes da indústria e do capital financeiro. No entanto, essas mudanças no seio da agricultura familiar, sobretudo a aposta na fruticultura irrigada com um viés para o mercado, não garantem uma melhora de vida para a maior parte do campesinato. Conforme expõe Pereira (2018, p. 256), analisando o caso de Mauriti:

A fruticultura irrigada pode ser uma estratégia produtiva seletiva, não facilitando a incorporação das populações mais pobres, pouco dinamizando a economia local. É possível que se a fruticultura não for devidamente acompanhada e apoiada, ela restrinja a integração social das pessoas em maior fragilidade econômica.

¹⁷³Excluídas as áreas urbanas e a APA.

¹⁷⁴CEARÁ. Missão Velha: produtores de banana ganham apoio do Governo do Ceará para profissionalizar comercialização. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Quem não se adapta ao novo modelo vende suas terras e passa a estabelecer outras relações de trabalho em seus territórios, como, por exemplo, ser empregado de uma empresa do agronegócio (FIGURA 8). Há ainda aqueles que foram expropriados de suas terras pelos grandes projetos de infraestrutura como a Transnordestina, o CAC e o PISF. Além da possibilidade de aumento dos conflitos, essa situação deixa os camponeses suscetíveis a subempregos, migração e informalidade e é neste contexto de exploração e espoliação que esses camponeses engrossarão as fileiras do processo de proletarização rural.

Figura 8 – Camponeses deslocando-se para o trabalho na empresa.



Fonte: Foto do autor (2019).

Outra questão importante que precisa ser aprofundada refere-se à relação entre a expansão da agricultura irrigada e a disponibilidade da água na região do Cariri. Mais uma vez, o documento Estudos Quali-quantitativos das Águas Subterrâneas da Bacia do Araripe (2016-2017)¹⁷⁵ destacou o enorme potencial da região para a expansão da agricultura irrigada, tanto pela qualidade dos solos, como pela capacidade do aquífero. Com base no crescimento da atividade nos últimos anos, a equipe técnica que elaborou o documento fez uma projeção para os próximos anos. Com dados bastante conservadores, conforme admite o texto, foi realizada uma estimativa da quantidade de água que será demandada caso o crescimento da atividade mantenha-se de acordo com o que foi projetado (QUADRO 13).

¹⁷⁵O estudo foi realizado por um consórcio de consultorias privadas e órgãos do Estado (COGERH, SRH e Ipece) com financiamento do BIRD.

Quadro 13 – Mauriti, Brejo Santo e Missão Velha: Projeção de áreas irrigadas e demanda de água.

Município	Ano	Projeção de áreas irrigadas (ha)	Áreas aptas para irrigação (ha)	Projeção da demanda de água por ano (m ³)
Brejo Santo	2015	1.507	38.082,5	18.118.254
	2025	1.549		18.738.078
	2035	1.592		19.357.902
	2045	1.634		19.977.727
Mauriti	2015	780	64.594,1	10.110.696
	2025	878		11.127.758
	2035	976		12.144.821
	2045	1.073		13.161.884
Missão Velha	2015	1.505	34.440,7	21.316.930
	2025	1.806		25.552.362
	2035	2.107		29.787.795
	2045	2.408		34.023.227

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Ceará (2017).

É possível que os grandes produtores do Cariri objetivem alcançar os mercados internacionais como já ocorrem em outras regiões do estado do Ceará. Esta obsessão por parte dos empresários e dos gestores públicos de *comoditização* e industrialização da natureza implica em novas formas de opressão, exploração e destruição. A cadeia produtiva da bananicultura comercial irrigada, por exemplo, é altamente demandante de água e sua pressão sobre os recursos hídricos tem suscitado pesquisas que alertam para quantidade de água usada na produção. Foi a partir dessa problematização que Campos (2019) desenvolveu um estudo sobre a Exportação Virtual da Água na região do Cariri, demonstrando o volume oculto de água contido no produto, e suas constatações revelam que a grande quantidade de água que sai juntamente com a produção de banana conforma um processo na região que ele chama de “uma transposição às avessas”.

Embora seja um conceito metafórico, os estudos sobre a Exportação Virtual da Água¹⁷⁶ ajudam a revelar um processo invisível da quantidade de água que é exportada juntamente com o produto. Usando dados da organização internacional *Water Footprint Network*, que quantifica em termos globais a quantidade de água consumida para produzir os principais gêneros alimentícios, a pesquisa revelou que a média global para produzir um quilo de banana é de 790 litros de água. Sobre a exportação virtual da água, a pesquisa de Moreira (2018)

¹⁷⁶Segundo Campos (2019), os primeiros estudos sobre esse processo foram desenvolvidos pelo economista Gideon Fishelson, em Israel, na década de 1980. Na década de 1990, a expressão Água Virtual foi apresentada à comunidade científica por John Anthony Allan, que tomou como base os estudos de Fishelson. Em 2002, a partir de uma conferência na Organização das Nações para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o holandês Arjen Hoekstra deu um caráter operacional à expressão aproximando-o da sociedade e denominando de Pegada Hídrica que quantifica o volume oculto da água nos produtos, sobretudo nas *commodities* agrícolas.

analisou o conflito ambiental em torno da água entre o agronegócio e a agricultura familiar na Chapada do Apodi, Ceará. A dissertação comparou o consumo da água nas práticas produtivas dos agricultores familiares com o consumo das empresas do agronegócio, utilizando o método da Pegada Hídrica (*Water Footprint*).

Não é uma tarefa fácil identificar o volume hídrico demandado nas áreas de monocultura de banana, assim como é quase impossível comprovar os seguintes aspectos: quantidade de poços perfurados de forma irregular; a vazão real utilizada na irrigação; as formas de poluição e contaminação da água; se há ou não fiscalização em possíveis irregularidades. Os dados apenas da produção de banana em Missão Velha (51.261 toneladas produzidos no ano de 2019), quando multiplicado pela quantidade de litros em apenas um quilo de banana (790 litros) revelam um enorme volume de água exportado. Apesar de ser um dado estarrecedor, a produção de banana em larga escala oculta a contaminação da água através do uso excessivo de agrotóxicos, fertilizantes e efluentes produzidos na monocultura.

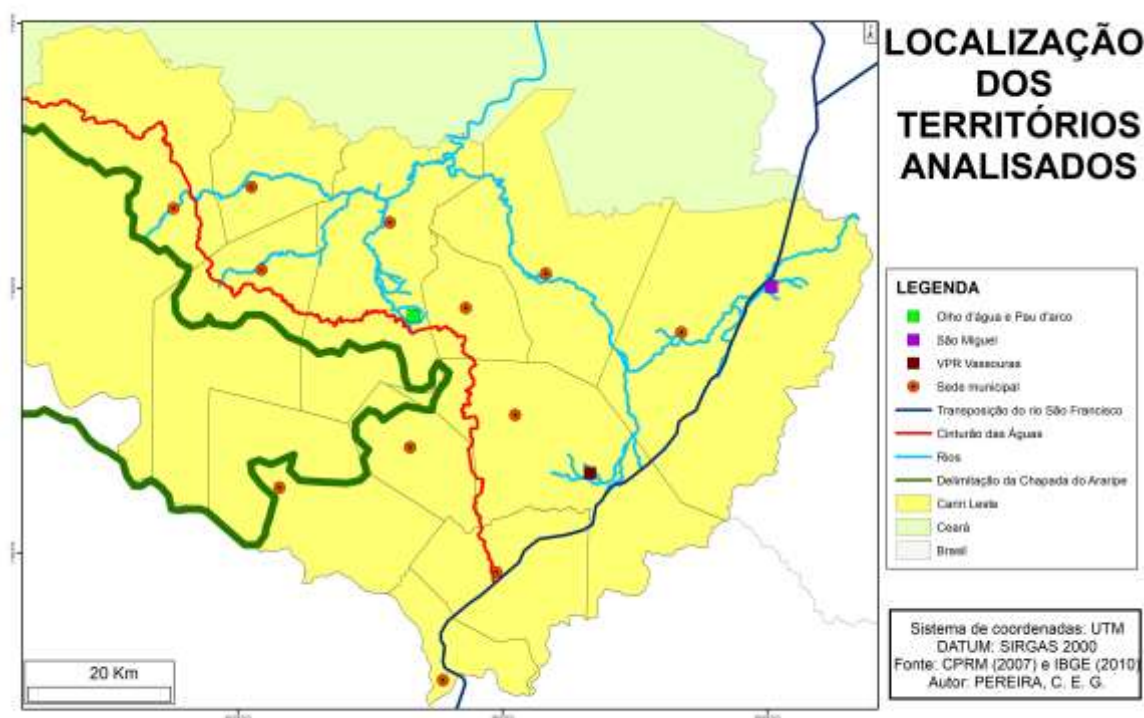
Em conversas informais e entrevistas com camponeses no entorno das monoculturas de banana, foi relatada muita preocupação com o uso excessivo de água do aquífero através de perfuração de poços que, segundo os entrevistados, está resultando no rebaixamento do nível das suas cacimbas:

Missão Velha tem um imenso aquífero, mas isso nos preocupa. A perfuração de poços aqui é de forma desenfreada. Cada um que tem condição fura seu poço, a verdade é essa [...] As cacimbas aqui, praticamente todas elas estão secas. Se você procurar aqui você conta com os dedos da mão as cacimbas que tem água. Essas cacimbas hoje são poucas, talvez não tenha cinco funcionando, o volume de água é muito pouco, rebaixou muito. [...] O consumo de água pra produção de banana é intenso, praticamente o motor passa o dia ligado, isso é um volume de água imenso. Isso tá trazendo muitas complicações, no início aqui você furava um poço com 40 ou 50 metros e hoje foi pra 80, 100, praticamente dobrou. Muitas comunidades vêm sofrendo, comunidade que tem o abastecimento de água pelo projeto São José, já vem buscando a possibilidade de cavar outro poço, porque aquele poço a água diminuiu (PAULO, 2020, informação verbal).

Quanto mais a agricultura irrigada se expandir, mais profundo ou mais distante vai ficar o acesso à água para os camponeses. Com o aumento da escassez, a água passa a ter uma maior valorização, abrindo margem para apropriação privada e criação de monopólios de controle. É dentro dessa lógica promovida pelo capital que um bem comum assume a forma social de mercadoria e os territórios vão adquirindo interesse funcional para o capital, condicionando múltiplas relações de dominação e apropriação privada em detrimento de outros sentidos para as territorialidades camponeses.

Como se vê, o capital possui elementos necessários para expandir seus negócios no Cariri cearense. Com a possível conclusão do CAC e do PISF, o capital terá garantia de acesso à água para que a sua marcha expansionista não seja interrompida. Na nossa interpretação, essas obras serão um importante meio de controle da água alterando os caminhos naturais dos rios e direcionando o seu fluxo para o capital. Cria-se, assim, um caminho para a constituição de um polígono dos conflitos hidroterritoriais (MAPA 8) que vem se manifestando com a apropriação desigual da água gerando conflitos de todas as ordens.

Mapa 8 – Localização dos territórios analisados, principais rios e eixos de integração de bacias.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O Mapa 7, além de destacar a formação de um polígono dos conflitos hidroterritoriais, ajuda a identificar o traçado dos principais rios, os canais de integração e os territórios que serão analisados nesses três municípios: Olho d'Água e Pau d'Arco em Missão Velha, Distrito de São Miguel em Mauriti e a VPR Vassouras em Brejo Santo.

A partir de agora, este trabalho irá debruçar-se sobre as frações dos territórios que expressem os conflitos hidroterritoriais no Cariri cearense, uma vez que é nos territórios onde ocorre os primeiros sintomas e, conseqüentemente, é no cotidiano dos camponeses que os direitos sobre os bens comuns são apropriados privadamente, criando novos campos para a acumulação capitalista.

Em Mauriti, é possível observar os principais rios, açudes e parte do trajeto do PISF que cruza quatro distritos (Palestina do Cariri, Umburanas, Coité, São Miguel e Anauá), totalizando um trajeto de 44 km no sentido sul-norte do município. Com uma das maiores áreas territoriais do Cariri, 1.111,56 km², percorremos esses cinco distritos e observamos o potencial agrícola e a diversidade da agricultura familiar do município que apresenta relevo plano em grande parte do território e boas condições de solo e água.

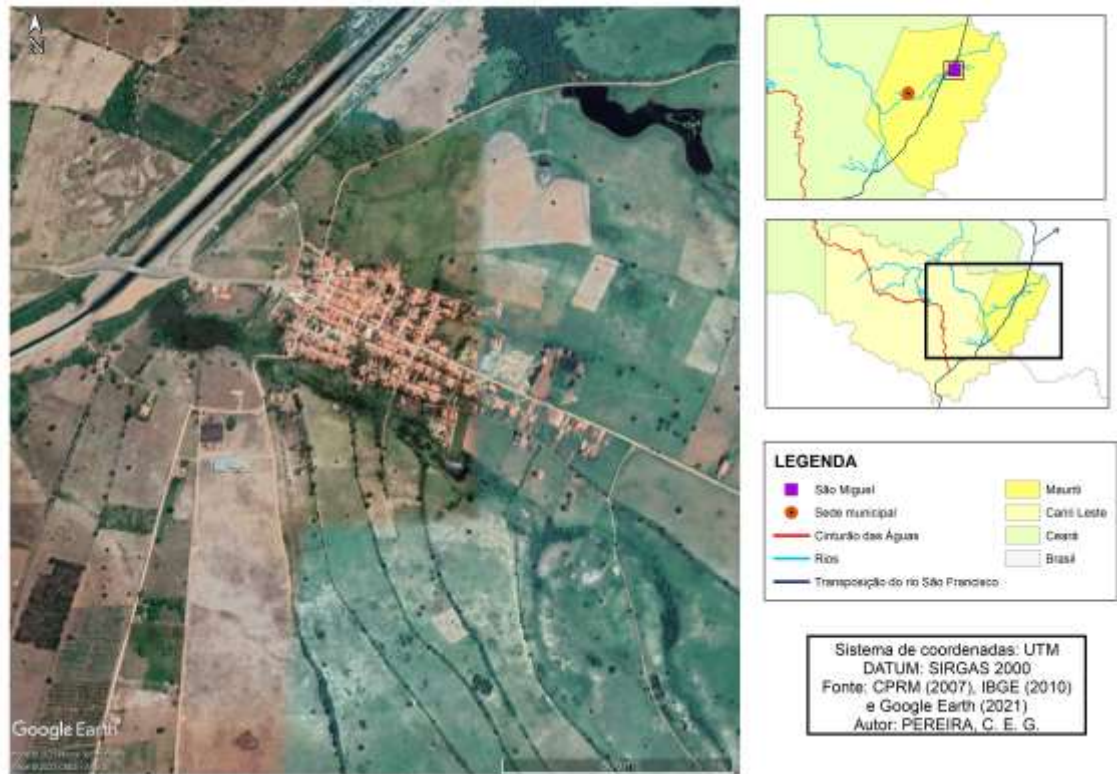
Durante a pesquisa de campo paramos em vários povoados cortados pelo PISF e conversamos com moradores, lideranças e atingidos. Percebemos espaços rurais relativamente povoados onde a escassez de água só existe em pontos isolados, sobretudo em algumas serras nos limites dos estados da Paraíba e Pernambuco. Em relação às águas subterrâneas, Mauriti apresenta um grande potencial hídrico com poços rasos e grande vazão. Em relação às águas superficiais, seguimos o trajeto de três importantes cursos do município: o Riacho São Miguel e Rio Umburanas que se juntam ao Riacho dos Porcos; dois açudes se destacam no município: o Açude Gomes e o Açude Quixabinha.

O canal do PISF passa ao lado da sede do distrito São Miguel, cortando a Lagoa São Miguel ao meio. Ela foi completamente desfigurada com a obra. Embora tenha atingido poucas residências, um grande número de propriedades agrícolas foi impactado pelo empreendimento. Entre os inúmeros impactos socioambientais, Luiz Napoleão de Lacerda (2019, informação verbal), agente de saúde, destaca o desequilíbrio na fauna e na flora do entorno da lagoa: “[...] logo que amanhece, os soins (macaco sagui, *Callithrix jacchus*) que antes ficavam nas árvores do entorno da lagoa invadem os quintais das casas atrás de comida [...]”, acrescentando ainda que: “[...] Onde antes se via uma diversidade de árvores frutíferas e nativas que protegia a lagoa, que refrigerava a comunidade, agora só tem algaroba e jurema”.

Já para Leidiane da Silva Santos (2019, informação verbal), também agente de saúde que atua em outras comunidades do distrito de São Miguel, o PISF não cumpriu com a promessa de fazer o saneamento da comunidade e revitalizar a lagoa que foi completamente aterrada com a obra (FIGURA 10). “Vejo a obra só prejuízo, as fontes secaram, o desperdício de água foi grande e os esgotos da casa estão sendo jogado no que sobrou da lagoa”. Logo que as máquinas rasgaram as margens da Lagoa São Miguel, as águas espalharam-se para os dois lados do canal que estava sendo cavado, como explica Danilo, conhecido como Baruka (2019, informação verbal): “[...] Foram mais de 200 bombas durante quatro anos tirando água para jogar nos baixios, [...] isso aqui foi um roubo de água”.

Mapa 9 – Lagoa e Distrito São Miguel.

SÃO MIGUEL, MAURITI-CE



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Além de aterrar a lagoa que tem uma representatividade muito forte na história de São Miguel, a água jogada em outras áreas acarretou uma série de prejuízos, como mostra o agricultor Otoniel Alves dos Santos (2019, informação verbal, sic), que passou a conviver com uma situação ambivalente: pouca água de seus poços e cacimbas e inundações provocadas pelo canal nos períodos de inverno (FIGURA 9).

Quando chove é obrigado tirar o gado do curral, se tiver inverno pesado, como tinha antes. Eu posso morar aqui porque fiz essa parede aí, mas a água cobre tudo isso aí, essa roça de capim aí, a água lavou ela todinha. Se eles tivessem ouvido a gente como a gente pediu, ou fazer um bueirão ou fazer uma passagem molhada mais pra cá, mas eles disseram que não, que é estudo. Mas rapaz eu disse a eles eu nasci e me criei aqui, não obedeceram, aí o resultado.

Figura 9 – Inundação provocada pelo PISF no distrito de São Miguel.



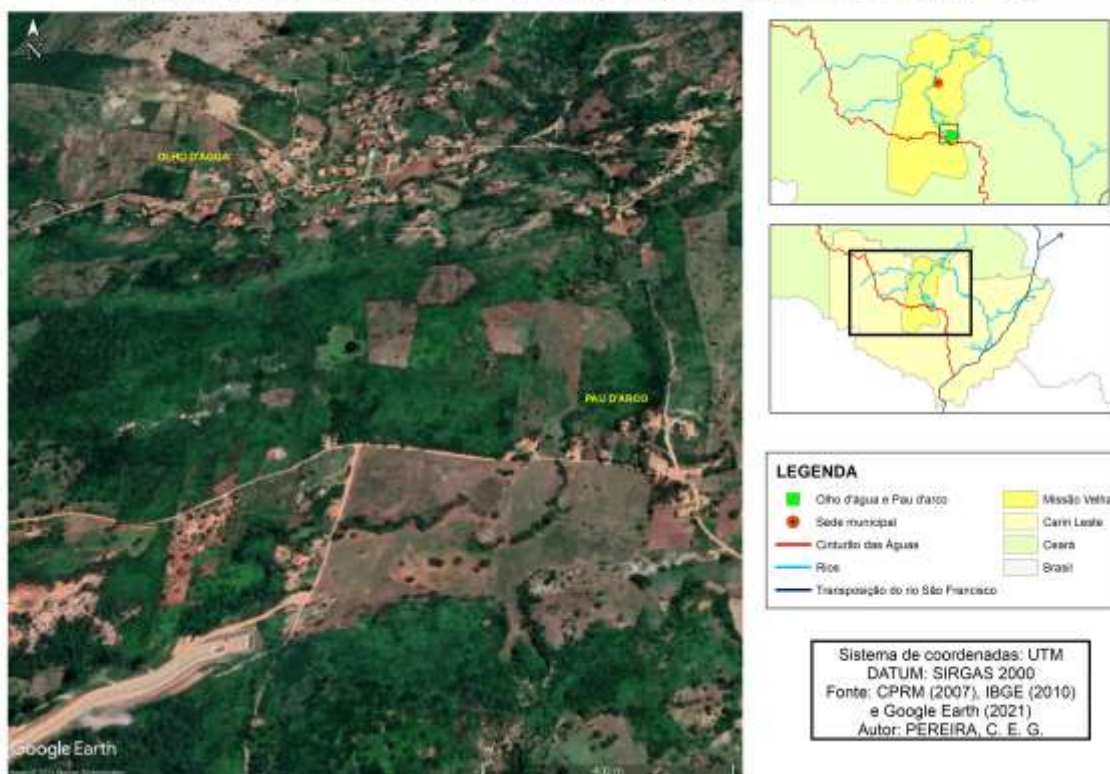
Fonte: SANTOS, O. A. São Miguel em foco (2018).

Situação semelhante ocorre na comunidade Olho d'Água de Fora e Pau d'Arco, em Missão Velha (MAPA 10). Lá, conversamos com os agricultores atingidos pelo CAC e participamos de manifestações em defesa das comunidades. Afetados com as obras do Lote 2 do CAC¹⁷⁷, as comunidades vêm sofrendo uma série de conflitos na fase de construção do canal com os camponeses que vivem no entorno. Como diz Cicim Bilau (2019, informação verbal): “O que a obra deixou até agora foi lama no inverno e poeira no verão”.

¹⁷⁷A ligação desse lote com o Riacho Seco é chamada de eixo emergencial, posto que não estava previsto na proposta inicial do CAC.

Mapa 10 – Olho d'Água e Pau D'arco.

OLHO D'ÁGUA E PAU D'ARCO, MISSÃO VELHA-CE



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

O canal passa por várias comunidades rurais e vem provocando inúmeras violações aos moradores, especialmente no que diz respeito ao acesso às estradas vicinais. Segundo o senhor José Raimundo de Souza, conhecido como Seu Babá, vice-presidente da Associação Comunitária do Olho d'água de Fora, as comunidades ficam com as estradas completamente isoladas no período de chuva (FIGURA 10), o que tem motivado reivindicações (2018, informação verbal).

Figura 10 – Estudantes retornando da escola a pé, ao lado do CAC.



Fonte: Foto do autor (2018).

Conversamos com Zé de Ervina (FIGURA 11), agricultor de 83 anos que mora no Olho D'Água, nas proximidades do canal do CAC. Ele fala de sua história de vida e da história de sua comunidade, formada por camponeses que, no passado, chegaram nas terras que viviam os índios e estabeleceram posse apesar dos conflitos com os grandes proprietários.

Figura 11 – Camponês colhendo fava em sua roça próximo ao CAC.



Fonte: Foto do autor (2019).

[...] Meu pai veio do Pernambuco, ele fez uma dúvida (justiça) por lá, minha mãe era daqui, meu pai trabalhava avulso, moremos em 32 cantos, moremo no Carrasco, moremo na Ladeira Preta, moremo na Ladeira Vermelha e no Olho D'Água e no Tabuleiro e depois voltemo pra cá pra morar os restos. Agora nós tamos aqui sossegado com essa terrinha [...] minhas roças era daqui como ali e o dono da roça ainda botava o cavalo pra comer e eu chorava de raiva, toda vida eu fui sofredor [...] As terras desses homi rico daí foram tudo

tomada, as terras não tinham dono não, era terra dos índios e os homi tomaram, os homi valente que já tinha posse, era um povo que tinha dinheiro e os outros tinham medo, chegava e dizia isso aqui agora é meu botava a cerca e ninguém mexia [...] chegava com 15 ou 20 pessoas e ninguém se bulia não (ZÉ DE ERVINHA, 2019, informação verbal, sic).

Esta afirmação de Zé de Ervina sintetiza a história do campesinato no sertão nordestino discutida no segundo capítulo. Abandonado pelo Estado, quando não se refugiava na violência ou na religiosidade popular, ficava exposto à brutalidade dos grandes latifundiários. A força empregada para manter e ampliar o poder dos latifúndios passava essencialmente pela apropriação de terra dos posseiros e os métodos usados eram diversos. No caso de Zé de Ervina, os animais do patrão destruíam a sua roça. Submetidos a profundas privações, os camponeses despojados de suas terras permaneciam no secular grau de dependência e miséria do campo.

O relato expressa ainda a violência contra os povos do campo desde o período da colônia, discorrendo sobre os tempos dos coronéis e do cangaço que teve Missão Velha como um palco de grandes conflitos. Ele também se mostra “desconfiado” com as intenções do Estado e pensa o seguinte sobre o CAC:

Eu acho que não é muito boa não, porque se ela se abrir aí, num se acaba com tudo. E nem tombem, acho que não vai sair nada não daí, já terminaram aí e cadê a água. Isso aí vai ser uma reserva de alguma coisa [...]. Eu acho que isso seja um desassossego. Acho que não vai dar certo, mas pode ser né. Não sei como é que vai ser, e agora se chover o caba não atravessa aí não, não passa não, e na seca é uma poeira da gota (ZÉ DE ERVINA, 2019, informação verbal, sic).

Em Brejo Santo, conversamos com diversas pessoas nas comunidades do Poço, Vieira, Deserto, Umbuzeiro e, principalmente, na Vila Produtiva Rural (VPR) Vassouras, que reassentou 145 famílias de várias localidades do município, sobretudo as comunidades que estavam à margem do Riacho dos Porcos. Além do intenso processo de desterritorialização, percebe-se que os reassentados na VPR Vassouras sofrem um processo de confinamento e proletarização rural. “Existem regras aqui na vila e apesar do salário que recebemos sinto falta de minha terrinha”, relata um agricultor que preferiu não gravar entrevista. Seu vizinho, que também não quis gravar sua fala, comentou que: “Muita gente daqui não tem o que fazer, deixou de trabalhar na roça e fica sonhando que essa água vem pra nós, mas tenho certeza que não vem” (informação verbal, sic).

Na VPR Vassouras, a dimensão da territorialidade salta à vista quando conversamos principalmente com os mais velhos. São sujeitos sociais jogados em outra territorialidade, obrigados a conviverem com um novo padrão de vida. Desterritorializados pelo Estado, os

atingidos da VPR Vassouras são expressões concretas da precarização da vida que é acompanhada pela degradação da natureza que expropria camponeses e se apropria da terra e da água (PORTO-GONÇALVES, 2006b).

Cada uma das 145 famílias que foram para a VPR Vassouras recebeu uma casa com um lote habitacional de 0,5 hectares; um lote de 1 hectare para irrigação, o chamado lote produtivo que será usado quando chegarem as águas da transposição e outro lote de 4 hectares para produção de sequeiro. Enquanto as águas não chegam, as famílias recebem um salário e meio para seu sustento. Os assentados reclamam que a produção agrícola é muito baixa devido à pouca fertilidade do solo, a criação de animais deve obedecer ao rígido controle do Estado e a reforma, mudança estrutural ou comercialização do lote habitacional é proibida:

Só posso construir na vila se for para pai ou filho, primeiro grau, teve uma pessoa que morou a vida toda com a gente, não é irmão de sangue, eu considero irmão, mas não pode. Se eu fizer eles podem a qualquer momento pode chegar a federal e derrubar. [...] Cerca de vara em pé, o rapaz fez e já veio o comunicado que tem que derrubar, se fizer uma casa de taipa, que é mais barato não pode, não é nosso aqui, eles deram uma declaração, não comprova nada que a propriedade é sua, é do governo, nós toma de conta (DORINHA, 2019, informação verbal, sic).

A baixa fertilidade das terras é um fator que implica no abandono do cultivo, segundo Dorinha (2019, informação verbal, sic):

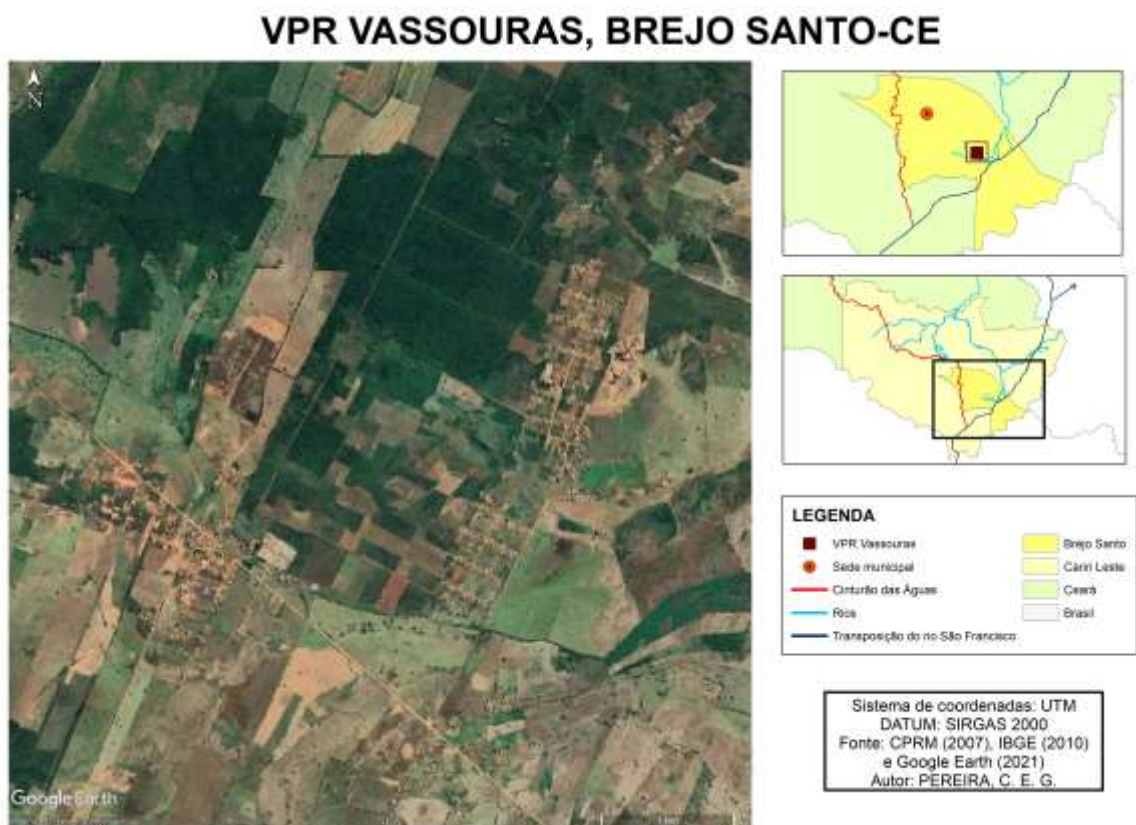
Alguns já estão plantando, nem todos, mas alguns já estão. Não é como lá, porque nem se compara. Lá onde a gente trabalhava era baixo, aqui não, aqui é diferente, é piçarra, é um barro vermelho, é tanto que a gente planta esse quintal e a gente vê a diferença do tamanho do legume. O feijão dá bom, a terra é própria pra feijão, o milho você não tira nada, diferente da beira do rio, aonde aqui muita gente plantou, deixa eu ver, 14 tarefas se eles tirar, tiram 300 sacos de milho, por aí assim, na beira do rio se fosse na beira do rio tirava 2 mil, 3 mil sacos de milho, a diferença é muito grande né?

A expropriação e as regras da vila produtiva representam uma separação objetiva do camponês dos seus meios de vida e de trabalho, ficando a subordinação das condições imposta pelo Estado. Comparando a vida de camponês na beira do rio com a vida de assentado, Seu Antônio (2020, informação verbal, sic) comenta sobre a sua criação de animais:

E outra, pra criar, rapaz, você amanhece o dia, vai pro curral, tira 40, 50 litros de leite, faz um queijo bom, tem o doce, tem o leite, tem a galinha, tem um porco pra comer, de tudo você tem e aqui não tem nada não. Eu tinha de tudo, tinha 50 vaca de leite, eu tinha minha 100 cabeça de ovelha.

O controle dos camponeses da VPR Vassouras, confinados em um espaço esquadrihado (MAPA 11), é semelhante ao aprisionamento das águas em canais e barramentos. É a velha lógica difundida pelo DNOCS como foi mostrado no caso do Perímetro Irrigado da Quixabinha, em Mauriti. Embora sejam um novo agente na estrutura social, os assentados da VPR Vassouras estão submetidos a um regime rígido semelhante aos colonos dos DNOCS (FIGURA 13). É nesta tentativa de despolitização da luta camponesa e de proletarização rural que a onipresença do paternalismo do Estado manifesta-se em vários aspectos na vida dos assentados da VPR Vassouras.

Mapa 11 – VPR Vassouras.



Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Figura 12 – VPR Vassouras.



Fonte: Foto do autor (2019).

Nos capítulos anteriores, mostramos que inúmeras instituições do Estado garantiram os interesses do capital, assegurando a propriedade privada através de políticas públicas como parte de uma estrutura patriarcal e classista. No caso da VPR Vassouras, existe uma parceria entre o PISF e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)¹⁷⁸, que faz parte do programa de reassentamento das populações afetadas pela obra residentes nas VPRs dos três estados: Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Para Dorinha (2020), as visitas e reuniões com os técnicos e professores da UNIVASF têm procurado fornecer capacitação técnica com foco na produtividade e na geração de renda dos assentados. No entanto, a própria camponesa reconhece que a proposta é para que os assentados se adaptem à nova vida. De fato, são estratégias adotadas para garantir o controle dos assentados, estimulando o espírito empresarial e engendrando novas relações sociais sob o fetiche da mercadoria. Em sua essência, o Estado, tal como no passado, faz uso com frequência de seu aparato para cercar as águas e expropriar os camponeses oferecendo alternativas que anulem a luta pela terra e o acesso à água como bem comum.

Numa visão antagônica, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) vem acompanhando os assentados da VPR Vassouras na busca por sensibilizar e animar os camponeses para que possam lutar por seus direitos, podendo negociar suas demandas e que

¹⁷⁸Segundo o site da UNIVASF, o projeto procura capacitar as lideranças das VPRs para que a metodologia seja replicada entre as 848 famílias reassentadas nos três estados. Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

possam, eles próprios, definirem suas prioridades. Segundo Idailton Silva¹⁷⁹ (2020, informação verbal, sic), que faz parte da coordenação do MAB na região do Cariri:

Estamos atuando na região junto às famílias que foram atingidas pelas obras de transposição das águas do São Francisco. Temos parceria com o Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais (STR) e, dentro da organização, temos oferecido formações para jovens e para mulheres que são projetos da linha política de formação do MAB. É uma comunidade que estamos chegando aos poucos e ganhando confiança das famílias para colocarmos nossa política de atuação.

O MAB reconhece que muita luta será necessária para que os camponeses tenham acesso às águas do PISF. É o mesmo pensamento da maioria dos camponeses – para Seu Antônio (2020, informação verbal, sic), por exemplo, há grande expectativa e também desconfiança com a chegada das águas: “[...] se a água chegar nossa vida vai melhorar, porque a gente pode trabalhar com irrigação, mas a gente não tem certeza, né?”. Para esses camponeses, a transposição só se concretizará como uma esperança se as águas efetivamente chegarem em suas roças. Até isso ocorrer, eles convivem com os dramas, os medos, as memórias e as desconfianças.

Além dos impactos e do controle de suas vidas, outras preocupações surgem. Diversos camponeses da VPR Vassouras temem pela sua segurança devido aos vazamentos na Barragem Boi I. O risco de rompimento é real e a preocupação não se restringe aos camponeses. A Agência Nacional das Águas (ANA), em alerta após o rompimento da barragem de Brumadinho, elaborou um plano para fiscalizar 52 barragens em todo o Brasil durante o ano de 2019. O objetivo do relatório é fiscalizar todas as barragens do país que apresentem falhas técnicas. Das 7 barragens do estado do Ceará definidas como prioritárias para vistoria da ANA, 6 estão na região do Cariri: a barragem de Jati, no município de Jati, e as cinco de Brejo Santo – Porcos, Cana Brava, Cipó, Boi 1 e Boi 2, todas administradas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e construídas para acumular as águas do PISF (O POVO, 2019).

De acordo com o camponês Seu Antônio (2020, informação verbal, sic), residente na VPR Vassouras, com o enchimento da barragem, a probabilidade de risco pode aumentar: “Se essa barragem estoura, aí o dermantele é grande e leva tudo embora, essa barragem aí não foi feito alicerce aí não”. Dorinha (2019, informação verbal, sic) compartilha do mesmo pensamento: “Em reunião recente com o pessoal de Fortaleza, aonde ele disse que foi cavado

¹⁷⁹Idailton Silva foi militante da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em 2015, foi indicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) para coordenar o MAB na região.

21 poços no pé da barragem, que só tem 1% da água, tem mais de 50 casas correndo o risco de vida; se estourar leva um pedaço da cidade de Milagres e também a Vila de Rosário desce”. A camponesa também lembra que, depois do acidente de Jati, a única coisa que fizeram foi colocar placas no entorno das barragens (FIGURA 14).

Figura 13 – Placa indicando rota de fuga.



Fonte: Foto do autor (2020).

O risco de acidentes é um problema comum em todas as fases de implantação e operação de grandes obras. Em 2011, o túnel Cuncas I, com 15 quilômetros de extensão (o maior da América Latina para transferência de água), que liga os municípios de Mauriti com São José de Piranhas, na Paraíba, desabou parcialmente sobre as máquinas e por pouco não atingiu os operários que conseguiram fugir após ouvirem barulhos. A construtora tentou abafar o acidente proibindo a entrada de repórteres, mas os próprios trabalhadores reclamando a falta de segurança espalharam a notícia.

Muitas vezes os responsáveis pelos danos, como as construtoras e o próprio Estado, não são devidamente responsabilizados pelos prejuízos causados nas comunidades. Nos três territórios analisados, a nossa pesquisa registrou o cotidiano das comunidades com trânsito de caminhões e tratores cortando as terras, isolando comunidades, provocando poeira e barulho, mudando o percurso das estradas e desfigurando a paisagem.

Outra questão preocupante para os moradores da VPR Vassouras é o impacto ambiental provocado pelo PISF, especialmente com a degradação do Rio São Francisco e a redução do seu volume: “[...] o comentário que a gente escuta é que o rio São Francisco tá secando, é um rio que tá morrendo, a estrutura da transposição pode tá pronta mas será que chega essa água, acho difícil que chegue” (DORINHA, 2019, informação verbal, sic).

A fala de Dorinha coaduna com diversos estudos sobre a degradação ambiental do Rio São Francisco, como, por exemplo, a pesquisa de Marques (2018, p. 154) que, na obra “Capitalismo e Colapso Ambiental”, revela a ameaça dos rios brasileiros provocada pelo desmatamento da mata ciliar, poluição por agrotóxicos, fertilizantes e esgotos:

Vários de seus afluentes perenes estão secos ou muito diminuídos. Já em 2012, a vazão do seu afluente, o rio Doce (853 km), hoje destruído pela mineração, reduzia-se a um terço da vazão original. Desmatamento, uso excessivo da água para irrigação, hidrelétricas, demanda crescente da população e a maior seca da história, iniciada em 2012, levaram a uma enorme diminuição de sua antiga vazão, de 2.000 a 2.500 m³/s, para apenas 600 m³/s em 2017. Em tais circunstâncias, a transposição de 100 m³/s do rio para a região do semiárido mostra-se evidentemente insustentável, inclusive porque, com a diminuição do seu fluxo, a foz do São Francisco está sendo invadida pelo mar.

Essa destruição é consequência da apropriação privada da água e da expropriação dos povos ribeirinhos que há séculos coexistem no/com o rio. É uma realidade também presente no Riacho Seco (FIGURA 14) em Missão Velha, Riacho e Lagoa São Miguel (FIGURA 15) em Mauriti e Riacho dos Porcos (FIGURA 16) em Brejo Santo. A quebra dos laços afetivos e identitários entre os camponeses e as águas dos rios, através do controle da vida dos camponeses pelas grandes obras hídricas, caracteriza o movimento do capital no campo do Cariri cearense. Este movimento, como foi relatado pelos próprios atingidos, piora as condições de trabalho e vida, contamina e envenena o meio ambiente, acirra os movimentos migratórios e, evidentemente, intensifica os conflitos hidroterritoriais na região.

Figura 14 – Riacho Seco, Missão Velha.



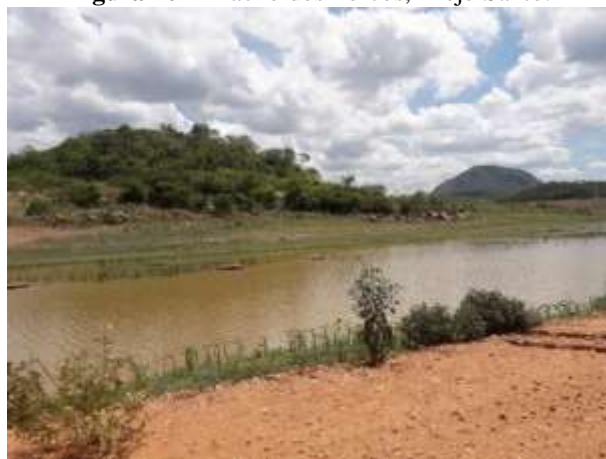
Fonte: Foto do autor (2018).

Figura 15 – Riacho São Miguel, Mauriti.



Fonte: Foto do autor (2019).

Figura 16 – Riacho dos Porcos, Brejo Santo.



Fonte: Foto do autor (2019).

Esses rios e riachos foram os grandes condensadores desses camponeses em seus territórios. É preciso colocar as coisas nos seus termos: quando se mata um rio com um barramento ou uma transposição, além de gerar perturbações irreversíveis no ambiente, mata-se também toda uma relação de um grupo social com a natureza. Para Dorinha (2019, informação verbal, sic), o Riacho dos Porcos, que marcou sua infância e foi parte de sua vida, é um riacho morto:

O rio acabou, esse rio acabou, porque eles derrubaram muito o alto (tabuleiro) e era puxando pra dentro do rio, só que você ainda vê algum trecho do rio porque sempre não dá pra acabar totalmente. O canal é de um canto a outro, de um lado pra outro, o reservatório é aqui e é pra encher até lá em cima, mais de 20 quilômetros.

A destruição da natureza e a expropriação daqueles que convivem em comunhão com ela é um processo que não se limita a um determinado período histórico que ficou conhecido como acumulação primitiva, mas um fenômeno atual, base das relações capitalistas

contemporâneas. A destruição dos bens naturais, narrada pelos assentados, faz parte de uma ofensiva do capitalismo para apropriação privada da água. Cícero Antônio de Sousa (2019, informação verbal, sic) fala sobre como este processo provoca transformações na paisagem da beira do rio nos seguintes termos:

Aqui mudou demais, tinha casa aqui, tinha casa ali, ali pra cima, tinha casa na margem do riacho, até lá no açude morava mais de 70 famílias, umas 100 famílias, isso aqui tudo era mato, quando num era mato, era agricultura. Isso aqui toda vida o pessoal trabalhava de irrigação aqui a seca todinha, as vezes duas safras, uma de sequeiro na época da chuva, terminava e ia pra irrigação, olhe aqui é terra de ótima qualidade. Aqui era bonito demais... meteram as máquinas aqui, mataram tudo, cortaram as árvores, aquelas madeira que tão lá em cima tudo era daqui.

Com base nisso, a vida dos camponeses afetados está intimamente ligada com a natureza. Os impactos são também subjetivos e, portanto, invisíveis. É por isso que, no decurso da pilhagem dos bens naturais que o capital ameaça a existência dos povos das águas, das florestas e do campo, pois, para eles, não há como dissociar a justiça social da questão ecológica. Além do alto custo ambiental, a ausência de diálogo com as comunidades, a falta de transparência e acompanhamento gera alguns momentos de aquecimento da economia local e, logo em seguida, vem o aumento no uso de drogas e prostituição.

Em Brejo Santo, Cícero Antônio de Sousa (2019, informação verbal, sic) faz essas observações na comunidade do Vieira e no Deserto, nas proximidades de onde foi construída a VPR Vassouras:

Indenização aqui no Deserto, uma tarefa de terra valia 300, 400 reais... quando foi com essa mudança pra esse povo vim pra cá, foi 5, 6 mil, dobrou assim, mil por cento. E aqui tem muita água, aqui é poço profundo, tem lugar que era mil reais e foi pra dez mil. Aí o dinheiro circulou. Os donos começaram a vender caro, isso aqui era chamado de deserto porque era deserto mesmo. O dinheiro circulou muito no começo, depois vieram os problemas. Muita gente de fora pra trabalhar, a prostituição aqui foi lá pra cima, muita gente morando aqui no canteiro de obras, trabalhando muita gente de fora, aí a mulherada, muita menina nova se envolveu com os “cabas”, saiu barriga pra danar. Isso aqui teve uso de drogas, mudanças de costume foi radical aqui, uma tristeza, viu?

No curso dessa ação deliberada do Estado com imposição autoritária que invisibiliza os sujeitos sociais e suas práticas de uso do território, é possível identificar um padrão de violações de direitos que foram recorrentes nos três territórios analisados nesta pesquisa. São situações que se iniciam com a falta de informação e restrição de participação política, mas atingem o direito à saúde, ao trabalho, ao meio ambiente, terra e água (QUADRO 14).

Quadro 14 – Violação de direitos provocados pelas obras de transposições.

Violação de direito	Identificação da violação
Violação do direito à água: apropriação desigual, destruição das fontes de acesso e comprometimento das fontes de água.	Distrito de São Miguel
Violação do direito à terra e ao território: expropriação, desapropriação, indenização injusta e reassentamento inadequado.	Comunidade do Poço e VPR Vassouras
Violação do direito ao meio ambiente: alterações na paisagem (enchentes, inundações e vias de acesso danificadas).	Distrito de São Miguel, Comunidades do Poço e VPR Vassouras, Olho D'Água de Fora e Pau D'Arco
Violação do direito ao trabalho: desapropriação e inviabilização do trabalho camponês, aumento da desocupação e perda da renda.	Comunidades do Poço e VPR Vassouras
Violação dos direitos histórico-culturais: desorganização do modo de vida tradicional, ameaça à identidade regional e perda do patrimônio histórico-cultural.	Distrito de São Miguel, Comunidade do Poço e VPR Vassouras
Violação do direito à saúde: comprometimento da segurança e da soberania alimentar, desagregação das famílias, aumento das doenças psíquicas e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), aumento da violência e uso de drogas.	Comunidades do Poço e VPR Vassouras
Violação do direito de participação política: não participação no processo de tomada de decisão, negação do direito de informação e as suas implicações para os afetados.	Distrito de São Miguel

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Mediante esse conjunto de violações, a informação foi e continua sendo um importante instrumento do Estado que é negado aos camponeses. A questão dos usos e acesso à água do canal permanece uma incógnita aos camponeses que estão à margem do PISF. Seu Otoniel, por exemplo, colocou bombas para retirar a água acumulada no canal que passa ao lado de sua propriedade. Ele sabe que, em breve, haverá uma cerca nos dois lados do canal e, quando a obra for concluída, não terá garantia que usará essa água que lhe foi roubada: “Eles não informam nada, por enquanto eu uso essa água, mas e depois? Eu fiquei sem minha água e essa cerca significa que essa água aí do canal é propriedade do Estado e ninguém vai poder mexer [...]” (OTONIEL, 2020, informação verbal, sic).

De fato, a defesa da propriedade privada, o mais sagrado dos direitos segundo a concepção liberal, quando se trata dos camponeses, pode ser violada. No entanto, quando esses papéis se invertem, cria-se um aparato legal a ser aplicado contra os camponeses. Isto é a evidência de que o Estado sempre atuou em desfavor dos camponeses. Marx (1988) analisou esse movimento que promoveu todo um aparato jurídico em defesa de propriedade privada enquadrando os camponeses nos rigores da lei. Vale lembrar, como mostra Losurdo (2006), que os liberais clássicos foram fervorosos defensores de uma legislação dura em defesa da propriedade privada burguesa.

É sempre em nome da ordem e da estabilidade política e econômica que as práticas capitalistas favorecem um reduzido grupo em detrimento da maioria. Mas, ao se apropriarem

dos bens comuns, como a água, o Estado e o grande capital geram perturbações socioambientais e produzem novas dinâmicas produtoras de conflitos. Contudo, esses conflitos quase sempre vêm acompanhados de formas de lutas e resistências pela vida em harmonia no campo, pela preservação da natureza e por outras formas de convivência com o meio: é que será visto no próximo item.

4.3 Resistências: o campesinato não desapareceu sob as águas

Até aqui, esta pesquisa demonstrou que o Estado produz artificialmente um novo “Caminho das Águas”, expropriando povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas, camponeses, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros e pequenos produtores de base familiar. A oferta de água para atividades hidrotensivas como o agronegócio mercantiliza e concentra a terra, estimula os movimentos migratórios, promove conflitos de diversas ordens e permite novas formas de exploração do trabalhador.

Ao se omitir diante da tentativa do capital de privatização da água e da degradação das fontes naturais que ele próprio provoca, o Estado não cumpre efetivamente com os acordos firmados com as populações afetadas por grandes obras hídricas, ignorando o fato de que essas populações dependem dos bens naturais para garantir seus meios de reprodução e revelando o seu caráter classista. Em meio à construção de obras faraônicas e na tentativa de transformar água numa mercadoria é que surge a necessidade de lutar contra esse processo, conformando-se, assim, aquilo que chamamos de hidroresistências.

Nesse cenário, é compreensível que as estratégias de apropriação privada da água não poderiam ocorrer sem resistência. Olhando o passado das lutas camponesas e os conflitos hidroterritoriais, suas resistências representam a continuidade das lutas registradas desde o período colonial. No Cariri, uma agenda de resistência vem se revelando com diferentes métodos desde os mais conhecidos, como as denúncias nos meios de comunicação, manifestações e interrupções de vias e até atitudes audaciosas como retirada de água do canal.

O CAC e o PISF são os principais motivos para os recentes conflitos hidroterritoriais ocorridos na região do Cariri. Diversas comunidades abriram frentes de resistências contra essas obras e as principais delas foram realizadas no município de Crato (Baixio das Palmeiras, Assentamento 10 de Abril e Poço Dantas) através das ações do Fórum Popular das Águas do Cariri¹⁸⁰, organização criada por movimentos sociais e comunidades atingidas pela CAC com

¹⁸⁰Criado em 2015, o Fórum Popular das Águas do Cariri tem assumido o protagonismo na luta pela água como

o objetivo de visibilizar as violações de direitos provocadas pelas obras e lutar para minimizar os seus impactos.

Poço Dantas é uma comunidade remanescente dos povos Kariris que vem, nos últimos anos, organizando-se e fortalecendo sua identidade indígena¹⁸¹. Em 2015, por meio do Fórum Popular das Águas do Cariri, a comunidade reivindicou os valores das indenizações pagas, questionou o critério que estabelecia os valores de suas terras e denunciou os limites da cerca que invadia as propriedades da comunidade. As famílias participaram de audiências e atos públicos organizados pelo fórum.

O não cumprimento desses procedimentos legais também foi a pauta reivindicatória das famílias do Assentamento 10 de Abril¹⁸². As famílias assentadas que vivem predominantemente da agricultura familiar tiveram seus modos de vida profundamente afetados pelo CAC. Em diversos momentos, como uma audiência realizada no próprio assentamento em maio de 2017, realizada pelo Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, as famílias cobraram transparência por parte do Governo do Estado e do Governo Federal e denunciaram os impactos socioambientais ocorridos nas comunidades.

Situação semelhante ocorre na comunidade de Baixio das Palmeiras desde o ano de 2013, quando iniciou a construção do CAC. A comunidade é formada principalmente por agricultores familiares que ocupam há mais de dois séculos uma área de vale fértil cortada por riachos que brotam da Chapada do Araripe. Quando se deparou com a possibilidade de ser expropriada, a comunidade abriu uma frente de resistência fazendo com que o Estado recuasse paralisando temporariamente a execução física da obra¹⁸³.

Como afirmamos em trabalho anterior (NOBRE, 2017), esses três territórios são tensionados pelo CAC desde 2013, quando iniciaram as obras, e convivem em uma situação permanente de conflitualidade, evidenciando uma disputa de modelos de uso e gestão da água. São camponeses, indígenas e assentados do MST que construíram suas vidas colocando a água da fonte, do rio ou do riacho como questão de sobrevivência e existência. Em função da importância da questão da água para essas comunidades, é correta a proposição de Pinto (2018) quando destaca um profundo entrelaçamento entre o território e a água, daí a sua concepção de água-território.

bem comum e direito humano, ampliando os espaços de discussão na região.

¹⁸¹A comunidade está em processo de reconhecimento pelo Estado.

¹⁸²O Assentamento 10 de Abril, o primeiro assentamento do MST no Cariri, surge a partir da ocupação das terras do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, em 1991, evidenciando a atualidade da luta pela terra com o contexto das lutas históricas do campesinato. Destaque-se que essa área foi palco da Revolta do Caldeirão na década de 1930.

¹⁸³Até maio de 2021, os canais da obra não foram construídos na comunidade e nem mesmo as indenizações foram pagas a todas as famílias afetadas.

Foi a partir desse olhar nas comunidades, pensando a vinculação do binômio água-território, que presenciamos diferentes formas de resistências nos três territórios analisados na pesquisa. Havia entre os afetados um sentimento de indignação e a percepção de uma situação de injustiça que influenciou diversas ações, tanto em nível coletivo, como em nível individual. De um modo geral, os afetados envolveram-se nos conflitos porque o que estava em questão era a sua história, o seu cotidiano e a sua identidade.

Não apenas analisamos, como participamos diretamente de algumas ações de resistência, como, por exemplo, a mobilização nas comunidades de Olho d'Água de Fora e Pau D'Arco, Missão Velha, quando, no dia 28 de março de 2019, os camponeses organizaram uma manifestação em frente ao canteiro de obras da empresa S/A Paulista de Construções e Comércio (Cinturão das Águas do Ceará – CAC), bloqueando a rodovia estadual – CE 293, que liga o município de Missão Velha ao distrito de Jamacaru (FIGURA 17). O bloqueio que impediu o movimento nos dois sentidos durou cerca de cinco horas até a dispersão dos manifestantes realizada pela Polícia Militar.

Nós fizemos um manifesto a favor de duas comunidades, Olho D'Água de Fora e Pau D'arco, e por quê? Porque quando a firma veio trabalhar aqui, já achou nossas estradas feitas, o que acontece é que eles (os responsáveis pela obra) fizeram as bueiras pra dentro de nossas estradas. Hoje o pessoal das comunidades tá todo ilhado, não pode passar, o posto de saúde não tem médico, as escolas tá tudo parado porque o ônibus não passa, e aí é o seguinte, por isso que nós fizemos um manifesto pacífico (SEU BABÁ, 2019, informação verbal, sic).

A manifestação teve uma grande repercussão e os moradores conseguiram, através de audiência, a garantia por parte dos engenheiros da construtora que o problema seria resolvido. Entretanto, quando retornamos à comunidade no dia 19 de junho de 2019, as reivindicações dos moradores até aquele momento não tinham sido atendidas: o canteiro de obras estava praticamente vazio e a obra quase completamente parada por falta de repasse federal.

Figura 17 – Manifestação contra o CAC em Missão Velha.



Fonte: TAVARES, M. B. (2018).

Sem serem devidamente ouvidos, os camponeses têm promovido atos públicos, manifestações e bloqueio de vias. Estas ações têm sido estratégias legítimas para dar visibilidade ao conflito, pois sua resistência revela o campesinato brasileiro marcado por uma história de lutas. Assim, a situação do Cariri cearense, que já foi marcada pela dominação dos coronéis canavieiros, donos das terras e das águas, agora se vê diante de um Estado que garante condições de sujeição através da apropriação da água (MARTINS, 1995).

Fazer bloqueios nas estradas para tentar estabelecer um diálogo horizontal também foi uma estratégia utilizada por agricultores das comunidades do Vieira, Deserto, Umbuzeiro e VPR Vassouras, em Brejo Santo. No dia 19 de fevereiro de 2019, centenas de pessoas fizeram barricadas e impediram a passagem de todos os tipos de veículos para reivindicar o direito de reconstrução da estrada que foi destruída pela empresa SERVENG. Dorinha (2019, informação verbal, sic) explica que o Estado, na ocasião, negou o livre direito de manifestação mobilizando suas forças repressivas:

[...] teve a manifestação, mas infelizmente a polícia veio e botou o povo pra correr, porque disseram que nós não estava dentro da lei, tava fora da lei, mas, infelizmente, os grandes tem mais poder, tem mais vez, simplesmente ligaram pra polícia e botou pra nós ir embora. Aí eles prometeram que quando tiver parado de andar carga pesada aí faz a estrada, mas depois de eles irem embora será que sai essa estrada, né?

Nas duas situações, o uso da repressão policial foi colocado em prática. Quando se trata de proteger a propriedade privada, a história mostra que o Estado sempre fez uso da força contra os camponeses. No caso da água, para garantir a sua apropriação privada, o uso do aparato

repressivo tem sido constante em todo o país. É cada vez mais comum o uso de segurança para vigiar os rios. São patrulhas armadas, drones e muros que tentam bloquear o acesso aos rios, represas e canais. No Eixão das Águas, sistema hídrico responsável pelo abastecimento da RMF e do CIPP, seguranças armados deslocam-se em motocicletas ao longo do canal para evitar que a água “seja roubada”.

Em Petrolina, Pernambuco, seguranças armados, ao estilo “*robocop*”, apoiados por drones, viaturas e motocicletas vigiam as canaletas¹⁸⁴ do Rio São Francisco para evitar que a população tenha acesso à água. Em Cabrobó, também no estado de Pernambuco, foi construído um muro no conduto do PISF como tentativa de evitar que os pequenos agricultores que vivem a menos de 100 metros do canal possam dessedentar os seus animais.

O uso de um aparato repressivo do Estado ou da iniciativa privada para vigiar os cursos de água tem transformado a disputa pela água em casos de polícia. Segundo o jornalista Patrick Camporez, em matéria publicada no Estadão (CAMPOREZ, 2020)¹⁸⁵, nos últimos cinco anos foram registrados 63 mil Boletins de Ocorrências (BOs) envolvendo disputa pela água. Atualmente, existem no Brasil 223 zonas de tensão permanente, enquanto que, há dez anos, eram apenas 30. Entre as 12 bacias hidrográficas do país, a bacia do São Francisco, juntamente com a do Paraná e do Amazonas são as de maior incidência de tensão.

As matérias jornalísticas corroboram para a análise desta tese de que o Estado em todas as suas formas usou o seu poder repressor contra os camponeses. A violência é a manifestação mais evidente desse poder, é a ela que se recorre para que o processo de apropriação privada da água siga seu curso. Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, eleito com um discurso de ódio declarando publicamente que os movimentos sociais do campo, como o MST, são terroristas e precisam ser combatidos, o uso da violência acabou por fortalecer-se nas instituições do Estado. É esse governo ultraliberal com traços fascistas que define o que é legal e o que deve ser combatido.

Se as manifestações em Missão Velha e Brejo Santo foram motivadas principalmente pela violação do direito de restauração das vias de acesso danificadas pelas construtoras, em Mauriti a razão estava relacionada à violação do direito à água mediante a destruição das fontes de acesso, como explica o senhor Otoniel Alves (2019, informação verbal, sic), morador da comunidade de São Miguel:

¹⁸⁴Pequenos canais construídos nas décadas de 1980 e 1990 pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para uso exclusivo em áreas de produção de fruticultura irrigada.

¹⁸⁵Após algumas semanas viajando pelas regiões com maior foco de conflitos pela água Patrick Camporez publicou uma série de matérias divididas em: Rios Vigíados, Rios Dominados, Rios Roubados e Rios Mortos. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,rios-vigiados,1063363>. Acesso em: 11 mar. 2020.

Eu fiz um movimento outro dia aqui, chamei esses meninos aí e paramos o movimento dos caminhões nessas estradas porque quando a água daí vinha descendo, ela descia e passava aqui em cima dessa parede, enchia d'água aqui. Aí eles veio, nós butamos umas pedras aqui na estrada e paramos o trânsito deles. Aí o cara disse: eu vou mandar fazer um dreno aqui, ali naquela levada, e depois eu venho fazer a canelata, até hoje.

Indignado com a perda de sua água da pequena cacimba, Seu Otoniel reclama do valor da indenização e explica que, além de fazer bloqueios nas estradas com seus vizinhos para reivindicar seus direitos, houve uma ação na justiça feita de forma coletiva:

O poço foi 7 mil reais e todo o sistema de irrigação que é todo irrigado, como as cacimbas secaram, foi obrigado a parar o sistema na época, esse lado aqui ainda tá desativado por conta da água que não deu pra fazer. Eu tenho 4 hectares irrigado e a água não dar. A gente deve no banco que cavou o poço e compramos o sistema pelo banco, tamo pagando e não tamo usando o suficiente. Entramos na justiça porque não teve indenização do poço.

O senhor Damião Benedito, agricultor e vizinho de Seu Otoniel, também participou da ação na justiça¹⁸⁶ e reclama dos baixos valores pagos nas indenizações (2019, informação verbal, sic):

Em 1999 eu comprei um terreno aqui e a tarefa saiu por 600 reais na época. Em 2010, quando o canal chegou aqui, me pagaram 400 reais por tarefa. De 30 tarefa só me sobrou 9. Pegou meu poço amazonas e as águas secou, eu cavava e tinha água com 3 metros e agora rebaixou pra mais de 20 metros. Por isso nós entremos na justiça, primeiro foi um grupo de 5 pessoas pra ter direito à água, depois fomos pra justiça federal com mais de 20 pessoas.

De um modo geral, constatamos que a maioria dos conflitos não está inicialmente relacionada com a disputa da água, mas pelos impactos das obras (QUADRO 15). Entretanto, com a crescente demanda de água na região e com a territorialização de empresas do agronegócio, os usos sociais da água serão comprometidos em favor das pressões diretas e indiretas do grande capital pela mercantilização das águas que chegarão nos canais (PACHECO, 2017).

¹⁸⁶Os entrevistados não revelaram os detalhes desse processo jurídico.

Quadro 15 – Conflitos e resistências.

Município e comunidade	Data e número de famílias	Conflito	Resistência
Brejo Santo: comunidade do Poço, Vieira e VPR Vassouras	2019 145 famílias	Não cumprimento dos procedimentos legais. Vias de acesso danificadas.	Bloqueio de vias de acesso das comunidades do Poço, Vieira e VPR Vassouras. Manifestação pelas ruas da cidade, organizadas pelo MAB e bloqueio da BR-116.
Mauriti: comunidade São Miguel	2015 112 famílias	Não cumprimento dos procedimentos legais Aterramento da Lagoa São Miguel e diminuição do acesso à água.	Denúncias e representações jurídicas; resistências cotidianas.
Missão Velha: Pau D'Arco, Olho D'Água de Fora, Coité	2019 (22 de março) 500 famílias	Não cumprimento dos procedimentos legais. Vias de acesso danificadas.	Bloqueio da rodovia estadual – CE 293, que liga o município de Missão Velha ao distrito de Jamacaru, em frente ao canteiro de obras da empresa S/A Paulista de Construções e Comércio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Sabe-se que o Estado exerce papel central no que se refere à violação desses direitos que estão explodindo em conflitos por inúmeros territórios onde as grandes obras hídricas passam. Contudo, é preciso considerar as contradições do capitalismo no campo e compreender esse processo em sua complexidade, pois, enquanto os sujeitos sociais atingidos por essas obras mobilizam-se para exigir seus direitos, ocorre também articulação política para que as águas dos canais não atendam as demandas dos pequenos produtores rurais do Cariri cearense.

Não foram poucas as declarações coletadas nas atividades de campo que desmistificaram duas ideias que predominavam nos debates sobre as grandes obras hídricas na região do Cariri: a noção de que as obras tiveram impacto reduzido e a ausência de conflitos e resistências. Percebe-se que os conflitos nas comunidades rurais do Cariri cearense, em sua maioria, não podem ser quantificados materialmente, visto que são experiências subjetivas, onde as cosmovisões dos camponeses e sua relação identitária com a água, com o rio e com o território, de um modo geral, não são claramente perceptíveis para boa parte da população. Somente quando se centra as análises nos sujeitos afetados é que esses conflitos são perceptíveis.

Nesses territórios carregados de significado simbólico e emocional, a resistência pode ocorrer de diversas maneiras. Às vezes são estruturais e ativas envolvendo comunidades inteiras, como foi demonstrado no segundo capítulo com as lutas camponesas em batalhas sangrentas, rebeliões, ações contra o Estado e criação de espaços institucionais de ampla expressão. No entanto, há resistências que não se apresentam claramente aos nossos olhos, mas estão ocorrendo em diversas comunidades e passando muitas vezes despercebidas por observadores menos atentos. Quem melhor soube captar a sensibilidade dessas resistências que

se apresentam como um pano de fundo foi James Scott quando, na década de 1970, desenvolveu pesquisas em aldeias produtoras de arroz na Malásia peninsular.

Analisando as consequências contraditórias da “Revolução Verde”, Scott (2002) mostraram formas cotidianas, fragmentadas e difusas de resistências contra os efeitos do desenvolvimento capitalista no campo que promoveu a marginalização de sua renda ou expropriou-os do seu meio de existência. Sem negar a importância dos grandes manifestos e protestos que agregam outros agentes na luta, como os movimentos sociais, as resistências cotidianas são táticas e estratégias possíveis em territórios onde a geografia e a dispersão das famílias implicam na impossibilidade de elaboração de um projeto coletivo amplo e organizado.

Pulverizados ao longo de uma extensa área rural, os camponeses, analisados por Scott (2002), mostrou vários obstáculos para a ação coletiva e organizada, sobressaindo-se inúmeros atos individuais de insubordinação, boicotes, roubos, sabotagem, negação de algumas obrigações com os proprietários ou com o Estado. Fabrini (2007), na mesma direção, entende que a resistência camponesa não se restringe a grandes organizações ou ações que envolvem outros agentes como os movimentos sociais. Os camponeses construíram o seu lugar social através das lutas e resistências, demonstraram que não existe receita pronta para que possam se rebelar contra a ordem desigual e contraditória do sistema capitalista.

Na nossa pesquisa de campo, tais atos isolados que conformam as resistências cotidianas foram registrados em todos os territórios analisados. O roubo de materiais de construção no Olho d'Água ou roubo de bombas nos canais de São Miguel são dois exemplos que ilustram essa constatação. A questão pode parecer ambivalente, ou seja, quando um simples roubo pode ser apenas um ganho individual ou um processo de resistência fragmentada? Essa dúvida foi posta por Scott (2002) e, de fato, como o autor sugere, fazer um julgamento de uma ação pessoal é algo que não nos compete. Entretanto, considerando o processo histórico de um Estado que sempre contribuiu para a expulsão, expropriação e opressão dos camponeses, não é de estranhar que a resposta tenha surgido através do cangaço, das ligas camponesas e de muitas outras manifestações: são ações que estão no íntimo das relações cotidianas de classe.

Como bem mostrou Bensaid e Marx (2017) em um artigo publicado na Gazeta Renana sobre o furto de madeira, em 1842, a propriedade privada é o mais sagrado dos direitos e a violência exercida pelo Estado é definida a partir da violação desse direito. Losurdo (2006), em sua “Contra-história do Liberalismo”, investigou como a tradição liberal que celebra as liberdades individuais coexiste com instrumentos de opressão do trabalho e defesa do despotismo e da escravidão. Locke, por exemplo, foi um fervoroso defensor da necessidade de

rigor na lei contra a violação da propriedade privada. Intencionalmente ou não, essa perspectiva revela que propriedade e expropriação são dois lados da mesma moeda, na medida em que o cercamento das terras comuns representou uma maciça expropriação de camponeses.

Numa estrutura agrária, onde o direito e o Estado atuam quase sempre na contramão dos interesses dos camponeses, faltam meios institucionais para que esses sujeitos sociais possam se organizar e agir coletivamente. Em São Miguel, por exemplo, as famílias dispersas da sede do distrito não estão organizadas, nem mesmo pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mauriti. O bloqueio das vias, impedindo a tráfego de veículos da construtora, ao lado do canal da transposição, foi um protesto velado que, para Seu Otoniel, representou a única opção disponível de estabelecer um diálogo com os gestores da obra e reivindicar seus direitos.

Essa tática de resistência exige pouca ou nenhuma coordenação. Não há lideranças e formas hierarquizadas de organização ocorrendo de forma quase que espontânea com poucas pessoas envolvidas. Essa estratégia evita que a manifestação fuja do controle e comprometa juridicamente os envolvidos. Insistimos, portanto, que essas ações isoladas são resistências e concordamos que são os próprios camponeses que devem se expressar, como bem definiu Hobsbawn (*apud* SCOTT, 2002, p. 29): “Classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é o que não é resistência”.

Esses aspectos comuns nos três territórios pesquisados fortalecem a crença de que o lugar social dos camponeses na história do Brasil foi construído a partir de muita luta e resistência. Rebelar-se contra a ordem desigual e contraditória do sistema do capital está no âmago da existência desse sujeito social. Em diferentes lugares e tempos distintos, os camponeses lutaram contra a violência do Estado, do coronel, do latifúndio e dos grandes empreendimentos (neo)desenvolvimentistas e coloniais.

Sabe-se que, em cada território camponês, a trincheira de resistência é aberta conforme as condições locais. Em meio ao sofrimento e ao drama da luta pelo direito ou contra a desterritorialização, uma ação individual pode ser apenas uma forma de externalizar a indignação. Para Dorinha (2019, informação verbal, sic): “[...] a gente sabe que não vai parar a obra, mas cada um faz o que é possível pra resistir”. É com este pensamento que ela explica a resistência e o sofrimento do seu avô quando se viu na iminência de ser desterritorializado:

Meu avô deu trabalho pra sair viu. Hoje ele tem 101 anos, lúcido, mora na cidade... Ele adoeceu, meu pai, seu Desinho, eles tinha medo de pressionar, ele saiu mais ou menos com 97, 98 anos, há três anos. Todo mundo saiu e ele ficou sozinho lá. Meu irmão, esse que tava aqui agora ia lá toda noite dormir

com ele, porque ele não queria sair. Eles não pressionaram muito ele pela idade dele aí tinha que deixar ele bem à vontade. Quando não teve jeito que ele viu as máquinas andando, fazendo muita poeira, aí foi tipo assim, agora eu vou ter que ir ou eu adoço. Mas eles não foram chegar pressionando ele, obrigando ele a sair não, entendeu, deixaram ele bem à vontade. Ele foi quando realmente viu que tinha que sair, ele resistiu, ele saiu porque enfim... era... tinha que sair mesmo, porque não tinha pra onde correr, ele se viu, como se diz na história, acuado. Hoje mora mais minha avó na cidade [...] todos dois lúcidos, um cuidando do outro [...] ele trabalhava e o medo que a gente tinha de lá era isso, porque ele não ia ter o mesmo movimento, porque a pessoa na cidade é mais difícil né? Pra ele isso (a vida na roça) era tudo, é como se assim, tivesse arrancado o coração, lá, lá mesmo, o coração dele é lá, é tanto que ele nem vem tanto porque sabe que vai sofrer, saudade né, é melhor nem trazer. Porque muda tudo, tem canto lá que você nem reconhece... foi o único que ficou e ficou quase um ano ainda, e era o povo chegava lá e conversava com ele, “seu Desinho o senhor num vai sair não? Porque vai começar as obras, vai fazer muita poeira pro senhor, isso não vai ser bom”. Ele dizia, “enquanto eu não ver isso aqui eu não saio”. Ele só saiu quando ele viu a poeira mesmo, ele passou mais de ano, é tanto que eles (a construtora) começaram a trabalhar bem por longe pra deixar ele bem à vontade. Não pressionaram ele de jeito nenhum, pra ele ver mesmo que o negócio tava andando [...]

Tentamos conversar com Seu Desinho e, inclusive, chegamos a marcar uma entrevista, mas foi cancelada pela família, pois seus filhos evitam rememorar fatos tão dolorosos na vida do camponês, procurando distraí-lo na sua nova vida urbana. O silêncio tem sido uma estratégia para amenizar o sofrimento de quem sempre viveu naquele pedaço de chão. O silêncio, a pausa, o suspiro, que percebemos nas falas de outros entrevistados, também podem ser um instrumento na pesquisa, como descreveu Pollak (1989). Ao investigar o “discurso do silêncio”, o autor afirma que o silêncio é carregado de significado – muitas vezes, a narração de um fato, seguido por uma pausa silenciosa, pode encerrar mais sentido de que algumas falas.

O silêncio e a aceitação da “naturalidade” dos fatos foram sentimentos observados em muitos afetados. No alpendre¹⁸⁷ da casa de Dorinha (2019, informação verbal, sic), um diálogo desenvolve-se sobre o processo de resistência: “[...] era pra gente ter se organizado, mas foi muito rápido; eles chegaram, dizia as coisas e todo mundo batia palma, achava bonito o que eles estavam falando [...]”. Seu Antônio (2019, informação verbal, sic) interrompe Dorinha e pondera: “[...] o negócio sabe o que é, é porque é assim, a maior parte daqui tudo era morador. Era gente que passava necessidade, aí quando se achou com esse dinheiro, aí pra que serve no meio de 150 família ter 4 ou 3 família que é contra, aí você vai ser contra até em família. O que vale é a maioria”. Dorinha (2019, informação verbal, sic), refletindo sobre a questão,

¹⁸⁷Na ocasião estávamos em companhia do Professor Carlos Alberto Feliciano (UNESP) e seu orientando José Carlos Dantas que passavam pela região do Cariri cearense com o objetivo de compreender os conflitos provocados pelo CAC e PISF.

complementa: “[...] imagine aí, anos e anos você morando com uma pessoa sendo humilhado, chega uma pessoa lhe oferece uma casa, terra pra trabalhar que você nunca teve e recebendo um salário, né? Aí como é que você não vai dizer amém? Vai é aplaudir o governo”.

Esses relatos anunciam que na VPR Vassouras a antiga estrutura de dominação, cujo modelo baseava-se no coronelismo, vai sendo substituída pela dominação do Estado que desempenha um papel autoritário e paternalista ao mesmo tempo. Se anteriormente o grande proprietário tinha prerrogativa do Estado, agora o patrão é o próprio Estado que retroalimenta uma dependência nos assentados. Isto não significa dizer que o poder político e econômico dos grandes proprietários tenha se desmontado. Eles continuam lá e, muitas vezes, são eles os intermediários para o autoritarismo e o paternalismo do Estado, ou seja, as vilas produtivas são uma simultaneidade do novo e do velho, do tradicional e do moderno.

Essa ambiguidade na subordinação camponesa do latifúndio ou do Estado acarreta profundas transformações socioespaciais nos camponeses em sua forma de interagir com novos sujeitos sociais. Essa interação dos velhos e dos novos sujeitos sociais e as mudanças espaciais podem ser teoricamente explicadas à luz da ciência geográfica através do conceito de territorialidade. Tal conceito representa os vínculos de um indivíduo e/ou de um grupo social com um espaço, seja material ou imaterial. É uma identidade espacial, individual ou coletiva definida como um conjunto de relações que são resultado de um sistema tridimensional formado por sociedade, espaço e tempo (RAFFESTIN, 1993).

Trabalhar com o conceito de território permite perceber que essas relações da sociedade com o espaço são permeadas pelo poder. As formas de ocupação do espaço, o seu uso e suas representações são aspectos constituintes das relações de poder. Pinto (2018) advoga que é preciso reconhecer a historicidade das formas de organização do espaço para compreender as estratégias de dominação e apropriação da água pelos atores hegemônicos. Por isso, enfatizamos uma preocupação em olhar de baixo, a partir dos territórios, fazendo as conexões possíveis para entender as diferentes territorialidades em um mesmo território.

Essas territorialidades se expressam na dimensão subjetiva e simbólica do lugar que o cotidiano produz e, ao mesmo tempo, é produto do território operando em um processo cíclico sujeito a mudanças e permanências que se manifestam nas diversas formas de vida e modos de produção. É nesse processo dinâmico de territórios e territorialidades em constante transformação que o antigo território camponês dos afetados foi destruído para dar lugar à criação de um novo território, a VPR Vassouras, que expressa o papel do Estado na

institucionalização e regulação de um território através da seleção de sujeitos sociais para ocuparem aquele espaço e na criação de normas que controlam as suas atividades.

Apesar da imposição de um novo e estranho território, a forte ligação com o antigo lugar e com a identidade cultural, típica da territorialidade camponesa, não foi rompida totalmente. A abordagem territorial permite compreender esse território com múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2003) movidas por diferentes ritmos. Nessas territorialidades sobrepostas, que fundem as formas tradicionais de uso da terra e da água com as imposições do modo de reprodução capitalista, resistir representa a força da territorialidade camponesa.

Nos relatos dos afetados, a territorialidade camponesa estava presente a todo momento, especialmente quando se trata da água, a exemplo de Seu Antônio (2020, informação verbal), quando comenta a sua relação com o rio: “Lá eu nunca paguei por água nenhuma, tinha o que comer e o que beber”. Esta fala representa um questionamento às novas territorialidades imposta pelos valores da sociedade capitalista. Apesar de conquistar todos os espaços do globo, o capital não é absoluto e outras possibilidades de existência humana em suas relações com a natureza ainda resistem em vários locais do planeta. Quando expressa que “Viver na beira do rio era bom demais”, Dorinha (2020) abre uma frente de oposição à forma capitalista de apropriação da água. Se a obra representa, para alguns, o símbolo da engenharia e do progresso do capitalismo, para outros representa destruição, opressão e exploração.

Seu Antônio (2020, informação verbal, sic), relatando a sua relação com o rio, demonstra os laços de coletividade e comunhão com a natureza de uma fração do território camponês em oposição ao território dominado pelo capital:

Você ia tomar banho no rio, trazia o peixe pra jantar, toda hora que ia no rio trazia um peixe pra comer e aqui você não pega nem um canção. Isso era pra todo mundo, isso era uma riqueza grande, você não se preocupava se não tinha carne. [...] lá não pagava água, hoje minha geladeira tem água e é paga.

Na mesma direção, Dorinha (2019, informação verbal, sic) destaca suas memórias, seus sentimentos e o seu modo de vida na beira do rio:

Hoje a gente tem a lembrança. O rio era o recurso que a gente tinha. Hoje a gente vê o que perdeu, você só dá valor quando perde. Tinha o lugar certo, era da gente. De repente você tem que sair do seu lugar. Foi um abalo, um abalo muito grande, e ainda hoje tem muita gente que diz que se pudesse voltar trocaria o que tem hoje pelo que tinha antes. Eu sempre morei, nasci e me criei, na beira do rio (Riacho dos Porcos). Lá no sítio Rancharia, nasci e me criei naquela localidade. [...] Vivia da agricultura de inverno a seca, plantava no período da chuva, quando passava a chuva aí entrava a irrigação, na beira do rio [...] Vivia bem, quem tinha sua terrinha pra trabalhar vivia bem. Meu mesmo tinha duas tarefas, e dava pra viver bem durante a seca. Plantava feijão

na seca, no inverno era milho e feijão, [...] Plantava na seca o que colhia no inverno, não era aquele emprego certo, mas não faltava o que comer [...] A beira do rio depois desse açude foi um recurso por nós, foi um grande recurso, antes era mais difícil porque dependia só do inverno.

A descrição demonstra a inseparabilidade entre água e território na visão camponesa. A materialidade da água e a subjetividade do território se fundem em uma percepção da água muito além da visão fragmentada da bacia hidrográfica. É importante para os estudiosos da questão agrária perceber que o capital que se reproduz no campo na forma do agronegócio apropria-se privadamente, fazendo essa separação entre água e território.

Los conflictos por el agua y el territorio, muchas veces desprestigiados por su carácter local y territorial, se confirman así experiencias centrales para la comprensión, no sólo de las dinámicas de la protesta, sino también, em un nivel macro, de los sistemas políticos em los que se desarrollan ya que estas experiencias revelan um mundo más amplio de poder y resistencia, que em certa medida terminan com desafiar las relaciones sociales de poder (POMA, 2013, p. 288).

A autora defende que a água e outros elementos da natureza devem estar na centralidade da atual discussão da questão agrária na América Latina. Além disso, no seu processo de expor as contradições do capital privado, Poma (2013, p. 270) destaca outras formas de resistências que podem ser observadas nos territórios, trazendo como ilustração a experiência de luta de comunidades afetadas por uma represa no México, ocasião em que incorpora a emoção como fator explicativo no processo de resistência:

Primero porque creemos, y hemos comprobado en nuestra investigación, que la relación con el territorio tiene una dimensión emocional y simbólica muy importante. Dicho en otras palabras se llega a defender una tierra, un Pueblo, por el vínculo emocional y sentimental que nos relaciona a estos elementos. Segundo, porque aunque no haya relación emocional directa, el sentimiento de injusticia que lleva a muchas personas a involucrarse em una lucha, también tiene una explicación emocional. Las emociones nos ayudan así a comprender las diferentes respuestas a un problema entre personas distintas, y como influyen las diferencias culturales, ya que algunas emociones son también un producto cultural, mientras que otras no.

O que Poma (2013) expressa contribui para entender o sentimento dos camponeses afetados pelas obras hídricas no Cariri. As relações afetivas com o território podem ser tomadas como consciência de luta de classe que se afirma à medida que os camponeses, enquanto sujeitos políticos, passam a reivindicar seus direitos. Ainda que diante dessa atual conjuntura as ações do Estado, desfavoráveis aos interesses dos camponeses, possam fazer prevalecer um sentimento de impotência, os afetados vão aos poucos organizando-se politicamente e adquirem

a consciência de que são sujeitos políticos capazes de transformar a realidade. Essa mudança de consciência e de conduta que se tem observado é uma ferramenta necessária para a luta hidroterritorial no Cariri cearense.

Nesta pesquisa, presenciamos, especialmente em Brejo Santo, a conversão dos conflitos hidroterritoriais em lutas políticas, principalmente sob a mediação do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nos dias 19 e 20 de outubro de 2019, aconteceu o Encontro Regional de Mulheres Atingidas do Cariri, evento realizado pelo MAB Ceará. Com o tema central “Em defesa da vida: mulheres na luta por direitos”, o encontro, que contou com a participação das mulheres camponesas da VPR Vassouras, possibilitou a troca de saberes com debates e oficinas sobre diversas temáticas como: organicidade, construção social do ser mulher, arte e resistência com as arpilleras¹⁸⁸ do MAB, luta por direitos, denúncia de danos socioambientais, violações de direitos e a necessidade de pensar outro modelo de desenvolvimento.

Aos poucos, o processo de organização do MAB junto aos camponeses da VPR vem gerando resultados. No dia 11 de dezembro de 2020, aproximadamente 100 atingidos de diversas regiões participaram de uma atividade nas ruas de Brejo Santo que teve como objetivo cobrar uma política de segurança para as famílias que vivem próximo às barragens, garantia dos direitos e contra a ameaça de privatização do PISF. Segundo a fala de Samuel Oliveira (2020, informação verbal, sic), um dos militantes da coordenação estadual do MAB: “É um ato pra denunciar as injustiças. É um ato pacífico e feito pelos trabalhadores, vamos sair em marcha pelo centro da cidade de Brejo Santo, vamos fazer falas, panfletar, atravessar lentamente a BR-116, com um recado muito claro, reivindicar as nossas pautas”.

Antes da atividade, na sede do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Brejo Santo, local da concentração, surgiu a oportunidade de conversar com vários camponeses afetados de Jati (barragem Jati e Atalho) e Brejo Santo (Cipó, Porcos, Cana Brava, Boi I e Boi II). A maioria reconhecia a importância do papel mediador do MAB, o que ficou evidente na fala de Dorinha (2020, informação verbal, sic): “É muito importante o trabalho do MAB, se eles estivessem aqui bem antes a nossa realidade era outra. Com certeza a gente não ia perder tanto. É uma pena que nem todo mundo quis participar porque isso aqui faz a diferença, viu?”. Após as falas, os manifestantes saíram em marcha pelas ruas da cidade fazendo um bloqueio na BR-116 (FIGURA 18).

¹⁸⁸ O nome arpilleras refere-se as mulheres chilenas que trabalhavam com retalhos de tecido no período da ditadura militar do Chile. A técnica têxtil dessas mulheres foi usada para denunciar a repressão do período, servindo de inspiração para outros países.

Figura 18 – Interdição da BR-116 em Brejo Santo.



Fonte: Foto do autor (2020).

Se em Brejo Santo o MAB vem assumindo um papel importante na mediação dos conflitos, em Missão Velha foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) que assumiu o protagonismo de mediador entre os camponeses atingidos e o Estado, especialmente quando o clima de tensão social se acirrou. Eduardo Honorato Paulo (2020, informação verbal), diretor do STTR, explica que a entidade vem se reinventando para lidar com as novas questões da contemporaneidade, especialmente no que se refere aos conflitos envolvendo grandes obras hídricas: “[...] estávamos acostumados com outras lutas, mas essa briga é novidade pro sindicato”.

Considerado um dos maiores e mais ativos da região do Cariri, o STTR¹⁸⁹ de Missão Velha foi empurrado pelos camponeses atingidos para mediar os conflitos, sobretudo nos momentos de maior agitação, como o bloqueio da rodovia entre a sede de Missão Velha e o distrito de Jamacaru, como explica Paulo (2020, informação verbal, sic):

Eles convidaram a gente pra participar da manifestação, eu fui pra aquela mobilização, não sei ao certo, mas tranquilamente tinha umas 300 pessoas que ocuparam a pista, foi rápido e espontâneo. Inicialmente teve um efeito no mesmo dia eles tiraram a lama e se comprometeram a fazer o reparo total. Deram uma ajeitada na estrada, mas hoje a empresa já não está mais aqui. Deram uma melhorada, não botaram piçarra, prometeram de fazer uma estrutura robusta. Na época imaginou-se que eles iriam cumprir a promessa, mas de toda maneira foi feito um documento e está com a comunidade, tá assinado por mim e pela comunidade. Provavelmente se as chuvas voltarem de forma mais intensa aquele pessoal terá problema.

¹⁸⁹Segundo o sindicalista, o número de inscritos na folha passa de 15 mil. No entanto, ativamente participam apenas 2 mil inscritos em 26 delegacias de base espalhadas pela sede e pelos distritos de Jamacaru, Missão Nova e Quimamí.

Ele segue afirmando que o STTR precisa transcender e pensar de forma articulada a organização do espaço trazendo a água para a centralidade do debate, criando espaços de formação e melhorando a relação com outros movimentos sociais, pois Missão Velha está no centro dos futuros conflitos, tanto pelas obras, como pela territorialização de empresas do agronegócio:

Naturalmente vai ser uma temática muito discutida no nosso município, porque a necessidade de água é imensa. Você imagine o proprietário, a empresa, ou o agricultor ver a água ali e não poder usar, evidentemente isso trará muitos conflitos. Precisa sentar, precisa conversar. O poder público, junto com as instituições, precisa sentar e pra já. Se essa água tiver lá pronta pra uso e não chega na mão do agricultor terá muita dificuldade. Eu acredito que tudo que está acontecendo aqui será um potencial causador de conflito e o sindicato tem uma grande responsabilidade (PAULO, 2020, informação verbal, sic).

Já em Mauriti, em diversos diálogos com os camponeses, percebemos um certo desânimo e insatisfação com a possibilidade de outros movimentos assumirem o papel de mediador do conflito. Para Seu Otoniel (2020, informação verbal, sic): “Aqui não teve esse movimento não, nem sindicato, nem associação, nem igreja, nem outro órgão, aqui foi nós mesmos”. Esta aparente dificuldade de organização e articulação não significa dizer que não houve processos de resistências. Ao contrário, os camponeses de São Miguel estão conscientes de sua condição de atingidos e criaram estratégias próprias de reagir aos danos causados pelo projeto. Mais que isto, tal percepção aponta igualmente para a construção de outras formas de organização, dados os desgastes que alguns movimentos tradicionais adquiriram nos últimos anos:

Tem um rapaz que vem sempre aqui e disse que pra lutar é melhor tá unido. Ele pediu pra fazer um acordo pra tirar as bombas do canal e resolver logo essa questão. Ele sugeriu que a gente fizesse uma associação de todos os ribeirinhos e nós ainda não fizemos, mas pelo o que eu tô vendo vai ser preciso, mas eu acho que tem que ser uma associação diferenciada (SEU OTONIEL, 2020, informação verbal, sic).

Em São Miguel, a desconfiança com os movimentos sociais e com o sindicalismo tradicional não é obra do acaso. Mauriti foi um dos municípios caririenses que conseguiu eleger o prefeito em seguidos mandatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), quebrando o domínio político de grupos políticos tradicionais ligados à elite agrária local¹⁹⁰. Se, por um lado, o

¹⁹⁰O grupo político do latifundiário Márcio Martins Sampaio de Moraes foi derrotado por Isaac Gomes da Silva Júnior. Em 2005, ele foi reeleito e, em 2013, conseguiu eleger seu sucessor, Francisco Evanildo Simão da Silva.

município despontou no que se refere a um conjunto de políticas públicas criadas durante esse período, por outro, o ambiente político em escala nacional foi desgastado com uma imagem negativa do partido e dos seus apoiadores submetidos a uma poderosa campanha de desqualificação. Esse quadro nacional refletiu-se, também, no contexto político local.

Isso não justifica o fato de que parcela considerável dos sindicatos e dos movimentos sociais tradicionais foram cooptados e acabaram abrindo mão de seus trabalhos de base e formação política. O resultado da despolitização foi um processo de dominação por consentimento que, em alguns casos, chegou acompanhado de coerção sem poder de reação por parte dos sindicatos e movimentos sociais. Foi este o fenômeno descrito por Gramsci (2007) como hegemonia, em que as classes oprimidas, mesmo aquelas organizadas em suas categorias, são manipuladas, acreditando que o interesse de quem governa, a serviço da classe dominante, é o interesse geral da sociedade.

De qualquer modo, sem exagerar nas generalizações, é preciso dizer que os movimentos sociais e o sindicalismo têm se esforçado para demonstrar as mudanças necessárias que o nosso tempo exige¹⁹¹. A força e a importância dessas organizações são muito mais complexas do que parecem ser e têm a ver com questões relacionadas a longos ciclos políticos e econômicos. É natural que, quando mudam as condições que deram origem a essas organizações, as suas ações tendam a se modificar também. Da mesma forma que o sindicalismo tradicional é drasticamente afetado pelas inovações do mundo do trabalho, é natural que apareçam entre os conflitos da nossa contemporaneidade, coletivos e espaços de luta que reivindiquem novas pautas do nosso tempo, a exemplo da justiça hídrica e do direito humano à água.

Acreditamos que, no Cariri cearense, com ou sem a presença de mediadores, a tendência é que os processos de resistências ganhem força à medida que a disputa pela água torne-se mais intensa. Nos territórios analisados por esta tese, a luta dos atingidos ainda não se explicitou plenamente pela disputa da água. Dadas as condições ambientais da região, no entanto, não há dúvidas de que, com o aumento da demanda, a disputa pela água vai gerar um número maior de excluídos hídricos, o que, inevitavelmente, levará a novos conflitos.

Ademais, esse processo será carregado de muita resistência. Tudo indica que a luta não será apenas no/com o Estado. Na verdade, não é utopia dizer que existem novas formas de autodeterminação que possam estabelecer uma nova cultura da água nos territórios onde as comunidades possam efetivamente participar do processo de decisão. É sabido que condições históricas, sufocadas pela hegemonia do Estado capitalista, impedem que a água se manifeste

¹⁹¹Para saber mais, recomenda-se a leitura de Frank e Fuentes (1989).

como um bem comum e um dos principais instrumentos desse processo foi a decisão de estabelecer uma única forma de normatização de água, o que ampliou o seu controle por agentes privados. Esta é uma característica da gestão que não consegue reduzir a desigualdade no seu acesso, segregando grupos sociais na disputa pela água¹⁹².

A noção de bem comum foi expressa com muita potência na memória dos nossos entrevistados. Os riachos Seco, São Miguel e dos Porcos representam a noção de algo não apropriado privadamente sob o viés capitalista. Representa um bem compartilhado por todos que foi fundamental para a fixação dos camponeses nesses territórios em sua reprodução enquanto classe social. Todavia, envolvidos na sociedade capitalista, novos territórios da água impõem-se sob o poder do Estado, resultando num confronto entre uma dimensão material (funcional) e uma dimensão imaterial (cultura). É nessa tensão entre gerir e usar a água que se conformam os territórios disputados, os hidroterritórios, que se expressam como um campo de força entre os que desejam explorar mais e os que querem apenas o direito de ser e viver neles.

É nesse universo de pesquisa que apresentamos o Cariri cearense como um território estratégico que aglutina enormes desafios. Os efeitos territoriais dos novos caminhos das águas, que desnaturalizam os rios, prendem as águas e viabilizam um processo lento e gradual da sua privatização vão deixando as suas margens abertas para convergir novos conflitos num movimento dialético que tensiona novos e velhos elementos. O histórico processo de apropriação desigual da água no Cariri ganha, portanto, contornos dramáticos com as obras do CAC e do PISF. São elas que revelam um processo de redefinição dos caminhos das águas e abrem possibilidades para que o capital crie novos espaços de sua permanente e contraditória retroalimentação e que coloca em cheque a permanência de um espaço camponês, suscitando novas formas de resistência por parte do campesinato local.

¹⁹²Ver Torres (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios relacionados à compreensão dos conflitos que giram em torno da água exigem uma análise que aborde diferentes dimensões, porém, mais do que isso, exigem esclarecer aspectos que muitas vezes estão desconectados ou invisibilizados. Procuramos, neste trabalho, fazer essa ligação entre as estruturas socioeconômicas e as “pequenas/grandes” histórias protagonizadas pelos povos do campo que se processaram nos caminhos das águas que cortam o estado do Ceará. Nas margens desses caminhos, formaram-se aldeias, vilas que se transformaram em cidades, lugares de guerras sem fim e batalhas sangrentas, caminhos das águas por onde escorreram sangue, mas que, ainda hoje, contam histórias de resistências.

São caminhos que foram se transformando através do lento processo geológico, mas que são acelerados pela ação predatória da “sociedade do mercado” em sua insaciável busca para apropriar-se dos bens naturais como num processo inerente ao modo de produção capitalista. Do Rio São Francisco ao Riacho do Salgado, expressamos os diferentes significados desses caminhos e o sentido dessas águas, de bem comum a símbolo da modernidade capitalista. É a água transformada em recurso hídrico como um elemento necessário para compreensão da luta de classe e toda a sua violência acumulada ao longo do tempo.

Desse modo, buscou-se, com esta tese, demonstrar o papel determinante do Estado no processo de rearranjo dos caminhos das águas, resultando em conflitos hidroterritoriais que vão se ampliando quanto mais se modernizam a estrutura e as formas de gestão. Compreende-se este processo como um movimento permanente que atravessou as formas governamentais que o Estado foi assumindo desde o processo de colonização.

Nossa análise histórico-territorial, compatível com o materialismo histórico dialético, identificou um movimento com (des)continuidades, não como uma cópia perfeita dos fatos, mas como uma reprodução das estruturas vigentes de forma mais aprimorada. Ainda que sejam evidentes as aparências modernas com uma essência tradicional em uma lógica que conjuga vários tempos num mesmo espaço, buscamos destacar um movimento que foi se sofisticando nos caminhos das águas.

Da invasão e controle dos rios no período colonial até as formas mais sofisticadas de apropriação privada da água, é possível denotar uma transformação na identidade histórica do Estado cujo interesse atual escancara-se e confunde-se cada vez mais com os interesses do grande capital. Nesse sentido, foi indispensável ao nosso entendimento o papel do Estado como principal agente causador dos conflitos hidroterritoriais através da gestão direta de políticas

públicas, mas também agindo como financiador, executor, construtor e planejador, atendendo os interesses do capital com empreendimentos hidroativos.

Na mesma medida, o Estado inviabiliza as demandas prioritárias da sociedade avançando em suas formas jurídicas ou coercitivas para a apropriação privada da água, com omissão e tratamento desigual que conforma sua instância conservadora e reflete uma posição anti-camponesa, inapta à condução de estratégias que possam solucionar os conflitos estruturais do campo brasileiro.

Essa constatação permite discorrer criticamente sobre as etapas do Estado capitalista passando por diversas fases (colonial, imperial, desenvolvimentista, neo-desenvolvimentista ou neoliberal) – em todas elas, a sua função consolidou as relações sociais dominantes. Novos arranjos, se fossem convenientes, eram executados, desde que não alterassem a macroestrutura reprodutiva da acumulação. Entre o furto da madeira praticado por camponeses ingleses, descrito por Bensaid e Marx (2017), passando por todo o processo de genocídio dos povos originários no projeto colonial até a financeirização da água nos nossos tempos, somos atravessados por um vínculo causal e indissociável entre Estado e capital.

Contudo, quando se trata de um estudo de natureza dialética, é preciso enfatizar que esse atrelamento não se dá de forma linear, mas apresenta aspectos históricos contraditórios. Ainda que o Estado seja, indubitavelmente, cúmplice e agente de fortalecimento do capital, ele se estrutura como um espaço de luta, cujas forças competem e tentam promover seus próprios interesses. A própria tentativa de invisibilizar o modo de vida das comunidades tradicionais já se revela como um importante aspecto para anular o debate de outras possibilidades de vida, trabalho e relação com a natureza. Outrossim, a processualidade estabelecida entre esses antagonismos é intrínseca ao próprio processo de desenvolvimento capitalista comprovados com a análise do processo histórico concreto cuja produção de conflitos está no âmbito da luta de classes.

Quando se trata, por exemplo, da apropriação privada dos bens naturais, a sensação que se tem é que atingimos o limite. O que sobra desse processo é a defesa do domínio público que serve unicamente como um engodo revestido de discursos “bem” intencionados, cujas ações têm ampliado o controle sobre os usos e acessos a esses bens, utilizando como justificativa o interesse privado fantasiado de público. Nesse sentido, as questões apresentadas nesta tese corroboraram essa direção, possibilitando problematizar a dinâmica do modelo de desenvolvimento privatista nos espaços agrários que tem ampliado as disputas pelo acesso aos bens naturais comuns, particularmente a água.

Essa pulsão destrutiva que se fortalece com a devastação da natureza e do trabalho. Ela torna o capital insaciável quando se trata de defender a sua valorização, mesmo que se depare com limites regionais que ele próprio constrói, sendo necessário contornar suas falhas através do deslocamento de suas contradições. Sob o comando da lógica neoliberal, assistimos a ascensão do capital financeiro, momento em que as grandes corporações viram a possibilidade de aumentar o lucro através do desmonte do Estado em nível macroeconômico, repercutindo em um conjunto de transformações que passa pela privatização generalizada dos serviços, destruição das leis trabalhistas e flexibilização da legislação ambiental.

Enquanto os países centrais, sedes das grandes corporações cada vez mais oligopolizadas, como as gigantes do agronegócio, extraem os lucros obtidos do processo de apropriação dos mercados de terra, de água e de minérios, os “Estados-nação” da periferia, como na América Latina, voltam-se cada vez mais para garantir os interesses dessas corporações através da entrega de seus próprios territórios. É esta institucionalidade desigual e agressiva que Harvey (2004) chama de acumulação por espoliação, constituindo a faceta contemporânea do capitalismo que se recria nos processos permanentes de invasão dos territórios, destruição da natureza e desterritorialização dos povos.

Ao mesmo tempo em que esse projeto devora territórios levando destruição e morte, emergem as resistências. Embora tenha conquistado todo o planeta, o capital não é absoluto. As vítimas do sistema, aquelas que recebem os danos e os riscos da produção capitalista e que vivem em pequenas ilhas naturais cercadas pela “civilização” do capital, resistem com suas diferentes formas de viver, criando e recriando outras possibilidades de relações com a natureza, essencialmente divergentes da racionalidade capitalista. Muitos desses grupos sociais resistentes são submetidos a situações limites onde a vida e a morte encontram-se a todo momento fazendo emergir a luta do bem comum como uma herança de nossa existência histórica, teimando contra as ofensivas do capital.

São esses questionamentos que nos fazem refletir sobre essa poderosa estrutura que é o Estado: somos atravessados por ele e temos nossas vidas moldadas por ele, contudo, é preciso dizer que o Estado não é um fim em si mesmo. Podemos afirmar que os nossos sonhos de liberdade e autonomia passam por ele, mas, com certeza, não terminam nele e as experiências revolucionárias, ou mesmo esperanças reformistas, mostraram isso.

Em outras palavras, seria ilusão acreditar que o Estado vai resolver determinados problemas que, ao nosso ver, necessitam de uma análise estrutural. Eis aqui uma provocação

que este estudo deixa para o debate, pois é nossa intenção apresentar formulações para refletir ao invés de fornecer respostas prontas.

Mesmo que não seja a alternativa emancipatória desejada, o Estado continua sendo um espaço importante de disputa – basta observar, por exemplo, os movimentos de luta pela reestatização dos serviços de água em várias partes do mundo. Isto não pode ser ignorado e ocupar todos espaços de poder tem sido uma opção dos movimentos sociais, mesmo que as condições objetivas do presente não apontem para transformações estruturais. O paradigma de convivência com o semiárido, por exemplo, pode ilustrar essa situação na medida em que transcende o Estado, ao mesmo tempo em que necessita dele.

Tem-se, portanto, um espaço de poder que comporta, por exemplo, a indústria da seca, evidência fulcral das faces do Estado com suas raízes patriarcais, coronelistas e privatistas, constituindo um caso concreto de apropriação privada do bem público. Concomitantemente, ainda que de modo assimétrico, tem-se também a construção do paradigma de convivência com o semiárido que busca contribuir para a transformação social, a preservação do bioma e a autonomia dos povos do campo. Daí podemos indicar que existe uma relação dialética, entre, de um lado, o debate sobre emancipação da população camponesa e, de outro, a reprodução das estruturas de poder tradicionalmente dominantes.

Nessa reflexão, Gramsci (2007) contribui quando propõe a discussão da ideologia como um aspecto decisivo para as ações do Estado, cumprindo um importante papel no sentido de forjar consensos que legitimem a dominação política. Basta observar o conjunto de políticas públicas hídricas, como, por exemplo, as barragens e os grandes açudes, para perceber as evidências de como o Estado perpetua a estrutura hierárquica de classe produzindo violações de direitos e injustiças socioambientais em nome do bem público.

A história recente demonstra que os fracassos de determinadas políticas abrem brechas para que o Estado utilize novas estratégias políticas que possam desviar a atenção daquilo que é estrutural. A política de convivência com o semiárido, por exemplo, concretizada a partir de uma aliança entre os povos, territórios e movimentos, foi capturada pelo Estado com o objetivo de criar condições materiais para que o mercado pudesse apropriar-se dessa discussão.

Não há dúvidas de que, durante os governos progressistas, obtivemos enormes avanços socioambientais produzidos por essas políticas que promoveram transformações significativas nas populações do semiárido nordestino. Vivenciamos agora uma destruição dessas políticas pelo mesmo Estado que prometeu investir mais nessa nova forma de conceber a relação entre água e ambiente.

Na verdade, seria ingenuidade acreditar que as políticas públicas são ações neutras, criadas para resolver os problemas estruturais da sociedade. É correto dizer que as políticas públicas são o resultado de disputas políticas entre diferentes espectros políticos e ideologias que as envolvem. No entanto, é preciso lembrar que o Estado condensa as contradições da sociedade e, nesse sentido, as políticas públicas são parte de uma estrutura classista, patriarcal, colonialista, ou seja, são as reproduções desiguais da sociedade em que são elaboradas.

Dessa forma, pensamos a disputa de paradigmas como elemento importante para análise dos conflitos vistos como uma questão histórica de um constructo social inerente ao processo de organização do espaço agrário nordestino. No Ceará, nas últimas décadas, esse debate tem sido intensificado com a vinculação de novas expressões que foram utilizadas como recurso ideológico para a dominação política tradicional, a exemplo das ideias de “moderno” e “desenvolvimento”. Em suma, tem-se um passado idealizado de conquista e dominação que vai se reproduzindo sutilmente no presente com a reestruturação das estruturas de poder que dialogam com os esquemas contemporâneos de reprodução do capital.

Sendo assim, outra provocação desta tese reitera a ideia de que a seca não pode ser justificativa para os problemas estruturais da região. Se assim fosse, o agronegócio, atividade extremamente demandante de água e considerada “moderna”, não deveria fazer parte do espaço agrário cearense. O assim chamado “mudancismo” que, há mais de três décadas, domina o cenário político e econômico do Ceará, ao contrário do que é pregado em seus discursos, não apresentou soluções estruturais, mas ampliou o problema do monopólio da água e da terra que vem tensionando o espaço agrário cearense. Entre a indústria da seca ou a “indústria da água”, o que efetivamente se transformou foi a inserção de novos territórios definidos pelo Estado como eixos de desenvolvimento e expansão do capital.

Essa análise constitui outras duas reflexões para o debate: a primeira aponta que não há dúvidas do êxito do estado do Ceará no que se refere ao papel determinante de inviabilizar o acesso livre e gratuito às águas. Sob a máscara discursiva de uma gestão moderna, democrática, participativa e descentralizada, o estado tornou possível o acesso privado por meio de diversos instrumentos jurídicos, como a outorga ou mesmo do aprisionamento material da água, como as transposições e os açudes.

A outra expressa-se no fato de que tais alianças não conseguiram acomodar os conflitos no ambiente familiar, como os coronéis faziam segurando-os nos limites das cercas dos açudes. A dominação moderna viu emergir novos mediadores de conflitos que estão organizados em movimentos sociais, deixando mais evidentes os espaços de contestação que extrapolam os

conflitos para além do ambiente familiar e privado e articulam com outros processos de resistências que ultrapassam a escala local.

Durante o período que marcou o auge da indústria da seca, os camponeses eram forçados a sair de seus territórios – muitos deles paravam nos currais da seca ou campos de concentração espalhados por todo o Ceará. Hoje, é o Estado que retira os camponeses para as VPRs prometendo condições de vida melhor, mostrando que os camponeses possuem territorialidades com (des)continuidades no tempo e no espaço. É a velha estratégia de estereotipar a natureza e o povo do sertão fazendo promessas de que somente a técnica vai solucionar um problema que é da natureza e da organização social e política.

A construção de açudes no semiárido nordestino garantia a reprodução do capital para uma minoria que controlava as terras e as águas. Esta retórica discursiva pautada no bem público como interesse de toda a sociedade já é bem conhecida das análises sociais do Brasil nas diferentes formas que o Estado foi tomando. Agora são as transposições de bacias, signo do avanço da engenharia hídrica, que salvariam a região da seca através da sinergia hídrica. Em suma, é a exaltação de uma técnica para ofuscar o fracasso da política.

É a reincidente “ladainha” do “combate à seca”, um elemento importante para compreender o espaço agrário cearense nos tempos de hoje. Nesse sentido, a intersecção entre história e geografia com uma abordagem territorial permitiu constatar uma sequência de eventos históricos seguidos por um conjunto de intervenções estatais que afetam os sujeitos sociais do campo. Ao trilhar esse percurso histórico, é preciso reiterar que o camponês a quem nos referimos, o sertanejo nordestino, ou o “caboco do pé de serra do Araripe”, é a expressão viva dos povos originários. É este sujeito social que foi submetido a sucessivas tentativas de extermínio até serem reduzidos a camponeses pobres e desterrados, sendo usurpados por um Estado nacional.

A resistência desses sujeitos sociais representa, portanto, um diálogo das lutas passadas com o presente. As tentativas de extermínios, a usurpação dos territórios e as grandes intervenções hídricas que irrompem nos caminhos das águas, deixando nas suas margens centenas de pivôs centrais em extensas áreas de monoculturas, são expressões da luta de classe pela disputa ao acesso e uso da água e da terra que se prolonga desde o início da invasão colonial. A questão agrária cearense é, dessa forma, atravessada por uma aliança tácita moderna/colonial cujo controle dos rios e das pessoas consolidam o poder sobre os grupos humanos e seus territórios historicamente construídos.

Entender os camponeses como resultado do processo histórico implica conceber os seus territórios não apenas como um “recurso natural”, conforme as estratégias do Estado querem impor. O território camponês se expressa em diversas formas de significar a vida e a natureza, constituindo-se diferentes formas de resistências que emergem a partir do antagonismo relativo à apropriação capitalista dos bens comuns. Essa percepção enseja pensar a água em seus diferentes significados: o uso e apropriação da água para o camponês possui um sentido diferente do uso e apropriação do capital. Isso implica pensar de forma multidimensional de modo que se construa outras percepções sobre os usos e a gestão da água.

Então, as formas de resistências são multifacetadas e variam de acordo com o nível de organização dos camponeses. Apesar de cada um possuir suas próprias especificidades, foi possível identificar nos territórios analisados processos de conflitos comuns, a começar por quem são os geradores. Da mesma maneira, identificamos que as resistências estão enraizadas historicamente desde o processo de invasão colonial com transformações territoriais que ensejaram a formação do Estado nacional e, mais especificamente, desde o processo de formação territorial do Ceará e as formas de poder que foram se estruturando a partir dos rios cearenses.

Nesse sentido, a nossa pesquisa aponta que as resistências contra o PISF e o CAC são expressões de lutas passadas forjadas na indústria da seca que seguem se retroalimentando através de novos discursos, como, por exemplo, a ideia de segurança hídrica. Enquanto essas obras contribuem para a instalação de novos empreendimentos econômicos, com alta demanda de água, os seus efeitos recaem quase sempre sobre as comunidades tradicionais, povos originários e camponeses. Reafirmamos que os principais vetores de mudança da economia cearense, especialmente nas últimas décadas, promovem uma espoliação dos territórios camponeses.

Foram essas inquietações das resistências camponesas, sob uma perspectiva intertemporal, que alimentaram a nossa análise das lutas contemporâneas em conexão com as lutas daqueles que nos antecederam, em especial os povos originários. Não há dúvidas de que o Estado capitalista imprimiu políticas territoriais contra a natureza e os povos originários. Afinal de contas, o sertão precisava ser vencido, os rios tinham que ser controlados e as terras usurpadas. Estes processos forjados na colonização ainda estão presentes no século XXI: é a modernidade fundada na colonialidade e fundida no sistema do capital da contemporaneidade.

Apesar de receberem desproporcionalmente os danos e riscos socioambientais provocados por atividades de exploração intensiva da natureza, as vítimas desse modelo

representam os iniciadores dos conflitos na medida em que são uma oposição que vai se orientando a partir da superação da racionalidade destrutiva do sistema, estabelecendo novos valores sociais e novas práticas de organizar o metabolismo social. É preciso destacar a resiliência da resistência dos povos do campo desde o extermínio e fuga dos povos originários, passando pelas multidões errantes em trânsito permanente pelas estradas dos sertões até os excluídos por grandes obras hídricas.

No mesmo sentido, as resistências são miradas contra a espoliação da natureza, pois a apropriação privada dos bens de uso comum para o desenvolvimento econômico implica em uma crise ecológica. Se olharmos, por exemplo, para os grandes rios do Ceará, percebemos que praticamente todos estão numa situação de alto grau de poluição e assoreamento com redução drástica de suas vazões. Com a destruição dos afluentes e a retirada da mata ciliar, alguns rios já não possuem mais água correndo em seus leitos, outros foram canalizados e transformados em esgotos. Quando um rio é interrompido por uma grande obra hídrica, a exemplo de uma represa, um conjunto de processos geológicos é alterado provocando impactos ambientais que agredem simultaneamente todo o ecossistema: erosão e deposição das terras ribeirinhas, salinização dos deltas e perda da biodiversidade.

O problema é que isso não parece ser uma questão central nos debates políticos que se estabelecem na sociedade, inclusive, em parte da esquerda brasileira. Alguns movimentos sociais, preferem, por exemplo, fazer a disputa pela água que corre no canal do que questionar a própria existência do canal. Não esqueçamos que obras como o PISF, a usina hidrelétrica de Belo Monte e a Transnordestina, por exemplo, foram iniciadas nos governos progressistas em meio a grandes mobilizações sociais contrárias a esses empreendimentos. Espera-se que o resultado desastroso dessas escolhas políticas desemboque em uma direção pelo menos mais crítica no sentido de discutir posições mais radicais.

Nesse contexto, não há como resolver situações conflituosas oferecendo soluções parciais. No caso das grandes obras hídricas, não é possível atender a demanda quando a política se faz com oferta de mais água. Esta política de abundância para determinados setores da economia inviabiliza o disciplinamento do uso, podendo resultar numa estagnação da oferta. Com isto, os problemas e disputas vão sendo gerenciados numa gestão de conflitos com promessas não cumpridas que necessitam reorientar permanentemente as soluções parciais.

No Ceará, o Açude Orós, o Castanhão, o Canal do Trabalhador e o Eixão das Águas tiveram seu momento de “obras salvacionistas”. Agora, todas as esperanças são depositadas no PISF e no CAC. No entanto, à medida que essas obras vão se materializando sem o resultado

esperado, criam-se novos projetos. Já se cogita, inclusive, a transposição do Rio Tocantins para integrar com o São Francisco como solução para compensar as promessas não cumpridas.

A cada obra idealizada perseguimos um “progresso” que nunca chega, pelo menos para a maioria da população. Na verdade, persegue-se um desenvolvimento para atender aos objetivos da economia política dominante que se estabelece num padrão de poder que cerca as águas e confina as pessoas nas cercas dos açudes, nas VPRs ou no cativeiro do latifúndio. A forma como são executadas revelam o caráter colonial dessas obras no sentido de produzir fronteiras, utilizar o conflito como estratégia de dominação, destruir outras cosmovisões, manipular discursos e transformar a natureza em recurso produtivo.

Diante do exposto, foi possível verificar um movimento que ajuda a compreender as ações do Estado através do processo de invasão, expropriação e apropriação, desterritorialização, mercadorização e privatização. Nenhum desses processos existe de forma isolada. Na verdade, complementam-se e sobrepõem-se. É bastante ilustrativo o papel exercido a partir das datas de sesmarias na consolidação da invasão trazendo a guerra como instrumento de usurpação dos territórios originários.

As missões religiosas, a criação de comarcas e vilas, a definição dos limites das províncias estaduais e a lei de terras foram instrumentos que se conjugaram, separando os povos do campo das suas condições de existência com expropriação e apropriação privada da natureza. Mais recentemente, avançou-se no processo de mercadorização e privatização com ferramentas como as outorgas, o crédito fundiário e diversos outros instrumentos amalgamados nas formas políticas do legislativo e do executivo, a exemplo dos MPs e PLs que são criados reiteradamente por diferentes governos em todas as esferas administrativas.

Essas ações, nas últimas décadas, vêm se reproduzindo de forma ampliada e acelerada, aumentando os índices de consumo da água, com expansão das taxas de lucros através da exploração da classe trabalhadora e espoliação da natureza. É com o papel decisivo do Estado que o capitalismo, em sua fase madura, amplia a produção da mais-valia ao mesmo tempo em que destrói a natureza e estabelece a lei do conflito como imperativo da gestão territorial.

É, portanto, esse Estado capitalista que condiciona e organiza os processos de produção de mais valor, que se manifesta com a espoliação dos territórios através do poder coercitivo ou por meio de consensos construídos culturalmente a partir de concepções mentais e mecanismos de governança. Com essa necessidade crescente, o capital, nas últimas décadas, vem se apropriando da natureza com proporções assustadoras, criando ou destruindo o que lhe convém.

Da mesma forma que ocorre com a produção de mais valor numa relação de classe, deve-se compreender a apropriação capitalista dos bens naturais como parte desse processo. Ao produzir essas relações fetichizadas que ofuscam os aspectos desiguais e destrutivos, o valor de uso dos bens naturais de uso comum é transformado em mercadoria, sendo incorporado na produção de mais valor, pois é esta poderosa força em movimento que avança atropelando a vida em todas as dimensões, considerando a natureza como externalidade e sendo valorizada apenas pelo lucro que dela pode ser extraído.

Nesse sentido, entender a luta de classe e o lugar que a natureza ocupa nela passa essencialmente pela discussão da territorialização dos Estados-nação. Marx (1988), no capítulo 24 do Livro 1, descreveu o processo de expropriação brutal dos camponeses europeus inscrito a sangue e fogo nos anais da humanidade. No segundo capítulo desta tese, discutimos que, aqui no Brasil, o Estado sempre esteve contra os camponeses recorrendo a estratégias violentas para destruir as vilas camponesas e seus modos de vida comunitários. O Estado e a propriedade privada encontram-se sem antagonismo para que o poder de um seja usado no exercício de dominação do outro.

Em geral, países e regiões que foram colônias, sob a máscara de atividades modernas, são reféns de diferentes formas de apropriação privada da natureza que se articulam com atividades de exploração hidrotensivas, como a exploração energética, o agronegócio e a mineração. As consequências políticas dessa “escolha” ou dessa imposição expressam-se num paradoxo de crescimento econômico desses setores mediante processos de devastação da natureza e desterritorialização de comunidades tradicionais, povos originários e camponeses.

A lógica que separa o fatiamento dos rios, promovido desde as sesmarias, até o processo de financeirização da água, embora distantes no tempo histórico, são semelhantes no sentido de destruição da natureza e na estratégia do conflito como imperativo da gestão territorial. Se, no período colonial, os rios centralizavam as políticas territoriais, agora são as obras como o PISF e o CAC e todas as expectativas que giram em torno delas. Embora revestidos de modernidade, esses projetos possuem uma razão colonial no sentido de produzir fronteiras, utilizar o conflito como estratégia de controle e destruição de outras possibilidades de relação com a água.

A nossa análise demonstra que o Cariri cearense é ilustrativo na compreensão dessas relações de poder, historicamente constituídas no capitalismo. No percurso histórico, os caminhos das águas, foram atravessados por circuitos econômicos do gado, da cana-de-açúcar e agora da banana. São produções econômicas que produziram não apenas lucro e riqueza, mas também massacres, escravidão, genocídio, manipulação dos discursos e espoliação da natureza.

O padrão de invasão até a privatização seguiu rio acima até chegar nas nascentes da Chapada do Araripe, onde formaram-se latifúndios de terra molhada altamente valorizados.

É nesse processo estrutural, entre permanências e discontinuidades, que o Estado opera constantemente no sentido de manter e fortalecer o controle da classe dominante. Mudando o seu conteúdo, mas sem mudar a sua forma, identificamos os diferentes aspectos do Estado nos territórios analisados: na VPR Vassouras predominou um Estado paternalista que produziu centenas de assentados, assumindo a função aparente de protetor e provedor, o mesmo papel que pertencia aos grandes latifundiários quando se comprometiam com algumas obrigações em relação aos seus moradores.

No Distrito de São Miguel, a maior ênfase estava num Estado ausente, cujo afastamento justificava-se apenas na preocupação em gerenciar as construções dos canais, abstendo-se no sentido de ouvir os direitos dos camponeses. A inércia evidenciava-se na existência de poucas audiências e debates públicos para debater a obra como se ela estivesse sendo construída no espaço vazio, sem gente, sem natureza e sem cultura.

Em contrapartida, no Olho d'Água e no Pau D'arco, o Estado estava presente de modo coercitivo. Nos atos realizados nas margens do canal, nos deparamos com a polícia fiscalizando e coagindo. A presença permanente do Estado nesse território é óbvia pela visibilidade da obra, visto que o Riacho Seco foi o primeiro aonde desembocaram as águas do PISF. Uma questão intrigante diz respeito à capacidade do aparato coercitivo do Estado para fiscalizar todo o percurso dos canais quando forem concluídos.

Em conjunto, os três territórios analisados nos permitem destacar, como desdobramento prático reflexivo, a importância da estruturação de conhecimento científico conectado com os saberes populares, produzidos no cotidiano dos sujeitos sociais do campo em articulação com a experiência de luta dos movimentos sociais. A nossa participação em atos públicos, marchas, manifestações, reuniões e audiências ao lado dos camponeses afetados nos credencia a posicionar esta tese como uma pesquisa que foi se convertendo em práxis, cujo autor foi levado à condição de sujeito coletivo ao lado dos camponeses afetados como um agente da transformação.

Apesar de algumas limitações, dentre as quais a interrupção do processo de imersão nos territórios, devido à pandemia do novo Coronavírus, nos parece que esta construção teórica contribui para novas abordagens investigativas no sentido de uma leitura territorial da água no Cariri cearense. No entanto, quem conseguiu chegar até aqui na expectativa de encontrar respostas conclusivas precisa ter conhecimento de que esta não foi uma preocupação deste

estudo. Ao contrário, esta breve (in)conclusão coloca questões para refletir coletivamente, criando possibilidades de pensar criticamente, além de contribuir para desdobramentos futuros.

Enfim, depois de quatro anos, concluímos esta tese. Durante esse tempo seguimos o fluxo das águas, chegamos nos territórios, descobrimos novos caminhos, misturamos trajetos e memórias e esperamos que, a partir desta leitura, outros caminhos sejam percorridos. Nesse percurso, curto no tempo, mas de toda uma vida, vimos as transformações territoriais de um velho caminho das águas, caminho dos povos originários, caminhos refúgios, caminhos fronteiras, caminhos de guerras banhados de sangue.

Agora são caminhos marcados por circuitos econômicos com suas águas vigiadas, controladas e fluindo na velocidade ditada pelo Estado para atender aos interesses do capital. É nesta nova geografia das águas entre caminhos destruídos e lampejos das lembranças daqueles que lutaram nas suas margens que celebramos as lutas e resistências dos povos do campo que ousam existir e resistir.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. de. **Capítulos da história colonial: 1500 – 1800 & caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALISKY, A. **Em cinco anos, área irrigada no Brasil pode crescer 65%, diz FAO**. Revista Globo Rural, Brasília, 2018 [on-line]. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/03/em-cinco-anos-area-irrigada-no-brasil-pode-crescer-65-diz-fao.html#:~:text=A%20estimativa%20mais%20recente%20da,pouco%20mais%20de%20meia%20d%C3%A9cada>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ALVES, Joaquim. **História das secas: séculos XVII a XIX**. 2 ed. Mossoró: ESAM, 1982.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, M. C. de. **Modernização e Pobreza**. São Paulo: Unesp, 1994.

ANDRE, J. B. **Documentos para a história de Missão Velha**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

ARAÚJO, Antonio Gomes de (Pe). **Povoamento do Cariri**. Crato: Coleção Estudos e Pesquisas, 1971.

ARRAES, E. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. **Anais do Museu Paulista**, v. 24, n. 1, p. 257-298, 2016.

ARRAES, E. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. **Anais do Museu Paulista**, v. 21, n. 2, p. 47-77, 2013.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

BANCO MUNDIAL. **Impactos e externalidades sociais de irrigação no semiárido brasileiro**. Série Água Brasil, v. 5, Brasília, 2004.

BARAUSSE, P. T. **Privatização é “morrer de sede em frente a um mar”**. Outras Palavras, IHU, 2019 [on-line]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/privatizacao-e-morrer-de-sede-em-frente-a-um-mar/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

BARREIRA, C. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BENATTI, J. H. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, D. P. (Org.). **Processos de**

constituição e reprodução do campesinato no Brasil. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira.** São Paulo: Boitempo, 2017.

BESERRA, B. de L. R. **Movimentos sociais no campo do Ceará (1950 – 1990).** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

BEZERRA, A. **Algumas origens do Ceará.** (Ed. Fac.-sim.). Fortaleza: FWA, 2009.
BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho.** 376 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação, 2012.

BRASIL. Agência Nacional de Águas (ANA). **A história do uso da água no Brasil: do descobrimento ao Século XX.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente (versão preliminar), 2007.

BRASIL. Agência Nacional de Águas (ANA). **Levantamento da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil – 2014: relatório síntese.** Brasília: ANA, 2016. Disponível em: <https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/arquivos/ProjetoPivos.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.** Decreta o Código de Águas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRÍGIDO, J. **Apontamentos para a história do Cariri.** (Edição reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861 – fac. símile). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará.** Curitiba: Editora CRV, 2016.

BRITO, F. B. de. **Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste).** 2013. 370 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2013.

BRITO, M. S. **Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense.** Fortaleza: IOCE, 1985.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMINHA, P. V. **Carta de Pero Vaz de Caminha.** Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/carta-pero-vaz-caminha.htm>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CAMPOS, P. E. R. **Exportação virtual de água no semiárido e os paradoxos do desenvolvimento: o caso da bananicultura empresarial irrigada no Cariri cearense.** 86 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER. Universidade Federal do Cariri – UFCA: Crato, 2019.

CAMPOS, R.T. O impacto do ataque do bicudo na cotonicultura do semi-árido cearense. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural.** Vol.32, nº 1, p.75-86, 1994.

CARAM, B. **Governo quer privatizar serviços de transposição do São Francisco.** Folha de S. Paulo, 2020 [on-line]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/governo-quer-privatizar-servicos-da-transposicao-do-sao-francisco-em-2021.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CARDOSO, J. A. de L. **Adeus à Água como Bem Comum?** Diálogos do Sul, 2019 [on-line]. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/62246/eua-coca-cola-e-psdb-os-interesses-por-tras-do-novo-marco-legal-que-privatiza-a-agua>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CARNOY, M. **Estado e teoria política.** 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CARVALHO, José Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.

CASTRO, C. L. F. de. **A (Re)produção do espaço pautada nas dinâmicas socioeconômicas do circuito espacial produtivo da banana em Missão Velha – Ceará.** 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2018.

CASTRO, I. E. de. Da seca como tragédia à seca como recurso, velhos e novos discursos, velhos e novos territórios. **Anuário do Instituto de Geociências,** v. 17, p. 1-3, 1994.

CASTRO, I. E. de. Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). **Brasil: questões atuais da Reorganização do território.** 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 283-324, 2010.

CASTRO, J. S. et al. Os desafios do Paradigma da “cidadania” hídrica na América Latina: conflitos, estado e democracia. **Prim@ Facie.** João Pessoa: PPGCJ, v. 16, n. 32, 2017.

CAVA, R. D. **Milagre Joaseiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CAVALCANTE, L. V. “**As firmas tomaram conta de tudo**”: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 298 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2019.

CEARÁ. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE). **Estratégias para o agronegócio cearense**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2013.

CEARÁ. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE). **Perímetros públicos irrigados**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2011.

CEARÁ. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE). **Plano de Negócios e Estratégico 2019-2023**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, 2019. Disponível em: https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2019/03/plano_de_negocios_e_estrategico_adece-7.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado. **Plano estratégico dos recursos hídricos do Ceará**. Fortaleza: INESP, 2009.

CEARÁ. Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH). **Atlas dos Recursos Hídricos do Ceará**. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, Governo do Estado do Ceará, 2020. Disponível em: <http://atlas.cogerh.com.br/>. Acesso em: 05 ago. 2019.

CEARÁ. Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH). **Estudos Qualiquantitativos das Águas Subterrâneas da Bacia do Araripe (2016-2017)**. Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/estudos-qualiquantitativos-das-aguas-subterraneas-da-bacia-do-araripe-2016-2017/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CEARÁ. **Fontes do Cariri**: Cogerh avança nos estudos para garantir abastecimento. Ascom Cogerh, Fortaleza, 2020 [on-line]. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/02/10/fontes-do-cariri-cogerh-avanca-nos-estudos-para-garantir-abastecimento/#:~:text=Existem%20ao%20todo%2093%20fontes,Araripe%2C%200regi%20%20C3%A3o%20sul%20do%20Cear%20A1>. Acesso em: 01 out. 2020.

CEARÁ. Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH). **Plano de Ações Estratégicas de Recursos Hídricos do Ceará**. Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, março de 2018. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/plano-de-acoes-estrategicas-de-recursos-hidricos-do-ceara-pae-rh/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CEARÁ, Instituto Agropolos. **Unidades territoriais do Instituto Agropolos do Ceará**, Fortaleza, 2018 [on-line]. Disponível em: <https://www.institutoagropolos.org.br/unidades>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

COMBLIN, J. **Padre Ibiapina**. São Paulo: Paulus, 2011.

COMISSÃO Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2010.

CORRÊA, M. L.; PAULA, D. A. de. Hidrelétricas e Desenvolvimento no Brasil: a construção da Usina de Furnas em perspectiva histórica (1956-1965). **Simpósio internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas em America y Europa, 1890 – 1930**. Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, p.1-25, 2012.

COSME, C. M. O fetiche do progresso tecnológico desmancha-se em face do aprofundamento da questão agrária no campo brasileiro: a destruição da vida revelada nos Conflitos pela Água em 2019. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 1, p. 136-143, 2020.

COSTA, A. **Juazeiro do Norte está ameaçada de “estresse hídrico”, aponta relatório**. Diário do Nordeste, 2019 [on-line]. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/juazeiro-do-norte-esta-ameacada-de-estresse-hidrico-aponta-relatorio-1.2133855>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2008.

DRUMOND, N. A guerra da água na Bolívia: uma retrospectiva geográfico-histórica das mobilizações contra a privatização de um recurso natural. In: RIBEIRO, W. C (Org.). **Conflitos e cooperação pela água na América Latina**. São Paulo: Annablume, 2013.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

EVANGELISTA, G. M. **A chegada das águas**: conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais. 321 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG. Campina Grande, Paraíba, 2011.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA** Presidente Prudente (SP), nº. 11, vol. 1 p. 8-32, 2007.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Lisboa (Portugal): Editora Ulisseia, 1965.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: RAMOS FILHO, E. da S. et al. (Orgs.) **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio e interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Coedição Secult/Edições URCA. (Fac-símile da edição de 1964, 1966, 1968). Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FLORES, R. K; MISOCZKY, M. C. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 22, n. 73, p. 237-250, 2015.

FRANÇA, D. P. I. de. **Conflitos territoriais e resistência da totalidade do trabalho frente ao Agrohidronegócio Fruticultor nas áreas de expansão dos Perímetros Irrigados no Semiárido nordestino**. 331 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, Presidente Prudente, 2018.

FRANK, A. G. O inimigo imediato (1968). In: LÖWY, M. (Org.) **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

FREITAS, B. M. C. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 325 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021 [on-line]. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ce-em-trairi-pescadores-artesanais-indicam-privatizacao-como-impedimento-a-subsistencia>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

G1. **Com 3,3% da capacidade, açude Castanhão atinge volume morto**. G1 CE, 2017 [on-line]. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/com-33-da-capacidade-acude-castanhao-atinge-volume-morto.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GIRÃO, R. **Pequeno história do Ceará**. 3. ed. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 1971.

GIRÃO, V. C. Da Conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande. In: SOUZA, S. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GIUPPON, B. O. Derecho al agua en América Latina y judicialización de los conflictos socialis. In: RIBEIRO, W. C (Org.). **Conflitos e cooperação pela água na América Latina**. São Paulo: Annablume, 2013.

GNADLINGER, J. **A Busca da Água no Sertão: Convivendo com o Semiárido**. 5. ed. Petrolina: Salesiana, 2011.

GOMES, C. C. et al. **Avaliação do nível de degradação de uma fonte na Chapada do Araripe e sua influência na disponibilidade hídrica**. 48º Congresso Nacional de Saneamento – ASSEMAE. Fortaleza, CE, 2018.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 438 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GREENPEACE Brasil. **Cronologia da destruição anunciada**. Greenpeace Brasil, 2020 [online]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/cronologia-da-destruicao-anunciada/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 1, 2010.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HISSA, I. A. **Análise da realidade da fonte Batateiras no Cariri-CE**: aspectos econômicos e legais do mercado de águas. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará – UFC, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2005.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IORIS, A. A. R. Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. B. de. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Lamparina: Rio de Janeiro, 2010.

IORIS, A. A. R. Desenvolvimento nacional e gestão de recursos hídricos no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 85, p. 23-41, 2009.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. **Anais do Museu Paulista**, v. 20, n. 1, p. 133-163, 2012.

JUCÁ NETO, C.R. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, a. 08, n. 16, p. 77-102, 2009.

- JULIÃO, F. “Bença, Mãe!”. In: JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEMENHE, M. A. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume, 1995.
- LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- LIMAVERDE, R. **Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe**. 2015. 473 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2015.
- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o goveno**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- LOSURDO, D. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2006.
- LÖWY, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LÖWY, M. **Walter benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACEDO, J. **Povoamento e povoadores do Cariri Cearense**. Secretaria de Cultura e Desporto: Fortaleza, 1985.
- MAIA, R. C. C. et al Águas e neoextrativismo: injustiça hídrica e R-existência dos comuns. In: RIGOTTO, R. M. et al (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- MARTINS, J. de S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção Capitalista**. Livro 1, vol. 1. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. (Org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Coleção Observatório da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, M. R. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, n. especial, p. 3-15, 2015.

MENEZES, E. O. de. O Cariri cearense. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

MESQUITA, C. **Ceará tem potencial para quadruplicar área irrigada, diz secretário**. Diário do Nordeste, 26 de junho de 2020 [on-line]. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/ceara-tem-potencial-para-quadruplicar-area-irrigada-diz-secretario-1.2960031>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. São Paulo: Zahar, 1972.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: . (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: (Org.) FILHO, E. da S. R. et al. **Questão Agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec, 2002.

MORAIS, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAIS, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MELLO, N. A. de; OLIVEIRA JÚNIOR, R. de (Orgs.) **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, E. *et al* A luta por água no estado da Paraíba: contradições e conflitos. **Revista NERA** Presidente Prudente (SP). Ano 19, nº. 34 – Dossiê pp. 61-81, 2016.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, A. G. **Apropriação desigual da água na Chapada do Apodi**: espoliação, privatização e exportação. 2018. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal do Ceará – UFC: Fortaleza, 2018.

MUNIZ, A.M.V. A territorialização do agronegócio cearense. In: SILVA, J. B. da. et al. (Orgs). **Território**: modo de pensar e usar. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

NEVES, F. de C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

NOBRE, F. W. **Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará – CAC no Distrito de Baixo das Palmeiras, Crato – CE**. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2017.

O POVO. **Sete barragens do Ceará entram na lista de prioridade de fiscalização da ANA**. O Povo Online, Fortaleza, 2019 [on-line]. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/02/31145-sete-barragens-do-ceara-entram-na-lista-de-prioridade-de-fiscalizacao-da-ana.html>. Acesso em: 03 mar. 2020.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, A. M. de. A política de contra-reforma agrária do Banco Mundial no Ceará. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 151-175, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. et al. (Orgs.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. O processo de Constituição da propriedade da terra no Brasil. **12º Encuentro de Geografos de América Latina**, Montevideo, 2009. Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo: Universidad de la Republica, 2009.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Os Kariri – resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. 313 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2017.

OLIVEIRA, C. de. **Para especialista da UFSC, privatização da água ganha espaço na agenda nacional**. Rede Brasil Atual, 2018 [on-line]. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2018/01/para-especialista-da-ufsc-privatizacao-da-agua-no-brasil-esta-mais-presente-na-agenda-de-temer/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OXFAM Brasil. **Terras e Desigualdade**. Oxfam, 2021 [on-line]. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/terras-e-desigualdade/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

PACHECO, M. J. H. **Conflitos pela água**: des-envolvimento ameaça a vida. IN. CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo – Brasil, 2017.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875 (1987). In: WELCH, C. A. [et al.]. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PAULA JOCA, T. H. de (Coord.). **Quadro recente da agricultura e trajetória dos movimentos sociais no estado do Ceará – 1965 – 1985**. Relatório de pesquisa. Fortaleza: ESPLAR, Centro de Pesquisa e Assessoria/Fundação Ford, 1991.

PEREIRA, E. M. C. **Da invisibilidade ao protagonismo da agricultura familiar**: uma análise a partir do semiárido nordestino. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campina Grande (PB), 2018.

PETRELLA, R. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PETRONE, P. Contribuição ao Estudo da região do Cariri, no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 19, p. 3-29, 1955.

PINHEIRO, M. I.T. **Tipologia de Conflitos de Usos das Águas**: Estudos de Casos no Estado do Ceará. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Recursos Hídricos, Universidade Federal do Ceará – UFC: Fortaleza, 2002.

PINHEIRO, F. J. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, S. **Uma nova história do Ceará**. 4. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PINHEIRO, I. **O Cariri**. Fortaleza: Coedições SECULT/Edições URCA/Edições UFC, 2010.

PINTO, A. lexander Panéz. Agua-Territorio en América Latina: Contribuciones a partir del análisis de estudios sobre conflictos hídricos en Chile. **Rev. Rup.**, San Pedro de Montes de Oca, v. 8, n. 1, p. 193-217, June 2018. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-24662018000100193. Acesso em: 11 ago. 2021.

POETTERING, J. Nas fronteiras do paraíso. Avaliando o abastecimento de água do Rio de Janeiro (séculos XVI – XIX). In: SONKAJÄRVI, H.; VITAL, A. V. **A água no Brasil**: conflitos//atores//práticas. São Paulo: Alameda, 2019.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

- POMA, A. Qué precios tienen nuestras raíces? Un propuesta analítica para comprender los conflictos ambientales. In: RIBEIRO, W. C. (Org.). **Conflitos e cooperação pela água na América Latina**. São Paulo: Annablume, 2013.
- POMPEU, C. T. **Direito de águas no Brasil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS**, v. 1. n.1, ano 3, p. 5-26, 2006a.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006b.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRIETO, G. Privação e violações do direito à água e ao saneamento na periferia da metrópole capitalista. In: SONKAJÄRVI, H.; VITAL, A. V. (Orgs.). **A água no Brasil: conflitos/atores/práticas**. São Paulo: Alameda, 2019.
- QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- QUINDINS, A. **Rio Salgado: o rio mitológico do Cariri**. O Povo online, Fortaleza, 2013. Disponível em:
<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2013/05/18/noticiasjornalvidaearte,3058213/rio-salgado-o-rio-mitologico-do-cariri.shtml>. Acesso em: 07 de jul. 2020.
- QUINTELA, S. **Sem concessão, modelo de operação deve ser chave à Transposição**. Diário do Nordeste, 2020 [on-line]. Disponível em:
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/sem-concessao-modelo-de-operacao-deve-ser-chave-a-transposicao-1.3017875>. Acesso em: 04 maio. 2021.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, F. R. L. Juazeiro e Caldeirão: espaços de sagrado e profano. In: SOUZA, S. **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- REIS JÚNIOR, D. de O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. 304 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.
- REIS JÚNIOR, D. de O. A história vista de baixo: terra, trabalho e conflito no século XIX. In: SILVA, A. T. (Org.). **Novas histórias do Cariri**. Curitiba: CRV, 2019.

REUTERS. **PIB do agronegócio deve crescer 3% em 2021 após disparada de 9% em 2020, diz CNA.** G1, 2020 [on-line]. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/12/01/pib-do-agronegocio-deve-crescer-3percent-em-2021-apos-disparada-de-9percent-em-2020-diz-cna.ghtml>. Acesso em: 08 jan. 2021.

RIBEIRO, A. C. **Conflito por água no Arajara Park.** TCC (Especialização). Programa de Especialização em Geografia e Meio Ambiente. Universidade Regional do Cariri – URCA: Crato, 2002.

RIBEIRO, W. C. América Latina: oferta de água e conflitos. In: RIBEIRO, W. C (Org.). **Conflitos e cooperação pela água na América Latina.** São Paulo: Annablume, 2013.

RIGOTTO, R. M. et al. **Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos:** documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Fortaleza, 2010.

SABOIA, A. L. **Água para quem?** Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará. 178 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2015.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891).** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

SAMPAIO, C. **O que o apagão do Amapá diz sobre a privatização do setor elétrico no Brasil.** Brasil de Fato, Brasília, 2020 [on-line]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/12/o-que-o-apagao-do-amapa-diz-sobre-a-privatizacao-do-setor-eletrico-no-brasil>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SANTOS, I. P. dos. **Regime jurídico das águas doce:** o caso da Fonte Batateira, Cariri-CE. Universidade Regional do Cariri. Recife: Imprima, 2016.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCANTIMBURGO, A. L. **O Banco Mundial e a Política Nacional de Recursos Hídricos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 21, n. 1, p. 10-31, 13 jun. 2002.

SERVIÇO Geológico do Brasil (CPRM). Rede integrada de monitoramento das águas subterrâneas. **Relatório Diagnóstico Aquífero Missão Velha Bacia Sedimentar do Araripe.** v.1, CPRM Serviço Geológico Brasileiro: Belo Horizonte, 2012.

SILVA J. B. et al. A crise hídrica global e as propostas do Banco Mundial e da ONU para seu enfrentamento. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

SILVA, E. **Todos os caminhos levam para a privatização da Cagece**. Blog Edison Silva, 2019 [on-line]. Disponível em: <https://blogdoedison Silva.com.br/2019/09/todos-os-caminhos-levam-para-a-privatizacao-da-cagece/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SILVA, J. F. da. A formação histórico-econômico-territorial do Cariri no contexto ocupacional do semiárido. In: SEEMAN, J. et al. (Org.). **Geografias do Cariri cearense**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015a.

SILVA, J. J. Considerações sobre o espaço agrário do Cariri cearense. In: SEEMAN, J. et al. (Org.). **Geografias do Cariri cearense**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015b.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010

SOBRINHO, T. P. O povoamento do Cariri cearense. **Rev. da Academia Cearense de Letras**, v. 27, p. 195-205, 1956.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. S. de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, J. B. et al **Ceará**: um novo olhar geográfico. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

STUDART FILHO, C. Vias de comunicação do Ceará Colonial. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Tomo LI, p. 15-47, Fortaleza, 1937.

SUASSUNA, J. **Convivência com o semiárido**: água. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2015.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. Nueva Sociedad, Nuso n° 244/Marzo-Abril 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SWYNGEDOUW, E. R. B. Privatizando o H2O: transformando águas locais em dinheiro global. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 33-53, 2004.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Estado e secas no Nordeste. In: MOREIRA, E. (org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa; Editora Universitária, 2006.

TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, V. 21, n° 1, p. 148-160, 2002.

THEOPHILO, R. **História da Seca do Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

THOMAZ JÚNIOR, A. O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, p. 92-122, 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História oral**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1987.

VASCONCELOS, T. S. L. **“Por onde andam os coqueirais?”: os territórios tensionados e as tensões territoriais no Estado do Ceará**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Ceará – UECE: Fortaleza, 2015.

VELASCO, C. **Quase 90% dos poços artesianos do Brasil são clandestinos, aponta estudo**. G1, 2019 [on-line]. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/14/quase-90-dos-pocos-artesianos-do-brasil-sao-clandestinos-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2021.

VIEIRA JUNIOR, A. O. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

VILLAR, P. C. Conflitos pela água e o direito humano à água e ao saneamento. In: RIBEIRO, W. C (Org.). **Conflitos e cooperação pela água na América Latina**. São Paulo: Annablume, 2013.

VOZ Operária. Dez mil famílias camponesas sob ameaça, na serra do Araripe. **Jornal Voz Operária**, ed. 143, v. 1, p. 8-11, 1952.

WALKER, D. **Padre Cícero e a ecologia**. Blog do Padre Cícero. Disponível em: <http://www.padrecicero.net/p/preceitos-ecologicos.html>. Acesso em: 11 jun. 2020.